

*IedaMaria Alves
Ana Maria Ribeiro de Jesus
Luciana Pissolato de Oliveira
Eliane Simões Pereira
(Organizadoras)*

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS



VOLUME II

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

Volume II

Ieda Maria Alves
Ana Maria Ribeiro de Jesus
Luciana Pissolato de Oliveira
Eliane Simões Pereira

(Orgs.)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

São Paulo
2010

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
São Paulo, dez de 2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. Dr. João Grandino Rosas

VICE-REITOR: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

VICE-DIRETOR: Prof. Dra. Modesto Florenzano

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL: Ieda Maria Alves - USP

Ana Maria Ribeiro de Jesus – PG/USP

Luciana Pissolato de Oliveira – PG/USP

Eliane Simões Pereira – PG/USP

CAPA: Luciana Pissolato de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO: Ana Maria Ribeiro de Jesus, Eliane Simões Pereira, Luciana Pissolato de Oliveira

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E82 Estudos lexicais em diferentes perspectivas [recurso eletrônico] / organizado por Ieda Maria Alves ... [et al.]. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

213 p.

Trabalhos apresentados durante o 5. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no período de 18 e 19 de novembro de 2009.

Modo de acesso : World Wide Web: www.fflch.usp.br/dlcv/neo.

ISBN 978-85-7506-172-5 (on-line)

1. Lexicologia (estudos). 2. Neologismos lexicais. 3. Lexicografia. 4. Léxico. 5. Morfologia (linguística). 6. Terminologia. I. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas. II. Alves, Ieda Maria. III. Jesus, Ana Maria Ribeiro de. IV. Oliveira, Luciana Pissolato de. V. Pereira, Eliane Simões.

CDD 413.028
469.798

SUMÁRIO

Apresentação	
Ieda Maria Alves.....	06
▪ Terminologia e Ciência da informação	
<i>Marilda Lopez Ginez de Lara.....</i>	08
▪ Terminologia e Tradução: o caso dos textos literários	
<i>Adriana Zavaglia, Carolina Poppi, Carolina Fernandez Madruga, Aina Cunha Cruz.....</i>	17
▪ Aspectos variacionais em corpora comparáveis na terminologia da nanociência / nanatecnologia	
<i>Manoel Messias Alves da Silva.....</i>	35
▪ A terminologia da sentença previdenciária	
<i>Alexandra Feldekircher Müller.....</i>	60
▪ Expressões idiomáticas na sala de aula de língua materna: o tratamento dessas unidades lexicais no livro didático	
<i>Aline Luiza da Cunha, Aderlande Pereira Ferraz.....</i>	70
▪ A prefixação intensiva em anúncios publicitários	
<i>Amanda Ferreira de Albuquerque.....</i>	79
▪ Institutas de Gaio: considerações terminológicas	
<i>Conceição Aparecida Barbosa.....</i>	94
▪ A terminografia das línguas de especialidade em árabe: o papel das academias de letras	
<i>Elias Mendes Gomes.....</i>	112
▪ Para uma nova datação de palavras sufixadas em -mento, no português	
<i>Érica Santos Soares de Freitas.....</i>	131
▪ Terminologia e metáfora: aspectos discursivos	
<i>Luciana Pissolato de Oliveira.....</i>	149
▪ <i>Reflexões iniciais para um estudo descritivo do léxico da educação à distância</i>	
<i>Márcio Sales Santiago.....</i>	161
▪ Concorrência entre sufixos, uma visão diacrônica	
<i>Nilsa Areán-García.....</i>	173
▪ Análise dos amálgamas na obra em prosa de Ariano Suassuna	
<i>Solange Peixe Pinheiro Carvalho.....</i>	192

- Taxionomia dos topônimos e antropônimos do léxico de Guimarães Rosa: o encantamento dos nomes
Vanice Ribeiro Dias Latorre..... 203

APRESENTAÇÃO

Ieda Maria Alves

Em continuidade ao volume I de **Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas**, publicado em 2009, este volume II da série disponibiliza ao leitor uma seleção de textos apresentados por ocasião do **V Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas**, que ocorreu na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas em 05 e 06 de novembro de 2009.

Neste volume, vários trabalhos são dedicados aos estudos terminológicos.

O texto **Terminologia e Ciência da Informação**, que sintetiza uma conferência apresentada por Marilda Lopez Ginez de Lara, retrata como se processam os frutíferos diálogos da Ciência da Informação com a Terminologia: em uma perspectiva, este diálogo se dá em função da elaboração de instrumentos de organização da informação (tesauro, estruturação de *sites*, mecanismos de busca semântica etc.) e, em outra, em apoio à formação do documentalista para o exercício de suas funções relativas ao reconhecimento e à apropriação de vocabulários das linguagens de especialidade.

Os textos referentes à mesa-redonda **Diferentes facetas do trabalho terminológico** referem-se a duas perspectivas do trabalho em terminologia. Adriana Zavaglia, Carolina Poppi, Carolina Fernandes Madruga e Aina Cunha Cruz estudam, em **Terminologia e tradução: o caso do texto literário**, a ocorrência de terminologias em textos da literatura brasileira, observadas sob o enfoque da tradução. O texto **Aspectos variacionais em corpora comparáveis na terminologia da Nanociência/Nanotecnologia**, de Manoel Messias Alves da Silva, aborda os tipos de variantes registrados em diferentes *corpora* dessa terminologia.

Alexandra Feldekircher Müller, em **A terminologia da sentença previdenciária**, busca formas de reconhecimento da terminologia do Direito Previdenciário no gênero textual Sentença Jurídica Previdenciária, enfatizando o papel desempenhado pelo texto especializado nessa tarefa de reconhecimento. Ainda no âmbito do Direito, em **Institutas de Gaia: considerações terminológicas**, Conceição Aparecida Barbosa enfoca o estudo de termos que compõem o vocabulário do Livro IV das Institutas, de Gaio, autor que, por causa de suas obras, teve grande importância no estudo do Direito Romano. Em **Reflexões iniciais para um estudo descritivo do léxico da Educação à distância**, Márcio Sales Santiago

apresenta seu projeto de tese, que cumpre o objetivo principal de identificar e descrever o léxico dessa disciplina.

Alguns trabalhos inserem-se na temática dos estudos neológicos.

Em **A terminografia das línguas de especialidade em árabe: o papel das academias de letras**, Elias Mendes Campos estuda como o número crescente de novos termos na língua árabe, ocasionados pelo avanço das ciências e das técnicas, instigou a criação de academias de letras que atuam como organismos reguladores da inserção de novas unidades lexicais. Luciana Pissolato de Oliveira aborda, em **Terminologia e metáfora: aspectos discursivos**, algumas formações metafóricas da área da Genética Molecular em dois tipos de gêneros textuais, o científico e o de divulgação científica. O texto **Expressões idiomáticas na sala de aula de língua materna: o tratamento dessas unidades lexicais no livro didático**, de Aline Luiza da Cunha e Aderlande Pereira Ferraz, aborda a importância, para o estudo do léxico, do estudo de expressões idiomáticas neológicas. Em **A prefixação intensiva em anúncios publicitários**, Amanda Ferreira de Albuquerque estuda os neologismos formados por prefixação na linguagem publicitária veiculada em *outdoors* e anúncios de revistas e jornais. Com base em um *corpus* literário, Solange Peixe Pinheiro de Carvalho apresenta, em **Análise dos amálgamas na obra em prosa de Ariano Suassuna**, o efeito estilístico provocado por esse processo de formação de palavras na obra do autor.

No âmbito da morfologia, Érica Santos Soares de Freitas, em **Para uma nova datação de palavras sufixadas em -mento, em português**, aborda as palavras portuguesas formadas pelo sufixo derivacional -mento e suas datações no Dicionário Houaiss da língua portuguesa. **Concorrência entre sufixos, uma visão diacrônica**, de Nilsa Areán-Garcia, trata, diacronicamente, da concorrência entre sufixos na formação de palavras e apresenta, como exemplos, algumas ocorrências com os sufixos -ista e -eiro(a).

Um capítulo é dedicado aos estudos toponímicos: Vanice Ribeiro Dias Latorre apresenta, em **Taxionomia dos topônimos e antropônimos: o encantamento dos nomes**, um estudo sobre os topônimos e antropônimos no léxico de Guimarães Rosa, analisando os traços de etnia e etnicidade que caracterizam o homem e o ambiente do sertão.

TERMINOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Marilda Lopes Ginez de LARA
Universidade de São Paulo (ECA)
larama@usp.br

RESUMO: Os diálogos da Ciência da Informação com a Terminologia se desenvolvem ao menos sob duas perspectivas: a primeira, perseguindo referências concretas – termos e conceitos – como também teórico-metodológicas para a elaboração de instrumentos de organização da informação (tesauro, estruturação de sites, mecanismos de busca semântica etc.); a segunda, buscando apoiar a formação do documentalista para o exercício de suas funções relativas ao reconhecimento e apropriação de vocabulários das linguagens de especialidade. No primeiro caso, recorre-se a produtos terminológicos – vocabulários, glossários, dicionários técnico-científicos – que dão suporte ao trabalho documentário, bem como às metodologias que apóiam o trabalho terminológico de observação dos discursos especializados visando a identificação de termos e suas definições, a circunscrição dos conceitos e a organização da estrutura nocional de áreas temáticas. No segundo caso, aos procedimentos que auxiliam a identificação dos níveis de especialização dos textos, à identificação dos tipos de vocabulário e à interpretação dos conceitos, referências para a proposição procedimentos pedagógicos para viabilizar o uso efetivo da Terminologia. Parte-se do princípio que o uso da Terminologia pela Ciência da Informação requer procedimentos diferentes em face aos objetivos: para a construção de linguagens documentárias, tais procedimentos são onomasiológicos, buscando a normalização das formas de expressão dos conceitos; já do ponto de vista da interpretação – e da aprendizagem do aluno – o procedimento é semasiológico, uma vez que é frente ao discurso que o intérprete conceptualiza, e não por abstração.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia e Ciência da Informação; Terminologia e Documentação; Procedimentos onomasiológicos; Procedimentos semasiológicos.

PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO/CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COM A TERMINOLOGIA: OS PROCEDIMENTOS ONOMASIOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DE LINGUGENS DOCUMENTÁRIAS

As interlocuções com a Terminologia têm se intensificado desde a década de 90 do século XX. A principal motivação da procura pelo estabelecimento de uma interface visou o desenvolvimento das linguagens documentárias, instrumentos utilizados para indexar os textos que compõem um sistema documentário e, simultaneamente, para facilitar sua recuperação.

Uma linguagem documentária caracteriza-se como uma espécie de metalinguagem. Ela é composta por um léxico (um repertório), um sistema de relações entre as unidades desse léxico e regras de uso. O léxico tem como referência o vocabulário conceitual a que corresponde o conjunto de textos a serem indexados. Pode reunir unidades relativas aos conceitos da área de odontologia, de química analítica, do campo da arte contemporânea, política cultural etc. Por meio de relações de natureza hierárquica, associativa e de equivalência sinonímica ou quase-sinonímica, as unidades do léxico e são mutuamente relacionadas como meio de delimitar seu significado. Como consequência, o conjunto formado por tal rede lógico-semântica também ganha significado.

Para se ter um exemplo, reproduzimos a seguir um trecho de um tesouro, tipo de linguagem documentária considerada mais eficiente para a indexação e a recuperação da informação do que os sistemas de classificação enciclopédicos como o Dewey Decimal Classification – CDD, ou a Classificação Decimal Universal – CDU.

ECONOMIC DEPENDENCE/DEPENDENCE	
ÉCONOMIQUE/DEPENDENCIA ECONOMICA 01.02.03	
<i>SN: SITUATION IN WHICH A COUNTRY'S ECONOMY IS SUBORDINATED TO THE DEVELOPMENT OF ANOTHER COUNTRY'S ECONOMY.</i>	
	<i>SCOPE NOTE/NE</i>
TT	INTERNATIONAL RELATIONS [TOP TERM/CATEGORIA]
BT	INTERNATIONAL ECONOMIC RELATIONS
	<i>BROADER TERM/TG</i>
RT	ECONOMIC INTERDEPENDENCE
	<i>RELATED TERM/TR</i>
	IMPERIALISM
	NEOCOLONIALISM
	TECHNOLOGICAL DEPENDENCE

Fig.1 – Macrothesaurus OCDE

INTERNATIONAL RELATIONS			
RELATIONS	INTERNATIONALES	/	RELACIONES
INTERNACIONALES			
01.02.01			
UF:	INTERNATIONAL AFFAIRS		<i>USED FOR /USADO PARA</i>
NT:	BILATERAL RELATIONS		<i>NARROWER TERM/TE</i>
	FOREIGN RELATIONS		
	INTERNATIONAL ECONOMIC RELATIONS		

	MULTILATERAL RELATIONS	
RT:	ALLIANCES	RELATED TERM/TR
	DETENTE	
	DISARMAMENT	
	FOREIGN INTERVENTION	
	INTERNATIONAL LAW	
	INTERNATIONAL POLITICS	
	INTERNATIONALIZATION	
	NEUTRALISM	
	NEUTRALITY	
	PEACEFUL COEXISTENCE	

Fig. 2 – Macrothesaurus OCDE

Os descritores de um tesouro são também organizados em categorias, podendo ser acessados por elas (do geral para o particular), por descritor e não descritor (organização alfabética), ou por índice permutado (ordenação alfabética de cada palavra dos descritores e não descritores). Para se ter uma ideia, veja-se:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/oecd-macroth/en/index.htm>

<http://databases.unesco.org/thesaurus/>

Por muito tempo, a seleção dos termos que compunha uma linguagem documentária como um tesouro era baseada na verificação de frequência e ocorrência dos termos na literatura. Do mesmo modo, a elaboração da rede de relações lógico-semânticas era respaldada na garantia literária, ou seja, na observação das expressões comuns na literatura. Os dois procedimentos, no entanto, não se mostravam suficientes para a elaboração de um produto consistente, porque careciam de bases metodológicas.

Essa situação foi alterada com o uso dos produtos da Terminologia – Dicionários e Glossários de Especialidades, desde que existentes, bem como de seus princípios e metodologias, do que são um exemplo as normas terminológicas. Verificou-se que os produtos terminológicos podem fornecer referência concreta para os descritores por meio dos termos e de suas definições que são, de um modo geral, representações do compartilhamento teórico e designacional de uma área de especialidade ou de atividade, ou seja, validadas pelas comunidades discursivas.

As primeiras apropriações da Terminologia pela Documentação tiveram origem nas propostas da Teoria Geral da Terminologia, de Eugene Wüster, autor cuja proximidade intelectual com Rudolf Carnap, filósofo do Círculo de Viena, se preocupava com a precisão da linguagem. Os objetivos desses dois autores eram muito parecidos: "conseguir uma comunicação inequívoca e sem ambiguidade sobre os temas especializados" [1] (Galinski & Budin, 1998, p.15), a despeito de seus métodos diferentes. Partindo da lógica clássica, Wüster alinhava-se ao positivismo lógico do Círculo de Viena, que via a ciência como o aparelho privilegiado de

representação do mundo. Algumas vertentes dentro do Círculo chegaram a postular a coincidência entre a linguagem unívoca da ciência e a experiência ou observação imediatas. Assim, os princípios da TGT são a objetividade, a precisão e a não-ambiguidade.

Considerada uma vertente clássica da Terminologia, ela compartilha do ideal de uma linguagem unívoca, homogênea e universal, distinta da linguagem comum e concebe os conceitos como constructos mentais anteriores e independentes da linguagem. Deriva daí o privilégio que confere à normalização como meio de garantir uma comunicação unívoca. (LARA, 2006)

Sager observa que a ênfase na normalização pode ser atribuída à natureza sistemática e ao potencial classificador das linguagens (Sager, citado por Krieger, 2001). O privilégio desses aspectos, no entanto, acaba por não observar a função primordial da linguagem que é ser instrumento de comunicação, tema sobre o qual voltaremos mais à frente. Observa-se também que a proposta wüsteriana teve como objeto concreto as engenharias e tecnologias, o que pode ajudar a explicar a formalização.

A terminologia de Wüster orienta-se de modo onomasiológico, ou seja, parte dos conceitos, que são organizados em ordem sistemática num dicionário, e busca, depois, as designações. O *Dictionnaire de la machine-outil*, por ele elaborado em 1935, é um exemplo que seria incorporado à Teoria Geral da Terminologia – TGT. Ao percorrer a ordem sistemática, que se organiza hierarquicamente, podem ser encontrados os significantes correspondentes. O procedimento onomasiológico privilegia o conceito sobre o termo – ou o significado sobre o significante. Ela pode ser compreendida porque é o especialista quem elabora o seu vocabulário. É ele quem detém o conhecimento sobre os conceitos e pode selecionar as denominações mais adequadas. E são os produtos terminológicos construídos dessa forma que orientam a seleção, principalmente por comparação, dos descritores das linguagens da Documentação.

A orientação onomasiológica é importante para a Terminologia porque fornece embasamento para a prescrição da relação conceito-termo. Já para a Documentação ela operacionaliza a comparação que é a base da normalização, por exemplo, a relação de equivalência nos tesouros. No entanto, é uma orientação inócua para o desenvolvimento da aprendizagem. (TÁLAMO; LARA, 2007; 2009)

A proposta da TGT, que se mostrou como uma solução sedutora para os problemas linguísticos enfrentados pela Documentação, apresenta dificuldades quando não se tem sistemas de conceitos estáveis. Por esse motivo, a Documentação tem se interessado pelas

novas propostas da Terminologia – a Teoria Comunicativa da Terminologia, a Socioterminologia – na tentativa de enfrentar as especificidades dos discursos das ciências sociais e das humanidades, discursos cujo léxico, diferentemente do que ocorre com os discursos técnico-científicos, confunde-se com o léxico comum e não se expressa por taxonomias (Krieger, 2001). Alan Rey, na década de 70 do séc. XX, já alertara sobre o fato de que os termos não podem ser vistos como construtos ideais e homogêneos, isentos de polissemia e de ambiguidade a serviço preferencialmente da comunicação entre especialistas (Rey, 1979, citado por Krieger, 2001). Essas novas tendências da Terminologia destacam, conseqüentemente, o fato de que a abordagem onomasiológica é mais adequada quanto existe um sistema conceptual estável e coerente e onde às noções correspondem objetos, como é o caso dos termos técnicos.

A APRENDIZAGEM DO DOCUMENTALISTA: O PROCEDIMENTO SEMASIOLÓGICO

O modelo semântico de Pottier (1992), ao oferecer uma visão dinâmica da comunicação, mostra que os sujeitos mudam frequentemente de posição, ora como emissores, ora como receptores. Suas reflexões permitem distinguir melhor o que diferencia o procedimento onomasiológico do semasiológico.

Para Pottier, no percurso da enunciação, o enunciador parte de suas intenções de significar para construir a mensagem ou o enunciado. Nesta posição, tem-se o percurso onomasiológico, que corresponde à conceptualização do mundo, à lexematização e à produção discursiva. Na recepção, ao contrário, tem-se o procedimento semasiológico, quando o receptor (enunciatário) parte da mensagem ou do discurso que a contém para proceder a interpretação. Em resumo, “do conceito ao dito, tem-se a onomasiologia, e do dito à interpretação, a semasiologia. Logo, a orientação onomasiológica é da categoria do enunciador e a semasiológica é da categoria da recepção.” (Tálamo & Lara, 2007; 2009).

A ênfase no trabalho terminológico de produção de uma terminologia segue prioritariamente a orientação onomasiológica, partindo da conceptualização do mundo de referência que é expressa, em seguida, por signos. Dito de outro modo, parte-se da substância do conteúdo para a forma do conteúdo, como diria Hjelmslev, utilizando-se processos de designação. Mas como nem sempre há sistemas conceptuais estáveis, muitas vezes o trabalho terminológico mobiliza, simultaneamente, as duas orientações. Como afirmou Hermans (1989, p. 529-530), termos teóricos têm sua significação no ambiente e paradigmas nos quais figura. Dito de outro modo, há situações que requerem interpretação.

A aprendizagem do documentalista, que não é especialista, requer uma orientação semântica característica da recepção, ou seja, “do intérprete que face ao discurso o conceptualiza” (Tálamo & Lara, 2007; 2009). Como se observa em Pottier, a comunicação sempre se realiza em nível conceptual independentemente do lugar de partida.

[...] a orientação semasiológica dispõe de etapas: a primeira diz respeito aos contextos em que aparece a unidade e, em seguida, à sua inserção em paradigmas. Se ao processo de significação corresponde à transformação das ideias em discursos – parte do conceito –, a interpretação chega ao conceito a partir do signo. Essa perspectiva pode ser explorada, pela Ciência da Informação, para a aprendizagem do documentalista.

Se na construção de uma linguagem documentária utiliza-se o procedimento onomasiológico, na aprendizagem o caminho é inverso.

UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA DE USO DA ORIENTAÇÃO SEMASIOLÓGICA PARA A CONSTRUÇÃO DE LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

A introdução da Terminologia aos alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação da ECA-USP, é realizada por meio da disciplina optativa “Introdução à Terminologia para a Documentação”. Sem pretender formar terminólogos, seu objetivo é possibilitar o diálogo da Documentação com o campo da Terminologia visando a formação do documentalista. Um relato da experiência, aqui resumido, pode ser consultado em Lara & Tálamo, 2007.

A disciplina faz uma pequena introdução ao escopo da Terminologia e, em seguida, sugere que os alunos explorem um pequeno *corpus* sobre um tema atual que contemple textos de diferentes níveis de especialização. O trabalho sobre esses textos incide principalmente sobre o vocabulário conceitual, selecionando-se os termos a serem analisados.

Selecionados os termos, são registrados os contextos (trechos literais dos discursos) onde eles ocorrem, utilizando como apoio fichas terminológicas de coleta (recolha) que compreendem os campos: termo candidato, suas variações (sinônimos) e os contextos de uso, além de fonte, domínio proposto, responsável pelo preenchimento e data.

De modo paralelo, são introduzidos conceitos teóricos das teorias da linguagem e da Terminologia, de modo a levar os alunos a compreenderem as diferenças entre os textos – do cotidiano, de divulgação, especializados – bem como as características e

funcionalidades da palavra, do termo e, posteriormente, do descritor. Espera-se que o aluno, progressivamente, compreenda que existem diferentes níveis de linguagem e saiba identificar suas características. Com o conjunto das fichas de coleta, são realizadas fichas de síntese de cada termo. Nas fichas de síntese, os alunos analisam mais aprofundadamente os contextos, comparando-os, identificando suas similaridades e diferenças, e separando as características dos conceitos. Os diferentes usos dos termos permitem que ele compreenda onde e quando uma palavra da linguagem cotidiana passa a ter um uso especializado. Este processo leva ao entendimento e à interpretação dos textos, sendo fundamental para a assimilação dos conceitos de modo a propor uma definição de cada termo.

Nesta fase, o procedimento utilizado é semasiológico: é ele que permite que interpretar e, em seguida, propor, a expressão da conceptualização (processo onomasiológico). A compreensão dos significados permite, também, que eles realizem melhor a organização de sistemas de conceitos.

É nesse momento que os alunos reúnem condições de propor uma primeira árvore de domínio, que é continuamente reorganizada à medida que são mobilizados os dados das fichas. A proposição da árvore permite que se trabalhe, também, a categorização, procedimento importante na Documentação para a formação dos grupos de termos que balizarão a construção da linguagem documentária. Os alunos vivenciam a experiência de passar das noções intuitivas de conjunto e graus de generalidade, para as noções lógico-linguísticas de encaixe, de associação por contiguidade espaço-temporal e de sinonímia.

Utilizando os percursos semasiológico e onomasiológico, os alunos reúnem condições de propor a rede relacional de uma linguagem documentária (um tesouro documentário, por exemplo), distribuindo os termos em níveis de superordenação, subordinação, associação e equivalência.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Com esta breve exposição, pretendeu-se mostrar parte do trabalho desenvolvido pela Ciência da Informação no diálogo com a Terminologia. Se de início a orientação perseguida era exclusivamente de ordem onomasiológica, a experiência didática mostrou que, para a aprendizagem, esse procedimento não é suficiente. De fato, a Linguística Documentária, subcampo da Ciência da Informação que se dedica à pesquisa e proposição de metodologias para a organização de linguagens documentárias, vem investindo no diálogo com a Terminologia também para refletir sobre estratégias de ensino (Tálamo & Lara, 2007; 2009). Procura-se não

só proceder à releitura da TGT à luz da prática documentária, como também pesquisar os avanços da Linguística na discussão sobre os estudos de significação envolvidos na constituição do léxico.

Na base de toda a reflexão está o reconhecimento de que a linguagem de especialidade, como também a linguagem documentária, fazem parte da linguagem geral. Por esse motivo, têm a propriedade de criar e traduzir o mundo, tal como modelizações, como também servem como meio para o procura-se -se realizar um trabalho interdisciplinar, quer pelo intercâmbio com os campos que estudam o léxico, como integrar aos processos de ensino, a interdisciplinaridade.

NOTA

(1) Tradução livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALINSKI, C.; BUDIN, G. Prefacio. In: WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, 1998.

HERMANS, A. La définition des termes scientifiques. **Méta**, Montréal. 34, n. 3, p. 529-532, 1989.

KRIEGER, M.G. Terminologia revisitada. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A.M.B. **Temas de terminologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; São Paulo: Humanitas, 2001.

LARA, M. L. G. Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **Datagramazero**, Rio de Janeiro. 7, p. 2, 2006. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago06/Art_02.htm

_____; TÁLAMO, M. F. G. M. Linguística Documentária e Terminologia: experiência didática na interface das disciplinas. **Anais do Simposio Iberoamericano de Terminología**, 10, Montevideo, 07-10 nov. 2006.

_____. Uma experiência na interface Linguística Documentária e Terminologia. **Datagramazero**, Rio de Janeiro. 2007. 8, p. artigo 1. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out07/Art_01.htm

MACROTHESAURUS OCDE (1991). Paris: OECD.

POTTIER, B. **Sémantique générale**. Paris: PUF, 1992.

TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G. Los filtros término-lingüísticos para la actividad documental. In: PEÑA, C. N. (Org.). **Memoria del 1 Simposio Internacional sobre Organización del Conocimiento: Bibliotecología y Terminología**. Cidade do Mexico: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, p. 19-36, 2009.

TERMINOLOGIA E TRADUÇÃO: O CASO DO TEXTO LITERÁRIO

Adriana ZAVAGLIA
Universidade de São Paulo (FFLCH)
zavaglia@usp.br

Carolina POPPI
Universidade de São Paulo (Iniciação Científica)
capoppi@usp.br

Carolina Fernandes MADRUGA
Universidade de São Paulo (Iniciação Científica)
carolina.madruga@usp.br

Aina Cunha CRUZ
Universidade de São Paulo (Mestranda)
aina.nascimento@usp.br

RESUMO: Durante uma pesquisa de pós-doutoramento sobre a tradução para o francês de marcadores culturais identificados na literatura regionalista brasileira, observei a ocorrência, quantitativamente não negligenciável, de terminologias nesses textos. Desde então, venho debruçando-me sobre o tema, considerando, numa perspectiva comunicativa da Terminologia, a ativação do caráter terminológico do léxico na Literatura brasileira traduzida de acordo com seu contexto e situação (CABRÉ, 1999). Nesse sentido, o principal objetivo desta exposição será relatar os resultados de pesquisa que desenvolvi e oriento sobre o assunto, levando em conta trabalhos já publicados sobre a matéria, como os de Alves (1981, 1982), Barbosa (2006), Cazés (2002) e Garcia Yebra (2005).

PALAVRAS-CHAVE: Marcadores culturais; Terminologia; Tradução; Literatura; Francês.

INTRODUÇÃO

De abril de 2003 a fevereiro de 2006, desenvolvi um projeto de pós-doutorado na Universidade de São Paulo junto ao Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia – Citrat/Fflch, sob a supervisão de Francis Henrik Aubert (proc. Fapesp: 02/13435-0). A pesquisa tinha como escopo principal entrelaçar a abordagem tradutológica das Modalidades de Tradução de Aubert (1998) com a

Teoria das Operações Enunciativas de Culioli (2000) para observar a organização de marcadores culturais na relação entre *Sagarana*, de Guimarães Rosa, e sua tradução homônima para o francês, de Jacques Thiériot, e, ao mesmo tempo, ampliar o alcance teórico-empírico dessas duas abordagens, redimensionando o diálogo entre os Estudos da Tradução e a Linguística.

Posteriormente ampliado, o *corpus* da pesquisa foi analisado por expedientes tradutológicos de duas maneiras: por segmentos de texto corrido e por unidades isoladas. Na análise realizada por segmentos, um *corpus* de 2000 ocorrências foi classificado na direção do português para o francês de acordo com as modalidades tradutórias diretas e indiretas (Aubert, 1998), quantificado e interpretado qualitativamente. Na análise por unidades isoladas, alguns itens, observados longitudinalmente em toda a obra, foram classificados na mesma direção tradutória segundo as modalidades de Aubert (1998), o co-texto, o contexto e os domínios culturais (ecológico, ideológico, material ou social) a fim de serem também quantificados e interpretados qualitativamente.

Esse mesmo *corpus*, já analisado pelo viés tradutológico, foi posteriormente observado e analisado segundo a fundamentação linguístico-enunciativa de Culioli (2000) seguindo a mesma lógica acima citada quanto aos segmentos de texto corrido e quanto aos termos isolados: no *corpus* de 2000 ocorrências, foram verificadas as operações enunciativas marcadas por unidades específicas e, dos marcadores culturais mais recorrentes, foram derivadas formas esquemático-tradutológicas.

Do casamento das duas análises, tradutológica e linguística, observei a relação entre a ocorrência preponderante de determinada modalidade de tradução e as operações de linguagem marcadas pelas unidades linguísticas e verifiquei, de um lado, que, quanto mais distantes do ponto zero de tradução, a relação tradutológica entre os segmentos textuais revelava operações enunciativas diversas em cada uma das línguas e, de outro, que, quanto mais próximas do ponto zero, operações enunciativas semelhantes tinham lugar. Esse enlace, que levou em conta a atividade de linguagem (de natureza cognitiva) apreendida através das duas línguas envolvidas na tradução (o francês da França e o português do Brasil), permitiu determinar algumas regularidades, previsibilidades e tendências no processo de (re)construção dos valores referenciais dos marcadores culturais mapeados segundo aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, isoladamente e de forma integrada.

Nesse processo, foi observada ao acaso a presença de marcadores culturais que não eram regionalismos, mas pertenciam a outros níveis da língua portuguesa do Brasil. Percebi aos poucos que havia nesses textos¹ uma ocorrência quantitativa e qualitativamente não negligenciável de terminologias, ou seja, de léxico especializado. Desde então, passei a indagar-me sobre o estatuto desse léxico na literatura, sobre a fronteira tradicionalmente estabelecida entre

tradução literária e especializada e sobre o ponto de conflito entre Lexicologia e Terminologia na Literatura. O tema passou a ser um dos interesses de minhas pesquisas sobre tradução numa perspectiva comunicativa da Terminologia. Desse modo, pretendo relatar neste trabalho resultados de pesquisa que desenvolvo ou oriento sobre essa problemática. Para tanto, serão desenvolvidos, em co-autoria com minhas alunas de iniciação científica e mestrado: (i) a relação entre Terminologia, Lexicologia e Literatura de forma geral, (ii) a perspectiva terminológica que tenho adotado para trabalhar os pontos de conflito identificados na tradução e (iii) dois relatos de pesquisas que tentam trazer algum esclarecimento à questão.

TERMINOLOGIA E LEXICOLOGIAⁱⁱ

A Terminologia e a Lexicologia, apesar de serem ciências que lidam com o universo da palavra, possuem materiais e métodos de caracterização e percursos de investigação diferentes: grosso modo, a Lexicologia concentra-se no estudo do chamado léxico geral, em que se incluem também termos, e a Terminologia, no estudo do chamado léxico especializado. Essa fronteira, porém, não é nítida no discurso, em que as palavras podem trafegar, dependendo do tipo de texto, de um domínio a outro.

A permeabilidade da fronteira que a tradição dos estudos linguísticos traçou para separar os dois domínios mostra-se vigorosa na maior parte dos casos. Há várias causas que podem explicar esse fenômeno. Uma delas diz respeito ao fato de a Lexicologia lidar com um objeto que pressupõe constantes mudanças. Como já notara Biderman (2001, p.179): “O Léxico se expande, se altera e, às vezes, se contrai. As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares; daí resulta que unidades ou setores completos do Léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer”. Nesse processo de transformação do léxico, o discurso e os enunciadores são agentes participativos e, como tal devem ser considerados. Como ressaltou a mesma autora:

Embora o Léxico seja patrimônio da comunidade lingüística, na prática, são os usuários da língua – os falantes – aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua. Ao atribuírem conotações particulares aos lexemas, nos usos do discurso, os indivíduos podem agir sobre a estrutura do Léxico, alterando as áreas de significação das palavras. É por isso que podemos afirmar que o indivíduo gera a Semântica da sua língua [...]. Ao fim e ao cabo, o universo semântico se estrutura em torno de dois pólos opostos: o indivíduo e a sociedade.

Dessa tensão em movimento se origina o Léxico.
(BIDERMAN, 2001, p. 179)

Observa-se, assim, que o léxico é o componente da língua mais “vulnerável a pressões em vários sentidos, internas e externas”, e, por isso mesmo, sofre maiores alterações (BORBA, 2003, p.21). Nessas mudanças, uma palavra do léxico geral pode passar a integrar a terminologia de um domínio especializado e, no sentido inverso, um termo de uma área específica pode ter seu conceito expandido para a língua cotidiana, adquirindo outros sentidos, o que é muito comum nos dias de hoje devido à vulgarização da ciência em meios de comunicação populares, como jornais (impressos ou televisivos) ou revistas. Diz Cabré (2002, p.10):

É certo que o surgimento de situações comunicativas novas para os temas de especialidade tem favorecido a perda de controle exclusivo do conhecimento especializado por parte dos especialistas ou experts e tem reduzido o panorama do que era já há muitas décadas a comunicação especializada.

A grande difusão do conhecimento especializado através dos meios de comunicação e a generalização do ensino obrigatório, por um lado, e, por outro, a entrada e a difusão do conhecimento por profissionais não necessariamente formados na matéria, paralelamente à eclosão da utilização comercial e política da ciência, tem aberto para a transmissão da informação especializada um panorama complexo e variado.

De fato, dizer hoje que apenas são especializados os textos produzidos por e para especialistas é cair na tentação de pensar que o mundo não muda. No entanto, em nosso entender, o fato de que outras coletividades sejam ao lado dos especialistas transmissores de conhecimento não pode confundir-se com serem produtores – pelo menos produtores *strictu sensu* – de conhecimento especializado. (CABRÉ, 2002, p.10) (Tradução nossa)

Ocorre, desse modo, que, passadas algumas décadas da criação da Terminologia geral wüsteriana, o domínio vem sofrendo uma revisão por parte dos especialistas, uma vez que hoje a proposta de Wüster é vista como reducionista e idealista, com pressupostos insuficientes para dar conta das unidades terminológicas dentro do panorama comunicativo plural atual. Em situações profissionais reais,

notam-se, segundo Cabré (1999), características que coincidem com as das situações de uso da língua geral, em que as unidades terminológicas compartilham elementos com as unidades da linguagem natural e de outros sistemas simbólicos não linguísticos, o que abre a possibilidade de sua descrição por uma teoria de base menos restritiva. Em outras palavras, não seria possível excluir da abordagem terminológica a comunicação e a cognição, uma vez que as terminologias organizam-se no discurso e sofrem as mesmas alterações e mudanças verificadas no léxico da língua geral. Assim, explicar uma ciência da linguagem autonomamente por dados parciais não permite que seus expedientes sejam contemplados nas mais diversas situações comunicativas, especializadas ou não-especializadas.

Cabré (1999) também afirma que o falante de uma língua não é detentor de uma dupla competência linguística, a especializada e a geral, uma vez que as terminologias podem fazer parte dos signos da linguagem natural e, dessa forma, integrar-se aos conhecimentos gerais do falante. Apesar disso, a autora acrescenta, de um lado, que o termo, detentor de um conceito de determinada área, pode também ser utilizado na linguagem natural e, de outro, que o conhecimento especializado continua mantendo seu caráter idiossincrático. Desse modo, por sua característica interdisciplinar, os termos participam e compartilham de muitas propriedades das unidades da linguagem natural, podendo ser explicados a partir de uma teoria da linguagem que reúna fundamentos de diversas teorias, como a gramatical, a comunicativa e a cognitiva, integrando essas três dimensões.

Por outro lado, essa abertura teórica inaugura um ponto de conflito entre a Lexicologia e a Terminologia no estabelecimento de uma fronteira entre textos especializados ou não especializados ou na caracterização do estatuto dos termos que ocorrem em textos não especializados.

TERMINOLOGIA, LEXICOLOGIA E LITERATURAⁱⁱⁱ

Do ponto de vista dos lexicólogos e dos terminólogos, a caracterização de um texto especializado ou não especializado não é consensual; tampouco o pertencimento ou não dos termos a um e/ou a outro domínio. Para Cabré (2002), essa caracterização depende do produtor do texto, de seus destinatários, da organização geral de sua estrutura e de suas unidades lexicais. Segundo ela, somente o especialista pode transmitir conhecimento especializado, só através dele é possível que a ciência seja divulgada “em sentido não metafórico” (CABRÉ, 2002, p. 11), ou seja, implicando intenção didática, inovação e controle do conhecimento e controle da organização do texto e da estruturação dos conceitos por parte do

autor e expectativa de aprendizagem por parte dos destinatários. Além disso, acrescenta a autora que não é a temática de um texto que o define como especializado, mas o tratamento de seu conteúdo:

Habitualmente, considera-se que são as temáticas especializadas que determinam o caráter especializado de um texto. De acordo com este critério, um texto de física ou de botânica seria automaticamente especializado e, em contraste, um texto sobre culinária ou jogos seria não especializado. A nosso ver, e assim o desenvolvemos em Cabré (1998), a temática unicamente orienta a probabilidade, mas não é uma condição nem necessária nem suficiente para caracterizar um texto como especializado.

A razão nos parece clara. Se antes advogamos pela noção de especialista em função do controle conceitual de um campo de conhecimento, se afirmamos também que o conhecimento especializado produzido em um campo consolida-se através do discurso entre os especialistas do campo em questão e que seus conceitos se estabelecem no discurso (por meio de operações metalingüísticas explícitas ou implícitas) ou através de obras de fixação dos termos (glossários e dicionários) por consenso - também explícito ou implícito - da comunidade expert no tema, parece evidente que o que dá caráter especializado a um texto é esse controle, e não o tema em si mesmo. É, pois, o tratamento sob controle que se faz de uma temática o que determina a condição de texto especializado.

Conseqüentemente, ainda que um texto de física, química ou matemática tenha mais probabilidade de ser um texto especializado, qualquer matéria ou tema abordado a partir desse controle previamente explicitado será um texto especializado do ponto de vista de seu conteúdo. Com isso concluímos que é o conteúdo, ou melhor, o tratamento desse conteúdo, e não o tema, a condição necessária para considerar que um texto é especializado. (CABRÉ, 2002, p. 11)

Há muito tempo, e notadamente a partir do século XIX, porém, autores literários incorporam aos textos que escrevem terminologias de áreas específicas. Por um lado, o fato de esses textos literários conterem terminologias não é, segundo a citação acima, suficiente para caracterizá-los como especializados e, tendo sido elaborados por

um autor literário, o tratamento dado a elas não é terminológico, ou seja, não pressupõe intenção didática, inovação ou controle do conhecimento. Claro está que um texto literário não pode ser um texto especializado; entretanto, o mesmo não se poderá dizer das terminologias que aparecem registradas em contexto literário. Em outras palavras, qual é o estatuto do termo em textos literários? Consequentemente, qual seria a postura do tradutor literário frente a esses termos: traduzi-los como termos, conservando o seu caráter especializado, ou como palavras da língua geral, sem conservar esse caráter?

TERMINOLOGIA E LITERATURA^{iv}

Do ponto de vista dos textos literários que apresentam terminologias, há algumas questões a destacar: o produtor do texto literário poderá ou não ser um especialista; o destinatário do texto será indeterminado, mas poderá também ser ou não um especialista; a organização geral do texto será compósita, uma vez que apresentará uma estruturação geral de texto literário contendo organizações discursivas especializadas; as unidades lexicais serão mistas (vocábulos e termos).

Sobre a questão da organização geral do texto e do léxico, Barbosa (2006) nota que as unidades lexicais que pertencem à língua comum são chamadas de vocábulos e aquelas pertencentes às linguagens de especialidade, termos, e que, em nível de sistema, as unidades lexicais são plurifuncionais, ou seja, o estabelecimento de sua função num texto dependerá de sua inserção em uma norma discursiva. É esta norma que determinará o estatuto da unidade lexical, de vocábulo ou de termo. A partir disso, portanto, poder-se-ia concluir que as unidades lexicais especializadas presentes em textos literários entrariam na norma discursiva geral do texto, que é literária, e teriam, consequentemente, estatuto de vocábulo. Cazés (2002) tem uma postura semelhante a esse respeito ao afirmar que termos que aparecem em textos não especializados pertencem à língua geral, uma vez que o seu emprego nesse ambiente traz como consequência a perda de sua condição terminológica. Entretanto, Alves (1981, 1982), ao descrever terminologias que observa em textos literários, a saber: o campo lexical da cana-de-açúcar nas obras de José Lins do Rego e o vocabulário do cacau em Jorge Amado, chega à conclusão de que esses termos, que qualifica de "culturais", exigem do leitor um conhecimento mais profundo de determinada especialidade. Em outras palavras, a autora coloca em relevo o fato de o leitor dessas obras necessitar de um conhecimento especializado para ler a obra literária. Segundo esta autora, do ponto de vista do destinatário do texto, portanto, o caráter especializado dos termos conserva-se mesmo em ambiente literário.

Tais questões se colocam em literatura porque o texto literário não é homogêneo. Assim como as unidades lexicais são plurifuncionais (Barbosa, 2006), podendo funcionar ora de uma maneira, ora de outra, os textos são também pluridiscursivos, ou seja, um texto especializado pode conter passagens de alta densidade poética, assim como um texto literário pode conter passagens de alta densidade terminológica. Ainda, do ponto de vista de Cabré (1999), para se determinar o caráter terminológico do termo ou o estatuto da unidade lexical como termo do ponto de vista da Terminologia, o procedimento de análise, bastante complexo, deve levar em consideração os quatro parâmetros acima destacados (produtor, destinatário, organização textual e unidades lexicais) que competem para ativar o caráter terminológico do termo dependendo de seu uso, ou seja, dependendo do contexto e situação. A comunicação especializada caracterizar-se-ia, portanto, segundo esta perspectiva, pela especificidade do tema e de sua perspectiva cognitiva, por seus interlocutores e pelas terminologias, já que é principalmente o termo que materializa o conhecimento especializado. Desse modo, os textos especializados possuiriam uma densidade terminológica que, segundo a autora, cresce à medida que aumenta o seu nível de especialidade.

Resulta dessas considerações, com argumentos contrários ou favoráveis, que o texto literário não poderá ser, de fato, considerado especializado apenas por conter unidades lexicais especializadas. Porém, como essas unidades aparecem em textos literários, é necessário indagar-se a respeito, não mais do ponto de vista do texto (especializado ou não especializado?), mas do ponto de vista das unidades lexicais especializadas que conferem ao texto literário a sua verossimilhança. Esse questionamento tem consequências diversas para várias áreas do conhecimento, dentre as quais a própria Terminologia e também a Lexicologia e a Literatura; neste trabalho, entretanto, interessa-nos a sua relação com a Tradução, o que discutiremos a seguir pelo relato dos resultados iniciais de algumas pesquisas.

PRIMEIRO RELATO: UM TERMO É UM TERMO NA LITERATURA?V

A tradução configura-se como uma área de estudos interdisciplinar, que dialoga, dentre outros, com os domínios da Terminologia^{vi} e da Lexicologia em muitas de suas problemáticas, dentre as quais a que se reporta à fronteira entre esses dois domínios. Relataremos abaixo um dos muitos pontos de conflito observado em tradução com respeito a esses dois domínios, tentando responder se um termo, ao aparecer em textos não especializados – em particular, textos literários –, continua sendo um termo do léxico especializado ou pertence nesse contexto ao léxico geral. Para tanto,

utilizamos dois *corpora* paralelos (originais em português e traduções em francês), um literário e outro especializado, que foram manipulados com o auxílio do programa *WordsmithTools*. A partir da observação das estratégias de tradução dos tradutores, foi possível detectar diferenças sensíveis no tratamento dos termos, ora vinculados ao contexto do léxico geral, ora ao especializado, com contornos linguístico-culturais bastante distintos. Cumpre ressaltar a importância dessa questão para os Estudos da Tradução, uma vez que coloca para a área uma questão teórica: como traduzir termos inseridos no discurso literário, como unidades lexicais especializadas ou não especializadas? Ou, em outras palavras, o tradutor deveria tratar os termos no discurso literário apenas como um vocábulo da língua geral ou, no ato tradutório, assumir uma postura terminológica e traduzi-lo como termo?

O *corpus* literário paralelo de base para a pesquisa compõe-se de obras literárias regionalistas brasileiras traduzidas para o francês (*Macunaíma*, de Mário de Andrade; *Sagarana*, de João Guimarães Rosa; *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *Tereza Batista Cansada de Guerra*, de Jorge Amado; *Macounaíma* e *Sagarana*, ambos traduzidos por Jacques Thiériot; *Hautes Terres: la Guerre de Canudos*, tradução de Jorge Coli & Antoine Seel; *Tereza Batista*, traduzido por Alice Raillard). Na pesquisa de Madruga (2007-2008),^{vii} esse *corpus* foi trabalhado de várias maneiras, dentre as quais, na continuidade da pesquisa de pós-doutorado da orientadora, com relação a um *corpus* de referência, o *Lácio-Ref* (projeto *Lácio-Web*), com o intuito de identificar os marcadores culturais presentes nas obras. Com o auxílio do programa *Wordsmith Tools* (Scott, 1996), foram considerados os seguintes critérios: i) listas de palavras dadas pelo programa *wordsmith tools* (classificação das palavras em domínios culturais, à exceção do linguístico, segundo Aubert (1985, apud Corrêa, 1998); ii) lista de palavras-chave com índices de chavicidade (hipótese: quanto mais elevada a chavicidade, maior probabilidade de a palavra ser um marcador cultural); iii) comparação da classificação por domínios culturais e da classificação por chavicidade para elaborar uma lista de candidatos a marcadores culturais, iv) consulta a diferentes dicionários (comparação dos contextos dos marcadores culturais com as definições lexicográficas e registros de língua).

O *corpus* especializado paralelo constitui-se de 30 certidões oficiais expedidas pelos Cartórios de Pessoas Naturais do Brasil de diferentes datas e locais, das quais sete são certidões de casamento e vinte e três, de nascimento, e de suas traduções juramentadas para o francês da França. Na pesquisa de Poppi (2007-2009),^{viii} foi possível observar que esse tipo de texto, cuja finalidade é a de fazer a publicidade dos negócios e atos jurídicos, entre estes últimos, do nascimento e do casamento das pessoas naturais, apresenta termos e fraseologias que se repetem, uma vez que esse tipo de texto, fruto da prática cartorial brasileira, organiza-se numa linguagem que provém de convenções de estilo muito arraigadas. Foi também

realizado nesse *corpus* o levantamento de candidatos a termo com o auxílio do programa *WordSmith Tools* e do *corpus* de referência *Lácio-Ref* pela lista de palavras-chave e, em seguida, por uma pesquisa lexicográfica e terminográfica desses candidatos.

Considerando ambos os *corpora*, tanto o literário quanto o especializado, percebeu-se que a palavra *município* havia sido listada como palavra-chave. Do ponto de vista qualitativo, observou-se que as estratégias dos tradutores diferenciavam-se bastante num e noutro contexto. Observem-se, para ilustração, os seguintes exemplos:

Corpus literário	
Português	Francês
<p>Janjão da Don'Ana é um paspalhão, e não conta. Mas Don'Ana do Janjão é uma mulher-homem, que manda e desmanda, amansa cavalos, fuma cachimbo, anda armada de garrucha, e chefia eleitorado bem copioso, no <i>município</i> nº 3. – Mas, meu tio, essa graciosa homenagem vai render-lhe pouco serviço... Os eleitores de Don'Ana do Janjão sendo de outro <i>município</i>... (SAGPT)</p>	<p>Janjão de Don'Ana est un jobard, et ne compte pas. Mais Don'Ana du Janjão est une virago, qui fait la pluie et le beau temps, dresse les chevaux, fume la pipe, se déplace toujours armée d'une pétoire, et est à la tête d'un électorat nombreux, dans la <i>circonscription</i> nº 3. – Mais, mon oncle, ce gracieux hommage ne vous servira pas à grand-chose... Les électeurs de Don'Ana du Janjão sont d'une autre <i>commune</i>... (SAGFR)</p>
<p>Decretada a autonomia dos <i>municípios</i>, as Câmaras das localidades do interior da Bahia tinham afixado nas tábuas tradicionais, que substituem a imprensa, editais para a cobrança de impostos etc. (SERPT)</p>	<p>L'autonomie des <i>municipalités</i> ayant été décrétée, les chambres municipales des villages de l'intérieur de l'État de Bahia avaient affiché, sur les traditionnels panneaux qui tenaient lieu de presse, des édits annonçant le recouvrement des impôts, etc.(SERFR)</p>
<p>Onde estão elas, seu Maximiano Silva das Negras, onde as guardaram tão bem guardadas que, sendo eu diretor do Posto e responsável pela saúde da população do <i>município</i>, ainda não consegui pôr os olhos em cima dessas benditas vacinas de repente tão necessárias? (TERPT)</p>	<p>Où sont ils, seu Maximiano Silva des Noires, où les avez-vous si bien rangés que moi, le directeur du poste, responsable de la santé de la population du <i>municipe</i>, je ne parviens pas à découvrir ces bienheureux vaccins soudain si nécessaires? (TERFR)</p>
Corpus especializado	
Português	Francês

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Registro Civil Estado de São Paulo Distrito, <i>Município</i> e Comarca de São Bernardo do Campo	REPUBLIQUE FEDERALE DU BRESIL Etat Civil Etat de São Paulo Arrondissement, <i>commune</i> et district de São Bernardo do Campo
--	--

No *corpus* especializado, *município* aparece sempre no singular nos originais e traduzido sempre por *commune* nas traduções, o que não ocorre no *corpus* literário, em que há variação de número e de traduções. Fazendo uma pesquisa sobre a *lexia*, em ambos os *corpora*, tanto o literário quanto o especializado, percebeu-se que a palavra *município* havia sido listada como palavra-chave. Dando prosseguimento à pesquisa, levantou-se que município, termo pertencente à área do Direito Administrativo no Brasil, aparece sem rubrica de especialidade em dicionários monolíngues de língua geral do português brasileiro e é definido por Plácido e Silva (2007, p. 937) como:

Extensão territorial constituída em divisão administrativa de um Estado federado, colocada sob um regime de autonomia administrativa, para que se dirija e governe pela vontade de seus habitantes (PLÁCIDO; SILVA, 2007, p. 937).

Na qualidade de termo, *município* atua no grau de densidade terminológica das certidões e, apesar de não transformar os textos literários em que ocorre em textos especializados, foi ali inserido pelos autores das obras em contextos específicos em detrimento de *cidade*, o que remete ao ponto conflituoso entre Lexicologia e Terminologia de que falamos anteriormente. Ora, está claro que, nos exemplos extraídos do *corpus* literário, a organização textual não é propriamente especializada, o que se estende igualmente aos produtores e destinatários dos textos por sua natureza indeterminada; porém, será possível dizer o mesmo do ponto de vista do termo em questão? Por que teria o autor literário inserido esse termo em seu texto? O leitor, por sua vez, lerá esse termo como um termo? E na relação que nos interessa mais, entre texto original e tradutor, esse termo será traduzido como termo?

Vejamus primeiramente como o *Lexique des Termes Juridiques* define as palavras que estão em relação de tradução com *município* nos exemplos acima: *circonscription* denomina uma porção de território cuja população elege um ou vários representantes, paralelo a *zona* (eleitoral); *commune* pode ser tanto uma circunscrição administrativa sob a autoridade de um prefeito assistido por assistentes e vereadores como a pessoa jurídica que representa os

seus habitantes; *municipalité* é o conjunto das pessoas eleitas (prefeito, assistentes e vereadores) e dos funcionários que administram uma *commune*; *municipe*, obsoleto, denomina a cidade que possuía o direito de cidade romana e, ao mesmo tempo, continuava a viver segundo suas próprias leis. Percebe-se, do ponto de vista das estratégias de tradução (Aubert, 1998), que *circonscription* e *municipalité* são modulações, uma vez que os tradutores, em vez de referirem-se ao município de fato, atêm-se ao co-texto do eleitorado e ao conjunto de pessoas que governa; no caso de *municipe*, trata-se de um erro, já que não há paralelismos semânticos entre as lexias, ou de uma adaptação, caso a estratégia seja entendida como uma tentativa de projetar para o leitor francófono uma distância espaço-temporal significativa; já *commune* é uma tradução literal, em que um termo de um lado foi traduzido por outro termo do outro, o que revela o cuidado do tradutor em considerar o estatuto terminológico de *município* no contexto.

Às questões aventadas acima sobre as razões que teriam levado, e frequentemente levam, autores literários a inserir termos em seus textos ou sobre a recepção desses termos por parte do leitor, não há respostas, já que não é possível descobrir por suposições as intenções do autor, tampouco predizer as interpretações possíveis do público leitor. Do ponto de vista do termo, entretanto, é possível perceber que ele aparece quando temas especializados são tratados nas obras, seja sobre o eleitorado, a cobrança de impostos ou a saúde. Pela característica compósita do texto literário, o tradutor pode escolher tratar o termo como um vocábulo ou como termo. De todo modo, a nosso ver, um termo continua sendo um termo mesmo quando faz parte do discurso literário.

SEGUNDO RELATO: QUESTÕES CULTURAIS NA TRADUÇÃO LITERÁRIA DE TERMOS^{ix}

As terminologias, e as questões terminológicas que delas provêm, estarão sempre presentes na literatura quando uma obra literária abordar áreas especializadas do conhecimento, como o Direito, a Medicina ou a Biologia. Para realizar a tradução, o tradutor terá pelo menos dois caminhos a seguir: tratar esses termos como palavras da língua geral em contexto literário, e portanto passíveis de variação na tradução, ou realizar, como um desafio a mais, uma investigação terminológica na área em questão.

O trabalho de pesquisa de Cruz (2008, em andamento),^x na mesma linha do anterior, mas em direção tradutória oposta, tem como principal objetivo indagar-se, pela observação e análise, sobre a tradução de diferentes terminologias presentes em obras literárias francesas para o português brasileiro. O material de estudo do

projeto constitui-se de dois textos originais, *L'Étranger*, de Albert Camus, e *Particules Élémentaires*, de Michel Houellebecq, e de suas respectivas traduções, *O Estrangeiro*, de Valerie Rumjanek, *O Estrangeiro*, de Antonio Quadros, e *Partículas Elementares*, de Juremir Machado da Silva. A primeira obra trata, de forma simplificada, de um homem de origem francesa que vive na Argélia, então colônia francesa, e que, em uma certa tarde, de uma maneira confusa e conturbada, acaba por matar um árabe. A segunda parte da obra concentra uma série de situações jurídicas (julgamento, depoimentos, prisão), contendo termos da área. A segunda, através de trajetórias familiares e sentimentais caóticas de dois irmãos (Michel e Bruno) com personalidades completamente distintas, trata do declínio da sociedade ocidental: suas crenças, seus valores, suas ideologias, suas instituições, entre outros elementos. Devido ao fato de um dos personagens ser um pesquisador de biologia, encontram-se na obra termos oriundos dessa área.^{xi}

Num primeiro confronto das obras com suas traduções, ainda sem a utilização de programas e ferramentas da linguística de *corpus*, observou-se que os termos utilizados por Camus em sua obra foram traduzidos por diferentes estratégias tradutórias e aqueles empregados por Houellebecq não apresentaram variação de tradução.

Para ilustrar o primeiro caso, observem-se as seguintes relações:

Termos culturais específicos com recorte conceitual	
<i>L'étranger</i>	<i>O estrangeiro</i>
<i>Détention</i>	<i>Detenção</i>
Termos culturais específicos com equivalência conceitual	
<i>L'étranger</i>	<i>O estrangeiro</i>
<i>Avocat d'Office</i>	<i>Defensor Público</i>
Termos culturais específicos possivelmente sem equivalência conceitual	
<i>L'étranger</i>	<i>O estrangeiro</i>
<i>Juge d'instruction</i>	<i>Juiz de instrução</i>

O primeiro exemplo poderia ser analisado quase que como um falso cognato, uma vez que *détention*, no sistema francês, é o estado do detento que, tendo cometido um crime político, é privado de liberdade e mantido, num regime penitenciário diferente daquele de crimes de direito comum, em uma região especial da prisão, separado e isolado dos demais presos. O encarceramento e o isolamento explicam-se pela natureza política do crime e, conseqüentemente, pelo fato de a pena ser mais branda. No Brasil, não existe, para *detenção*, a diferença da natureza criminal, se política ou comum, mas é aplicada em caso de crimes considerados menos graves; desse modo, no sistema brasileiro, *detenção* é o estado do detento privado parcialmente de liberdade, isolado da

sociedade, mas não dos outros presos em uma região especial da prisão. Além disso, *detenção* é sobretudo empregado como sinônimo de cadeia ou prisão. Neste último caso, nomeia uma localização, um espaço físico, o que não ocorre em francês. Em outras palavras, há um recorte conceitual na tradução, uma vez que os dois sistemas culturais aos quais remetem os termos em questão são distintos. O segundo exemplo mostra, ao contrário, um caso de equivalência conceitual entre termos que circulam em sistemas culturais distintos, já que *avocat d'office* e *defensor público* denominam aquele que defende em juízo os interesses de outrem gratuitamente, seja para resguardar os seus direitos, seja para livrá-lo de alguma acusação. O terceiro exemplo aborda uma questão, ainda em aberto, da possível ausência de equivalência conceitual entre termos, dado que o referente, e conseqüentemente o conceito, de *juge d'instruction*, que denomina o magistrado instituído do poder de instruir uma ação penal junto ao *Tribunal de Grande Instance* francês, coordenando a análise das provas apresentadas pela acusação, parece ser muito diferente do que há na cultura brasileira quanto ao juizado de instrução. Até o presente momento da pesquisa, tudo indica que as funções do *juge d'instruction* francês têm pontos em comum com as da polícia judiciária e do promotor brasileiros. Do ponto de vista das estratégias de tradução utilizadas (Aubert, 1998), haveria uma modulação na relação entre *détention* e *detenção*, uma tradução literal de *avocat d'office* por *defensor público*, e, se confirmada a não equivalência conceitual, um decalque de *juge d'instruction* em *juiz de instrução*, já que não há explicitações na tradução.

Com relação ao segundo caso, vejamos os seguintes exemplos:

Termos e fraseologias com equivalência conceitual	
<i>Particules élémentaires</i>	<i>Partículas elementares</i>
<i>congélation d'embryons</i>	<i>congelamento de embriões</i>
<i>quantum d'énergie</i>	<i>quantum de energia</i>
<i>principe de la synthèse de protéines</i>	<i>princípio de síntese de proteínas</i>
<i>poids atomique</i>	<i>peso atômico</i>

Todos os exemplos acima consistem em traduções literais (Aubert, 1998), já que o procedimento de congelar embriões tem a mesma função e a mesma natureza em ambas as culturas, ou seja, tanto de um lado como de outro, o congelamento servirá para preservar embriões excedentes oriundos de uma fertilização artificial que não foram transferidos para o útero da mulher. Da mesma maneira, o quantum de energia de um elemento, o princípio de síntese de proteínas e o peso atômico terão as mesmas definições em francês, sob outras denominações, que serão sempre traduções literais.

O que se notou de imediato nessa pesquisa inicial comparando um tipo de terminologia com a outra é que a jurídica, pelo fato de arraigar-se nas convenções particulares de um determinado país e principalmente em suas leis, reporta-se, expondo-a e explicitando-a, a uma cultura própria, ao passo que a biológica alude a conceitos universais, que independem das culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões acima relatadas são, a meu ver, fundamentais para os Estudos da Tradução e, talvez em menor medida, para os estudos em Terminologia, Lexicologia ou Literatura.

Com relação ao primeiro relato, se o tradutor decide tratar o termo como um termo na literatura, ele resolve o ponto de conflito entre os domínios da Terminologia e da Lexicologia em sua prática, sem estabelecer fronteiras, o que não se verifica quando segue o outro caminho; afinal *município*, na qualidade de termo, tanto com relação à Terminologia quanto com respeito à Lexicologia, não é nem *circonscription*, nem *municipalité*, nem *municipe*. Como bem notou García Yebra (2005, p. 24-25), “parece, pois, evidente que também os tradutores literários têm que documentar-se para compreender a infinidade de temas que podem aparecer nos textos que vão traduzir”, ou seja, em resposta à principal questão levantada neste relato, um termo continua sendo um termo na literatura, e como tal dever ser tratado na tradução.

Com relação ao segundo relato, o tradutor, frente a termos presentes na literatura que remetam a domínios especializados culturalmente marcados, poderá fazer uma tradução domesticadora, anulando a alteridade (no caso analisado, as diferenças entre o sistema jurídico penal francês e brasileiro), ou uma tradução estrangeirizadora (Schleiermacher, 1999; Berman, 1984; Venuti, 2002), colocando em relevo a alteridade (no caso analisado, as diferenças entre os sistemas jurídicos penais francês e brasileiro). A situação comunicativa em questão, considerando a terminologia do texto, o produtor desse texto, os seus destinatários e a sua organização textual (cf. Cabré, 1999), permitirá a escolha do tradutor entre esses dois caminhos. Por outro lado, o tradutor, frente a termos presentes na literatura que remetam a domínios especializados que não são culturalmente marcados, não terá escolha, já que as terminologias, nesses casos, não dizem respeito a sistemas que variam de uma cultura a outra (no caso analisado, a terminologia da Biologia). Em última instância, os termos poderão apresentar variação culturalmente marcada em sua designação (como na determinação em *princípio de síntese de proteínas* e *principe de la synthèse de protéines*), mas não nos conceitos. Essa situação

comunicativa não permitirá, portanto, a escolha em tradução entre os dois caminhos acima apontados.

De forma geral, conclui-se que, na literatura traduzida, um termo continua sendo um termo no original e, para que um termo continue sendo um termo na tradução, é preciso considerar, mais que os parâmetros de Cabré (1999) – a saber: produtor do texto, destinatários, organização da estrutura e das unidades lexicais –, a presença de representações culturais nos conceitos aos quais se referem os termos e, em outras instâncias a serem estudadas em trabalhos futuros, a relação intersubjetiva entre texto produzido por um autor e tradutor desse texto e entre texto produzido por um tradutor e leitor dessa tradução.

NOTAS

(1) O material literário em português brasileiro do projeto de pós-doutorado contou inicialmente com *Sagarana*, de Guimarães Rosa, e posteriormente com *Macunaíma*, de Mário de Andrade, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Tereza Batista Cansada de Guerra*, de Jorge Amado.

(2) Esta seção foi escrita em co-autoria com duas alunas de Iniciação Científica, Carolina Poppi e Carolina Fernandes Madruga, nesta ordem.

(3) Esta seção foi escrita em co-autoria com duas alunas de Iniciação Científica, Carolina Poppi e Carolina Fernandes Madruga, nesta ordem.

(4) Esta seção foi escrita em co-autoria com uma aluna de Iniciação Científica, Carolina Poppi, e com outra de mestrado, Aina Cunha Cruz, nesta ordem.

(5) Esta seção foi escrita em co-autoria com duas alunas de Iniciação Científica, Carolina Fernandes Madruga e Carolina Poppi, nesta ordem.

(6) Segundo Cabré (1999), Tradução e Terminologia são domínios que sempre estiveram interligados, principalmente por duas razões: são, de um lado, matérias trans e interdisciplinares, para cujos campos confluem as ciências cognitivas, da linguagem e da comunicação, e, de outro, nasceram “na prática” e da necessidade de os indivíduos se comunicarem.

(7) Carolina Fernandes Madruga, projeto de IC sob minha orientação intitulado “A observação de lexis candidatas a marcadores culturais

e de suas traduções para o francês: delimitações e aplicações” (Fapesp/proc.: 07/05579-9).

(8) Carolina Poppi, projeto de IC sob minha orientação intitulado “Terminologia Bilíngüe Português-Francês em Tradução Juramentada: o caso das certidões” (Fapesp/proc.: 07/55436-7).

(9) Esta seção foi escrita em colaboração com a mestranda (Francês-DLM-FFLCH-USP) Aina Cunha Cruz, sob minha orientação.

(10) Aina Cunha Cruz, projeto de mestrado sob minha orientação intitulado “Presença da Terminologia na Literatura Traduzida (Francês-Português): fronteiras e diálogos.”

(11) Cumpre notar que o autor do texto, homônimo do personagem Michel, formou-se engenheiro agrônomo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. Jorge Amado e o vocabulário do cacau. **Revista Brasileira de Língua e Literatura**, Rio de Janeiro. 10, n. 4, p. 23-26, 1982.

_____. O vocabulário da cana-de-açúcar nas obras de José Lins do Rego. **Alfa**, São Paulo. 25, n. 4, p. 5-14, 1981.

AUBERT, F. H. Modalidades de Tradução: teoria e resultados. **TradTerm**, São Paulo. 5, n. 1, p. 99-128, 1998.

BARBOSA, M. A. Reflexões sobre a pancronia. **Acta semiótica et lingüística**, Mogi das Cruzes. 11, n. 1, p. 37-57, 2006.

BERMAN, A. **L'épreuve de l'étranger**: culture et traduction dans l'Allemagne romantique. Paris: Gallimard, 1984.

BIDERMAN. M. T. C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, F.S. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

CABRÉ, M. T. C. Textos especializados y unidades de conocimiento: metodología y tipologización. In: GARCIA PALACIOS, J.; FUENTES, M.T. (eds.) **Texto, terminología y traducción**. Salamanca: Ediciones Almar, p. 15-36, 2002. Disponível em:

<http://www.upf.edu/pdi/dtf/teresa.cabre/docums/ca02te.pdf>.
Consulta em 12/04/2010.

_____. **La terminología:** representación y comunicación. Barcelona: Ed. Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CAZÉS, H. Aspectos a considerar al definir qué es un término: el uso de la terminología en textos literarios. Disponible em: <http://www.riterm.net/actes/8simposio/heidiCazes.htm>. Consulta em 30/07/2009.

CORRÊA, R. H. M. A. **Barreiras culturais da tradução:** um estudo de obras de Jorge Amado traduzidas para o inglês. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation:** opérations et représentations. 2 éd. Paris: Ophrys, 2000.

GARCÍA YEBRA, V. La responsabilidad del traductor frente a su propia lengua. In: GONZALO GARCÍA, C.; GARCÍA YEBRA, V. **Documentación, terminología y traducción.** p. 24-25, 2005.

GUILLIEN, R.; VINCENT, J. (Dir.) **Lexique des termes juridiques.** 13 éd. Paris: Dalloz, 2001.

LÁCIO-REF (Universidade de São Paulo), *corpus* livre, disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/>

PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário Jurídico.** 27 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SCHLEIERMACHER, F. **Des différentes méthodes du traduire.** Paris: Seuil, 1999.

VENUTI, L. **Escândalos da tradução.** Trad. de Laureano Pelegrin et al. EDUSC: Bauru, 2002.

WORDSMITH TOOLS (Mike Scott, 1996), programa proprietário: <http://www.lexically.net/wordsmith/>.

ASPECTOS VARIACIONAIS EM *CORPORA* COMPARÁVEIS NA TERMINOLOGIA DA NANOCIÊNCIA/NANOTECNOLOGIA

Manoel Messias Alves da SILVA
Universidade Estadual de Maringá
manoelma@onda.com.br

RESUMO: Esta intervenção objetiva apresentar um relatório preliminar sobre o que já foi possível delinear em relação à variação terminológica identificada no projeto de pesquisa *Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia*, institucionalizado desde 2005. O fenômeno da variação em Terminologia começou a receber a devida atenção principalmente a partir dos anos de 1980, quando houve as reavaliações da Teoria Geral da Terminologia (TGT), em que a Unidade de Conhecimento Especializado (UCE) passa a ser considerada uma realização da língua natural e, como tal, possuidora de todas as suas peculiaridades. O trabalho vem sendo realizado da seguinte forma: foi aberto um campo na estrutura da ficha terminológica para a manipulação de obras, teses, dissertações e artigos que compõem o *corpus* especializado que foi informatizado com o auxílio de *softwares* específicos. Já é possível afirmar que essa diversidade se manifesta nas diferentes concepções que existem na área, devido a sua estrutura conceptual complexa, nas diferentes subáreas que compõem esta subárea da Engenharia de Materiais, além da variedade de práticas que oferece, da diversidade de usuários que se servem dela e da diversidade de organizações que cuidam dela. Serão apresentados exemplos tanto de cunho formal, formas diferentes de denominação para um mesmo significado, quanto variações de significado, uma mesma forma denominando significados diferentes nesta esfera do saber humano. Para este texto, será acrescentada à intervenção no V Colóquio – Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas, que se preocupou somente com as manifestações do Português Brasileiro (PB), as observações já identificadas em relação ao Português Europeu (PE), fruto de uma investigação atualmente em curso, com apoio da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM).

PALAVRAS-CHAVES: Nanociência/Nanotecnologia; Teoria Comunicativa da Terminologia; Terminologia; Variação terminológica.

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna e globalizada atual tem proporcionado maior familiarização com os diferentes discursos de cada grupo humano e suas distintas esferas de conhecimentos, tanto no âmbito intralinguístico, com as necessidades de denominação de processos e produtos para a população em geral, quanto em âmbito interlinguístico, com o contato de línguas entre os especialistas das mais diversas áreas do conhecimento humano acumulado.

Surgem novos conceitos, os quais provocam a ativação de novos valores especializados de unidades lexicais já existentes ou o aparecimento de novas unidades. Em decorrência dessa exigência social, a Terminologia, enquanto ciência que estuda os valores especializados que unidades lexicais adquirem em contextos de uso, vem se consolidando (Nadin, 2008).

A Terminologia pode ter um caráter prescritivo ou descritivo. No primeiro caso, a Terminologia atende a uma exigência de padronização que visa à comunicação sem ambiguidades. No segundo caso, esta ciência do léxico descreve e analisa o uso que os especialistas de uma dada área do saber fazem da língua. A partir disso, selecionam-se unidades lexicais que adquirem valor de Unidades de Conhecimento Especializado (UCEs) em contextos reais de uso.

Esta questão tem favorecido enormemente o aparecimento da variação intralinguística o que, dependendo da linguagem de especialidade e da área trabalhada em produtos terminográficos, pode contribuir para um distanciamento entre os diversos especialistas da área, ao invés de contribuir para a sua integração.

O que se tem observado, em relação ao desenvolvimento do projeto de estágio pós-doutoral "Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia: integração do português brasileiro com o português europeu" é que no Brasil a preocupação com o uso de uma terminologia nacional é mais praticada que em Portugal, uma vez que neste país a influência do uso do inglês se fazer sentir em muitas áreas especializadas.

Foi proposta, assim, naquele projeto, a elaboração de um *corpus* de textos especializados, a fim de coletar e descrever os usos especializados de unidades lexicais do Português Europeu (PE) em relação à nanociência e à nanotecnologia, que se integrará, posteriormente, ao que já foi possível delinear em relação a esta terminologia em Português Brasileiro (PB). Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho descritivo sem pretensões prescritivas de terminologias, buscando uma integração entre as duas variantes com vistas a uma possível e desejada harmonização.

Para que fosse possível essa descrição, fez-se necessária a organização do *corpus* compostos por textos especializados referentes à área a ser descrita. Estes textos, inseridos em

programas de computador, são utilizados para dar um tratamento semiautomático ao *corpus*, buscando averiguar a frequência, observar os concordanceadores e extrair os contextos reais em uso, integrando-se, portanto, à Rede de Neologia e de Terminologia em Língua Portuguesa (em situação de contato de línguas), projeto liderado pelo Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL), que mereceu apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) do governo português, e, com este projeto, ora em desenvolvimento, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do governo brasileiro.

O Projeto do CLUNL é uma investigação em rede com os vários países de Língua portuguesa, com os seguintes objetivos:

1. criar Observatórios de Neologia e de Terminologia , em rede, nos vários países de Língua Portuguesa: Observatórios de neologia da língua corrente e Observatórios de neologia científica e técnica;
2. harmonizar ou normalizar neologia e terminologia na Língua Portuguesa;
3. disponibilizar, na internet, os recursos neológicos e terminológicos elaborados nas várias instituições colaboradoras: glossários, dicionários, ontologias;
4. disponibilizar recursos linguísticos de línguas em contacto que fazem empréstimos (neologismos recentes) à Língua Portuguesa uma vez que esta língua evolui em paralelo com as línguas que existem no mesmo espaço geolinguístico;
5. serviço de consultoria, em rede, entre as várias instituições colaboradoras, sobre neologismos e trmos científicos e técnicos da Língua Portuguesa. (LINO et al, 2007, p. 1 e 2.)

O *corpus* textual informatizado presente no CLUNL hoje, e na qual esse que está sendo elaborado em relação à nanociência/nanotecnologia em PB e PE, apresenta as seguintes características: *corpus* monolíngue, bilíngue ou plurilíngue, *corpus* paralelo, *corpus* tematicamente paralelo e *corpus* comparável, no qual a proposta de estágio pós-doutoral encontrou guarida. “Estes *corpora* comparáveis de variantes da Língua Portuguesa de Portugal, do Brasil, de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde têm como objetivo a observação da neologia da língua corrente e da neologia científica e técnica”, conforme relata sua coordenadora, Profa. Dr. Maria Teresa Lino (Cf. LINO et al, 2007, p.3).

Dessa forma, com a montagem desse *corpus* especializado, será possível fazer uma análise das polissemias, sinônimos, homônimos e relações entre unidades lexicais, como a hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia, além das coletas de concordâncias e de contextos, com o objetivo de demonstrar as variantes existentes e propor harmonizações terminológicas, sempre de acordo com especialistas da área, para que as propostas possam vir a ser acatadas pelos países de língua portuguesa, favorecendo assim o intercâmbio científico-tecnológico.

No século XX, os estudos sobre os usos especializados das línguas tornaram-se mais importantes e necessários. Aquele foi o século no qual se deu início às discussões teóricas acerca da Terminologia. Buscou-se, inicialmente, a sistematização do conhecimento expresso nas diferentes áreas do saber, sem, no entanto, ater-se ao fato de que este conhecimento era forjando em um língua natural, portanto passível de receber todas as influências de um língua geral e não artificial.

A literatura especializada preocupou-se, em um primeiro momento, e principalmente na Europa, em estabelecer estudos sobre a sinonímia linguística ou a equivalência interlinguística pelo fato de que Portugal recebe muita influência das línguas francesa e inglesa que estão em contato direto com este país da Península Ibérica.

Este conceito de sinonímia linguística foi proposto por E. Wüster, R. Dubuc, A. Rey, R. Kocourek e designa as diferentes denominações utilizadas em duas ou mais línguas para exprimir o mesmo conceito. No entanto, sob o ponto de vista da sinonímia entre o PB e o PE, pouco foi produzido na literatura especializada, mas esta é uma necessidade que os especialistas têm, sob a perspectiva de elaborarem trabalhos e desenvolvimentos científicos em língua portuguesa.

Esta questão esbarra em um problema muito sério que vem sendo colocado pelas Agências de Fomento, principalmente em Portugal: a necessidade de produzir conhecimento em língua inglesa para que o trabalho tenha uma inserção internacional e possa ser medido pelo índice de impacto das agências internacionais que migraram do mercado financeiro e agora se julgam no direito de pressionar os governos autóctones a exigirem de seus cientistas uma produção em uma língua dita mundializada, em detrimento do desenvolvimento da língua nacional, pois esta, ao não criar as unidades léxicas especializadas em sua origem, submentem-se a forjar simplesmente decalques com base nas línguas de partida.

No Brasil, por outro lado, pelo fato, talvez, de estar distante da influência do inglês, principalmente, a iniciativa governamental tem caminhado em um sentido inverso, ou seja, a produção nacional em língua de especialidade deve ser realizada em língua portuguesa, a não ser que a especialidade em pauta necessite dessa inserção internacional, como é o caso da terminologia da produção de carnes e outras produções/terminologias destinadas ao mercado externo.

O que se coloca como importante neste aspecto é que povo que não forja cultura tem de se submeter às contribuições estrangeiras que designam aqueles processos e objetos já desenvolvidos em países de língua inglesa, majoritariamente. No entanto, este caminho pode vir a comprometer sensivelmente a produção terminológica nestes países, porque se pode caminhar para a criação de uma língua artificial, composta por sinônimos de campo semântico, que têm um recorte conceptual idêntico em duas ou mais línguas, sendo importantes na tradução científica, ou de campo conceptual, que têm

um caráter idiomático, tornando-se difícil estabelecer equivalentes neste campo.

A análise da variação intralinguística vai além da possibilidade ofertada pela sinonímia interlinguística, porque esta deve se preocupar com a identificação dos equivalentes em uma perspectiva de isonímia, que é a existência de denominações diferenciadas para exprimir apenas um conceito, da hiperonímia e da hiponímia.

Para Wüster (1981, p. 79), não há termos internacionais isolados, mas áreas de especialidade que dispõem de um sistema de conceitos internacional e de um sistema de termos internacional completo e coordenado ao sistema de conceitos. Mas como isto será possível se a língua portuguesa permanecer a produzir em língua inglesa?

A Terminologia é considerada como um instrumento de comunicação intra e interlingual, incidindo sobre a natureza dos conceitos, as relações e as ligações conceptuais, a descrição ou definição dos conceitos, a formação das UCEs, a normalização e a internacionalização dos conceitos e das UCEs. Mas para isso, ela precisa ser forjada em língua nacional.

A ÁREA OBJETO DE ESTUDO

Nessa constante transformação científico-tecnológica aludida, entre tantas outras, pela qual passa o mundo moderno, a área da Nanociência/Nanotecnologia (N&N) desponta como uma revolução. Essas duas subáreas da Engenharia de Materiais são responsáveis por pesquisas e elaboração de produtos de tamanhos reduzidos, bastante eficientes e necessários para um mundo cada vez menor e mais dependente de tecnologia.

Antes de tudo, porém, é preciso caracterizar esta área do conhecimento. Há hoje mais Nanociência do que Nanotecnologia, aplicação prática dos princípios descobertos. O marco zero da área foi a palestra *Há mais espaços lá embaixo*, proferida em 1959 pelo físico americano Richard Feynman, no encontro anual da *American Physical Society* — Sociedade Americana de Física —, em Pasadena, Califórnia. Feynman previu que era possível condensar, na cabeça de um alfinete, as páginas dos 24 volumes da *Enciclopédia Britânica*. O que ele quis dizer é que seria possível fabricar materiais em escala atômica e molecular, ou seja, arranjar os átomos e moléculas no último nível da miniaturização.

Em 1981, os cientistas Gerd Binnig e Heinrich Rohrer, da IBM, criaram o microscópio eletrônico de tunelamento, que permitiu não apenas enxergar os átomos, mas também arrastá-los de um lugar para o outro. Em 1990, os pesquisadores Donald Eigler e Erhard Schweizer, também da IBM, conseguiram escrever o logotipo da empresa usando átomos de xenônio em superfície de níquel.

Esse nanicomundo promete revolucionar uma infinidade de setores: da indústria automobilística à indústria bélica; da informática à medicina.

Uma das grandes apostas dos cientistas é a exploração dos nanotubos de carbono. São estruturas tubulares de 1 nanômetro de diâmetro, cujas paredes são formadas por átomos de carbono ligados entre si em arranjos hexagonais. Entre suas possíveis aplicações, está a produção de tecidos cinco vezes mais leves e vinte vezes mais resistentes do que o aço, capazes de suportar altíssimas temperaturas. Poderão ser utilizados na fabricação de componentes de aviões, foguetes, coletes à prova de balas e nanotransistores, que substituirão os atuais transistores que compõem os *chips* de computadores, feitos de silício. Permitirão ainda um aumento fantástico da capacidade de memória dos computadores, conforme salienta o pesquisador Daniel Ugarte, do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), um dos principais centros de pesquisa do País no setor.

Na medicina, os estudos têm avançado no sentido de se obter drogas seletivas, que atuem apenas em órgãos e tecidos doentes. Nanopartículas abastecidas com medicamentos especiais poderiam dirigir-se diretamente às células contaminadas, poupando as saudáveis. O Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos espera obter a cura do câncer até 2015 com base em tratamentos nanotecnológicos.

Por meio desses poucos exemplos, pode-se perceber que há uma revolução tecnológica à vista. Dois mil e quinhentos anos depois de os gregos terem levantado a hipótese de que todas as coisas são feitas de partículas fundamentais, indivisíveis, denominados átomos, o homem começa agora a fazer coisas com estas partículas. É a nanotecnologia, que muitos pensam que é ficção ou algo para um futuro distante. É puro engano. A humanidade já desfruta de seus resultados. O Brasil, como raras vezes aconteceu em sua história, poderá embarcar nesse bonde com os países desenvolvidos.

Com base nessa constatação inicial, foi proposta em 2005 a elaboração de um dicionário terminológico que pudesse apresentar a terminologia descritiva dessa área do conhecimento humano. A equipe começou pequena, mas posteriormente outros pesquisadores se uniram e a perspectiva variacionista também se incorporou aos trabalhos. Para tanto, já no início algumas certezas podiam ser demonstradas, ou seja, a Nanociência/Nanotecnologia é uma subárea da Engenharia de Materiais em escala de átomos e moléculas. Esta é a mais básica das engenharias, pois lida com os tijolos fundamentais da matéria. Assim, ela tem impactos em toda a gama de indústrias, não apenas nas chamadas indústrias de base tecnológica. Dessa forma, ela está presente em praticamente todos os processos de fabricação de uma economia moderna e isso provoca, evidentemente, o surgimento de UCEs por meio das quais a grande área das

engenharias possa expressar e divulgar seu saber científico-tecnológico, sua terminologia.

Desde o advento da ciência da Terminologia e, principalmente, a partir de sua estruturação nos anos 80 do século XX no Brasil, o mundo tem passado por situações com grandes avanços tecnológicos. A ciência e a tecnologia não se restringem mais a grandes laboratórios, mas, ao contrário, estão presentes em nosso dia a dia, nos mais diferentes matizes.

Dessa forma, a ciência e a tecnologia tomam parte de nossa existência. Com essa interferência direta, a língua deve estar apta para nomear novos referentes e novos conceitos, a ponto de ser eficaz comunicativamente. As línguas especializadas, por sua vez, juntamente com o suporte prático e teórico da Terminologia, passam a ser importantes para legitimar a função real de uma língua como um veículo de comunicação também em situações especializadas.

Com esta constatação, esses avanços científicos e tecnológicos precisam ser nomeados apropriadamente. As UCEs constituintes de uma área especializada refletem a estrutura conceptual dessa área e são a base da comunicação especializada. Tratando-se de níveis socioculturais divergentes, o produto terminográfico pode preencher a lacuna e facilitar a propagação dessas novas unidades léxicas forjadas pelas necessidades de seus usuários especializados, facilitando, assim, os intercâmbios econômicos e tecnológicos. Observa-se, com efeito, uma crescente necessidade de maior precisão no trabalho terminológico, visto que as terminologias constituem a base: i. do ordenamento do conhecimento; ii. da transferência de conhecimentos; iii. da formulação e disseminação de informações especializadas; iv. da transferência de textos científicos para outros idiomas; v. da armazenagem e recuperação de informação especializada, como bem salienta Francis H. Aubert (1996).

Portanto, a utilização de terminologias sistematizadas contribui para a eficácia da comunicação entre especialistas, que deve ser concisa, precisa e adequada.

Sistematizar terminologias significa identificar UCEs confiáveis de forma a facilitar a tarefa do tradutor, como também demonstrar que a língua portuguesa está apta para nomear conceitos técnicos e científicos. Assim, à necessidade de natureza linguística, soma-se outra de natureza política, uma vez que os fatos político-econômicos têm demonstrado a importância da integração no mundo atual, haja vista o surgimento de uma série de blocos econômicos existentes e que virão a existir e propostas de cooperação técnica e científica entre os mais diferentes países.

É justamente neste aspecto que se pode caracterizar a importância da Terminologia no mundo atual, ou seja, trata-se de criar e/ou adotar e difundir as linguagens especializadas. Neste sentido, cabe destacar que, com o advento das várias perspectivas da pesquisa terminológica, esta importância está relacionada à

terminologia descritiva em oposição à terminologia normativa, pois apenas aquela possui métodos de trabalho capazes de dar conta do desafio que se apresenta: sistematizar terminologias com o intuito de facilitar a comunicação intra e interlínguas, ao mesmo tempo em que se preocupa em criar mecanismos que preservem e difundam a língua nacional, principalmente em relação à manutenção da variação terminológica existente.

Mas antes de passar para a análise dessa variação, faz-se necessário estabelecer em que parte do conhecimento humano esta área da nanociência/nanotecnologia se encontra. Partindo-se do pressuposto de que o conceito e as relações conceptuais são objetos de análise da teoria terminológica, chega-se à conclusão, com base no *corpus* em PB e PE, que já é possível delinear o campo especializado com o qual se está trabalhando, pois é necessário reconhecer os conceitos em textos, agrupá-los em distintos campos nocionais e estabelecer relações entre eles.

Uma estrutura conceptual começa a se configurar com a delimitação do campo especializado. Na pesquisa em curso, partiu-se da área mais ampla, a engenharia de materiais, que foi considerada como primeiro nível, para chegar às suas áreas correspondentes: nanociência/nanotecnologia. Esta foi considerada como segundo nível. A partir daí, estabeleceu-se as subáreas pertencentes a cada área, que foi considerada como terceiro nível.

Na área de engenharia de materiais, a nanociência/nanotecnologia foi selecionada como objeto de análise. Ela é uma área de pesquisa e desenvolvimento muito ampla e interdisciplinar, uma vez que se baseia nos mais diversificados tipos de materiais (polímeros, cerâmicas, metais, semicondutores, compósitos e biomateriais), estruturados em escala nanométrica de modo a formar blocos de construção, como *clusters*, nanopartículas, nanotubos e nanofibras que, por sua vez, são formados a partir de átomos e moléculas. Dessa forma, a síntese controlada destes blocos de construção e seu subsequente arranjo para formar materiais e/ou dispositivos nanoestruturados constituem os objetivos centrais da nanotecnologia.

Há que se enfatizar que esta delimitação é necessária porque à medida que se vai classificando o conhecimento especializado, vai-se explicitando uma determinada visão cultural e científica da realidade. Isto porque esta delimitação é feita segundo os objetivos do trabalho terminográfico, o público alvo que se quer atingir e os critérios utilizados para recortar o conhecimento. A estrutura conceptual constitui, então, uma representação da realidade no âmbito da área que se toma como objeto de estudo.

Como a área encontra-se ainda em estágio de constituição no Brasil e em Portugal, será apresentada aqui apenas uma proposta desta representação, a partir do oferecimento de um novo paradigma para a manufatura de materiais, utilizando a manipulação em escala submicrométrica com o objetivo de criar dispositivos a partir de

unidades estruturais fundamentais ou blocos de construção, por meio da construção de baixo para cima (*bottom up*) ou de cima para baixo (*top down*) até chegar a nanodispositivos.

A revolução nanotecnológica depende criticamente ainda de simulação em nanoescala, que vai permitir aos cientistas descobrirem e entenderem novos comportamentos dos materiais nanoestruturados em escalas cada vez menores, daí a importância do envolvimento nas áreas de microeletrônica, que está aumentando a capacidade de processamento dos computadores, e de *softwares*, que, justamente, possam simular o comportamento dos materiais em nanoescala.

A nanotecnologia, por fim, diz respeito a materiais e sistemas cujas estruturas e componentes exibem propriedades e fenômenos físicos, químicos e/ou biológicos significativamente novos e modificados devido à sua escala nanométrica. Dessa forma, significa, de maneira geral, a habilidade de manipulação átomo por átomo na escala compreendida entre 0,1 e 100 nanômetros (nm), para criar estruturas maiores fundamentalmente com nova organização estrutural e, normalmente, para fins comerciais. Na dimensão nanométrica, a área de superfície passa a ser bastante grande, o que aumenta a sua importância relativamente às partículas maiores ou macropartículas. Assim, propriedades não percebidas ou pouco importantes nas macropartículas tornam-se aparentes nas nanopartículas, mesmo que partículas de ambos os tipos sejam constituídas do mesmo material.

O objetivo, portanto, é explorar estas propriedades por meio do controle de estruturas e dispositivos em níveis atômico, molecular e supramolecular e aprender a fabricar e usar estes dispositivos de maneira eficiente. Manter a estabilidade de interfaces e a integração dessas nanoestruturas em escalas micrométrica e macroscópica é a chave para o progresso da nanotecnologia, ou seja, ela engloba a pesquisa com estruturas que tenham pelo menos uma dimensão menor que 100 nm, que sejam manipuladas por meio de processos que possibilitem o controle sobre seus atributos químicos e físicos e possam ser combinadas para formar estruturas maiores.

Desta forma, a proposta de estrutura conceptual da pesquisa, aprovada pelo especialista brasileiro (Cf. Silva, 2008) é a seguinte:

I. NANOCIÊNCIA

I.1. Técnicas de preparação de materiais nanoestruturados

I.1.1. Tipos de materiais

I.1.2. Materiais em escala macroscópica

I.1.3. Materiais em escala nanométrica

I.2. Técnicas de caracterização de materiais nanoestruturados

I.2.1. Tipos de materiais

I.2.2. Comportamentos dos materiais em nanoescala

I.2.2.1. Estruturas simples

I.2.2.2. Dispositivos

II. NANOTECNOLOGIA

II.1. Aplicação de materiais nanoestruturados

II.1.1. Blocos de construção

II.2. Nanomanipulação

II.2.1. Em escala micrométrica

II.2.2. Em escala submicrométrica

II.3. Manufatura de materiais

II.3.1. Dispositivos

II.3.2. Nanodispositivos

III. NANOTECNOLOGIA FUNCIONAL

III.1. Nanoeletrônica

III.2. Energia

III.3. Software

Tem-se, portanto, neste texto, o objetivo de descrever e analisar alguns exemplos de variação terminológica no uso especializado do Português do Brasil (PB) na área da Nanociência/Nanotecnologia em contraste com o Português Europeu (PE). Em relação a esta variação terminológica contrastiva-comparativa, vale citar Kocourek (1991, p. 212).

O denominador comum de dois termos equivalentes é o sentido do termo de partida reconstituído pelo termo de chegada. A forma respectiva dos dois termos equivalentes podem ser formalmente aparentes ou não. O par de equivalentes lembra, então, em certa medida, o par sinonímico. Se os termos equivalentes têm a mesma origem, os equivalentes são ao mesmo tempo homólogos (nomes congêneros ou cognatos).

Claro está que se deve levar estas considerações para o âmbito da análise intralinguística, objeto deste trabalho. Neste sentido, a sinonímia passa a ser apenas um dos prováveis tipos de variação intralinguística, mesmo sendo subdividida em diatópica, disatrática ou mesmo decalque.

Primeiramente, algumas reflexões acerca da variação em terminologia do ponto de vista da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e da Socioterminologia para, em seguida, apresentar e analisar alguns contextos nos quais o fenômeno ocorre em comparação também com o PE.

O FENÔMENO DA VARIAÇÃO EM TERMINOLOGIA

O fenômeno da variação em terminologia é um tema abordado a partir de diferentes posturas teóricas. Inicialmente, os teóricos da Terminologia não admitiam qualquer tipo de variação terminológica. A partir dos anos 1980 (sobretudo na década de 90), no entanto, com as reavaliações da Teoria Geral da Terminologia (TGT), o fenômeno da variação terminológica começou a receber a devida atenção. Isso se deu, sobretudo, pela percepção de que a língua de especialidade não era uma língua artificial, mas sim uma realização da língua natural, assim, possuidora de todas as peculiaridades pertencentes a qualquer língua viva.

Cabré (1999, p. 17) observou que a Terminologia é, sobretudo, representativa da diversidade. Essa diversidade, à qual se refere a autora, “se manifesta nas diferentes concepções que existem da disciplina, nas diferentes matérias que a compõem e nas diferentes funções que possui”. Ademais, manifesta-se, também, na variedade de práticas que oferece, na diversidade de usuários que se servem dela, na diversidade de organizações que as tratam.

Acrescenta-se, a essa lista de diversidade proposta pela autora, a variação. Variação esta que pode ocorrer tanto do ponto de vista formal - formas diferentes de denominação para um mesmo significado -; quanto do ponto de vista conceitual - uma mesma forma denominando conceitos diferentes em uma mesma esfera do saber.

A problemática da variação em Terminologia é, assim, um dos temas mais relevantes da descrição e análise do uso especializado de uma língua na atualidade. Não podemos conceber a ideia de descrever e analisar esse uso sem considerar as possibilidades de ocorrência de variação terminológica. Áreas como a Nanociência/Nanotecnologia (N & N), por exemplo, abertas às transformações pelas quais passa o mundo moderno, apresentam, com frequência, alterações no conjunto de unidades léxicas que transmitem seus conhecimentos especializados.

Por essa razão, reflexões sobre a problemática da variação na terminologia da N & N é um tema atual e necessário (e sempre o será). Essas reflexões contribuem para uma descrição mais real do conhecimento veiculado nessa área. Contribuem, também, na organização desse conhecimento em obras de referência (glossários, dicionários, etc.) Nos itens seguintes, serão apresentadas as propostas de tratamento da variação apresentadas pela TCT (Cabré, 1999) e pela Socioterminologia (Faulstich, 1993, 1997, 2001). Essas propostas, sobretudo a classificação de Faulstich, sustentarão a descrição e análise apresentadas no item específico.

A VISÃO DA TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT)

A TCT, por sua vez, propôs outros *caminhos* para o tratamento da variação no discurso especializado. Essa teoria parte do reconhecimento de que o fenômeno da variação é inerente a todo e qualquer processo comunicativo (Nadin, 2008).

Uma teoria comunicativa da terminologia, em contraste com a TGT, se define como uma proposta concebida dentro de uma teoria ampla da linguagem, e está incluída numa teoria da comunicação que contem os fundamentos necessários de uma teoria do conhecimento. Esta proposta integra, teórica e metodologicamente, a variação lingüística, tanto formal como conceitual e assume que os termos estão associados a características gramaticais (a todos os níveis de representação) e pragmáticos. [...]. A TCT pretende também dar conta dos termos como unidades ao mesmo tempo singulares e similares a outras unidades de comunicação, dentro de um esquema global de representação da realidade, admitindo a variação conceitual e denominativa, e tendo em conta a dimensão textual e discursiva dos termos. (CABRÉ, 1999, p. 136)

Para a TCT, a variação terminológica depende do grau de especialidade com o qual se realiza a comunicação. Segundo esta teoria, há um grau mínimo de variação próprio do discurso das comissões normalizadoras, pois tais comissões possuem o objetivo de padronizar a comunicação especializada. Há um segundo nível de variação que se dá nas comunicações entre especialistas e um terceiro nível, com um grau mais intenso de variações, decorrente das produções em discursos de divulgação.

Assim, os conceitos que foram tratados, tradicionalmente, como uniformes e universais, começam a ser analisados como diversificados. Essa diversificação se dá em decorrência das diferentes visões de mundo de cada falante; da sociedade na qual o falante está inserido; bem como pelas diferentes escolas científicas e posturas teóricas adotadas. O mesmo pode ocorrer, segundo Cabré (1999, p. 142), com a variação denominativa que, "tendo seu valor especializado ativado por aspectos pragmáticos, pode realizar-se por formas diferentes tendo, às vezes, uma das variações como forma preferente".

Almeida (2000, p. 97) observa que, pelo fato de ser descritiva e não ter pretensões normalizadoras, a TCT demonstra estar aberta para considerar ocorrências de sinonímia e homonímia, como também as variações dialetais possíveis na comunicação

especializada. Essa perspectiva de olhar o objeto, segundo a autora, já tem na sua base o postulado de que os termos não são biunívocos, mas o contrário, sofrem as mesmas influências de qualquer signo da língua geral.

A autora observa, também, que quando se trata de indivíduos em situações comunicativas distintas, torna-se um tanto ingênuo esperar que determinadas características próprias da língua geral como duplo sentido, imprecisões e ambiguidades não façam parte das comunicações especializadas.

O conhecimento especializado faz parte da competência linguística do falante, sendo este o mesmo ao produzir um discurso tido como comum ou um entendido como especializado. Esse sujeito mantém, em seu discurso, as diferentes influências que recebeu ao longo de sua formação humana e/ou acadêmica.

A PROPOSTA DA SOCIOTERMINOLOGIA: UMA VISÃO SOCIOLINGUÍSTICA DAS LÍNGUAS DE ESPECIALIDADE

Como dito antes, a variação terminológica começou a ser discutida, ainda timidamente, nos anos 1980. Os primeiros a abrirem a discussão foram os quebequenses, juntamente com os franceses, na denominada Escola de Québec, que deu origem à Socioterminologia.

Esses pesquisadores preocupavam-se, em especial, com a variação terminológica, motivados, sobretudo, pelo problema do bilinguismo existente no Canadá. Krieger e Finatto (2001, p. 34) observam que “Gaudin, idealizador da Socioterminologia, criticou fortemente a política normalizadora conferida ao manejo internacional da terminologia”.

Ainda segundo as autoras, Gaudin criticou a inoperância dos instrumentos de referência, glossários e dicionários técnicos que não expressassem a realidade dos usos terminológicos, propondo que o artificialismo do ideal normalizador fosse suplantado pelo exame do contexto de produção dos léxicos especializados. A primeira consequência foi o reconhecimento da variação terminológica nas comunicações especializadas.

Em decorrência disso, o fenômeno da variação nos discursos especializados tornou-se o centro da proposta social da Terminologia. A Socioterminologia herdou da Sociolinguística e da Análise do Discurso a percepção das influências diatópica, diacrônica e diatrásica bem como o papel do sujeito, respectivamente. Esse sujeito, histórica, cultural e ideologicamente marcado, compreende e comunica a realidade que o cerca a partir de visões de mundo distintas.

Sager (1993, p. 94) ressalta a importância de se ter muita atenção com as variações terminológicas, em especial, segundo o

autor, com as variações denominativas (acrônimos, outras formas abreviadas, etc.), e a variação conceitual que ocorre com frequência com as unidades terminológicas (UTs) complexas.

Santos Borbujo (2001, p. 657) diz que uma proposta mais sociolinguística da Terminologia deve colocar as coisas em seus devidos lugares, proporcionando uma comunicação científica mais eficiente. Assim, a Socioterminologia se esforça para introduzir a Terminologia em uma prática social que é todo discurso, incluído o discurso metaterminológico, com o objetivo de examiná-lo como atividade produtora/social e como atividade cognoscitiva.

A Socioterminologia procura analisar a Terminologia do ponto de vista das “práticas lingüísticas e sociais concretas dos homens que a empregam”. Opõe-se à análise *in vitro* das terminologias e propõe um estudo *in vivo* nas línguas de especialidades (BARROS, 2004, p. 69).

A partir dessa perspectiva, a Socioterminologia é uma teoria da Terminologia que efetivamente considera os fenômenos constitutivos das línguas de especialidade em toda a sua abrangência discursiva e pragmática. Considera as variações como fenômenos que, inevitavelmente, perpassam toda manifestação linguística.

A Socioterminologia se preocupa, portanto, com o registro dos termos em suas situações reais de uso. As variantes terminológicas são identificadas e analisadas em seus contextos social, situacional, espacial e lingüístico bem como a frequência de uso das UCEs. É importante ressaltar que algumas UCEs, embora possuam um baixo índice de frequência, são importantes para a área a qual pertencem. Faz-se necessário, portanto, observar estas particularidades.

Faulstich (2001, p. 20-21), à luz dos modelos de variação do fonema (*alofone*) e do morfema (*alomorfe*), discute os princípios que proporcionam a variação do lexema (denominado pela autora de *alolexe*) e a variação do termo (*alotermo*). Para a autora, o alotermo possuía argumentos que permitiam explicitá-lo como variante: para uma dada forma (termo X), há entidades lingüísticas de grande proximidade (termo Y), que se apresentam como:

- i) formas condensadas ou expandidas escritas de maneira quase idêntica, com o mesmo significado;
- ii) formas diferentes, em decorrência do uso em contextos discursivos de diferentes níveis, com o mesmo significado;
- iii) formas diferentes, mas com o mesmo significado, em decorrência do uso em espaços geográficos distintos em que se fala a mesma língua;
- iv) formas idênticas ou diferentes, com o mesmo significado ou com significado desviante, em decorrência do movimento percorrido pela língua no percurso histórico;

v) formas provenientes de línguas estrangeiras que estimulam o surgimento de uma outra no vernáculo, com o mesmo significado.

Nesse sentido, no caso da linguagem de especialidade N & N, por exemplo, é bastante evidente o surgimento de formas diferentes para nomear os mesmos conceitos em decorrência de formas provenientes de língua estrangeira, principalmente o inglês, que estimulam o surgimento de uma outra vernácula.

Sobre a questão das variantes terminológicas, Faulstich (2001, p. 23) diz que estas se classificam de acordo com sua natureza linguística. A Socioterminologia preocupa-se, portanto, em descrever estas variantes cujo estatuto fica assegurado pela análise da diversidade de termos que ocorrem nos planos vertical, horizontal e temporal da língua. A teoria da variação em Terminologia desenvolvida pela autora se sustenta em cinco postulados:

- a) dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada;
- b) abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significação;
- c) aceitação de que, sendo a Terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática;
- d) aceitação de que a Terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança em curso;
- e) análise da terminologia em co-textos lingüísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral. (FAULSTICH, 2001, p. 25)

A autora classifica as variantes terminológicas em concorrentes, co-ocorrentes e competitivas. As concorrentes são divididas em dois grandes grupos: *variantes terminológicas linguísticas* e *variantes terminológicas de registro*. As primeiras são aquelas em que o fenômeno propriamente linguístico determina o processo de variação (variante terminológica fonológica, variante terminológica lexical, variante terminológica gráfica, variante terminológica morfológica e variante terminológica sintática) e as segundas são aquelas em que a variação decorre do ambiente de ocorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos (variante terminológica geográfica, variante terminológica de discurso e variante terminológica temporal).

Segundo a autora, quando ocorre o uso de duas UCEs em contextos iguais, diz-se que tais UCEs encontram-se em situação de concorrência. Esta concorrência pode conduzir para uma mudança no sistema lexical da língua, ou seja, um dos concorrentes cai em

desuso e é substituído pelo outro; ou pode proporcionar a permanência de ambas as formas no uso do idioma.

Já a variante co-ocorrente, ainda segundo Faulstich, ocorre quando um mesmo referente recebe duas ou mais denominações. Estas denominações funcionam como sinônimos e são elas que formalizam a sinonímia terminológica.

O terceiro tipo de variante terminológica, proposto pela autora, é a variante competitiva. Estas relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes, os estrangeirismos ou os empréstimos. Podem se realizar a partir de pares formados por empréstimos linguísticos e formas vernáculas (FAULSTICH, 2001, p. 40).

A autora subdivide, ainda, as variantes formais linguísticas em fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais e gráficas e as variantes formais de registro em geográficas, de discursos e temporais.

As variantes competitivas também são subdivididas. Esta subdivisão está relacionada diretamente à forma como esses termos se realizam. Assim como na língua comum, os estrangeirismos permanecem em sua forma gráfica original e os empréstimos ocorrem por meio de decalques ou adaptação à forma da língua receptora, tanto em sua forma plena quanto na forma híbrida (termo estrangeiro mais uma forma vernácula).

Quanto à variante terminológica na N & N, o objeto de estudo neste trabalho, pode-se dizer que é, sobretudo, formada por empréstimos. Assim, foi adaptado à área de especialidade em estudo o modelo proposto por Faulstich para as variantes concorrentes.

Nesse sentido, as variantes linguísticas (fonológicas, sintáticas, morfológicas, lexicais e gráficas) não constituiriam um “braço” independente no *constructo* de variação terminológica. As variações linguísticas ocorreriam (e ocorrem) no interior, neste caso, das variações concorrentes.

Serão analisados, na parte seguinte, alguns exemplos de variações terminológicas encontrados na área de especialidade nanociência/nanotecnologia.

AS VARIANTES TERMINOLÓGICAS LINGUÍSTICAS: PRINCÍPIOS E ANÁLISE

[...] todo lenguaje de especialidad, en la medida en que es un subconjunto del general, participa de sus mismas características; se trata, pues, de un código unitario que permite variaciones.

(CABRÉ, 1993, p. 157)

A afirmação de Cabré de que a “linguagem de especialidade” permite variações corrobora essa discussão neste trabalho. De fato, as línguas de especialidade fazem parte da língua geral e por isso

sofrem todas as influências e transformações naturais a qualquer idioma, mesmo em se tratando de *corpus* comparáveis como no caso desse trabalho em PB e PE.

Quando um determinado fenômeno linguístico (fonológico (1), morfológico, sintático, léxico ou gráfico) determina a variação de UCEs ocorre o que Faulstich (2001, p. 28) denominou por variantes terminológicas linguísticas. À luz dessa proposta teórica sobre os tipos de variante terminológica linguística, serão analisados alguns exemplos existentes na N & N. A área de conhecimento analisada é uma subárea da Engenharia de Materiais e serão comparadas algumas variantes retiradas do *corpus* de análise, formado por obras especializadas em PB e PE. Dentre estas obras, há que se esclarecer que o *corpus* inicial foi bastante ampliado com o acréscimo de 43 dissertações e 17 teses disponibilizadas em bancos de teses e dissertações na internet. Além disso, vale esclarecer que são textos escritos em Português do Brasil (PB). No entanto, a pesquisa foi ampliada com contribuições do Português Europeu (PE) para a observação das variantes contrastantes.

Neste novo *corpus*, há uma obra publicada em PE mais dezenas de teses e dissertações disponibilizadas na internet mais outras tantas que foram recolhidas diretamente nas bibliotecas da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, além da Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e Universidade do Minho em Braga. Além disso, foi possível recolher material em PE no Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia (INL), uma parceria entre os governos de Portugal e Espanha, e na Sociedade Portuguesa de Materiais (SPM), que vem investindo também na produção de material bibliográfico em PE relacionado à N & N. Em termos numéricos, há mais de um milhão e setecentas mil palavras-ocorrências em PB e quase setecentas mil ocorrências em PE.

ANÁLISE: VARIANTE TERMINOLÓGICA MORFOLÓGICA

Entre as possibilidades da variação terminológica linguística, a morfológica é uma das mais frequentes. Têm-se, nesse caso, alterações na estrutura do termo. É comum a ocorrência de termos cuja variação decorre do uso de afixos diferentes em bases iguais, como os sufixos *-ção* e *-mento*. Esses sufixos se alternam em diversas UCEs, concorrendo ou co-ocorrendo uns com os outros.

O primeiro exemplo, desse tipo de variação, é *encapsulação/encapsulamento* presente na UCE *sistema de encapsulação/sistema de encapsulamento*, que é um sintagma nominal. Nos textos referentes ao *corpus* do PB está registrado *sistema de encapsulação*, tanto nos textos de revistas especializadas quanto nos artigos de jornal. Já no *corpus* composto por obras e teses e dissertações, por outro lado, concorrem as duas UCEs,

entretanto, com maior frequência da forma *sistema de encapsulamento*, principalmente nos textos de teses e dissertações defendidas na área objeto de pesquisa. |O *corpus* do PE investigado até agora não registra esta UCE.

A-3

- <*Sistema de encapsulamento*> especial para microssensores.
- Sistemas especiais de medidas de microssensores.
- <*Sistema de encapsulação*> de gerência informatizada de operação do laboratório e de processamento de dispositivos. (GALEMBECK, 2003, p. 32.)

Do ponto de vista puramente linguístico, é um caso de variação interna provocada apenas por fenômeno morfológico, ou seja, no interior do sistema linguístico do PB concorrem duas formas para o mesmo contexto. Já no PE, o uso é ainda a UCE em sua forma original, portanto sem interesse para este trabalho. Essa variação interna poderá resultar no desaparecimento de uma das UCEs em questão, provavelmente a primeira, pois parece que a tradução do inglês para o português não tenha sido bem feita.

Fatos como esses corroboram a afirmação já feita de que no interior das variantes de registro (geográfica, de discurso e temporal), perpassa a variante terminológica linguística, seja ela de ordem fonológica, morfológica, sintática, lexical ou gráfica.

VARIANTE TERMINOLÓGICA SINTÁTICA

A variante terminológica sintática ocorre quando há alternância entre sintagmas preposicionados e adjetivos. Estes elementos funcionam como predicação de uma unidade terminológica, como em *anel armazenador/anel de armazenamento, escala nanométrica/escala de nanômetro*, em que tanto a forma expandida (SP) quanto a forma reduzida (ADJ), têm função de predicar a base (*anel e escala*, respectivamente). Em PE, não foi constatado ainda na manipulação do *corpus* a UCE *escala de nanômetro*, mas há coincidência com *escala nanométrica*, como se pode observar no contexto abaixo. Esta opção já consolidada em Portugal deve-se, talvez à influência do inglês, que grava *nanometre scale*.

O projeto inicial (que será chamado de Projeto 1), preparado em 1985, consistia em um <*anel de armazenamento*> de elétrons de alto brilho de 2-3 GeV, com energia total de injeção. (BRUN; MENEGHINI, 2002, p. 5-6)

A construção do <anel armazenador> requeria um alto nível de conhecimento técnico. Uma tarefa mais acessível foi a construção do Linac, que servirá como etapa de formação e treinamento para a equipe, preparando-a para a construção de todo o laboratório. (BRUN; MENEGHINI, 2002, p. 6)

No caso da nanociência/nanotecnologia, por exemplo, o prefixo-radical *nano*, a partir da composição com outros elementos da língua, comum ou de uma outra área de conhecimento específico, passa a nomear um determinado conceito próprio desse domínio do conhecimento, como em: *nanoagricultura* (N + N); *nanocético* (N + ADJ); *nanocódigo de barras* (N + N + SP), que em PE foi identificado como *código de nanobarras* (N + SP) e uma outra variante com ampliação à direita, *código de nanobarras à nanoescala* (N + SP + SP). Esta mudança de uso no prefixo, passando do determinado para o determinante, é instigante, ainda mais quando se observa o contexto em que ocorre. Em inglês, há três variantes: *nanobarcode*, *nanoscale barcode* e *nanobar code*.

Os <nanocéticos> notarão, entretanto, que os nanomateriais desenhados para substituir a borracha natural poderiam trazer novos problemas no descarte e novos contaminantes ao meio ambiente. (GRUPO ETC, 2005, p. 99)

Um "<nanocódigo de barras>" é um dispositivo alternativo de etiquetagem ou monitoramento que funciona mais como o código UPC, mas em escala nanométrica. (GRUPO ETC, 2005, p. 139)

6. Microscopias de sonda de varrimento (SPM/AFM) Microscopia de efeito de tunel (STM) Microscopia de forças magnéticas e elétricas (MFM e EFM). Espectroscopia de forças Técnicas de caracterização mecânica de superfícies à <escala nanométrica>. (PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CURSO DE DOUTORADO EM ENGENHARIA DE MATERIAIS DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO DE LISBOA-PORTUGAL)

Pode-se observar que as unidades terminológicas *anel armazenador/anel de armazenamento* e *escala nanométrica/escala de nanômetro* co-ocorrem nos mesmos contextos de uso, comprovando as possibilidades de formações sintagmáticas e variações terminológicas. Alternâncias como essas entre SP e ADJ são comuns na terminologia estudada em PB.

Essas unidades terminológicas co-ocorrem nos mesmos contextos, ou seja, em textos publicados em *corpus* provenientes de revistas e jornais e em *corpus* mais especializado, como as obras e teses. Isso comprova a existência da sinonímia na língua de especialidade. Não há aqui um caso de variante geográfica e/ou

linguística, mas um caso de sinônimo. Tais unidades terminológicas são usadas como se para evitar a repetição de uma ou de outra forma, como elementos de coesão textual. Em relação ao PE, vale a pena notar a influência do inglês, sendo a proposta muito próxima a um decalque.

VARIANTE TERMINOLÓGICA LEXICAL

As variantes terminológicas lexicais ocorrem quando há o apagamento de algum item da estrutura lexical de uma unidade terminológica complexa. Esse apagamento, no entanto, não provoca qualquer alteração no conceito da UCE. O apagamento de um dos elementos de predicação reduz a extensão da UCE, mas não simplifica o significado, nem perturba a compreensão, porque a base preserva o conceito inerente à UCE naquele contexto, como em *linha de luz MAD* e *luz MAD*.

A mesma opção foi feita em relação às <*luzes MAD*> e às estações experimentais que utilizam a luz síncontron acopladas ao anel. (BRUN; MENEHINI, 2002, p. 2)

Existem no mundo aproximadamente 100 <*linhas de luz MAD*>, todas com tempo de utilização. A instalação de uma <*linha de luz MAD*> é uma das prioridades do LNS para os próximos anos. (BRUN; MENEHINI, 2002, p. 18)

Foi incluída nesse tipo de variante a ocorrência de substituição de um dos elementos por outro de igual valor nos mesmos contextos. É o caso de *etiqueta RFID* e *etiquetas senser*. O significado de *etiqueta* permanece com o substantivo; *RFID* e *senser* funcionam como sinônimos, ou seja, as duas unidades terminológicas se referem, portanto, ao mesmo conceito.

Uma <*etiqueta RFID*> é um pequeno chip de circuito integrado sem fio, com um rádio transmissor e um código de identificação incrustado nele. (GRUPO ETC, 2005, p. 138)

As <*etiquetas Senser*> também podem ser incorporadas nas embalagens e lidas por uma leitora automática a até um metro de distância, permitindo identificar itens na saída de lojas (similar às <*etiquetas RFID*>), ou de forma dissimulada em portos de entrada e saída. (GRUPO ETC, 2005, p. 136)

VARIANTE TERMINOLÓGICA GRÁFICA

A variante terminológica gráfica ocorre quando um determinado termo se apresenta sob forma gráfica diferente, de acordo com as convenções da língua. Este tipo de variação decorre da forma escrita do termo (FAULSTICH, 2001, p. 28). Não foi encontrado ainda, no *corpus* analisado tanto em PB quanto em PE, nenhum exemplo dessa variante, embora se considere importante sua menção.

VARIANTE COMPETITIVA

As variantes competitivas são aquelas que relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes, quer dizer, itens lexicais de uma língua B preenchem lacunas de uma língua A. As variantes competitivas sofrem, em seu desempenho, intersecções, devido à própria natureza estrangeira da expressão. Esse fenômeno se dá quando a estrutura da língua da UCE estrangeira é perturbada por estruturas da língua vernacular. A mistura de formantes ativa a variação. Outra forma de ocorrer a variação é quando uma UCE da língua vernácula comuta com uma UCE de língua estrangeira e vice-versa. Neste caso, as regras de variação são de ordem morfossemântica ou de ordem semântico-pragmática. É o que ocorre, por exemplo, em *biochip/microarranjo*, *buckyballs/fulerenos*, em PB. Em PE, há uma série de variantes para esta UCE: *fulereno de C60*, *futeboleno*, *molécula C60* e *molécula de carbono C60*. De certa forma, acompanha ainda e é influenciado pelas UCEs originais em inglês, em que se observa: *buckminsterfullerene*, *bucky ball*, *buckyball*, *C60 fullerene*, *C60 molecule*, *fullerene-60* e *buckminsterfullerine*. Uma outra UCE interessante de ser observada é *computação impregnante/pervasive computing*.

<Fulerenos>, as assim denominadas "moléculas milagrosas" da nanotecnologia. (GRUPO ETC, 2005, p. 110)

Um estudo publicado pela Dra. Eva Oberdorster, em julho de 2004, encontrou que percas boca-grande (um tipo de peixe), quando expostas a pequenas quantidades de <fulerenos> (também conhecidos como <buckyballs>, que, em síntese, são esferas nanométricas perfeitas, compostas por sessenta átomos de carbono dispostos como os pentágonos e hexágonos de uma bola de futebol; (GRUPO ETC, 2005, p. 50)

Assim, e para tentar contrariar a controvérsia associada à utilização de solventes orgânicos, vários autores têm utilizados diversas metodologias como a sonicação, a agitação mecânica durante períodos longos ou a filtração, para preparar as suspensões aquosas de NMs

(e.g. TiO₂ e <fulereno C₆₀>) a serem utilizadas em testes ecotoxicológicos (Lovern e Klaper 2006; Oberdörster et al. 2006). (NOGUEIRA, 2009, p. 11)

As variantes competitivas são os empréstimos linguísticos. Eles são variantes que se originam de língua estrangeira e que provocam na língua recebedora o surgimento de outra forma, devido ao ambiente linguístico estranho à sua permanência natural. Nos casos citados, a alteração da forma de origem pode dar-se por modificações nos formantes da UCE, por decalque da forma, por conveniência com uma forma vernacular, mas em todas as situações o conceito se mantém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar algumas UCEs da área da nanociência/nanotecnologia no PB e PE, procurou-se, primeiramente, aplicar a teoria de variantes terminológicas proposta por Faulstich.

A proposta da autora deu subsídios para classificar alguns exemplos de variantes na área estudada, comparando dois tipos de *corpus* nos quais a língua portuguesa é o idioma oficial. Por esta razão, foi necessária uma adaptação de um fragmento da teoria ao objeto de estudo da pesquisa. Esta adaptação se fez necessária porque se acredita que a variação presente na N & N é motivada, principalmente, pela variação competitiva.

Entre as possibilidades de variação descritas e analisadas neste trabalho, foi possível perceber uma maior frequência nas variantes competitivas e morfológicas. Foi identificada a alternância de sufixos em inúmeras UCEs dos quais foram analisadas algumas. Embora os exemplos tenham se restringido à variação sufixal, foram identificados também alguns casos de alternância no prefixo.

A comprovação da existência de variantes nas UCEs da N & N é importante para corroborar a relevância de pesquisas que analisem contextos tão específicos (semelhantes e, ao mesmo tempo, distintos), como o contexto brasileiro, agora expandido para o contexto europeu, representado por Portugal. Esses países possuem sistemas políticos e econômicos dispares, por isso precisam refletir sobre formas de interação e troca de experiências inclusive e, talvez principalmente, na área estudada.

Reconhecer e aceitar as variações linguístico-terminológicas e poder sistematizá-las, na medida do possível, contribuirá para uma maior interação e cooperação entre as nações de fala portuguesa, sem a necessidade de cada uma abrir mão de sua variante linguística, que funciona como espelho no qual se reflete a visão de mundo de cada povo.

NOTAS

(1) As variantes terminológicas fonológicas ocorrem quando os usuários de uma determinada comunidade linguística escrevem de forma decalcada da fala. Não encontramos nenhum exemplo desse tipo de variante no *corpus* analisado, por enquanto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. M. de B. **Teoria comunicativa da terminologia (TCT):** uma aplicação. 2000. 2 v. 290 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2000.

ALVES, I. M. Questões epistemológicas e metodológicas em terminologia. In: CARVALHO, N.; SILVA, M. E. B. (Orgs.). **Anais do 1º Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL.** Recife, 1998.

AUBERT, F. H. Língua como estrutura e como fato histórico-social: conseqüências para a terminologia. **Cadernos de Terminologia**, São Paulo. 1, p. 11-15, 1996.

BARROS, L. A. **Curso básico de Terminologia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BRUM, J. A.; MENEGHINI, R. **O Laboratório Nacional de Luz Síncroton.** 2002.

BEVILACQUA, C. R. Unidades Fraseológicas Especializadas: Novas perspectivas para sua identificação e tratamento. In: KRIEGER, M. da G. (Org.). **Organon**, Terminologia e Integração, Porto Alegre. 26, p.133-146, 1998.

CABRÉ, M. T. **La terminología:** representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

_____. La Terminología hoy: replanteamiento o diversificación. **Organon**, Terminologia e Integração, Porto Alegre. 26, p. 43-66, 1998.

_____. **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones.** Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

CAMPOS, C. F. **Fundamentos de terminologia.** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 1992.

CONTENTE, M. M. D. M. **Terminocriatividade, sinonímia e equivalência interlinguística em Medicina.** Lisboa: Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa, 2008.

FELBER, H. **Manuel de terminologie.** Paris: Unesco, 1987.

FAULSTICH, E. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. **TradTerm**, São Paulo. 7, 2001.

_____. **Variações terminológicas:** princípios linguísticos de análise e método de recolha. Universidade de Brasília: Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV), 1997.

_____. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, Brasília. 24, n.3, 1993.

GALEMBECK, F. *et al.* **Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia.** [Brasília, D. F.: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2003 ?]. Disponível em <http://www.mct.gov.br> Acesso em 12 mai. 2005. Proposta do Grupo de Trabalho criado pela Portaria MCT nº 252 como subsídio ao Programa de Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia do PPA 2004 – 2007 de 16 mai. 2003.

GRUPO ETC. **Os riscos da tecnologia do futuro.** São Paulo: L&PM Editores, 2005.

KOCOUREK, R. **La langue française de la technique et de la science.** 2 éd. Wiesbaden: Oscar Brandstetter Verlag, GMBH & CO.KG., 1991.

LINO, M. T. *et al.* Rede de neologia e de terminologia em língua portuguesa (em situação de contacto de línguas). In: **Actas do encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.** Praia (Cabo Verde), 2007.

NADIN, O. L. da S. **Das ciências do léxico ao léxico nas ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária.** Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2008.

NOGUEIRA, V. I. J. O. **Impacto de nanomateriais orgânicos e inorgânicos na estrutura da comunidade microbiana do solo**. Dissertação (Toxicologia e Ecotoxicologia). Universidade de Aveiro. Aveiro, 2009.

SAGER, J. C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

SANTOS BORBUJO, A. Terminología y socioterminología. In: Universidad de Salamanca Real, E., JIMÉNEZ, D., PUJANTE, D. y CORTIJO, A. (eds.). **Écrire, traduire et représenter la fête**. València: Universitat de València, 2001. p. 657-664. Acesso em 15 out.2004. www.uv.es

SILVA, M. M. A. da. A ciência da terminologia: bases históricas e sua importância no século XXI. In: HWANG, A. D.; NADIN, O. L. (Orgs.). **Linguagens em interação III: estudos do léxico**. Maringá: Clichetec, 2010. p. 91-113.

_____. Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia: resultados parciais. In: ALVES, I. M.; JESUS, A. M. R. de; MARONEZE, B. O.; OLIVEIRA, L. P. de; PEREIRA, E. S. (Orgs.). **Os estudos lexicais em diferentes perspectivas**, v. I. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. p. 183-202.

_____. A estrutura conceptual da nanociência e da nanotecnologia. **Anais do X Simpósio Iberoamericano de terminologia**, 2006. Montevideo: Instituto de Estudos Municipales, 2008. p. 1-8.

SILVA, M. M. A. da; SILVA, O. L. N. da. Variação terminológica no português do Brasil: exemplos do contexto da Economia Monetária. **Anais do 8º Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul (8º Celsul)**. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2008. p. 1-13.

WÜSTER, Eugen. L'étude scientifique générale de la terminologie, zone frontalière entre la linguistique, la logique, l'ontologie, l'informatique et les sciences des choses. In: RONDEAU, G. ; FELBER, H. (Orgs.) **Textes choisis de terminologie**. Fondements théoriques de la terminologie. Québec: Université Laval, 1981. p. 55-114.

A TERMINOLOGIA DA SENTENÇA PREVIDENCIÁRIA

Alexandra Feldekircher MÜLLER
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Doutoranda)
alexandra.f.m@gmail.com

RESUMO: Este artigo visa a apresentar alguns dos resultados da dissertação de mestrado *O reconhecimento da terminologia do Direito Previdenciário no texto Sentença Jurídica Previdenciária*. Para alcançar o objetivo de reconhecer a terminologia do Direito Previdenciário (DP), uma das etapas do trabalho foi a análise do texto Sentença Jurídica Previdenciária (SJP), nosso *córpus* de pesquisa. O estudo considerou o gênero textual SJP representativo de um *modo de atuação sócio-discursivo* do âmbito jurídico e evidenciou que ele tem o poder de legitimar esse discurso como específico da área e agir como condicionador de atividades discursivas esquematizantes.

PALAVRAS-CHAVE: Sentença jurídica; Texto especializado; Terminologia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, como parte dos resultados da pesquisa de mestrado que objetivou identificar a terminologia do Direito Previdenciário (DP) na Sentença Jurídica Previdenciária (SJP)¹, objetiva discutir e apresentar, numa perspectiva terminológica de estudo, o entendimento de texto, mais especificamente o texto SJP.

O estudo do texto SJP se mostra como uma tarefa imprescindível para o trabalho terminológico proposto na dissertação, cuja base teórica é, fundamentalmente, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) (CABRÉ, 1993, 1999, 2005), à qual o foco central de estudo é a unidade terminológica, o termo, na sua dimensão textual e discursiva. Ou seja, o texto, para a Terminologia, é o *habitat* natural dos termos (KRIEGER; FINATTO, 2004). Tão logo, juntando a necessidade de repertoriar o léxico especializado do DP, à luz da TCT, é que este trabalho tem como finalidade estudar o texto SJP.

Para tanto, iniciamos com uma breve descrição do contexto em que se funda o texto Sentença. Na sequência, retomamos com parcimônia os principais aspectos da TCT para, depois, adentrarmos no estudo do texto em si.²

O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO TEXTO SJP E SUA TERMINOLOGIA

Como documento integrante do processo jurídico, a SJP é produzida em diferentes contextos que integram a esfera jurídica. No caso das sentenças analisadas neste trabalho, elas se circunscrevem em apenas uma esfera do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, que é o Juizado Especial Federal Previdenciário (JEFP). Com a implementação do processo eletrônico (e-Proc), o JEFP permite o ingresso processual sem a presença de advogado. De tal modo, o processo de produção da SJP se inicia no momento em que o cidadão ingressa com uma reivindicação³ sobre algum tema da Previdência Social, baseado nas leis vigentes, junto ao JEFP, instaurando-se um processo judicial. O desfecho se dá com o proferimento da sentença pelo Juiz de Direito, o qual estabelece um parecer favorável ou não sobre o pedido inicial.

A Sentença, elaborada por um Juiz, é entendida como texto normativo do processo jurídico que visa a um parecer final sobre o pedido do autor do processo. Tem como característica a predominância de termos técnicos e, como um todo, uma linguagem altamente especializada. Esta linguagem especializada se apresenta como se fosse produzida de especialista para especialista, não observando a situação comunicativa, a qual implica perfis de usuários distintos.

Essas características permitem afirmar que não há a observação da situação comunicativa para a produção desse texto, que tem como parceiros o especialista e o leigo, como ilustramos abaixo.



Fonte: MÜLLER, 2009, p. 19.

De acordo com nossa pesquisa, destacamos que a SJP é um instrumento textual e discursivo que representa o uso real da linguagem do DP e sinaliza para os termos, para as expressões e para temáticas recorrentes da área, as quais são de maior importância para a sociedade em geral como: *concessão ou restabelecimento dos benefícios previdenciários de aposentadoria, revisão do valor de benefícios já concedidos, reconhecimento de tempo de serviço rural*, entre outras.

Para o propósito do trabalho nos embasamos nos pressupostos teóricos da TCT, os quais são descritos abaixo.

A TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA E O PAPEL DO TEXTO

A TCT, como teoria que conversa com as teorias de texto, tem como objeto de estudos e de aplicação o termo técnico-científico, ao lado da definição e da fraseologia. Concebe e descreve os termos como elementos naturais das línguas naturais, com todas as implicações sistêmicas e pragmáticas do funcionamento da linguagem. Considera princípios descritivos e toma os contextos de ocorrência como quadro de referência para o exame do comportamento e da origem das unidades de conhecimento especializado. A Terminologia vê o termo, nessa perspectiva linguística, numa representação poliédrica (CABRÉ, 1999, 2005) com três dimensões: cognitiva, linguística e comunicacional. Focando na funcionalidade de representação e transmissão de conhecimentos especializados, essa representação poliédrica permite caracterizar o termo como: a) item lexical especializado (dimensão cognitiva); b) nóculo de representação do conhecimento especializado (dimensão linguística); e c) componente nuclear da comunicação profissional especializada (dimensão comunicacional).

Os termos assumem o papel de fixar e veicular conhecimento especializado e, por isso, se constituem como nóculos cognitivos centrais de toda comunicação especializada em funcionamento. Nessa perspectiva comunicativa, são unidades flexíveis, regidos pelo cenário comunicativo (CABRÉ, 1993, p. 35), assumindo estatuto terminológico pelo seu contexto comunicacional especializado.

Assim, observamos que a TCT valoriza o contexto discursivo das comunicações especializadas, o papel da textualidade e discursividade, e impulsiona pesquisas sobre as linguagens especializadas e, com elas, o interesse pelas estruturas e tipologias dos textos produzidos nas comunicações especializadas. Considerando essa perspectiva, no nosso caso, estudar a terminologia do DP é estudar a língua natural num contexto

especializado do conhecimento que, pelo seu uso, a torna específica da área, ou seja, uma linguagem especializada.

De todo modo, os termos adquirem a função poliédrica no âmbito especializado em que se inserem e, sendo assim, o léxico com valor especializado caracteriza-se por alguns fatores pragmáticos como a função referencial, a temática específica, os usuários especializados, a situação comunicativa mais formalizada e um discurso profissional e científico (CABRÉ, 1993, p. 222). Dadas essas características a TCT conversa também com a pragmática, com a semântica, e, como referido, com a linguística textual.

A visão do uso dos termos e do acesso das linguagens especializadas vem se modificando, com o passar do tempo, devido ao avanço das tecnologias. Tal como afirmam Krieger, Maciel e Finatto (2001, p. 318), “hoje, os termos circulam intensamente, porque ciência e tecnologia tornaram-se objeto de interesse das sociedades” e o léxico especializado não é mais considerado domínio dos especialistas. Assim, comumente os leigos o utilizam em variadas situações comunicativas não científicas, porque ele sai do círculo especializado e vai para os meios de comunicação, passando de um nível científico para o popular (LANDAU, 1993, p. 181).

O modo de divulgação desse conhecimento especializado se dá por meio de textos. A Terminologia de viés comunicativo postula o texto como o *habitat* natural dos termos e o concebe como objeto de comunicação entre destinador e destinatário. Nessa perspectiva, Krieger e Finatto (2004, p. 109) afirmam a importância do estudo dos termos em textos e da identificação das propriedades dos mesmos para a caracterização dos termos, e validam a abordagem textual como capaz de permitir a identificação, por exemplo, dos fatores pragmáticos da comunicação especializada que ativam a “feição terminológica que distintas unidades lexicais assumem no contexto das comunicações”.

Assumindo esse posicionamento, enumeramos como fatores pragmáticos o objeto de comunicação, o destinatário, o destinador, o tema, a área do conhecimento, entre outros, pois é conhecendo esses dados que poderemos conhecer ou reconhecer o léxico com feição terminológica em um texto especializado.

Observamos o que aponta Krieger (2008) sobre a importância desse enfoque textual para a Terminologia Comunicativa:

Isso corresponde a considerar o texto como o lugar primeiro de surgimento das terminologias, bem como concebê-lo como objeto de comunicação entre destinador e destinatário. Muitos já são os resultados decorrentes desse novo enfoque, que denominamos de Linguístico-textual, e que tem contribuído para o avanço da investigação terminológica. (KRIEGER, 2008, s.p.)

Nesse contexto, há uma crescente preocupação em identificar as propriedades do texto especializado. Vale dizer, muitos estudiosos de Terminologia passaram a se interessar, de uma forma mais sistemática, pelas tipologias e estruturas dos textos produzidos nas comunicações especializadas.

Essa aproximação entre a Terminologia e texto, pode ser situada em dois focos: "1. repercussões da visão textual para um conhecimento mais aprofundado dos termos, fraseologias e definições; 2. investigações centradas no reconhecimento das características e propriedades específicas dos textos especializados" (KRIEGER, 2008, s.p.). Isso significa dizer que é válido olhar para os fatores que envolvem a comunicação como a situação comunicativa, os interlocutores e os seus papéis, o tipo de informação e qual a função da mesma; do mesmo modo que é válido olhar a superestrutura do texto, ou seja, seus componentes macro e microestrutural.

Desse modo, o estatuto terminológico de uma unidade lexical depende, obrigatoriamente, de sua relação cognitiva com alguma área do saber especializado. Daí porque, além do componente sistêmico das terminologias, é vital considerar suas relações com o cenário comunicativo em que se manifesta, como já afirmado anteriormente.

O TEXTO ESPECIALIZADO SJP

Levando em conta os aspectos acima discutidos, podemos considerar o termo, no contexto do Direito Previdenciário, como uma unidade de conhecimento que se situa nos textos especializados. Estes se organizam como textos em geral e, de acordo com Maciel (2001), seguem os princípios gerais de redação de textos orais ou escritos específicos de cada gênero.

A partir desse pressuposto esclarecido pela autora, os produtores dos textos especializados deveriam seguir os postulados norteadores da produção de textos gerais, como, por exemplo, levar em conta a situação comunicativa e seus participantes, o leitor e produtor do texto, conforme vemos em Bentes (2005):

O conhecimento da situação comunicativa mais ampla contribui para a focalização, que pode ser entendida como a(s) perspectiva(s) ou ponto(s) de vista pelo(s) qual(is) as entidades evocadas no texto passam a ser vistas, perspectivas estas que, com certeza, afetam não só aquilo que o produtor diz, mas também o que o leitor ou o destinatário interpreta. (BENTES, 2005, p. 262)

A ênfase é dada também para quem usa as unidades terminológicas, no seu contexto de produção, na seleção lexical, nas condições de uso e nas características temáticas e pragmáticas do universo que as envolve (MACIEL, 2001). De acordo com Ciapuscio (1998, p.43), o texto especializado, como manifestação linguística, não difere essencialmente do texto não especializado, se concebido dentro das condições de intencionalidade e aceitabilidade que dizem respeito às atitudes dos interlocutores.

Em consonância com esses posicionamentos, Cabré (1993) aponta os elementos linguísticos (características lexicais, morfológicas e sintáticas) e pragmáticos (produtores e destinatários, situações comunicativas e propósitos visados) como qualificadores do texto especializado, além da função do mesmo. Os textos especializados se diferenciam de acordo com a área de especialidade pela seleção dos recursos linguísticos e pragmáticos que o autor realiza. As tipologias textuais⁴ e a estrutura do texto (componentes macro e microestruturais⁵) adquirem as características linguísticas e pragmáticas da área em que estão sendo usadas, atribuindo propriedades específicas aos diferentes tipos e gêneros de textos, nas suas respectivas áreas.

Como descreve Hoffmann (1998), o texto especializado é um produto resultante de um ato comunicativo especializado, composto de uma série de itens lexicais com princípios linguísticos de organização, correspondendo à determinada realidade objetiva.

O texto especializado é o instrumento ou o resultado de uma atividade comunicativa sócio-produtiva especializada. Compõe uma unidade estrutural e funcional (um todo) e está formado por um conjunto ordenado e finito de orações coerentes pragmática, sintática e semanticamente ou de unidades com valor de oração, que, como signos linguísticos complexos de enunciados complexos do conhecimento humano e de circunstâncias complexas, correspondem à realidade objetiva. (HOFFMANN, 1998, p.77)

De um modo geral, os estudiosos da área têm convergido para a noção do texto como a representação da materialização da comunicação especializada, cujos fatores determinantes são a temática (critério temático) e os participantes do ato comunicativo (critério pragmático). Esses dois critérios, por serem variáveis, originam diferentes tipologias de texto especializado, como refere Hoffmann (1998).

Essa tipologia pode estar associada ao grau de especialidade, maior ou menor, que as comunicações especializadas comportam, o que implica, além do tema, na utilização da terminologia da área em questão. Essa variação tipológica está relacionada com a distinção, por exemplo, entre um livro de Direito (doutrina jurídica) e um artigo

de jornal, pelos critérios específicos empregados em cada um dos dois textos, pois “os propósitos diferenciados de cada tipo de comunicação e os diferentes destinatários previstos explicam não apenas a variação da densidade informativa, como o uso maior ou menor de terminologias” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 116).

Contudo, observamos que nem sempre essa prática é adotada, a exemplo do texto SJP, pois constatamos a inexistência do uso do recurso de variação na densidade informativa, bem como o da utilização do recurso de uso maior ou menor de terminologias, no sentido de tornar o texto compreensível ao seu destinatário, o cidadão, usuário leigo do sistema jurídico previdenciário. Tal fato evidencia que não há preocupação do autor do texto com os aspectos pragmáticos da situação comunicativa que se cria em torno desse texto especializado, principalmente com seu destinatário⁶.

Na mesma direção, Ciapuscio (1998) trata da variação conceitual que se estabelece conforme a tipologia textual da comunicação especializada. A variação conceitual se relaciona com os graus de especialização de alguns textos em detrimento de outros, como o exemplo citado anteriormente do livro e do artigo, e tal como, observamos a afirmação abaixo:

Há muitas variações denominativas, conforme se trate de texto altamente especializado ou de divulgação geral. Do mesmo modo, varia o grau da densidade informativa vinculada, conforme o texto tenha especialistas ou público leigo como destinatários. Neste caso de variação, é comum a tendência a formulações linguísticas que, ao modo de conectores como *ou seja*, *isto é*, visam a explicar aspectos conceituais mais complexos (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 117).

Esses apontamentos nos ajudam a avançar na compreensão da importância do texto para os estudos terminológicos, evidenciando a necessidade de estudos linguísticos e estruturais dos textos, provando cada vez mais que o texto é o *habitat* natural das terminologias e o *vetor da articulação e do comportamento* dos objetos da Terminologia e que é possível uma comunicação clara baseada nos *parceiros comunicativos*⁷ *especialista/leigo*, observando a tipologia textual e o modo de dizer ou de tratar de conceitos mais complexos.

Além disso, a TCT como vertente teórica, por considerar o universo discursivo em que a linguagem especializada está inserida e com ela a sua terminologia, nos permite identificar os termos do DP no seu contexto de uso, a SJP.

Por fim, consideramos o texto como o lugar em que os itens lexicais ocorrem e assumem o valor especializado e reportam aos principais referentes da área especializada tratada na situação comunicativa formalizada em texto.

Nessas considerações, reiteramos ainda o papel da Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 2005), por permitir uma análise linguística e comunicacional do seu objeto primeiro de investigação: o termo. Nessa perspectiva comunicacional que abarca a TCT, se imbrica o papel do texto especializado por ser considerado o *habitat* natural dos termos, de modo que tal pressuposto permitiu analisar o texto num âmbito macro e microestrutural e perfilar, neles, características importantes da área, as quais auxiliaram no reconhecimento da terminologia do Direito Previdenciário.

NOTAS

(1) Para essa designação usamos também, alternadamente, a palavra *Sentença*.

(2) Destacamos que, por se tratar de parte dos resultados da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado (MÜLLER, 2009), este texto contém fragmentos do texto da dissertação *O reconhecimento da terminologia do Direito Previdenciário no texto Sentença Jurídica Previdenciária*.

(3) O pedido inicial corresponde ao documento formal denominado de *Petição Inicial*.

(4) Na perspectiva dos estudos da TCT para designar os diferentes tipos de textos é empregada a denominação de tipologia textual. No entanto, para os estudiosos do texto e dos gêneros textuais o que para nós, na Terminologia, é tipologia para eles é gênero. Nesse âmbito, Marcuschi (2003, p. 22), consoante com a posição de Douglas Biber, John Swales, Jean-Michel Adam e Jean Paulo Bronckart, define "gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica".

(5) Para Van Dijk (1975), um dos primeiros autores a propor o conceito de macro e microestrutura do texto, a macroestrutura é uma estrutura de significação global de um texto, derivada da microestrutura ou base de texto. Para Vilela (1999), a microestrutura e a macroestrutura textual, são unidades que se situam no domínio cognitivo, no domínio semântico: é uma configuração da conexão global do texto. Resumidamente, podemos inferir que as macroestruturas textuais permitem a formulação de uma ideia global do texto, ao passo que as microestruturas, constituindo unidades em si mesmas, articulam-se formalmente para tornar coesa a

macroestrutura.

(6) Essa informação é passível de ser afirmada dada a proximidade da linguagem do texto com outros textos jurídicos, como um livro de Direito, os quais têm como escopo usuários especialistas.

(7) Essa é uma expressão utilizada por Pearson (1998) para designar os interlocutores, produtor e receptor, do texto especializado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTES, A. C. Linguística Textual. In. MUSSALIN, F; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v. 1. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 245 – 287.

CABRÉ, M. T. **La terminología**. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

_____. **La terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

_____. **La terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Girona: Documenta Universitaria, 2005.

CIAPUSCIO, G. E. La terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación. **Organon**, Porto Alegre. 12, n.26, p. 43-65, 1998.

DIJK, T. A. **The Puerto Rico lectures on the structures and function of discourse**. Amsterdam, 1978.

HOFFMANN, L. **Llenguatges d'especialitat**. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1998.

KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B.; FINATTO, M. J. B. Terminografia das leis do meio ambiente: princípios teórico-metodológicos. In: **Temas de terminologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; São Paulo: Humanitas, 2001. p. 317-335.

_____.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia**: teoria & prática. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Por que Lexicografia e Terminologia: relações textuais? **Anais do VIII CELSUL**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

LANDAU, S. I. **Dictionaries: the art and craft of lexicography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MACIEL, A. M. B. **Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico**. 2001. Tese (Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gênero: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.A.P.; MACHADO A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MÜLLER, A. F. **O reconhecimento da terminologia do Direito Previdenciário no texto Sentença Jurídica Previdenciária**. 154f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

PEARSON, J. **Terms in context**. Amsterdam; Philadelphia: Benjamins, 1998.

VILELA, M.; KOCH, I. V. **Gramática da língua portuguesa**. 2 ed. Coimbra: Almedina, 1999.

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS NA SALA DE AULA DE LÍNGUA MATERNA: O TRATAMENTO DESSAS UNIDADES LEXICAIS NO LIVRO DIDÁTICO

Aline Luiza da CUNHA
Universidade Federal de Minas Gerais (Mestranda)
alineluizac23@gmail.com

Aderlande Pereira FERRAZ
Universidade Federal de Minas Gerais
aderferraz@gmail.com

RESUMO: Este trabalho aborda a criação lexical, principalmente a formação de expressões fixas, com especial atenção às expressões idiomáticas. Como parte dos resultados parciais do projeto de pesquisa Observatório de neologismos na publicidade impressa: aplicação ao desenvolvimento da competência lexical, em andamento na Faculdade de letras da UFMG, este trabalho destaca a importância, no que diz respeito ao ensino do léxico, de se trabalhar com neologismos lexicais, em especial as expressões idiomáticas neológicas. Partindo de uma revisão de diversos trabalhos sobre as expressões cristalizadas, o objetivo deste estudo é mostrar a análise de alguns livros didáticos do ensino fundamental, em que se pôde verificar a metodologia com que essas unidades são trabalhadas. Os primeiros resultados dessa análise apontam para o fato de que o estudo das expressões idiomáticas no livro didático de português, em geral, se restringe apenas à análise dos níveis pragmáticos e semânticos da língua, não havendo para o nível sintático, que diz respeito à combinabilidade de seus elementos, quase nenhuma abordagem exploratória. Com isso, esperamos contribuir para as discussões acerca das expressões idiomáticas dentro da sala de aula de língua materna, já que são estruturas bastante recorrentes na publicidade impressa.

PALAVRAS-CHAVE: Competência lexical; Expressões idiomáticas; Livro didático; Língua materna.

INTRODUÇÃO

A fraseologia vem se destacando no que diz respeito ao estudo do léxico. Considerada uma subdisciplina da lexicologia, tem caráter interdisciplinar, pois possui fortes vínculos com subáreas da linguística aplicada. Segundo Nogueira (2008):

[...] a fraseologia, em suas várias manifestações, especialmente as expressões idiomáticas, vem se fixando como uma disciplina merecedora de alguns estudos significativos nos últimos anos, uma vez que envolve diretamente os interessados em desvendar seus mistérios: os falantes de uma língua, seja ela materna ou estrangeira. (NOGUEIRA, 2008, p.40)

As expressões idiomáticas (EIs), enquanto unidades fraseológicas, são consideradas uma fonte de dificuldade para qualquer aprendiz de língua estrangeira e até mesmo de língua materna. De fato, no ensino de línguas estrangeiras existe uma preocupação maior com o ensino dos fraseologismos, principalmente as EIs. Isso se justifica pois, de acordo com Fillmore (1979 apud Ortíz Alvarez, 2002), o desconhecimento dessas unidades convencionais pode fazer do aprendiz dessa língua um falante ingênuo que conhece apenas o elenco das regras gramaticais e o seu léxico, o que lhe possibilita só uma leitura composicional, isto é, não idiomática das estruturas linguísticas da língua alvo. Por outro lado, quando se trata do ensino de português como língua materna, as EIs não ganham a devida importância. Esse fato é sustentado por vários motivos, entre eles a escassez de material didático na área, e também, como afirma Rey (2004 apud Nogueira, 2008, p. 41), o preconceito existente com relação à presença das EIs na sala de aula de língua materna, talvez pelo aspecto coloquial que lhe é peculiar. Todavia, o estudo das EIs no âmbito do português como língua materna é importante e se explica pelo fato de que essas unidades fraseológicas fazem parte do cotidiano de várias comunidades linguísticas e também são fontes ricas de conhecimento. Nesse sentido, seria importante o ensino das EIs dentro da sala de aula para que o aluno tenha a oportunidade de conhecer as discussões a elas inerentes. No intuito de validar o ensino de EIs na sala de aula de língua materna, Nogueira (2008) afirma que é importante trabalhar com a contextualização dessas expressões bem como o momento de seu uso e também o nível sócio-cultural do falante que as usam. Além disso, o ensino das EIs em sala de aula poderia ajudar o aluno a adquirir a competência gramatical, no sentido em que ele teria a capacidade de compreender e expressar significados através do reconhecimento de frases e expressões bem construídas.

Diante dessas informações relacionadas às EIs, o objetivo deste artigo é contribuir com as discussões acerca dessas expressões no que concerne o ensino de português com língua materna.

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS: CONCEITO

Antes de procurarmos estabelecer um conceito para as expressões idiomáticas, consideramos pertinente esclarecer que existem diferentes termos para denominar as unidades fraseológicas em questão, a saber, expressões cristalizadas, clichês, chavões e expressões idiomáticas. Decidimos então, adotar o último termo. Mas então, o que são expressões idiomáticas?

Xatara (1998, p.149) *conceitua expressão idiomática como uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural*. A autora explica que essa estrutura tem o formato locucional e por isso a chama de lexia complexa e é indecomponível, pois constitui uma combinatória fechada, de distribuição única ou bastante restrita. E quanto à sua interpretação semântica, esta não pode ser calculada a partir da soma de seus elementos constituintes e, por isso mesmo, uma EI será sempre conotativa, como salienta a autora citada. E por fim, a autora explica que essa é uma expressão cristalizada, pois sua significação é estável, em razão da frequência de emprego, o que a consagra.

Outros autores também definem expressão idiomática. Para Tagnin (1989) e Nogueira (2008), expressão idiomática abrange todas as expressões convencionalizadas, ou seja, aquelas cujo significado foi semanticamente convencionalizado devido à dificuldade de apreendê-lo através da análise de seus constituintes separadamente. Tagnin (1989) ainda ilustra esse conceito usando o exemplo da expressão *bater as botas*, cuja análise de seus constituintes separados não levaria ao seu significado real que é *morrer*.

Como se pode ver, estamos falando de expressões cujo significado foi convencionalizado. Entretanto, é importante ressaltar que existem algumas expressões que são convencionais, mas não idiomáticas. Isso porque, como afirmam Ferraz e Souza (2004), o seu significado é transparente. Os autores exemplificam a afirmação com a expressão *feliz aniversário*, que apesar de ser convencionalizada é possível apreender o seu sentido através da soma de seus constituintes e, portanto, não possui caráter idiomático.

Diante desses conceitos sugerimos aqui um conceito mais completo. Expressões idiomáticas são unidades fraseológicas indecomponíveis, cujo significado não pode ser retirado de suas partes. Isso porque possui um caráter conotativo, e não literal. Nesse sentido, só é possível inferir o significado real se o leitor estiver dentro da realidade extralinguística subjacente à expressão, pois a mesma foi consagrada no nível semântico, pragmático e também sintático. O caráter metafórico ou conotativo é uma característica muito importante das EIs, pois é exatamente essa particularidade que nos permite distinguir as expressões idiomáticas de outras lexias complexas. Vejamos os exemplos trabalhados por Ferraz e Souza (2004, p. 144):

1. Locuções (às pressas);
2. Combinatórias usuais (perdidamente apaixonado);
3. Perífrases verbais (dar um passeio);
4. Ditados (amor com amor se paga),
5. Provérbios (água mole e pedra dura tanto bate até que fura);
6. Sintagmas terminológicos (válvula redutora de pressão);
7. Coletivos (constelação de estrelas).

Dentre as lexias complexas listadas acima, somente o provérbio possui caráter conotativo; entretanto, ele se diferencia das expressões idiomáticas por ter o propósito de transmitir algum ensinamento ou lição de vida. Porém, essa característica não se aplica às EIs.


Depois que o nosso leitor já tem uma noção do que é uma expressão idiomática, passaremos agora a falar das suas implicações dentro da sala de aula, ou seja, no ensino de português como língua materna.

O ENSINO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS NO LIVRO DIDÁTICO

Como foi mencionado antes, as expressões idiomáticas não ganham tanta atenção no ensino de português como língua materna. Não é muito comum a presença dessas unidades fraseológicas em livros didáticos. A fim de comprovar essa informação, foi analisada uma coleção de livros didáticos⁽¹⁾ voltada para o ensino fundamental. Com isso, o objetivo é verificar a presença de expressões idiomáticas e como essas unidades fraseológicas são ensinadas para os alunos, a partir da abordagem do livro didático mencionado.

A coleção é composta por quatro volumes, que vai do sexto ao nono ano do ensino fundamental. O primeiro volume da coleção, destinado a alunos do sexto ano, apresenta algumas expressões idiomáticas ao longo dos vinte e seis capítulos. Ao todo, o livro apresenta vinte e seis expressões. Entretanto, nos outros três volumes não foram encontradas ocorrências de expressões idiomáticas. Vejamos abaixo uma imagem do livro que ilustra como o primeiro volume dessa coleção abordou as expressões:

Expressões interessantes da nossa língua



Ter minhoca na cabeça.
Ter idéias malucas, sem pé nem cabeça.

Exemplo: Ele deu uma sugestão absurda; até parece que *tem minhoca na cabeça*.

Podemos perceber, através dessa figura, que a abordagem das expressões foi feita de maneira muito interessante. Primeiro, pelo fato de o livro nomear essas unidades fraseológicas como “*expressões interessantes da nossa língua*”. Assim, o livro chama a atenção do aluno para uma unidade que faz parte do cotidiano da língua portuguesa, ou seja, existe uma tentativa de aproximação do tópico a ser estudado com o aluno. Segundo, o livro traz também um exemplo da expressão empregada em um contexto. Deste modo, o professor pode trabalhar de maneira muito produtiva dentro da sala de aula utilizando as expressões idiomáticas para a ampliação do léxico, e conseqüentemente, o desenvolvimento da competência lexical. Outro ponto importante sobre a figura está relacionado com a imagem apresentada pelo livro, representando o sentido literal da expressão. Existe, portanto, uma tentativa de desconstruir a expressão idiomática, visto que a imagem tenta enfraquecer uma das principais características da expressão que é o caráter conotativo ou metafórico. Esse fato não colabora para um aprendizado satisfatório das expressões e desde modo não contribui para a expansão lexical do aluno. Foram feitos até aqui comentários relacionados à estrutura externa de uma expressão, entretanto, o livro poderia explorar mais a estrutura interna dessas expressões, pois apesar de funcionarem como estruturas fixas, é possível submetê-las a uma análise em nível sintático. Nesse sentido, o professor pode discutir a questão da gramaticalidade dessas expressões que possuem estruturas que foram convencionalizadas e, portanto, não têm compromisso com as regras gramaticais.

POR QUE ENSINAR EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS NA SALA DE AULA?

As expressões idiomáticas desempenham um papel importante na comunicação, além de serem fontes ricas de conhecimento. Isso porque, utilizando-as um indivíduo pode manipular seu discurso e mascarar suas verdades através de metáforas, de acordo com Nogueira (2008). Além disso, como afirma Ferraz e Souza (2004):

[...] são formações que expressam sentimentos, emoções, sutilezas de pensamento e têm, dentre outras, como característica principal, o sentido conotativo, apresentando, com isso, interessantes recursos semânticos, muito usados da publicidade escrita do Brasil (FERRAZ; SOUZA, 2004, p. 144).

Como podemos observar, o trabalho com as EIs no ensino de Português é de extrema importância, pois são estruturas comuns entre as comunidades linguísticas, e por isso devem receber mais atenção na sala de aula. Mas, por que as EIs não são trabalhadas com mais frequência dentro da sala de aula?

Como vimos, existe um preconceito em torno dessas expressões no campo da língua materna, pois são consideradas próprias da fala. Além disso, Nogueira (2008) acrescenta que essas estruturas, por terem semelhanças com as frases feitas, são consideradas produções sem originalidade e não contribuem para a arte de aprender a escrever bem. De acordo com o autor, esse fato justifica a escassez de expressões idiomáticas nos livros didáticos de português. Nesse sentido Xatara (1998, p.148) afirma que, *se de um lado encontramos EIs por toda a parte, presentes discreta ou abusivamente, por outro lado não encontramos tão facilmente estudos específicos sobre elas*. Contudo, mesmo sendo frases feitas, as expressões idiomáticas podem contribuir para o desenvolvimento da competência lexical.

São vários os fatores que justificam o estudo dessas unidades fraseológicas dentro da sala de aula. Primeiro, as expressões idiomáticas fazem parte do cotidiano do aluno e, portanto, é necessário que esse indivíduo saiba reconhecê-las e também usá-las. Outro fator consiste na evidência que a maioria das expressões não são encontradas com facilidade nos dicionários de língua portuguesa e por isso podemos prever que os alunos terão muita dificuldade ao deparar com uma expressão idiomática que não seja de seu conhecimento. A questão da inclusão das expressões idiomáticas nos dicionários foi discutida por Biderman (2001). Segundo a autora as EIs deveriam ter entradas únicas, já que é função dos dicionários facilitar a localização rápida da informação para o consulente, entretanto podemos perceber, ao analisar um dicionário, que essa inclusão não é feita de forma sistemática. Tal fato nos mostra que é necessário uma discussão mais ampla dessas unidades fraseológicas. Deste modo, proporcionar para áreas como a lexicografia subsídios para que haja uma sistematicidade na inclusão da EIs em favor do enriquecimento do trabalho com essas unidades dentro da sala de aula.

Um último fator, e não menos importante por isso, é a existência de expressões idiomáticas em campanhas publicitárias de revistas de grande circulação nacional. Como afirma Ferraz (2004), a

função das expressões na linguagem publicitária é de *colorir a mensagem* criando uma cumplicidade entre o leitor e a propaganda. De acordo com o autor, as expressões idiomáticas valorizam o texto e o torna mais familiar, na medida em que as expressões são entendidas pelos usuários da linguagem coloquial e também são aceitas no nível formal da língua portuguesa.

Se de um lado as campanhas publicitárias lançam mão das expressões idiomáticas, reforçando a ideia de que essas unidades fazem parte do cotidiano de uma comunidade linguística, por outro lado, algumas dessas unidades encontradas na publicidade não são encontradas em dicionários. Entre os vários motivos dessa ausência, um é o fato de que algumas expressões são consideradas neologismos. Os neologismos, como afirma Cabré (1993 apud Ferraz, 2006), são unidades léxicas de formação recente. É importante mencionar que essas expressões, quando dicionarizadas, perdem o caráter de unidades neológicas. Vejamos a seguir exemplos de expressões que ainda não estão dicionarizadas⁽²⁾, encontradas em campanhas publicitárias:

Grande leilão de imóveis locados para agências.
Este é para bater o martelo. (Veja, 12/12/2004, p. 64)

Não deixe o Presidente dar uma bola fora. Diga não a Angra 3! (IstoÉ, 15/12/2004, p. 04)

Como podemos ver, a utilização de expressões é um recurso muito usado na publicidade escrita. Tal fato nos mostra a necessidade de um trabalho rigoroso com essas unidades fraseológicas dentro de sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de expressões idiomáticas nas aulas de português como língua materna é muito importante para que o aluno desenvolva sua competência gramatical e também comunicativa. As duas competências estão ligadas ao fato de que um aluno deve saber reconhecer e utilizar o vocabulário de uma língua, assim com os seus recursos gramaticais. A competência comunicativa ainda permite que o aluno saiba se adequar a qualquer contexto. Assim, esse aluno saberá melhor como se portar diante de uma característica inerente à língua que é a variação linguística. Como foi discutido antes, as expressões idiomáticas, mesmo possuindo um caráter coloquial, devem ser estudadas em sala de aula, pois são necessárias não só nas aulas de língua estrangeira, mas, sobretudo, nas aulas de língua materna.

Outro ponto forte que valida o trabalho com as EIs dentro da sala de aula consiste no fato de que como essas expressões são estruturas difíceis de serem entendidas, pelo seu caráter conotativo, são importantes objetos de estudo. Ao analisar a coleção de livros didáticos percebemos que só os níveis semântico e pragmático das EIs são trabalhados. Entretanto, o nível sintático deixou a desejar. O nível sintático compreenderá as questões de combinabilidade dos elementos, sua ordem e sua gramaticalidade. Essa última é a que irá mais interessar no ensino de EIs, pois como são expressões que desafiam quaisquer explicações gramaticais pelo fato de seu uso já estar consagrado e aceito por falantes de todos os níveis socioculturais, como afirma Tagnin (1989).

É importante salientar que apenas um volume de uma coleção de quatro livros didáticos abordou as EIs. Isso porque ainda existe preconceito por parte dos autores de livros didáticos de língua portuguesa com relação ao caráter oral dessas expressões, afirmando, portanto, que elas não contribuem para a aprendizagem da escrita. Contudo, como se trata de expressões que fazem parte do cotidiano dos alunos, é necessário o estudo das EIs com mais frequência nos livros didáticos. Para reforçar essa ideia, vimos que as EIs não estão presentes somente na linguagem oral, mas também na linguagem publicitária impressa e, por isso, seria pertinente um trabalho com as EIs na sala de aula para que o aluno saiba reconhecê-las no meio publicitário, já que a maioria dessas expressões não são encontradas em dicionários.

Portanto, é dentro da sala de aula da disciplina de português que as expressões idiomáticas devem ser trabalhadas. Devem ser consideradas todas as informações a elas inerentes, pois se trata de estruturas que fazem parte do cotidiano da língua portuguesa e irão proporcionar aos alunos dessa disciplina maior informação sobre vários aspectos da língua, contribuindo para o desenvolvimento da competência lexical.

NOTAS

(1) TUFANO, D. Gramática fundamental. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2007. Obra em quatro volumes.

(2) Os dicionários utilizados como corpus de exclusão foram: Houaiss (2001); Aurélio (1999) e Michaëlis (1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, M. T. C. Lexemas e lexias. Lexias simples e complexas. In: BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: teoria lexical e Linguística Computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.169-178.

FERRAZ, A. P.; SOUZA, K. C. O uso de expressões idiomáticas em textos publicitários. **Maestria**, Sete Lagoas. 1, n. 1, p. 143 -153, (jan/jun. 2004).

FERRAZ, A. P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, M. C. T. C. O. (Org). **O Léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006. p. 219-234.

NOGUEIRA, L. C. R. **A presença de expressões idiomáticas (EIs) na sala de aula de E/LE para brasileiros**. 249 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

ORTIZ, A. M. L. Os fraseologismos como expressão cultural. Aspectos de seu ensino em PLE. In: CUNHA, M. J. C.; SANTOS, P. (Orgs.). **Tópicos em Português língua estrangeira**. Brasília: Editora UnB, 2002. 157-172.

XATARA, C. M. Tipologia das expressões idiomáticas. **Alfa**, São Paulo. 42, p. 169-176, 1998.

_____. O campo minado das expressões Idiomáticas. **Alfa**, São Paulo. 42, n. esp., p. 147-159, 1998.

TAGNIN, S. E. O. **Expressões idiomáticas e convencionais**. São Paulo: Ática, 1989.

Dicionários

AURÉLIO, B. H. F. **O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: DTS Software Brasil Ltda, 1998. Versão eletrônica.

A PREFIXAÇÃO INTENSIVA EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Amanda Ferreira de ALBUQUERQUE
Universidade Federal de Pernambuco (Mestre)
amandasmile_7@hotmail.com

RESUMO: A linguagem publicitária utiliza-se de recursos estilísticos e argumentativos da linguagem cotidiana, ela própria com o intuito de informar e manipular. “Falar é argumentar é tentar impor”. Em outras palavras, a construção de um discurso persuasivo é fruto de uma cuidadosa pesquisa de palavras, vital na elaboração da publicidade, já que essa seleção não é uma atitude arbitrária, mas sim ideológica, o que pode gerar a necessidade de criação de novas palavras, para atender seu objetivo comunicativo. Assim, acarretando no emprego de neologismos. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal analisar a linguagem publicitária veiculada em outdoors e anúncios de revistas e jornais, atentando para o processo de intensificação que emana das formações prefixais, destacando o papel social publicidade como instrumento de leitura do mundo. a presente pesquisa parte da análise de neologismos presentes na linguagem publicitária, coletados em anúncios veiculados por jornais e de revista veiculados na cidade do Recife. Espera-se com este estudo conhecer os reflexos de traços significantes do grupo social no qual eles surgem, seus objetivos, valores, caracterizando a forma de pensar de uma geração. Além disso, almeja-se encontrar um número considerável de neologismos a partir da prefixação, uma vez que a sociedade está em constante mudança e evolução, e juntamente com ela seus valores, suas instituições, sua forma de pensar e nomear o “novo” mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Neologismo; Prefixação intensiva; Publicidade.

Carvalho (1996, p. 69) define a intensificação linguística como um processo semântico que se revela através de advérbios, adjetivos e locuções adverbiais, como também pela gradação de nomes e sua repetição. O elemento intensificador denota um ponto alto ou baixo na escala de qualidade, a qual está sendo descrita. Tal processo é bastante utilizado nos atos de linguagens, escrito ou falado, principalmente nos discursos que visam persuadir e influenciar o seu receptor, em especial a publicidade.

A intensificação lingüística em textos publicitários é decorrente da acirrada concorrência entre produtos, a qual gera uma crescente do discurso publicitário preocupação com a comparação. No mercado

atual a concorrência tem crescido aceleradamente. Uma vez que a classe média está em ascensão, cresce seu poder aquisitivo de compra, aumentando, assim, o consumo. Dessa forma, para expressar a superioridade do produto, o discurso publicitário utiliza-se de um recurso argumentativo chamado *gradação*. Prefixos como **ultra-**, **extra-** e **super-**, expressam idéia de grau, pois elevam a base a qual se unem a um ponto na escala da gradação. Em publicidade os prefixos intensivos marcam uma avaliação do produto, e obviamente, como na publicidade a idéia de “melhor produto” é explorada, o uso de tais prefixos torna-se muito produtivo.

Quirk (1988, p. 438) estuda com bastante propriedade o recurso da intensificação em língua inglesa. Estabelece divisões que podem ser aplicadas a língua portuguesa.

Para o referido autor, os intensificadores têm em comum o efeito de superioridade ou inferioridade em alguma unidade da sentença. Os intensificadores podem ser divididos em três classes semânticas: *ênfatizadores*, *amplificadores* e *moderadores*.

Os *ênfatizadores* têm a função de sobrelevar a qualidade do produto através de adjetivos (*bom* café da manhã) ou advérbios de modo (visivelmente, claramente, certamente, seguramente) neste caso reforçam o descrito.

Os *amplificadores* denotam um ponto alto numa escala e são classificados em *maximizadores* ou *levantadores* (boosters). Os *maximizadores* são superlativos e indicam o mais alto grau (*o máximo, o melhor, totalmente*); no caso dos *levantadores* são uma classe aberta e reportam a graus derivados incluindo adjetivos e advérbios, como também a exclamação e a comparação.

Os *moderadores* são os que menos interessam ao discurso publicitário, uma vez que produzem efeito escala abaixo. Só aparecem em textos publicitários quando se quer atenuar aspectos negativos de determinado produto, ou positivos do produto da concorrência. Subdividem-se em: *aproximadores* (quase, aproximadamente); *conciliadores* (mais ou menos, uma espécie de); *diminuidores* (parcialmente, moderadamente) e *minimizadores* (dificilmente, no mínimo).

Os *ênfatizadores* e os *amplificadores* são os que mais interessam a linguagem publicitária, pois intensificam o aspecto positivo do produto. No caso do uso dos prefixos eles aparecem dentre os *amplificadores levantadores*. Funcionam como indicadores de grau, quando se juntam a uma base. Por serem indicadores de grau, unindo-se em sua maioria a adjetivos e algumas vezes a substantivos, os prefixos intensificadores se integram facilmente a essas bases, tornando-se produtivos na criação de novas palavras.

Os prefixos indicadores de intensificação que integram o corpus da presente pesquisa são:

FORMAÇÕES COM O PREFIXO *EXTRA-*

Tem origem na preposição latina *extra*, filiada a *ex*. Significa além de o que passa de, também tem significação de grau.

É importante considerar a observação de Marcel Galliot, citado por Pereira (1983, pag.90), o qual afirma que o prefixo **extra-** é desenvolvido, sem dúvida, a partir do adjetivo "extraordinário", possuindo um sentido derivado, de valor genuinamente superlativo (=excepcional, marcante) que a linguagem publicitária não poderia deixar de usar. Assim é comum *extra-* formar palavras e lexias novas. Como nos seguintes casos:

"Novo Intimus Gel Unique Clean. Cobertura *Extra Macia* e Centro Block Gel que mantém o fluxo longe de sua pele." (Gloss, Julho 2009, n. 22) (fig. 18)

"Dakota. *Extraconforto*." (Gloss, Março 2009, n. 18)

"Caminhões *extrapesados* com taxas sob medida para seu bolso." (Veja, 18/02/2009, Ed. 2100, ano 42, n. 7)

Os três exemplos coletados possuem significação de grau, o que interessa mais a publicidade. Em uma formação *extra-* uni-se a base de substantivo: *extraconforto*, nas demais a base é um adjetivo: *extraconforto*, *extra macia*.

FORMAÇÕES COM O PREFIXO *HIPER-*

O prefixo grego **hiper-** (por cima, superiormente) só obteve uma ocorrência, pertence aos prefixos designativos de gradação aumentativa. Tem o mesmo valor semântico de *super-*, no entanto é menos empregado do que este, possuindo, assim, uma força semântica especial. No caso da veiculação do prefixo *hiper-* na cidade do Recife ser rara, acreditamos ser por causa da rede de supermercados Hiper Bompreço. Assim tal marca é bastante forte na região e tal prefixo pode remeter a lembrança deste supermercado. Tanto que *hiper-* é usado com frequência em suas publicidades: Hiper ofertas, hiper parcerias. Como também seu cartão de crédito, possui este prefixo: *Hipercard*.

"*Hiper* feirão de seminovos Italiana." (JC, 30/05/2009, p. 7)

FORMAÇÕES COM O PREFIXO *RE-*

De origem latina o prefixo **re-**, em regra, significa "de novo", "movimento para trás". Em textos publicitários **re-**, também, pode

expressar “intensidade + repetição de uma ação ou repetição continuada de uma ação: repisar (fig.) =repetir (contexto: repisar um tema, um assunto)” (SANDMANN 1996, p. 26). Seguem-se os casos:

“Neutrogena. É tão fácil de aplicar e **reaplicar** que nem parece protetor.” (Cláudia, Dezembro 2008, n. 12, ano 47)

“Financie seu Chevrolet 0km com a garantia de **recompra**.” (DP, A-1505/04/2009)

“Amend RMC System. **Reconstrução** e Restauração profundas das estruturas externas e internas do cabelo;” (Cláudia, Janeiro 2009, n. 1, ano 48) (fig. 19)

“**Recarregue** e fale 20x mais.” (JC, p. 12, 30/05/2009,)

“Morada Olinda Colonial. (...) rua **revitalizada** com iluminação” (JC, p. 01, 30/05/2009,)

“Porta retrato digital 8”(…) bateria interna **recarregável**” (JC, p. 9, 31/05/2009)

“Secatriz que previne a acne sem **ressecar** a pele.” (JC, p.3,14/06/2009)

“Cumpra salientar que **reabilitação** da dentição é menos dispendiosa do que se imagina.” (JC, 21, 14/06/2009)

“Viasul **Repasse**: Aproveite as ofertas.” (JC, 11, 16/05/2009)

“Primeiras **revisões** grátis” (JC, 16/05/2009)

“Os únicos seminovos **revisados** e periciados.” (JC, p. 16, 30/05/2009)

“Veet Kit Raseira **remove** os pelos de forma prática. (...)” (Nova, Fevereiro 2009, ano 37, n. 2)

De todas as construções acima apenas o adjetivo **recarregável** é neologismo, e indica aquilo que pode ser recarregado.

Em outras palavras da língua portuguesa, no entanto, **re-** pode ter outra significação: “novamente + de outra maneira”. Um exemplo citado por Sandmann(1996, p. 25) é o de **releitura** cujo significado é “uma segunda leitura + nova maneira de ler, uma nova interpretação”. Seguem-se os casos:

“Recife está na rota da companhia que **reinventou** a arte do circo.” (JC, p. 11, 30/05/2009,)

“Spa Espaço verde (...) emagrecimento e **reeducação** alimentar.” (DP, A-12, 09/06/2009)

Observar que **re-** forma palavras que indicam processo. Seu valor intensificador não indica grau (o que interessa mais a publicidade), nem se une a adjetivos valorativos, o que evidencia sua baixa produtividade.

Dentre as 16 formações que formaram o *corpus*, encontram-se 4 verbos, 4 adjetivos, e 8 substantivos. O prefixo **re-** une-se a palavras que indicam processo, diferentemente do prefixo **in-**.

Sandmann (1996, p. 26), faz uma observação acerca do registro de palavras, no dicionário, com o prefixo **re-**. Para o autor o dicionário Aurélio fornece inúmeras palavras cujo significado é apenas "de novo", como **reabrir, reaceitar, redigitar**. Conforme Sandmann, isso é desnecessário, uma vez que há um critério para que seja decidido o que deve ser ou não dicionarizado. "Como todos os verbos e substantivos de conteúdo dinâmico podem formar com o prefixo **re-** uma palavra complexa, é suficiente registrar as palavras com o prefixo **re-** que, como foi mostrada acima, têm conteúdo diferente de "novamente" ou um conteúdo mais complexo."

FORMAÇÕES COM O PREFIXO **SUPER-**

Prefixo latino, que tem raramente o significado de "acima", pois é pouco produtivo no português contemporâneo, cabendo mais essa função ao prefixo **sobre-** e o **supra-**.

Dentre as 25 formações, 19 são substantivos e 6 adjetivos, todos com o sentido de intensidade, "excesso", característica marcante dos textos publicitários para intensificar a qualidade dos produtos. Seguem-se os casos:

"Dê um **superpresente** para quem é **superligado** em você." (Outdoor, Recife, 14/08/2009)

"Preço **super reduzido**. Melhor você ser **super rápido**." (JC, p. 12, 30/05/2009)

"**Super promoção** de monitores Black piano. Confira!" (JC, p. 7, 30/05/2009)

"Monitores LCD, **super oferta**." (JC, p. 22, 11/03/2009)

"Aproveite essas **superofertas** e muito mais nas lojas." (JC, p. 1, 14/06/2009)

"Tecserv informática, **super-promoções**." (JC, p.10, 17/06/2009)

"Aproveite para viajar nos feriados de páscoa e Tiradentes com essa **superpromoção** Daher e Gol". (DP, 05/04/2009)

"Transforme seu micro velho em uma **super máquina**." (JC, p.4, 11/03/2009)

"Castello de Ferrara (...) Ao lado da Jaqueira e perto de **supermercados**, (...)" (JC, p.3, 31/05/2009)

"Edf. Barão de Vera Cruz (...) 3 quartos (1 suíte), com **super área de lazer**." (JC, p. 13, 31/05/2009)

"Apenas 20% até as chaves financiamento **super facilitado**." (JC, p. 22, 31/05/2009)

"**Supervestibular** – ENEM , curso de atualização." (JC, p. 27, 31/05/2009)

"**Super desconto** para técnicos em informática" (JC, p. 2, 17/06/2009)

"...você aprende numa **superestrutura**, com um corpo docente de alto nível." (JC, p.8, 14/06/2009)

"Varanda e **super estrutura de lazer**. E o que é melhor, é da Carrilho. (DP, A-9, 05/04/2009)

"**Super chance** Rivoli" (JC, p. 5, 17/06/2009)

"Monitores LCD...**super poucas** unidades" (DP, p. 24, 09/06/2009)

"Neutrogena Deep Clean Energizing faz uma espuma surpreendente que, além de limpar profundamente, deixa uma sensação **super-refrescante**." (Gloss, Julho 2009, n. 20) (fig. 20)

"Novo Rexona Naturals. **Superproteção** com ingredientes naturais." (Gloss, Julho 2009, n. 22)

"**Superavaliação** do seu usado na troca por um Hyundai Okm." (Veja, 18/02/2009, Ed. 2100, ano 42, n. 7)

"Troque seus pneus em uma das lojas da Rede Oficial de Revendedores Pirelli e concorra a 5 **supermáquinas**, motos, viagens e centenas de prêmios."

"Nova Pampers Noturna e Diurna. (...) Isso porque tem Centopéia Flex, laterais **superelásticas** que se ajustam ao corpinho do bebê." (Cláudia, Fevereiro 2009, n. 2, ano 48)

Na maioria dos derivados incorporados ao léxico da língua portuguesa, **super-** significa "muito grande" e expressa "intensificação" e "apreço". Na linguagem informal (um carro super, gasolina super) e até mesmo em textos publicitários, o prefixo **super-** ocorre muitas vezes livremente como em: **super oferta, super reduzido, super rápido, super máquina**. Nos exemplos da linguagem informal, **super** aparece na posição normal de adjetivo na frase portuguesa, vindo após o substantivo. Nos textos propagandísticos, no entanto, é o substantivo que vem após o adjetivo. Em relação a esse fenômeno Sandmann (1996, p. 28) observa que "tem-se sem dúvida a influência do modelo de colocação de palavras no inglês". E complementa que "Contrariamente ao processo de origem de muitos prefixos, os quais tiveram existência como formas livres, **super-** está se desprendendo dos radicais".

Segundo Alves (2007, p. 52) "de acordo com os dicionários da língua portuguesa mencionados, o formante **super-** deriva unidades lexicais da língua geral (subst. *supermãe*, adj. *superdivino*, *supernovo*, *superocupado*, v. *superlotar*), mas também constitui unidades lexicais especializadas de várias áreas do conhecimento: adj. *superagudo* (música); subst. *superclasse*, *superfamília* (zoologia); subst. *superelevação*, *superlargura* (construção); subst. *superoxidação* (química); *supersecreção* (medicina); adj. *supersensível* (filosofia)"

Em relação ao sentido intensivo de *super-*, assim como acontece com outros prefixos intensivos, tal prefixo está intimamente associado à base prefixada pelo formante. Rio-Torto observa (1983,

p. 366 *apud* Alves 2007, p. 56) que quando o substantivo se agrega ao prefixo de carácter intensivo, tende a “assumir valor atributivo, de natureza dimensional (supermercado “mercado de grandes dimensões; mercado grande”; *maxi-*, *mini-*) e/ou qualificantes (super-idéia). Quando se combina com adjectivos ou com verbos, o prefixo assume valor adverbial: *hipergrande* “muitíssimo, imensamente, excessivamente”.

Portanto, o prefixo **super-** prefixado a bases substantivas designa “grandes dimensões”. Uma *supercama* está associada a uma cama de grandes dimensões. Ou pode ainda conferir a base substantiva “uma qualidade excelente, excepcionalmente boa”: Um *supercreme* representa “um creme com qualidades excepcionais”. Quando se une a bases adjectivas, o formante manifesta “qualidade excepcionalmente boa, o mais alto grau de superioridade”. Como em *super-rápido* que se refere a algo “extremamente rápido”.

Alves (2007, p. 56), acrescenta ainda que **super-** é usado para intensificar bases cujos valores semânticos significam:

características reforçativas e valorativas, tais como *supercelebridade*, *superforça*, *superganhador*; *superherói*, *superpoder* (subst.); *superbacana*, *supercompetente*, *superconfortável*, *supereficiente*, *superespecial*, *super-resistente* (adj.). Porém, como apresenta um emprego não-limitado, sua função reforçativa parece poder aplicar-se a todo tipo de substantivo comum – *superamostragem*, *superbrinde*, *superconcurso*, *super-rival* – e a todo tipo de adjectivo: *superautomático*, *super-curioso*, *superfeminino*, *superjusto*, *superportátil*, *superprotetor*, *supertransparente*, como conclui Cavalcanti (1980, p. 99), mesmo os que podem denotar características negativas (*supertravado*). (ALVES, 2007, p. 56).

Devido a isso, o prefixo **super-** é bastante usual na língua comum, unindo-se a bases substantivas (*supermãe*, *superpai*, *superproteção*, *superamigo*) e adjectivas (*super-resistente*, *superromântico*, *superinteressante*, *superexigente*). Traspassa distintas linguagens especializadas, como as artes: “*superastro*, *superestrela*, *super-herói* (cinema, televisão e quadrinhos), *superbanda*, *superregente* (música), *supercine* (cinema), *supernovela*, *superprodutora* (televisão), *super8* (fotografia)”. A economia é outra área que também explora o uso do prefixo **super-**: “**superconsumo**, **supercongelamento**, **superdemanda**, **superfundo**”. Os esportes (“*supercraque*, *supertenista*”), medicina (“*super-bactéria*, *superremédio*”) e as tecnologias (“*superchip*, *supercomputador*, *supermicro-computador*”) igualmente merecem destaque. (ALVES, 2007, p. 57)

Em termos de produtividade, o prefixo **super-** foi o mais significativo de todos, assim sendo **super-** surge como um prefixo

exclusivamente publicitário. Conforme Pereira (1983, p. 90) tal prefixo é um elemento intensivo e intensificador por excelência. Além disso, **super-** responde perfeitamente às aspirações dos anunciantes e do vocabulário da propaganda, uma vez que eleva o produto ao mais alto grau de atributos, superando todos os demais concorrentes.

Marcel Galliot (1955, p. 287 *apud* PEREIRA 1983, p. 90) afirma que o prefixo **super-** possui uma incrível vitalidade maior que todos os outros “sobre nossos muros e em nossos jornais, desde o século XVIII”, além disso, serviu para criar adjetivos superlativos, antes dos substantivos de mesmo valor serem criados como nos “modernos super-chocolates”.

Alves (2007, p. 57) por sua vez afirma que o uso constante desse formante **super-**, sobretudo na linguagem mais coloquial, tem gerado um desgaste que leva seu significado a oscilar entre a intensidade absoluta (“excepcional”) e a intensidade relativa (“muito”).

FORMAÇÕES COM O PREFIXO **SEMI-**

Prefixo de origem latina que significa “metade de”, “quase”. Apresentou apenas 2 formações, com base adjetiva, assumindo assim uma função adverbial: usada para indicar grau ou medida.

“**Seminovos** Avante Ford.” (JC, p. 16, 30/05/2009)

“Lavadora **semi-automática** Latina Rubi” (JC, p. 8, 01/05/2009)

É importante salientar a característica eufemística do prefixo **semi-**. Soa mais suave dizer “**carro seminovo**”, do que “**carro usado**”. Até porque não se sabe o tempo de uso do carro. O termo **seminovo**, dá a idéia de carro quase 0 km. O mesmo ocorre em “**lavadora semi-automática**”, no qual a também dá o sentido de aproximação, uma lavadora que é quase automática. Suavizando a idéia de adquirir uma lavadora que não é totalmente automática.

“**Seminovos** Avante Ford.” (JC, 30/05/2009, p. 16)

“Lavadora **semi-automática** Latina Rubi” (JC, 01/05/2009, p. 8)

FORMAÇÕES COM O PREFIXO **ULTRA-**

De origem latina, **ultra-** (além, mais longe) tem o valor superlativo similar ao de **super-**. No entanto, apresenta uma frequência visivelmente menor só apresentou duas formações as quais não apresentaram significação local, mas sim gradual, com o conteúdo de “muito, ao máximo”.

Conforme Duarte (1998, p. 161), no latim vulgar, **ultra-** não servia de prefixo, a não ser em um ou outro caso isolado. A exemplo do adjetivo pós-clássico, **ultramundanus**, e do adjetivo tardio, **ultramontanus**.

Galliot (1955, p. 289 *apud* Pereira, 1983, p. 91) considera o neologismo **ultra-moderno** "a forma mais viva e triunfante que exprime no superlativo a eterna pretensão a novidade", e que a linguagem da propaganda utiliza para atribuir qualidades não importa a quê. Assim, ultrapassando claramente os "limites da própria publicidade". Galliot, ainda afirma que **ultra-** "é o qualitativo em que melhor se pode encontrar o homem de hoje, uma das palavras-chaves de nossa época." Ambas as formações apresentaram bases adjetivas:

"(...) MP10 com TV, função Music Shake, Câmera e muito mais. **Ultra fino**. Venha conhecer." (JC, p.6, 11/03/2009)

"Novo Dove hidratação fresca. Fragância **ultra-refrescante**, extrato de chá verde, pepino e ¼ de creme hidratante. É Dove com uma frescurinha." (Cláudia, Fevereiro 2009, n. 2, ano 48)

FORMAÇÕES COM OS PREFIXOS **MICRO-**, **MINI-** E **MEGA-**

Seguindo o esquema de Sandmann (1996, p. 22), **mega-**, **micro-** e **mini-** são abordados juntamente por causa de sua ordem alfabética e de seus aspectos semânticos. Enquanto o primeiro é aumentativo, os seguintes são diminutivos. **Micro-** é originário do grego e **mini-** provém da forma latina *minimum*; quando usado na formação de palavras tem o sentido de mínimo, muito pequeno. Mega- é uma adaptação do grego megal(o), "adotado na 11ª Conferência Internacional de Pesos e Medidas (resolução nº 12), em 1960, equivalente ao multiplicador 10⁶, seja, *um milhão* (de vezes a unidade indicada, p.ex., *megagrama = um milhão de gramas*)" (HOUASSIS, 2001). Assim, mega- torna-se um prefixo adotado da linguagem científica, apesar da baixa produtividade em formar palavras ou lexias novas, tal prefixo tem ocupado seu lugar nas publicidades de serviços. Seguem-se os casos:

"Forno de **micro-ondas** Consul...6 níveis de potência." (JC, p. 20, 14/06/2009)

"Edf. Petrópolis (...) Piscina, salão de festas, **miniquadra** (...)"(JC, p. 12, 31/05/2009,)

"Edf. Jardim do Capibaribe (...) piscina, **minicampo** e salão de festas" (JC, , p. 30, 31/05/2009)

"Porta retrato digital 8"(...) possível adicionar música e ser utilizado como **minimonitor**" (JC, p. 7, 31/05/2009)

"O Edifício: Piscina, salão de festas, **mini campo** gramado..." (JC, p.19, 31/05/2009)

"Internet móvel ilimitada, por R\$ 39,90/mês, e **minimodem** grátis." (Veja, 18/02/2009, Ed. 2100, ano 42, n. 7)

"Eleita por duas vezes a melhor **minivan** do Brasil." (JC, p. 16, 17/06/2009)

"Infohouse **megastore**". (JC, p. 17, 11/03/2009)

"**Mega feirão** de Norte a Sul." (JC, p. 3, 14/06/2009)

"**Megafeirão** de São João Insinuante" (DP, p. 9, 09/06/2009)

"A Tambaí fechará suas portas nesta quinta pela manhã, reabrindo à tarde com uma **mega promoção**." (DP, p. 12, 09/06/2009)

"**Mega festival** Renault." (DP, p. 5, 22/08/2009)

"Compra **megapremiada** Carrefour". (Outdoor, Recife, 08 /10/2009)

Com exceção de uma formação com base adjetiva (**megapremiada**) as demais formações tiveram base substantival. Conforme Sandmann (1996, p. 23) isso não é de se admirar, uma vez que "grande" e "pequeno", em geral, são qualidades das coisas.

A instabilidade do uso do hífen, também é presente nas formações com **mini-** e **mega-** pelos mesmos motivos já expostos no item sobre o prefixo **anti-**.

É importante salientar a observação de Pereira (1983, p. 91) em relação ao prefixo **micro-** e **mini-**. Segundo o autor, ainda que pareçam reduzir a intensividade ou demonstrar seu baixo grau, "podem atingir níveis surpreendentes de prestígio e adequação, significando nesta época uma elevada vantagem ao consumidor". Em uma sociedade que é preciso economizar espaço, revela força na mensagem publicitária de um **microcomputador**, de um **minimodem**, ou de uma **minivan**. Como também "a atualidade tentadora de um **mini-cruzeiro** e de agradável **mini-férias**, numa sociedade em que o tempo é sempre muito curto e muito precioso."

Sandmann (1996, p. 23) afirma que o emprego desses prefixos, deve-se ao fato de serem emocionalmente menos carregados de sentimentos do que os sufixos aumentativos e diminutivos. Por isso **mini-** é utilizado na publicidade para apresentar funções do produto, mais relacionadas à tecnologia, já que a linguagem técnico-científica busca a neutralidade.

FORMAÇÕES COM O PREFIXO **IN-**

O prefixo **in-** pode funcionar como intensificador, ao se unir a uma base adjetiva. Em outras palavras, tal prefixo intensifica não a base a que se une, mas o substantivo anteposto à formação com o prefixo **in-**. Como em "Ofertas **incríveis**" **incríveis** é o adjetivo intensificador de ofertas, é o que também podemos observar nas seguintes formações:

"Concessionária Tambaí. Condições **Imbatíveis**." (DP, 22/08/2009)
 "Sabado **imperdível** Meira Lins." (DP, 22/08/2009)
 "Vivo zap. (...) Internet **ilimitada**." (AM, ano 4, n. 37, abril 2009, p.2)
 "Ofertas **incríveis** Eurovia seminovos." (JC, 16/05/2009)
 "Estética bucal: Restaurações Estéticas; Cosmética a Lazer; Correções **Imperceptíveis**." (JC, 14/06/2009)
 "Livina quebra **invencibilidade** do Fit." (JC, 31/05/2009, p. 15)
 "368 unidades entregues e um número **incontável** de sorrisos." (JC, 31/05/2009, p. 5)
 "Empreendimentos modernos com lazer **incomparável** e a qualidade Duarte." (DP, 05/04/2009)
 "Lábios volumosos e **irresistível** em minutos." (Gloss, julho 2009, n. 22)
 "Novo Ford Edge. Valioso como tudo que é **inesquecível**." (Veja, 18/02/2009, Ed. 2100, ano 42, n. 7)
 "Dove Go Fresh. Sinta uma **inesperada** sensação energizante." (Nova, Fevereiro de 2009, ano 37, n. 2) (fig. 15)
 "Encontrar manchas nas suas roupas parece **impossível**? Vanish alvejante seguro." (Nova, fevereiro de 2009, ano 37, n. 2)

Na linguagem informal (um carro super, gasolina super) e até mesmo em textos publicitários, os prefixos **super-**, **mega-**, **mini-**, **extra-**, **ultra-**, ocorrem muitas vezes livremente como em: **super oferta**, **super reduzido**, **super rápido**, **super máquina**, **ultra fino**, **extra macia**, **mini campo**, **mega feirão**. Conforme Sandman (1989, p. 45), contrariamente ao processo de origem de muitos prefixos, os quais tiveram existência como formas livres. Tais prefixos estão se desprendendo dos radicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se estudar o léxico deve-se levar em consideração o contexto, a situação comunicativa na qual está inserido, uma vez que a seleção vocabular dependerá de suas características. Assim, o léxico não será visto como um elemento independente do seu contexto, mas será apreendido além do seu sentido explícito, ou seja, o implícito inerente ao léxico será, portanto, visto como vital no processo de construção de sentido do ato de linguagem.

A pesquisa de elementos prefixais nos textos publicitários permitiu que pudessem ser observadas formações que traduzem a sociedade contemporânea, seus valores e aspirações.

No que tange a grande número de formações intensificadoras com o prefixo **super-** desde a época de Galliot (1955) foi um prefixo considerado predominantemente publicitário e continua sendo. Isso

indica certa resistência em tornar mais efetiva a renovação do uso de prefixos intensivos na linguagem publicitária. Além disso, **super-** possui valor atributivo, de natureza dimensional. (super área de lazer, supermercado). Quando se combina com adjetivos, o prefixo assume valor adverbial: "muitíssimo, imensamente, excessivamente" (**super rápido, super-refrescante**). Possuindo, assim, mais facilidade em se unir tanto a bases adjetivas quanto a verbais.

Prefixos, como **ultra-, super-, extra-, hiper-**, que apesar de aparecerem desprendidos da base funcionando como adjetivos, ainda possuem características de prefixos, pois sempre aparecem antepostos aos substantivos. Ex.: **Super promoção**. Diferentemente, da posição mais corrente dos adjetivos em língua portuguesa que é depois dos adjetivos. Ex.: **Cabelos sedosos**.

Por fim, é importante considerar que estudar o recurso da prefixação e inovação lexical em textos publicitários, poderá promover o conseqüente desmascaramento das manobras de persuasão, e assim o consumidor poderá agir de forma mais consciente acerca dos efeitos da publicidade provocam sobre o sujeito receptor dos anúncios. Logo, faz-se necessário conhecer e compreender para que serve, que elementos e meios que a publicidade utiliza, como também a quem se dirige e o que representa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. O formante super- no português brasileiro: a supertrajetória de um prefixo. In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. B.; MARQUESI, S. C. (Orgs.). **Língua Portuguesa**. Pesquisa e ensino. São Paulo: Editora PUCSP EDUC, v. 1, 2007. p. 51-62.

_____. **Um estudo sobre a neologia lexical**: os microssistemas prefixais do português contemporâneo. 379 p. Tese (Livre Docência em Lexicologia e Terminologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

_____. Projeto de política neológica para o português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Lisboa, 15, p. 53-57, 1996.

_____. O conceito de neologia: da descrição lexical à planificação linguística. **Alfa**, São Paulo. 40, p. 11-16, 1996.

_____. **Neologismo. Criação lexical**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Observações sobre a prefixação intensiva no vocabulário da publicidade. **Alfa**, São Paulo. 24, n. 4, p. 9-14, 1980.

_____. A formação de neologismos através da composição prefixal no vocabulário da imprensa brasileira contemporânea. **Estudos Linguísticos**, Bauru. 2, p. 212-214, 1978.

_____. A questão das fronteiras em formações lexicais. **Série Encontros**, 5, n. 1, p. 42-8, 1991.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade**: processos do neologismo. São Paulo: Global, 1981.

BECHARA, E. **Moderna Gramática da língua portuguesa**. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Conceito linguístico de palavra. **Palavra**, Rio de Janeiro. 5, p. 81-97, 1999.

BOULANGER, J-C. Néologie et terminologie. **Neologie en Marche**, 4, p. 5-128, 1979a. Série b: langues de spécialités.

_____. Problématique d'une méthodologie dynamique d'identification des neologismes em terminologie. In: **Néologie et lexicologie**. Paris: Larousse, 1979b. p. 36-46.

CARVALHO, N. **Publicidade**: a linguagem da sedução. 3 ed. Recife: Ática, 2004.

_____. **O que é neologismo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **A palavra é**. Recife: Líber Gráfica, 1984.

_____. **Neologismo na linguagem jornalística recifense**. Recife, UFPE, 1991.

_____. **A terminologia técnico-científica**: aspectos lingüísticos e metodológicos. Recife: Editora Universitária, 1983.

_____. **O léxico da publicidade**. Descrição e análise do vocabulário das mensagens publicitárias em revistas e outdoors. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1993.

_____. Neologismo na Imprensa Escrita. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p. 63 – 72.

_____. **Empréstimos linguísticos e identidade cultural**. Recife. (polic.), 2000.

DUARTE, P. M. T. **A formação de palavras por prefixo em português**. 184 p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 1995.

_____. O prefixo e suas diversas abordagens. **Alfa**, São Paulo. 42, número especial, p. 31-54, 1998.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HOUAISS. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Librairie Larousse, 1975.

ILARI, R. **Introdução ao estudo do léxico**. São Paulo: Contexto, 2002.

JOACHIM, M-S. et al. **Os mitos da publicidade**. Petrópolis: Vozes, 1974.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2005.

MONNERAT, R. M. **A publicidade pelo avesso**: propaganda e publicidade, ideologias e mitos e a expressão de idéia – o processo de críticas da palavra publicitária. Niterói: EdUFF, 2003.

PEREIRA, R. F. **Neologismos na mensagem publicitária**. 261 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Assis, 1983.

_____. A prefixação neológica no vocabulário da propaganda contemporânea. **Alfa**, São Paulo. 2 (supl.), p. 127-134, 1984.

QUIRK, R. et al. **A comprehensive grammar of the English language**. London: Longman, 1985.

SANDMANN, A. J. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: Scientia et Labor; São Paulo: Ícone, 1989.

_____. **Competência lexical.** Produtividade, restrições e bloqueio. Curitiba: Ed. da UFPR, 1991a.

_____. **Morfologia lexical.** São Paulo: Contexto, 1991b.

_____. Caminhos da produção lexical. **Delta**, São Paulo. 9, n.1, p. 59-81, 1993.

_____. Salto de etapa(s) na formação de palavras. **Delta**, São Paulo. 10, n.1, p.83-7, 1994.

_____. **A linguagem da propaganda.** São Paulo: Contexto, 2003

SANT'ANNA, A. **Propaganda:** teoria, técnica e prática. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1981.

SOARES, R. L. **Margens da comunicação:** discurso e mídias. São Paulo: Annablume, 2009.

TURAZZA, J. S. **Léxico e criatividade.** São Paulo: Annablume, 2005.

VESTERGAARD, T. e SCHRODER, K. **A linguagem da propaganda.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

INSTITUTAS DE GAIO: CONSIDERAÇÕES TERMINOLÓGICAS

Conceição Aparecida BARBOSA
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
conceicao.barbosa@usp.br

RESUMO: O presente trabalho teve como foco o estudo de termos que compõem o vocabulário do Livro IV das Institutas de Gaio. Tendo em vista a importância do estudo do Direito Romano para qualquer proposição de pesquisa conceitual e diacrônica em matéria de Direito e conceitos da área, torna-se imprescindível o estudo do procedimento jurídico romano. A pesquisa envolveu um breve histórico das Institutas, sua composição, autoria, descoberta e fontes secundárias, bem como considerações de importantes autores da área jurídica sobre a contribuição do jurisconsulto Gaio. Numa perspectiva terminológica, partiu-se do levantamento dos termos-ocorrência num total de 103 termos latinos, dentre os quais foram selecionados alguns como objeto de tratamento lexicográfico ou terminográfico. Dentre esses termos selecionados, foram coletadas definições para a composição da ficha terminológica, por meio de excertos conceituais (contextos). Para a elaboração das definições foram comparados contextos descritivos ou definitórios extraídos do texto de Gaio com a definição dos verbetes encontrados em dicionário terminológico. Foi adotado para esta pesquisa o dicionário de especialidade de Valdemar Cesar da Silveira, cujos verbetes foram confrontados com as definições extraídas de Gaio, sendo elaboradas, ao final, definições possíveis destes termos baseadas no texto original e ratificadas no dicionário terminológico.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia; Direito romano; Lexicografia; Dicionários.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco de pesquisa o estudo de termos que compõem o vocabulário do Livro IV das Institutas de Gaio. Tendo em vista a importância do estudo do Direito Romano para qualquer proposição de pesquisa conceitual e diacrônica em matéria de Direito e conceitos da área, torna-se imprescindível o estudo do procedimento jurídico romano. A pesquisa envolve um breve histórico das Institutas, sua composição, autoria, descoberta e fontes secundárias, bem como considerações de importantes autores da área jurídica sobre a contribuição do jurisconsulto Gaio. Em

seguida, parte-se para algumas considerações sobre a fundamentação teórica utilizada nos trabalhos terminológicos.

Inicialmente, o pesquisador faz o levantamento dos termos-ocorrência que podem ser futuramente objeto de tratamento lexicográfico ou terminográfico. Em seguida, são apresentadas definições que podem compor a ficha terminológica usada para qualquer elaboração dicionarística. São destacadas definições de dicionários que podem ser etimológicos, de língua e de especialidade. Foi adotado para esta pesquisa o dicionário de especialidade de Valdemar Cesar da Silveira, cujos verbetes (*actio in rem, actio in personam, pignoris capio, bonorum possessor, communi dividundo, damni infecti, restipulatio* e *sacramentum*) serão confrontados com as definições extraídas de Gaio. Por fim, serão destacados alguns aspectos do texto das Institutas e comparadas algumas definições dos termos, produzindo-se, ao final, definições que englobem traços caracterizadores e decodificadores dos termos.

BREVE HISTÓRICO DAS INSTITUTAS DE GAIO

O objeto da presente pesquisa é o texto de Gaio, livro IV, intitulado de Institutas, cuja tradução foi realizada por Alexandre Augusto de Castro Correia, retirado do livro Lições de História do Processo Civil Romano de Luiz Carlos de Azevedo e José Rogério Cruz e Tucci, formando, deste modo, o corpus da presente pesquisa.

Este objeto de pesquisa foi escolhido por representar importante fonte de cognição para o estudo do Direito Romano.

Conforme Azevedo e Tucci (2001, p. 27), na perspectiva histórica, a fonte de cognição é o texto que permite ao analista conhecer uma realidade jurídica pretérita, sendo, desta forma, as Institutas de Gaio fonte primordial para o estudo do direito na Roma clássica.

Azevedo e Tucci (2001, p. 27) citam o próprio jurisconsulto Gaio e sua concepção de fontes de revelação do direito:

Assim, podemos dizer que, segundo Gaio (*I.*, 1.2), as fontes de revelação do direito romano, durante os seus respectivos períodos históricos, foram as seguintes: leis, plebiscitos, senatusconsultos, constituições dos imperadores, editos dos magistrados e pareceres dos juristas.

Desta forma, a concepção de Gaio corresponde à fonte técnica para o estudo do direito, ou seja, as fontes propriamente jurídicas, dentre as quais destaca o próprio texto do jurisconsulto.

Azevedo e Tucci (2001, p. 29) destacam que Gaio teve grande importância no estudo do direito romano, haja vista que elaborou

comentários sobre a fonte de direito (monumento legislativo republicano) de maior importância para o estudo do direito processual romano: a Lei das XII Tábuas. Esse trabalho de Gaio, segundo os autores já mencionados, foi elaborado em seis volumes os quais não sobreviveram à reforma de Justiniano no século VI, somente restando a referência de tal feito no *Index auctorum*.

O jurisconsulto tem sua história obscurecida por dúvidas quanto ao seu real nome e origem. Sobre Gaio, Cretella Jr. (1978, p. 63) aponta que:

GAIUS, de quem quase tudo se ignora, como o nome completo e a pátria, deixou mais de 500 fragmentos. Nascido sob o reinado de Trajano ou de Adriano, escreveu seus trabalhos principalmente na época de Antonio Pio (138-161) e Marco Aurélio (161-180). Provavelmente tenha nascido numa província helênica. Deixou-nos as célebres *Institutas*, em 4 livros, que serviram de modelo para a obra de mesmo título, de Justiniano. É autor também das *Res cottidianae sive aureae*.

Cruz (1996, p. 393) afirma que Gaio é uma incógnita, pois os dados obtidos não são esclarecedores:

É um enigma, a começar pela própria denominação... A respeito desta figura, quase tudo se reduz: "não se sabe... parece que..." Não se conhece o seu *nomen*. "*Gaius*" é um vulgaríssimo *praenomen* romano, na época imperial, também era usado como *nomen gentile*.

Referido a este (?) jurista (?), não se sabe bem o que significa. Pode, inclusive, ser um pseudônimo e significar uma pessoa ou um grupo de pessoas.

Em 1816 o historiador alemão Barthold Georg Niebuhr descobriu as *Institutas* de Gaio na Biblioteca Capitular de Verona, sendo este documento jurídico fonte primordial para o estudo do período clássico, pois trata da praxe jurídica e de institutos processuais das épocas arcaica e clássica, sendo fonte autêntica pré-justinianéia, conforme descreve Azevedo e Tucci (2001, p. 31).

O autor destaca, ainda, que antes de 1816 as *Institutas* eram conhecidas na sua forma resumida, denominada *Epítome Gai*, havendo sido encartada no *Breviarium Alarici (lex romana visigothorum)* do rei Alarico II.

Segundo Cruz (1984, p. 66), Gaio é o menos clássico dos juristas clássicos, tendo como obra principal as *Institutas* que foram intituladas pelo jurista romano de *Comentarii*.

Cruz (1984, p. 394) afirma que as *Institutas*, elaboradas por volta do ano 160, têm a característica de manual, sendo utilizadas posteriormente como fonte maior do direito romano:

Este manual, composto cerca do ano 160, escrito num estilo simples e claro, apresentando a matéria com um certo método novo e enquadrada numa sistemática especial, alcançou uma celebridade difícil de explicar. Tornou-se, na época post-clássica, a obra favorita de literatura clássica; mais tarde, o livro ideal do advogado, do juiz, dos magistrados e dos estudiosos de Direito; por fim, o texto escolar, por antonomásia.

As *institutas* são compostas de quatro livros, divididos em três matérias diferentes, da seguinte forma:

A matéria encontra-se distribuída em três partes: 1) *ius quod ad personas pertinet*; 2) *ius quod ad res pertinet*; 3) *ius quod ad actiones pertinet*. A primeira parte é exposta no livro I e trata dos diversos *status* jurídicos dos homens; a segunda, contida nos livros II e III, compreende os direitos reais, as sucessões e as obrigações; a terceira ocupa o livro IV e diz respeito ao processo civil. (CRUZ, 1984, p. 395)

Segundo o autor (CRUZ, 1984, p. 395) essa divisão não era comum na época, sendo observada apenas nas *Institutiones* de Justiniano e mantidas na sistemática medieval.

Santos (2007, p. 6) aponta que nas *Institutas* de Gaio o *ius* foi dividido em *civile* e *gentium*, sendo aquele, direito próprio de cada povo, e este, o *ius naturale*. O direito civil seria o direito de uma sociedade enquanto que o direito das gentes foi instituído pela razão natural, sendo, por isso, comum a todos os homens.

Sob este aspecto, a continuidade histórica dos termos na área jurídica reforça a idéia de direito universal a todos os indivíduos, sendo a ciência mais conservadora de todas no que concerne aos termos utilizados.

Meira (1996, p. 219) aponta o percurso das *Institutas* de Gaio e a influência do Direito Romano em Portugal.

Segundo o autor, a *Lex Romana Visigothorum* vigorou na Espanha durante muitos anos, do século VI até meados do século VII. Esse código continha princípios do Direito Romano, trechos provenientes de várias fontes de direito romano, inclusive das *Institutas* de Gaio. Posteriormente, Afonso X ordenou a confecção (MEIRA, 1996, p. 220), por volta de 1256, de nova legislação intitulada *Ley de Las Siete Partidas*.

Desta forma, Meira descreve a influência exercida no Direito Português pelo Direito Romano via Espanha, por meio da hipótese de Henriques Secco (1996, p. 221):

Em verdade por um lado o Código visigótico, que mesmo depois da queda da monarquia de Alarico, tinha prevalecido nas províncias ao depois incorporadas ao império franco, e em toda a Espanha, sendo em parte extraído o Direito Romano; a consideração e a autoridade do direito canônico, também em parte bebido nele, começou por ganhar logo desde o princípio da monarquia; as leis das Partidas de D. Afonso X, o sábio, na generalidade copiadas daquele direito, as quais mandadas traduzir por D. Dinis em linguagem, [...] o interesse que o Direito Romano lhes procurava, descrevendo os seus *direitos reais* contra a desordem feudal (D. Duarte mandou até coligir do Direito Romano por D. Rui Fernandes os diversos direitos reais); a facilidade de recorrer à lei escrita, quando o costume local, parcial e não escrito, houvera perdido o vigor; enfim, a muita afluência de livros à Península, conduzidos pelos bispos *que sempre andavam caminho de Roma*: eis aí outras tantas causas, que combinadas fizeram cultivar o Direito Romano, com indizível ardor, e como a origem pura de todo o direito.

Ainda sob a perspectiva da continuidade, Meira (1996, p. 222) destaca a influência do Direito Romano na elaboração das Ordenações Afonsinas e seu posterior desdobramento nas Ordenações Manuelinas e Filipinas:

Não obstante, a legislação somente recebeu dele um poderoso auxílio no tempo de D. João I; pois que as Ordenações Afonsinas, concluídas na menoridade de D. Afonso V em 1446, porém começadas a redigir e em parte a observar no tempo de D. João I, foram extraídas principalmente do Direito Romano, fazendo-se quanto a muitas matérias apenas uma tradução livre ou a paráfrase de títulos inteiros desse direito.

Quanto às ordenações portuguesas posteriores, Meira (1996, p. 222) afirma terem sofrido maior influência que a própria Ordenação Afonsina, já que o cenário político e econômico favorecia o abandono das ligações com Espanha, recorrendo ao Direito Romano:

A mesma influência, senão maior pela decrescente autoridade uso do direito feudal, teve o romano nas coleções posteriores, as Ordenações Manuelinas, e Filipinas, que ainda hoje são a principal fonte do nosso direito civil. Com efeito, por uma parte as mudanças políticas operadas no tempo de D. João I, traziam como consequência as alterações no Direito Civil, e por outra as ideias do tempo, para tornar completa a independência de Castela, sepultavam no esquecimento

as leis das Partidas e chamavam a substituí-las o Direito Romano [...].

Desta feita, tem o Direito Romano importância crucial para o entendimento do próprio Direito atual, tendo de forma direta ou indireta, influenciado nossas raízes, sendo as Institutas de Gaio documento importante e ponto de partida para este fim.

PERSPECTIVA TEÓRICA E METODOLÓGICA

A perspectiva adotada para o estudo de termos latinos do Livro IV das Institutas de Gaio é o da Terminologia, adotando-se a fundamentação da Teoria da Terminologia Comunicativa de Cabré.⁽¹⁾

Primeiramente, faz-se necessário destacar a especificidade epistemológica distintiva entre a Lexicologia e a Terminologia.

Diferenciam-se tais ciências pelo objeto de estudo e especificidade de atuação. No que concerne à Lexicologia, trata esta ciência do universo léxico, enquanto a Terminologia, um ramo da Lexicologia, preocupa-se com o discurso especializado, incluso no universo léxico. A unidade padrão da Terminologia é o termo.

Transpondo-se o paralelo entre Lexicologia e Lexicografia, esta considerada a técnica do fazer lexicográfico enquanto aquela, o estudo científico do léxico, cabe semelhante distinção entre Terminografia e Terminologia.

Enquanto a primeira trata da aplicação e elaboração de modelos de produção de obras terminográficas em sua estrutura, a segunda estuda os processos de criação e renovação do discurso especializado, as relações de significação entre expressão e conteúdo, entre outros aspectos, ou seja, é o estudo científico do termo.

Assim, toda ciência possui um conjunto de termos que representam seu universo de discurso e, conseqüentemente, sua visão de mundo. Esses termos são passíveis de tratamento terminográfico, objeto da prática terminológica.

Esse tratamento engloba a compilação, seleção, organização e armazenagem dos conjuntos de termos de uma área, ciência ou universo especializado de discurso, bem como a elaboração de uma obra terminográfica.

Desta feita, apresenta a Terminologia um caráter polissêmico na medida em que a mesma lexia possui três diversas acepções para a própria Linguística: a primeira, de ciência que estuda os termos dos universos de discurso especializados; a segunda, o próprio conjunto de termos de uma área de especialidade ou ciência; e, por fim, a publicação de uma obra sistematizada e organizada do conjunto de termos de uma ciência ou área de conhecimento.

O presente estudo não tem a pretensão de produzir um vocabulário das Institutas de Gaio e nem uma Terminologia do Direito

Romano, mas sim de fornecer os subsídios iniciais para o estudo da Terminologia do Direito Romano, mais especificamente do vocabulário das Institutas de Gaio que remanesce em latim depois da tradução.

Esses termos possuem equivalentes, senão de lexemas, de semas, ou seja, ou no nível da expressão ou do conteúdo ainda possuem equivalentes no direito atual.

Para o presente estudo foram destacados os termos presentes nas Institutas de Gaio constantes do livro IV que foram traduzidas por Alexandre Augusto de Castro Correia.

Dos cento e três termos selecionados do texto, fazendo parte do levantamento do vocabulário latino que ocorre na tradução de Correia, foram selecionados alguns para o estudo das definições, a saber: *actio in rem, actio in personam, pignoris capio, bonorum possessor, communi dividundo, damni infecti, restipulatio e sacramentum.*

Na segunda etapa de um trabalho terminológico são elaboradas fichas terminológicas nas quais são feitos levantamentos de dados relevantes à pesquisa, tais como variantes terminológicas, definições etimológicas, abonações (ocorrência em textos originais que comprovem o uso do termo), definições lexicográficas e terminográficas e a classificação dentro da árvore de domínio (sistema de relações do conjunto de termos). Este trabalho requer a ajuda de um especialista na área de estudo, pois as relações entre os termos (de inclusão, pertinência, gênero, espécie etc.) são de suma importância para a produção do produto terminológico, ou seja, para a elaboração da definição dos termos.

Atendo-se à primeira etapa da pesquisa, foco deste trabalho, foram destacados alguns termos em latim para estudo das definições contidas no texto de Gaio, IV, traduzido por Alexandre Augusto de Castro Correia.

Numa primeira leitura do texto de Gaio, percebe-se que o autor transita pelos diferentes períodos, o das ações da lei e o das fórmulas, tendo em vista que é uma constante a utilização de tempos verbais diferentes (passado e presente): visamos, perseguimos, existem, chamavam-se, tomava, interrogava, dizia, usavam, agia-se, age-se, costuma-se, etc.

Além disso, foram usadas, nas Institutas, marcas temporais que definem o discurso descritivo do passado e do presente, concomitantemente, ora descrevendo os procedimentos usados anteriormente, ora descrevendo os contemporâneos:

11. As ações usadas pelos antigos chamavam-se ações de lei (...) (p. 198);

17. Agia-se por *iudicis postulatio* nos casos de a lei mandar agir conforme dispõe a lei das XII tábuas (...) (p. 200);

21. Agia-se também por *manus iniectio* no caso de alguma lei assim o determinar, como na ação de coisa julgada, de acordo com a lei das XII tábuas. (p. 201);

22. Posteriormente, certas leis concederam (...) (p. 201).

Assim sendo, fica demonstrado, nas Institutas de Gaio, o caráter diacrônico do texto, destacando períodos diversos do processo romano, como atesta Tucci e Azevedo (2001, p. 39-40) ao tratar de delimitar os três períodos do processo civil romano (*legis actiones*, *per formulas* e *extraordinária cognitio*):

É certo que essa demarcação é apenas convencional, porquanto, dentro de cada um destes períodos, é possível encontrar fases ou mesmo ulteriores sistemas particulares. [...] Desse modo, ainda que presentes três períodos bem nítidos: ações da lei e formulário, que compõem a ordem dos juízos privados; e imperial ou da *cognitio extra ordinem*, resta realmente impreciso quando e em que medida cada qual deixou de vigor, cedendo passo ao subsequente.

No que concerne à temporalidade, observa-se que as Institutas estão inseridas no período classificado como de intersecção entre o período *per formulas* e o *cognitio extra ordinem*, pois é datada de 160 d. C.:

Legis actiones – 734 a.C. até fins da república.

Per formulas – 149 a.C. (*lex Aebutia*) até 285 d. C (Diocleciano).

Extraordinária cognitio – 27 a.C. (principado) até fins do império romano do Ocidental.

A característica de manual talvez seja identificada também pela liberdade em tratar os procedimentos vigentes na contemporaneidade e na anterioridade da obra.

Na mesma vertente comparativa apresentam-se dois procedimentos de períodos diversos. O primeiro em Gaio, IV, 11 e 12, referente ao período das *legis actiones*; e, o segundo, das *formulas*, em Gaio, IV, **39**:

11. As ações usadas pelos antigos chamavam-se ações da lei, seja por se originarem das leis (pois, no tempo, não existiam ainda os editos do pretor, introdutórios de várias ações), seja por se conformarem às palavras das próprias leis, conservando-se por isso, imutáveis como as leis mesmas. (...) **12.** As ações da lei eram cinco: *sacramentum*, *iudicis postulatio*, *condictio*, *manus iniectio* e *pignoris capio* (TUCCI; AZEVEDO, 2001, p.198).

39. As partes da fórmula são as seguintes: *demonstratio, intentio, aiudicatio, condemnatio* (TUCCI; AZEVEDO, 2001, p. 205).

Remetendo-se aos termos latinos mantidos na tradução de Alexandre Augusto de Castro Correia das Institutas de Gaio, livro IV, os termos escolhidos são confrontados com as definições apresentadas nos verbetes do Dicionário de Direito Romano de Valdemar César da Silveira, no seguinte quadro:

Institutas de GAIO A	Dicionário de Direito Romano B
<p>Actio in rem</p> <p>3. A ação é <i>in rem</i> quando pretendemos uma coisa corpórea como nossa, ou que temos um direito qualquer sobre ela, como o de uso, usufruto, passagem, caminho, aqueduto, ou de elevar a construção, ou de vista; ou então quando a ação do nosso adversário é negatória.</p> <p>5. As ações <i>in rem</i> chamam-se vindicações (<i>vindicationes</i>); (...)</p>	<p>Actio in rem</p> <p><i>in Áctio</i> (...) <i>Áctio in rem</i> (ação relativa a uma coisa) : ação em que o autor se limita a afirmar que ele é proprietário de uma coisa, ou que tem direito, sobre esta coisa.</p>
<p>Semas: (ação) (propriedade) (coisa) (corpórea) e (direito) de (uso) (usufruto) (passagem)/(caminho) (aqueduto) (construção)/(aqueduto) (vista) ou (ação) (direito) (negatório)</p>	<p>Semas: (ação) de (propriedade) e (direito) sobre (coisa).</p>

Confrontadas as duas definições são destacados os semas de cada definição para facilitar a elaboração e visualização do conceito a ser definido.

A definição extraída de Gaio apresenta maiores traços distintivos de significação e compõe um semema mais rico para o embasamento da definição terminológica. Assim sendo, pode-se propor uma definição contendo todos os traços distintivos (semas) da

definição de Silveira e acrescentar que a *Áctio in rem* é uma *actio legis*, conhecida como *vindicationes*.

Desta forma, propõe-se a seguinte definição terminológica:

Ação de propriedade de coisa corpórea, de direito de uso, usufruto, passagem, construção, vista ou ação negatória de direito. *Actio legis* também chamada de *vindicationes*.

Observa-se equivalência entre as definições de Gaio (A) e Silveira (B) através da manutenção dos semas genéricos. Pode-se dizer que B está contido em A.

<i>Áctio in personam</i>	<i>Áctio in personam</i>
<p>2. A ação é <i>in personam</i> quando agimos contra quem se obrigou para conosco por contrato ou delito, i. é, quando pretendemos nos devam dar, fazer ou prestar alguma coisa (<i>dare, facere, praestare, oportere</i>).</p> <p>5. (...) e as <i>in personam</i>, pelas quais pretendemos se nos deva dar ou fazer, se chamam <i>condictiones</i>.</p>	<p>As que podiam ser interpostas contra uma só pessoa determinada, ao contrário das <i>actiones in rem</i>, que podiam ser interpostas contra qualquer pessoa.</p>
<p>(Ação) de (obrigação) de (dar), (fazer) ou (prestar) por motivo de (contrato) ou (delito).</p>	<p>(Ação) contra (pessoa) (determinada)</p>

Neste caso, não há intersecção entre os conjuntos sêmicos de A e B, a não ser que se interprete que "determinada" significa "pessoa específica com quem se tem uma obrigação por causa de um contrato ou de um delito". A utilização da acepção de B não permite a decodificação do texto de Gaio.

Assim, desconsiderando o semema B, propõe-se uma definição de *actio in personam* somente com os semas do conjunto A: Ação de obrigação de dar, fazer ou prestar por motivo de contrato ou de delito. *Actio legis* chamada de *condictiones*.

<p><i>Pignoris cápio</i></p> <p>28. A <i>pignoris capio</i> foi instituída pela lei das XII tábuas contra quem comprasse uma vítima para os sacrifícios sem lhe pagar o preço; também contra quem não pagasse o aluguel do animal de carga, que alguém alugou, afim de lhe aplicar o preço nos sacrifícios religiosos. Finalmente, pela lei reguladora da função dos censores, deu-se a <i>pignoris capio</i> aos colaboradores dos impostos públicos do povo romano contra as pessoas que, por força de algum estatuto, os devessem. 29. Em todos os casos, o penhor se efetuava proferindo-se determinadas palavras, razão pela qual muitos achavam fosse também esta uma ação da lei. Outros, porém, pensavam o contrário, em primeiro lugar pela <i>pignoris capio</i> se realizar <i>extra ius</i>, isto é, sem a presença do pretor, e muitas vezes até na ausência do adversário, enquanto as demais ações só se podiam exercer perante o pretor e na presença do adversário; depois, por se poder realizar o penhor também em dias nefastos, isto é, quando não era permitido exercer uma ação de lei.</p>	<p><i>Pignoris cápio</i></p> <p>O <i>pignóris cápio</i> era um dos meios, também, pelos quais o Magistrado tanto superior como inferior, exercia o seu poder disciplinar, representado pela <i>coercítio</i>. Com o <i>pignóris cápio</i> o Magistrado apreendia o objeto do cidadão desobediente, destruindo-o. Era a mais suave medida aplicada. Havia outras, de caráter mais grave, mas não muito aplicadas.</p>
<p>(ação) (pagamento) (vítima) (sacrifício), (aluguel) (animal) (carga), (devedor) (impostos) (públicos), (penhor) (sem) (pretor) ou mesmo (adversário)</p>	<p>(meio disciplinar) / (punição) (coercitiva) pela qual (Magistrado) (destrói) (objeto) do (desobediente)</p>

Os semas (traços mínimos de significação) constitutivos das definições presentes em A e B não possuem relação. São tão somente meios coercitivos. No entanto, em A, ou seja, na definição do próprio

texto de Gaio percebe-se que não há necessidade do pretor e, por vezes, nem do adversário para a ocorrência da ação.

Assim, *pignoris capio* é entendida como “ação de penhor usada no caso de não pagamento de vítima de sacrifício, aluguel de animal de carga, de dívida de impostos, sem a presença do Pretor e, por vezes, do adversário”. Tal definição, apesar de possuir um conjunto grande de semas, não esclarece o termo, pois seus semas específicos são na verdade exemplos de situações em que se aplicaria a *pignoris capio*, não necessariamente na mesma época.

<i>Bonorum possessor</i>	<i>Bonorum possessor</i>
<p>34. Temos ainda ficções de outra espécie em certas fórmulas; por ex., no caso de quem pede <i>bonorum possessio</i> em virtude do edito e age como herdeiro fictício. Pois o <i>bonorum possessor</i>, sucedendo como herdeiro pretoriano, e não como herdeiro legítimo do defunto, não é titular das ações diretas, nem pode pretender seja <i>seu</i> o que foi do defunto, assim como não pode exigir se deva dar a si, o devido àquele. Por isso age como herdeiro fictício do seguinte modo: Fulano, sê juiz. Se Aulo Agério (i. é, o próprio autor) fosse herdeiro de Lúcio Tício, como então aquele imóvel objeto desta ação, lhe pertenceria por direitos dos Quirites. E se é devida uma soma de dinheiro, usando ficção semelhante, substitui-se ao herdeiro assim: Então, se parecer que Número Negídio de dar mil sestércios a Aulo Agério.</p>	<p>É aquele a quem o Pretor reconhece uma vocação hereditária <i>juri praetório</i>. Na origem, o sucessor pretoriano tem somente o direito de imitar na posse coisas hereditárias (<i>possessio rei</i>). Se estas coisas se acham na posse de um terceiro, o Pretor dá ao sucessor pretoriano interditos para obter a entrega (<i>adisoiscendae possessiones</i>), principalmente o interdito <i>quorum bonorum</i> (contra os herdeiros aparentes) e o interdito <i>quod legatorum</i> (contra os legatários). (Gaio, IV, 44).</p>
<p>(Herdeiro) (sucessor) (pretoriano) (fictício) (aparente) do (bem do defunto)</p>	<p>(vocação) reconhecida pelo (Pretor) de (herdeiro)</p>

A explicação do procedimento usado pelo *bonorum possessor* não fica clara. No *Dizionario Storico-Giuridico Romano*, a definição apresenta-se da seguinte forma: atribuição, ao requerente em posse dos bens hereditários, pelo Pretor, da qualidade de herdeiro por possuir características estabelecidas no Edito, independente de sua titularidade. Herdeiro aparente.

Propõe-se, apesar da dificuldade de compreensão da definição que *bonorum possessor* possa ser definido como “qualidade de herdeiro, reconhecida pelo Pretor, sucessor e possuidor do direito de posse dos bens do defunto”.

<i>Communi dividundo</i>	<i>Communi dividundo</i>
<p>42. <i>Aiudicatio</i> é a parte da fórmula que permite ao juiz adjudicar a coisa a um dos litigantes, como na ação de partilha (<i>familiae erciscundae</i>) entre co-herdeiros, ou na de divisão de coisa comum (<i>communi dividundo</i>) entre consortes, ou na demarcação (<i>finium regundorum</i>) entre vizinhos.</p>	<p><i>in Áctio</i> (...) <i>Áctio communi dividundo</i> (ação de divisão de uma coisa comum): No direito clássico: ação tendente à partilha dos bens indivisos, qualquer que seja a fonte da indivisão, ainda que não se tratasse da partilha de bens de uma sucessão entre os co-herdeiros. A fórmula da ação compreende uma <i>adjudicatio</i> (adjudicação), isto é, uma cláusula que permite ao juiz atribuir a propriedade de toda a coisa a um dos condôminos, ou de conceder, a cada qual deles, a propriedade exclusiva duma parcela dividida da coisa. (...)</p>
<p>Na (fórmula) (divisão) de (coisa) (comum) entre (consortes) (<i>aiudicatio</i>)</p>	<p>(fórmula) (<i>aiudicatio</i>) (ação) de (divisão) de (coisa) (comum) /((indivisa) na (<i>actio legis</i>))</p>

Ambas as definições apresentam semas semelhantes. Portanto, define-se a ***communi dividundo*** como a divisão comum das coisas (bens) entre os consortes na *Aiudicatio*.

<i>Damni infecti</i>	<i>Damni infecti</i>
<p>31. Admitem-se as ações da lei somente em dois casos: no da ação por dano iminente (<i>damni infecti</i>) e no das ações perante os tribunais dos</p>	<p><i>in Áctio</i> (...) <i>Áctio damni infecti</i> (ação de dano a sobrevir): ação por via da <i>legis actio</i> (vide <i>Legis Actiones</i>) que permite ao vizinho de uma casa que ameaça ruína, de se proteger de antemão contra o prejuízo ainda não</p>

centúmviros. Não resta dúvida, nos processos perante os tribunais dos centúmviros, age-se preliminarmente segundo a ação da lei por <i>sacramentum</i> , perante o pretor urbano ou peregrino. Porém, na ação de dano iminente, ninguém observa a ação da lei, preferindo todos, para obrigar o adversário, recorrer à estipulação publicada no edito, meio mais cômodo e eficaz.	verificado, sem esperar o desabamento da casa, e em cujo caso ele não poderia obter como indenização senão o abandono dos materiais.
(Ação da lei) (dano) (iminente) no qual recorre-se (estipulação) do (edito)	(Actio legis) permite (vizinho) em (dano) (ameaça) (ruína) (proteger) de (prejuízo)

Tem-se ação *damni infecti: actio legis* por *sacramentum*, perante o pretor urbano ou peregrino, no caso de dano iminente. Recorre-se, no entanto, ao meio mais eficaz proporcionado pela estipulação publicada no edito.

Restipulatio	Restipulatio
Esta ação era tão perigosa para os litigantes de má-fé, como o é hoje a ação <i>certae creditae pecuniae</i> , por causa da <i>sponsio</i> perdida pelo réu que nega temerariamente, e da <i>restipulatio</i> perdida pelo autor, que pede o indevido; pois, a parte vencida pagava de multa a soma do <i>sacramentum</i> , destinado ao erário público, dando-se ao pretor fiadores responsáveis pelo pagamento; atualmente, pelo contrário, a perda da	in Restipulatio No direito processual clássico, com relação aos interditos, que defendiam o domínio do Estado e o da posse, principalmente o Pretor, pelos meios coactivos habituais da multa e do penhor, obrigava as partes a concluir respectivamente – o autor, uma <i>spónsio</i> (vide), e o réu – uma <i>restipulatio</i> , por uma soma correspondente ao valor do processo. Era o processo <i>cum poena</i> , que depois passou a ser <i>sine poena</i> , graças à faculdade deixada ao autor, em obter um <i>arbitrium</i> e uma fórmula arbitrária (Bonfante). Restipulação. Estipulação (vide <i>Stipulatio</i>). No processo extraordinário Romano, se o réu não se sujeitava, ao receber a

<i>sponsio</i> e da <i>restipulatio</i> é paga à parte vencedora.	ordem do Pretor, este submetia o assunto ao juiz. Porém, antes, obrigava cada uma das partes a prometer a outra uma soma, se perdesse o pleito. Estas obrigações se chamavam respectivamente, <i>stipulatio</i> ou <i>spónsio poenális</i> , para o réu, e <i>restipulatio</i> para o autor. (...)
(soma) (dinheiro) (perdida) pelo (autor) (pede) o (indevido). (multa) (erário) (público) ou (vencedor)	(multa) (penhor) obrigando as partes (contribuir) no (processo) (obrigação) do (autor)

As definições possuem significação equivalente. Portanto, define-se *restipulatio* como a multa que o autor de ação indevida deve pagar para o réu.

Sacraméntum	Sacraméntum
13. O sacramentum era ação geral, pois se agia por <i>sacraméntum</i> em todos os casos para os quais a lei não estabelecia processo especial. Esta ação era tão perigosa para os litigantes de má-fé, como o é hoje a ação <i>certae creditae pecuniae</i> , por causa da <i>sponsio</i> perdida pelo réu que nega temerariamente, e da <i>restipulatio</i> perdida pelo autor, que pede o indevido; pois, a parte vencida pagava de multa a soma do <i>sacramentum</i> , destinado ao erário público, dando-se ao pretor fiadores responsáveis pelo pagamento; atualmente, pelo contrário, a perda da <i>sponsio</i> e da <i>restipulatio</i> é	<i>in Sacraméntum</i> Termo da língua jurídica, que designava o depósito de certa quantia feita aos deuses, como garantia de boa fé ou da bondade da causa, num processo, provavelmente acompanhado de um juramento, donde o sentido de juramento que toma o vocábulo na língua militar (Ernesto Faria). Com efeito, trata-se de dinheiro que ambas as partes litigantes, no processo das <i>legis actiones</i> (ações da lei), deviam depor, devolvendo-se a quantia depositada a parte vitoriosa, enquanto a da outra parte entrava no fisco, depois da decisão do processo. O <i>sacraméntum</i> é uma das cinco <i>legis actiones</i> , isto é, ações da lei, assim chamadas, por terem sido criadas pela lei ("legis actiones légitimae sunt", Gaio). (...)

<p>paga à parte vencedora. 14. A pena do <i>sacramentum</i> era de quinhentos ou cinquenta asses. Pedia-se <i>sacramentum</i> de quinhentos asses para as de valor igual ou superior a mil asses; e de cinquenta para as de valor inferior; assim o dispunha a lei das XII tábuas. Mas nas controvérsias sobre a liberdade de um homem, a lei fixou o <i>sacramentum</i> em cinquenta asses, por maior que fosse o valor do homem, favorecendo a liberdade e impedindo se sobrecarregassem os <i>adsertores</i>.</p>	
<p>(ação) (geral) pela qual (autor) (réu) são (obrigados) a pagar (restipulatio) (sponsio) para (vencedor) (valor) (500) ou (50) (asses)</p>	<p>(depósito) (quantia) (garantia) (boa-fé) (processo) (parte vencedora) (fisco)</p>

Na acepção de Gaio, entende-se que, inicialmente, o valor depositado ficava para erário público e, somente mais tarde, o vencedor da ação passou a ser recompensado com o valor depositado. Na definição de Silveira, entende-se que nesta ação apenas o vencedor retirava a garantia que depositou por boa-fé da ação.

Assim, *sacramentum* é a *actio legis* de caráter geral, na qual as partes são obrigadas a deixar depósito *restipulatio* (autor) *sponsio* (réu) como garantia da boa-fé da ação que será convertida em favor do vencedor da ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo apresentar subsídios para o estudo do vocabulário do Livro IV das Institutas de Gaio.

Foi apresentado um breve histórico do tema, relatando as descobertas e indagações sobre o jurisperito de grande importância para o estudo do Direito Romano e sua obra *Institutas (Comentii)*.

Em seguida, foram apresentadas algumas considerações sobre o andamento de uma pesquisa terminológica. O foco do trabalho do linguista voltado para a vertente terminológica é exatamente o vocabulário utilizado por uma área de conhecimento, de um universo do discurso especializado.

Parecendo, primeiramente, simples, o trabalho de lexicógrafos e terminógrafos é geralmente de grande monta e complicado, tendo em vista que, ao se estudar o léxico, inúmeras são as atualizações e acepções das unidades lexicais.

Por outro lado, o terminógrafo requer a construção de relações que somente são possíveis com a colaboração de um especialista na área.

Essas relações irão compor o paradigma definicional da obra terminológica, na aceção de compilação dos termos e produção de definições que sejam úteis para qualquer leitor, sendo este da área especializada ou não.

Sabe-se que os dicionários são consultados por especialistas, profissionais, alunos e leigos em busca de um conhecimento rápido, uma explicação simples.

Num primeiro momento, parece desnecessário o uso de um dicionário para o entendimento das *Institutas* de Gaio, já que, conforme afirma Sebastião Cruz, foi escrita num estilo simples e claro.

Ocorre que, cada área do conhecimento possui um universo de discurso e o indivíduo não especialista ou em formação não possui vocabulário, nem de codificação nem de decodificação, para acessar todas as áreas do conhecimento.

Além disso, o próprio confronto das definições constantes no dicionário de especialidade de Silveira com a definição apresentada pelo texto-objeto desta pesquisa, não apresentou total equivalência, pois várias foram as definições que não representavam a aceção constante nas *Institutas*.

Aponta-se, ainda, para o fato de ter sido muitas vezes usado pelo próprio Silveira as abonações de Gaio em suas definições.

Pretendeu-se apresentar um pequeno estudo com possibilidades de desdobramento em pesquisas posteriores, para todo o vocabulário das *Institutas*, ou seja, dos 103 termos latinos levantados.

Partindo-se de uma leitura do texto traduzido por Alexandre Augusto de Castro Correia, nota-se que as escolhas são voltadas para o universo do discurso do Direito. Isso quer dizer que, feita a tradução por um especialista em latim, não versado na ciência jurídica, seriam as escolhas provavelmente diversas.

Coloca-se, desta forma, a necessidade de comunicação entre as áreas, principalmente entre terminógrafos e especialistas da área objeto de pesquisa.

No que concerne aos termos aqui tratados, foram estes escolhidos aleatoriamente, sendo necessária uma pesquisa criteriosa e dispendiosa para se elaborar uma árvore de domínio na qual todas as relações entre os termos fossem estabelecidas.

Na verdade, esse trabalho é uma das etapas finais da pesquisa terminológica e, portanto, não há que se falar em motivação de escolha, pois esta teria que ser embasada em critérios pré-estabelecidos.

No entanto, pode-se falar em conhecimento preliminar para um estudo diacrônico de conceitos jurídicos que poderão ser utilizados em posterior pesquisa.

NOTAS

- (1) Ver a fundamentação teórica utilizada por CABRÉ, M. T. **La terminología**. Teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editora Antártida/Empúries, 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, L. C.; TUCCI, J. R. C. **Lições de História do Processo Civil Romano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

CABRÉ, M. T. **La terminología**. Teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editora Antártida/Empúries, 1993.

CRETELLA Jr., J. **Curso de Direito Romano**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1973.

CRUZ, S. **Direito Romano**. Ius Romanum. Coimbra: Dis Livro, 1984.

MEIRA, S. **Curso de Direito Romano**. História e Fontes. São Paulo: Editora LTR, 1996.

SILVEIRA, V. C. da. **Dicionário de Direito Romano**. São Paulo: José Bushatsky, 1957.

A TERMINOGRAFIA DAS LÍNGUAS DE ESPECIALIDADE EM ÁRABE: O PAPEL DAS ACADEMIAS DE LETRAS

Elias Mendes GOMES
Universidade de São Paulo (Mestrando)
eligomes@usp.br

RESUMO: Com a expansão territorial islâmica, a língua árabe foi projetada para além de suas fronteiras linguísticas históricas. O contato com os bolsões da cultura helênica (notavelmente Alexandria) revelou um vácuo terminológico no léxico desses conquistadores beduínos da Península Arábica, uma vez que não havia vocabulário técnico para expressar as noções já consagradas nas línguas das culturas conquistadas. Essa situação não se limitou ao passado. A “recente” invasão tecnológica do mundo ocidental desencadeou a formação desenfreada de neologismos, o que instigou a aparição das Academias de Letras para regular a inserção de novos vocábulos ao léxico. A inserção desses “estrangeirismos” ao léxico se deu de diferentes maneiras. Este artigo apresenta os quatro mais produtivos: /içtiqāq/ derivação morfológica, /majāz/ ampliação semântica, /ta^crīb/ empréstimo (literalmente “arabização”), e /naht/ composição lexical. O esteio teórico será o recente ramo da linguística moderna, “Planejamento Linguístico” (HAUGEN, 1966), que abarca toda a atividade de mudança linguística deliberada que tem como alvo a standardização ou a reforma do universo léxico de uma língua.

PALAVRAS-CHAVE: Língua árabe; Terminografia; Línguas de especialidade.

INTRODUÇÃO

Um importante aspecto para o fortalecimento linguístico de uma comunidade é a capacidade que uma determinada língua tem para gerar novas expressões e vocábulos em resposta às demandas (circunstanciais ou não) do meio. Esse é um dos maiores problemas que a língua árabe ainda enfrenta, ou seja, a adaptação do vernáculo aos conceitos técnicos e científicos provenientes, primordialmente, das línguas ocidentais. Esse, contudo, não é um fenômeno recente. Historicamente, a rica língua árabe extrapolou seu limitado espaço geográfico quando deixou de ser a língua de beduínos restrita à Península Arábica para tornar-se o veículo de comunicação da

religião, cultura (ciência e conhecimento) e administração dos povos conquistados. O advento do Islamismo no século VII DC, seguido pela conquista territorial que foi em seu encalço nos séculos subsequentes, instaurou a hegemonia árabe em grande parte do mundo conhecido. Versteegh (1997) afirma que durante esse período, os falares regionais foram suprimidos ou, na melhor das hipóteses, marginalizados. Algumas dessas línguas continuaram a existir apenas como a língua litúrgica do culto cristão (como é o caso do copta), mas desapareceram como língua nativa, tamanha foi a influência da língua árabe. Esta justaposição de línguas, de um lado o árabe e do outro as línguas vernaculares, produziu o 'enriquecimento' do patrimônio lexical do árabe, mas também trouxe problemas que necessitaram ser tratados posteriormente.

Os gramáticos e filólogos medievais arrolaram os vocábulos da língua árabe em duas categorias, baseados em suas origens: /aṣlīya/ ("nativa, original") ou /^ʿarabīya/ ("árabe") que se referem àquelas palavras que são de origem árabe, e /daḵhīla/ ("estrangeira, de fora") ou /a^ʿjamīya/ ("não-árabe, estrangeira") que se referem aos estrangeirismos da língua e, portanto, anômalas.

Esposito (1999) e Versteegh (1997) atestam que o papel preponderante que a língua árabe desempenhava na recém criada liturgia islâmica, bem como o domínio político da nação árabe nos territórios conquistados, requeriam uma inadiável estruturação linguística. Respondendo a essa necessidade, o filólogo Khalil Ibn-Ahmad (ca.718-791), procedente da província onde se encontra o moderno Sultanato de Oman, compilou o inteiro vocabulário árabe em uma única obra, o *Kitāb al-Ayn* (o livro [da letra] ^ʿayn). Khalil Ibn-Ahmad também fundou a primeira escola de filologia do mundo árabe, onde seus discípulos analisaram a língua e fixaram a gramática árabe. Com o passar do tempo, outras escolas foram originadas (frequentemente antagonistas entre si), mas seus alvos eram sempre o de preservar a língua árabe como revelada no Alcorão (o sagrado livro islâmico), provendo, inclusive, paradigmas para inserção de neologismos ao vernáculo.

A tradição dicionarística principiada por Khalil Ibn-Ahmad não parou na lexicografia de língua geral. Demai (2006, p. 64) afirma que "há indicações de que a Terminologia no Oriente se iniciou já no século IX, sendo que os árabes foram seus principais representantes". No Ocidente, o mesmo estudo sistemático com preocupação normalizadora, aconteceu apenas a partir do século XVI com a obra de Versalius, versando sobre a terminologia da anatomia e no século XVIII com as obras de Lavoisier e Bertholet, sobre a terminologia da química. Kennedy-Day (2003) valida a postulação de Demai ao afirmar que o tratado de terminologia filosófica mais antigo de que se tem notícia foi o "*kitāb al-ḥudūd*" (Livro das Delimitações), a obra composta pelo gramático árabe Al-Farra' (morto em 822 DC); essa obra, contudo, não sobreviveu. Entretanto, a tradição terminológica com ênfase na criação, sistematização e normatização

do vocabulário de especialidade, continuou com outros filólogos, filósofos e, recentemente, através das academias de letras.

Esta pesquisa é de cunho interdisciplinar. Nela, será observado como diferentes disciplinas (planejamento linguístico e terminografia) “dialogam” entre si, uma vez que a introdução de noções já consagradas nas línguas de outras culturas foi recebida de diferentes maneiras quando incorporada ao lexico árabe. Estuda-se aqui quatro ferramentas muito produtivas nesse esforço: /içhtiqāq/ derivação morfológica, /majāz/ ampliação semântica, /ta^crīb/ empréstimo (literalmente “arabização”), e /naħt/ composição lexical.

ESTEIO TEÓRICO

A interação das ciências básicas também é notada nas ciências humanas; nela, cada área mantém uma cooperação estreita e recíproca com as outras, sem deixar de ter, individualmente, suas especificidades epistemológicas. O planejamento linguístico e as ciências da linguagem (nesse caso a terminologia/ terminografia) apresentam, nas tarefas que lhes são atribuídas, uma área de extensa intersecção, já que o planejamento linguístico se propõe a uma tentativa de mudança linguística deliberada, tendo por alvo a standardização ou a reforma do universo léxico de uma língua, uma tarefa, por vezes, muito semelhante às atribuições da terminografia.

Planejamento Linguístico

Embora o reconhecimento do *planejamento linguístico* (PL) como uma disciplina específica dentre as ciências do léxico seja algo recente, o envolvimento humano na língua não o é. Estudiosos – incluindo gramáticos, filólogos e filósofos – têm estado envolvidos na planificação linguística desde tempos imemoriais.

Não obstante o fato de ser uma disciplina relativamente nova, o planejamento linguístico acumulou uma extensa literatura e muitos proponentes envidaram esforços para defini-lo. Haugen (1966, p. 287) define PL como “a tarefa normativa das academias e comitês linguísticos que forma parte daquilo que é conhecido como cultivo linguístico... e toda proposta para reforma ou standardização linguística”. Rubin e Jermudd (1971. p. xvi) descreveram PL como a “mudança linguística deliberada, ou seja, mudanças no sistema do código da língua ou no falar, ou em ambos, que são planejadas por organizações que foram estabelecidas para tais propósitos ou a quem foram outorgadas o mandato de cumprir tais propósitos”. Fishman (1974) define PL como “a busca organizada de soluções para problemas linguísticos, tipicamente em nível nacional.” Tollefson (1991, p. 16) define o termo PL como sendo “todo esforço consciente de afetar a estrutura ou a função de uma variedade linguística. Estas

tarefas podem envolver a criação de ortografias, programas de standardização e modernização, ou destinar funções para línguas particulares dentro das sociedades multilinguais.” Na opinião de Schiffman (1996, p. 3) “entende-se por planejamento linguístico um conjunto de medidas concretas tomadas dentro do âmbito de políticas lingüísticas para atuar na comunicação linguística em uma comunidade, tipicamente ao direcionar o desenvolvimento de suas línguas.”

Embora essas definições diferenciem-se uma das outras, existem traços semênticos comuns entre elas, o que leva a conceptualização nocional de planejamento linguístico como sendo uma atividade humana consciente que busca a solução de problemas lingüísticos, comumente apresentados em escala nacional. Um outro traço presente na maioria das definições é que a mudança na estrutura de uma língua ou sua função, ou ambas, estão presentes no escopo das atribuições do PL.

Terminologia e Terminografia

A terminologia e a terminografia configuram duas posturas e dois métodos em face ao vocabulário técnico: a terminografia, como técnica de dicionários especializados e a terminologia como estudo científico da linguagem especializada. Com relação à terminologia, Barbosa (1990), afirma ser esta um conjunto de termos técnicos que constitui o vocabulário de uma área de conhecimento. “Qualquer disciplina e, com maior razão, qualquer ciência tem a necessidade de um conjunto de termos rigorosamente definidos, pelos quais designa as noções que lhes são úteis: esse conjunto de termos constitui, pois, a sua terminologia.” (BARBOSA, 1990, p. 155).

A tarefa básica da terminologia é a de codificar/nomear um fato ou conceito, ou seja, a terminologia volta-se para a normatização dos termos de especialidades, a fim de assegurar a univocidade da comunicação profissional. Andrade (2001, p. 192), citando Cabré (1993, p. 52), define terminologia de uma maneira muito sucinta:

A terminologia é, antes de tudo, um estudo do conceito e dos sistemas conceptuais que descrevem a cada matéria especializada; o trabalho terminológico consiste em representar esse campo conceptual, e estabelecer as denominações precisas que garantirão uma comunicação profissional rigorosa.

Em suma, essa é a representação básica da terminologia: o conceito deve levar a uma denominação / designação. Esse foi o trajeto percorrido muitos eruditos, notadamente pelos gramáticos, filólogos e filósofos árabes e, recentemente, pelas diferentes academias de língua árabe, diante da inexistência de termos em suas línguas que expressassem os fenômenos e noções novas, viram-se

levados a: (a) transliterarem palavras; (b) adotarem palavras estrangeiras, e (c) dedicarem palavras do dia-a-dia para transmitirem os conceitos técnicos estrangeiros (KENNEDY-DAY, 2003).

ACADEMIAS DE LETRAS E SUAS ATRIBUIÇÕES GERAIS

Conquanto um fenômeno antigo – e registrado nas *sutras* de Panini (c. 400 AC) e mais tarde nas obras dos filósofos da antiguidade grega – o envolvimento humano na língua ganhou especial projeção com o advento das academias de letras, que proveu legitimidade oficial à tarefa de manipulação linguística. A mais antiga delas, a Academia Italiana Della Crusca, foi fundada em Florença em 1582. Esta foi seguida pelo estabelecimento da Academia Francesa em 1635. Essas instituições inspiraram a criação de muitas outras, primeiramente no continente europeu, mas depois na Ásia, América Latina (no Brasil em 1897) e, mais recentemente, no Oriente Médio. Entre as mais célebres estão as da Espanha (1713), Suécia (1786) e Hungria (1830). Em vários países, notavelmente Estados Unidos e Inglaterra, essa iniciativa não foi bem-sucedida. Nos Estados Unidos, a proposta para a criação da “American Society of Language” foi recebida pelo Congresso em 1806, mas a moção foi rejeitada. Depois de várias tentativas frustradas foi criada a “American Academy of Languages and Belles Lettres” em New York, mas, depois de dois anos de existência e sem o apoio governamental, a academia interrompeu suas atividades. (CRYSTAL, 1987).

As atividades de tais instituições têm sido normativa e purista por natureza, em uma tentativa de expurgar a língua daquilo que lhe é pernicioso, especificamente, das unidades lexicais estrangeiras que impregnam seu universo lexical. A *Academia Francesa* é um protótipo dessa atitude. Outras agências linguísticas, particularmente no bloco chamado de “Países do Sul”, têm se envolvido na função de standardização linguística rejeitando termos técnicos internacionais numa tentativa de combater o colonialismo cultural ocidental.

Nahir (1977) apresenta especificamente o escopo desse planejamento delimitando-o em cinco aspectos principais: (a) purificação linguística, que se refere a usagem prescritiva (e correta) da língua enquanto mantém sua pureza; (b) avivamento linguístico, que se propõe a restabelecer uma linguagem antiga a seu status anterior ou, em casos extremos, a “ressureição” de uma língua morta (como exemplificado no caso do hebraico); (c) reforma linguística, que visa facilitar o uso da língua ao simplificar seu vocabulário e ortografia; (d) standardização linguística, que concentra esforços para fazer de um dialeto regional uma das principais línguas em nível nacional; (e) modernização lexical, que se refere aos esforços de criar novo vocabulário para satisfazer as necessidades da era moderna.

OS PROTÓTIPOS DAS ACADEMIAS DE LETRAS NO MUNDO ÁRABE

Depois da queda de Constantinopla (1453) os turcos, que gradualmente haviam conquistado as províncias islâmicas da Ásia Central, Oriente Médio e Egito, fundaram o império Otomano, e se tornaram o maior poder político na região. A língua árabe continuou como a língua litúrgica desses povos, e em vários lugares, a língua de comunicação diária, mas seu status como linguagem da política e administração foi transferida para o turco. Essa situação continuou até a *Renascença Árabe*, quando os árabes ganharam sua independência política e restabeleceram o árabe como a língua nacional de seus novos países.

De acordo com El-Khafai (1985) e Sawaie (2000) um dos fatores que instigou a *Renascença Árabe*, foi a expedição liderada por Napoleão em 1789 que, embora de curta duração, introduziu o mundo árabe à imprensa e assim, pela primeira vez, o conhecimento nos diversos domínios da ciência passou a estar disponível ao cidadão comum. Como resultado desse contato com o Ocidente, e o posterior contato com as potências europeias através da colonização, o mundo árabe abriu-se para um "diálogo" com o Ocidente.

Especialmente durante o reinado de Muhammad ^ᶜalī (1805-1848), vários estudiosos e eruditos árabes foram enviados à Europa a fim de estudarem as novas ideias e pensamentos originados pelo Iluminismo. A experiência provou ser positiva para ambas as partes, contudo, ao retornarem, os árabes perceberam que o verdadeiro obstáculo para a disseminação das novas ideias era a inadequabilidade da terminologia científica árabe. A princípio o dilema estava centrado apenas na representação dos termos para representarem as instituições francesas, assim o "théâtre" tornou-se o /tiyātru/, "spectacle" /sbaktākil/, "opéra" /ubirā/, o "journal" /jurnāl/ , "la poste" /al-buṣṭa/, e a "la politique" /al-būlitīqā). Mas logo, eles tiveram que tratar com o restante das ideias de uma Europa modernizada:

Os desafios culturais, políticos, militares e tecnológicos que resultaram do contato europeu com o Oriente Médio, e as mudanças institucionais que as acompanharam, mostraram ser um ponto crucial no desenvolvimento da língua árabe, particularmente seu léxico. (SAWAIE, 2000, p. 395)

Muitos eruditos desempenharam importantes papéis nessa reforma linguística, entre os mais famosos está Rifā^ᶜah Rāfi^ᶜ al-Tahtāwī (1801-1873), que contribuiu para o desenvolvimento da

língua árabe através de suas inúmeras traduções de obras estrangeiras, e da compilação de muitos dicionários, glossários e obras de cunho terminográfico, em especial o glossário /luġat al-jara'id/, "A linguagem da imprensa". Tais trabalhos procuram responder as necessidades terminológicas da sociedade árabe.

De acordo com Tahtawi, citado por Sawaie (2000), a tradução de material de outra língua requer o domínio da língua sendo traduzida (língua de partida) e da língua para a qual o material estava sendo traduzido (língua de chegada), bem como o conhecimento da disciplina em questão. Essa abordagem fez de Tahtawi um mestre nas obras que ele verteu para o árabe que resumiam em quatro áreas do conhecimento: direito, geografia, geometria e história.

A preocupação com a terminologia levou ao surgimento dos primeiros precursores das Academias Linguísticas, mas estas, ainda em fase embrionária, desapareceram. Foi somente o começo do século vinte que viu o surgimento das cinco academias de língua árabe existentes hoje.

O ESTABELECIMENTO -DE FACTO- DAS ACADEMIAS DE LETRAS

A cultura ocidental impactou o mundo de maneira sui-generis no início do século XX. As modernas ciências e tecnologias floresceram e, os árabes, agora divididos em estados politicamente independentes, preocuparam-se com a modernização de suas sociedades. Países que até então tinham estados isolados dos centros de pesquisa científica viram-se unidos através da mídia moderna. A fim de abarcar o conhecimento, os árabes sentiram a necessidade de criar instituições científicas oficiais capazes de ajudar no processo de modernização, particularmente no âmbito do grande vácuo terminológico existente na língua árabe para exprimir as ideias ocidentais.

Alguns países, quando confrontados com o mesmo problema, arquitetaram uma revolução linguística, como é o caso da Turquia e Malásia (e mais recentemente, Israel). Entretanto, o mesmo não é possível com o mundo árabe, uma vez que não é possível impor uma norma nos vinte e dois países que têm a língua árabe como língua nacional.

O estabelecimento das Academias Árabes (a partir de 1919) foi um passo concreto em direção a uma normalização da terminologia em nível trans-nacional. De acordo com El-Khafaifi (1985, p. 35-36), o principal propósito dessas academias é a "adaptação da língua às necessidades dos tempos modernos a fim de que ela possa funcionar com êxito".

A primeira academia a ser estabelecida foi a de Damasco (1919), seguida pela do Cairo (1932), a de Bagdá (1947) e a de

Amman (1976). Em 1967 foi fundada em Rabat uma repartição internacional, o Departamento de Coordenação Permanente. Esse último se difere das academias árabes por se preocupar com a standardização do árabe moderno, em vez da criação de nova terminologia. Chejne (1969) afirma que todas as academias compartilham os mesmos objetivos de preservação e revitalização do árabe clássico como uma língua unificada para todos os falantes do árabe. Esse alvo é atingido através do patrocínio a pesquisas em lingüística árabe, cunhagem de palavras (de acordo com os padrões morfológicos e fonológicos do árabe) que substituirão a estrangeirismos, etc. El-Khafaifi (1985), complementa essa ideia ao atestar que as academias não estavam interessadas apenas na cunhagem de palavras derivadas de raízes árabes, ou na "arabização" de empréstimos estrangeiros, mas, também, reviver palavras árabes arcaicas cujo sentido poderiam ser aplicadas às necessidades do mundo moderno.

A Academia do Cairo é uma das mais ativas em seu papel de fortalecer a língua árabe. Ela tem 25 comitês, e a maioria deles ocupa-se com a cunhagem de equivalentes árabes para os termos estrangeiros. At-Tarzi (1999), citado por Al-Qahtani (2000, p. 28), diz que a tarefa da Academia é a de "manter a pureza do árabe, fazendo-o capaz de expressar os novos avanços das ciências e artes, e desenvolver um novo dicionário para a língua."

Os neologismos cunhados pela academia variam de acordo com os campos de conhecimento. "De acordo com o relatório estatístico apresentado na 64ª conferência (1997), o número de termos cunhados pela Academia de Língua do Cairo até então era 135.076." (AL-QAHTANI, 2000, p. 30). Essa cifra incluiu 9.113 termos para o domínio do direito; 20.750 para a biooogia; 20.031 para a medicina; 14.746 para a física; 11.147 para o petróleo; 4.903 para a filosofia; 2.391 para as artes.

Essa amostragem refere-se apenas à Academia Caiota, que é a mais estudada, e a de maior influência no mundo árabe (EL-KHAFIFI, 1985). Entretanto, é legítimo dizer que todas as academias têm se envolvido na tarefa de modernização do árabe. Um dos problemas encontrados é a quantidade de termos, bem como a velocidade com a qual as mudanças ocorrem nos campos da ciência e tecnologia. Um cientista dificilmente esperaria pelos termos cunhados pela academia antes publicar sua pesquisa. Dessa maneira, uma enxurrada de termos provindos do próprio meio acadêmico infiltra a língua antes que as academias tenham tempo hábil para cunhar a terminologia apropriada.

De acordo com El-Mouloudi (1986, p. 98) todas as academias têm seguido o método tradicional de inserção à língua que foram sancionados pelos lingüístas e gramáticos do passado. Ele censura essa abordagem e culpa a academia pela demora na apresentação de nova terminologia: "um principio predominante que tem guiado [a academia] e ao mesmo tempo diminuído a produtividade lexical tem

sido o apoio quase que total nos antigos métodos de nomeação para ideias e conceitos”. De acordo com ele, essa insistência em seguir os métodos tradicionais de cunhagem é problemática porque muitos dos termos da moderna linguagem científica (muitas vezes derivadas de línguas indo-européias) foram, originalmente, aglutinados com prefixos e sufixos (gregos e latinos), e o árabe não tem, em sua estrutura, equivalentes para tais conceitos. Da mesma forma, o uso de composição sintagmática que é comum na formação de conceitos científicos, não é muito frequente em árabe.

FERRAMENTAS DE FORMAÇÃO NEOLÓGICA

Conforme mencionado anteriormente, as formas mais produtivas para a inserção de neologismos na língua árabe são: /ichtiqāq/ derivação morfológica, /majāz/ ampliação semântica, /ta^crīb/ empréstimo linguístico, e /naht/ composição lexical.

DERIVAÇÃO MORFOLÓGICA

Uma das peculiaridades da língua árabe é a maneira pela qual os vocábulos são formados. Trata-se do sistema de derivação. Embora, na língua árabe, nem todas as palavras possam ser rastreadas a uma raiz verbal, a maioria de seus lexemas deriva-se de um verbo simples. Essa combinação de grafemas traz em seu bojo uma noção específica. Assim, a composição /k-s-r/ representa a ideia de “quebrar”, enquanto que /d-r-s/ exprime o conceito de “estudar”, e /q-w-l/ o de “falar”, e assim por diante.

Prefixos, sufixos e mudanças internas (tanto em acréscimos como em supressões) inseridos a essa raiz dão origem a novos termos relacionados a ideia principal. Esse processo é conhecido em árabe como /ichtiqāq/, ou seja, derivação morfológica (EL-KHAFIFI, 1985; ARYAM, 2001; TARAẪ, 2005), que é o método mais produtivo utilizado para a formação de neologismos em árabe. Toda raiz árabe tem em seu âmago o mesmo potencial para derivação e geração de novos vocábulos. Dessa maneira poder-se-ia dizer que a capacidade para expansão de vocabulário é virtualmente ilimitada.

Não obstante, faz-se necessário esclarecer que, para que esses novos vocábulos sejam reconhecidos e aceitos não somente por filólogos e linguístas, mas pelos próprios falantes nativos, eles têm que seguir paradigmas previamente estabelecidos na linguagem, ou seja, o /qiyās/ (métrica ou paradigma), que é o conceito linguístico que determina as formas válidas para a derivação, que normalmente são operantes na linguagem e não apenas imposições artificiais.

Testificando da produtividade desse método, El-Khafaifi (1985, p. 68) declara:

Ao remeter-se à fontes já estabelecidas, isto é, às milhares de raízes árabes existentes, o processo de derivação pode gerar um vasto conjunto de novas palavras. Esse método de aumento da língua árabe tem estado em uso desde o começo da linguagem, e contribuiu grandemente para o seu enriquecimento lexical e para o seu crescimento e desenvolvimento através dos séculos.

À título de ilustração tome-se por exemplo o radical /k-t-b/ que denota a ideia de escrever. Em sua forma mais simples o trigrama KaTaBa significa, "ele escreveu". Por convenção, essa estrutura é usada como a forma essencial do verbo, que equivale ao infinitivo nas línguas do tronco indo-europeu.

Ao acrescentar-se um "m" ao trigrama maKTaB, obtem-se "escritório" ou "escrivania", ou seja, o local onde se escreve. KiTāB refere-se a um livro, enquanto que maKTaBa, representa a ideia de biblioteca, ou o lugar onde os escritos são armazenados. KāTiB é aquele que performa a ação de escrever, ou escritor, escriturário – enquanto que maKTūB é a obra produzida, ou seja, o "escrito", "carta". Em sua forma deverbal (maṣdar - o primeiro substantivo derivado da forma verbal), KiTāBa, refere-se à escrita em si.

A maioria das raízes árabes tem padrões derivacionais semelhantes. Os princípios e regras da língua árabe foram delineados pelos antigos gramáticos árabes que formularam suas hipóteses da gramática árabe baseados essencialmente em noções matemáticas e, na firmados em observação, comparação e generalização dos paradigmas, eles desenvolveram o conceito de /qiyās/ (molde, paradigma) da derivação. Por analogia, potencialmente, quase toda raiz verbal pode originar novas palavras se forem seguidos a estrutura descrita acima. (EL-MOULOUDI, 1986).

Al-Qahtani (2000) ilustra esse processo com a comparação entre os dois vocábulos seguintes: /maKTaB/ "escritório, ou lugar onde se escreve"; /maQRa'/ "lugar onde se lê". Note-se que o vocábulo /maqra'/ não existe oficialmente em árabe, mas, se houvesse a necessidade, a denominação poderia ser criada. Esse é o método mais usado pelas academias de língua árabe onde um *molde* serve de arcabouço ou paradigma para a formação de novos vocábulos.

Esse processo, /iḥtiqāq/, pode ser usado para a obtenção de termos usados no domínio da ciência ou denominações para artefatos que fazem parte da vida moderna:

Termo árabe	Significado	Derivado do vocábulo
/farrāma/	Moedor de carne	/farrama/ cortar em pedacinhos
/raqqās/	Pêndulo	/raqqaṣa/ dançar
/ghawwāṣa/	Submarino	/ghawwaṣa / fazer algo/alguém submergir
/tayyāra/	Avião	/tayyara/ fazer algo/alguém voar

A derivação parece ser um paradigma morfológico muito produtivo em árabe, e é frequentemente um processo 'espontâneo' compartilhado por todos os falantes nativos de árabe. As academias de língua preferem a derivação à qualquer outro método de arabização. Entretanto, em alguns casos, não há escolhas e outros métodos, isto é, composição lexical, ampliação semântica e empréstimos têm que ser usados. (AL-QAHTANI, 2000, p. 77)

EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS

Uma segunda forma muito produtiva usada para a expansão lexical terminológica é o fenômeno conhecido como "empréstimo" ou /ta^crīb/ (lit. arabização). A convenção de adotar termos estrangeiros para expressar conceitos novos é comum no domínio terminológico em todas as línguas, porque esses vocábulos não têm a "bagagem" que outras teriam. Elas são "artificiais", fato que lhes proporciona uma utilidade sui generis na tarefa de representar uma ideia. "A medida que empréstimos lingüísticos estrangeiros são páginas brancas na linguagem receptora, elas exibem uma pureza [lingüística] que palavras nativas não têm". (KENNEDY-DAY, 2003, p. 23).

Entretanto, esse método sempre causou inúmeros debates entre os eruditos e academicistas, que se julgam detentores da tarefa de salvaguardar o árabe de uma potencial ruptura em sua estrutura e integridade lingüística. Muitos deles consideram que a língua árabe tem em sua estrutura a habilidade de gerar os termos científicos necessários sem recorrer a empréstimos de línguas estrangeiras. El-Khafaifi (1985, p. 162) ilustra esse tipo atitude com o exemplo de Ahmad Al-Iskandarī (eminente erudito, graduado da Universidade de Al-Azhar e um dos membros fundadores da Academia do Cairo):

Ele [Al-Iskandarī] atribui a adoção de muitas palavras estrangeiras às traduções feitas durante os tempos medievais, especialmente durante o tempo do Califa Al-Ma'mūn por pessoas as quais ele acusa de serem 'estrangeiros arabizados', e preguiçosos, cujo árabe era imperfeito; se eles soubessem o árabe, alega ele, eles

teriam encontrado uma autêntica forma árabe para cada palavra que eles traduziram, em vez de simplesmente adotarem a palavra estrangeira e arabizá-la.

A preocupação de Al-Iskandari é justificável, embora extremada. Há indicações que durante o período das grandes traduções, muitos termos foram acopladas à língua sem muito escrutínio, mas isso certamente não ocorre (pelo menos não na mesma frequência) nos dias atuais.

Os primeiros tradutores das ciências gregas para o árabe certamente foram confrontados com o vácuo terminológico nos mais variados domínios da ciência. Khamloussy (1995) atesta que Hunayn Ibn Ishāq (e sua escola) usou tanto o processo de /ta^crīb/ quanto o de /ichtiqāq/, embora o primeiro tenha sido usado com maior frequência nas primeiras traduções. Mas, a área da ciência na qual Hunayn se especializou (tradução de tratados médicos e farmacológicos, especialmente os de Galeno), justifica sua postura “incorporadora” de termos, uma vez que a medicina exige essa acuidade quando se trata da identificação de enfermidades, seus sintomas, e de seus tratamentos. Cada planta e demais ingredientes utilizados no processo de cura deveriam ser identificados e descritos com exatidão. Além do mais, como já foi mencionado acima, /ta^crīb/ foi a válida resposta a uma necessidade temporária confinada a um preciso momento na história árabe:

A primeira abordagem consiste em tomar uma palavra ou termo da língua fonte e transferí-la para a língua de chegada. O termo é naturalizado, isto é, transliterado em árabe. Essa abordagem era mais comum nas primeiras traduções. Uma vez que os tradutores tivessem se tornado familiarizados com o termo e o conceito que este representava, eles geralmente se sentiam livres para criar um equivalente árabe para o mesmo. (KHAMLOUSSY, 1995, p. 31-32)

O árabe moderno, de certa forma, tem seguido de perto as recomendações que as academias espalhadas pelas diversas nações árabes têm sancionado. Somente se recorre a empréstimos lingüísticos quando todas as outras tentativas de produzir uma forma genuinamente nativa falharam e, somente nesse caso os empréstimos são feitos, mas de uma maneira que se harmonize com o sistema inerente da linguagem, a fim de que sua conspicuidade seja a menor possível (EL-KHAFIFI, 1985). Segue-se alguns exemplos dessa prática, particularmente nas línguas de especialidade:

Termo árabe	Significado	Domínio de Especialidade
/baktīryā/	Bactéria	Medicina
/yurāniūm/	Urânio	Física
/kalsyūm/	Cálcio	Química
/fūnīm/	Fonema	Lingüística

Assim chega-se às duas acepções diferentes que o controversial conceito de /ta^crīb/ tem no domínio lingüístico: (a) tradução de termos de uma língua estrangeira para o árabe e (b) empréstimo de um termo estrangeiro que, quando possível, é adaptado às convenções fonológicas, morfológicas e ortográficas da convenção árabe (EL-KHAFAIFI, 1985; WEHR, 1979).

AMPLIAÇÃO SEMÂNTICA

O terceiro método para a formação de neologismos em árabe é o /majāz/, ou seja, a ampliação semântica. Isso refere-se ao processo de agregar um novo sentido a um vocábulo já existente. Por exemplo, o conceito "átomo" é representado em árabe com o termo /darra/ que originalmente tratava-se de uma formiguinha. Assim, uma nova acepção foi acrescentada à palavra original.

Al-Qahtani (2000, p. 84) afirma que /majāz/ tem sido usado para denominar conceitos novos. "Academias lingüísticas tentam se aproveitar de termos árabes arcaicos que foram esquecidos para expandir sua conotação semântica a fim de abarcar novos sentidos." Seguem-se alguns exemplos de como o /majāz/ tem sido usado na neologia terminológica:

Termo árabe	Significado atual	Ampliação semântica do vocábulo
/qitār/	trem	sucessão de camelos (em fila indiana)
/qātira/	Locomotiva	o camelo guia (o camelo em comando)
/waqūd/	Combustível	Lenha
/'itār/	Pneu	moldura circular

COMPOSIÇÃO LEXICAL

O quarto, e o mais controverso paradigma para criação de neologismos, é o /naḥt/, ou seja, a composição lexical. O termo é

derivado do trigrama /n-h-t/ que significa “entalhar” ou esculpir” em algum tipo de material sólido (WEHR, 1979), em lingüística veio o significar o amálgama de parte (ou totalidade) de duas ou mais palavras dando origem a uma terceira e que, normalmente, mantém a carga semântica das palavras que a compõem. Em português exemplos seriam as palavras como /motel/ - derivada de “motorista” e “hotel”, e os sintagmas compostos como /saia-calça/, /couve-flor/, /sapatênis/, etc.

Tradicionalmente, raros tradutores (e, por consequência, terminógrafos) lançaram mão dessa ferramenta, embora, nos primórdios da era islâmica, verbos foram criados para descrever as várias fórmulas bem conhecidas (geralmente no âmbito litúrgico-religioso). El-Khafaifi (1985) ilustra esse caso com o exemplo de /basmala/ significando “[dizer] /bismillāh al-rah̄mān al-rah̄īm/”(Em nome de Deus, o clemente o misericordioso). O verbo é composto dos três primeiros morfemas na frase: bi (em), ism (nome), e Allah (Deus). Balāsi (1999, p. 275-278) exemplifica:

Termo árabe	Derivado das frases feitas
/sama ^ʿ ala/	/as-salāmu ^ʿ alaykum/ “[dizer] a paz esteja com você”
/hay ^ʿ ala/	/haya ^ʿ ala aṣṣalā, haya ^ʿ ala alfalāh/ “[dizer] venha para a oração, venha para a salvação”
/hawqala/	/lā hawl wala quwa illa billah/ “[dizer] não há poderio ou força a não ser em Deus”
/tablaqa/	/atāla al-lāhu baqā’ak/ “[dizer] que Deus prolongue sua vida”

A falta de precedentes históricos significantes que sancione esse processo de criação de nova terminologia, tem criado reservas e divergências quanto a sua utilização. Entretanto, a realidade e as pressões do mundo atual, com sua enxurrada de termos técnicos provindos das novas especializações, requer que o naht seja usada com maior frequência, mesmo a contragosto dos academicistas (EL-KHAFIFI, 1985).

O caráter derivacional do árabe desempenha um papel importante na criação de novo vocabulário, afinal, existe milhares de raízes das quais se poderia extrair novas combinações. Entretanto, isso não implica em dizer que é o único método a ser utilizado. Abaixo estão alguns exemplos de como esse processo tem sido utilizado, particularmente no meio científico, onde o aspecto “economia” tem que ser levado em consideração (EL-KHAFIFI, 1985):

Termo árabe	Significado	Derivado do vocábulo	E do vocábulo
/sarmana/ ⁽¹⁾	Sonambulis	/sayr/ caminhar	/manān/ sono

	mo		
/kahramā'ī/	Hidroelétrica	/kahrabā'/ eletricidade	/mā'/ água
/lājtimā'ī/	Anti-social	/lā/ partícula de negação	/ijtimā'ī/ social
/māfawsajī/	Ultravioleta	/mā fawqa/ acima	/banafsajī/ violeta

Como visto acima, o método de *naḥt* pode ser muito produtivo na criação de termos, especialmente daqueles cuja origem é remetida a conceitos que foram derivados de vocábulos formados por prefixos e sufixos gregos e latinos.

Assim, chega-se à conclusão que /*ichtiqāq*/, /*ta'rīb*/, /*majaz*/ e /*naḥt*/ são os processos utilizados em árabe para a criação de neologismos. A princípio os tradutores, mas depois os filósofos, terminógrafos e, recentemente, as academias de língua têm incorporado cada uma dessas ferramentas em sua tarefa de standardização do vocabulário em árabe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo do léxico árabe tem-se enriquecido, através dos séculos, por meio de dois procedimentos: processos vernáculos (derivação morfológica, ampliação semântica, e composição lexical) e empréstimos de outros universos linguísticos. Muitas palavras estrangeiras passaram a fazer parte do léxico árabe não somente durante o período das grandes traduções, mas também depois disso, durante a Renascença Árabe, e em nossos dias, quando os países árabes têm buscado seguir o avanço tecnológico ocidental.

Obviamente, o contato dos árabes com as ciências e as modernas tecnologias, ocasionou a inserção de diversos termos no banco de palavras da língua. Os árabes, como todos os povos da terra, quando confrontados com o surgimento de novas ideias, tiveram que adaptar sua língua para responder ao novo conhecimento. A língua ajustou-se às mudanças usando os recursos disponíveis em sua própria natureza incluindo o processo de derivação, mas não se limitando a ele. A composição lexical, a arabização (transliteração) de conceitos, a ampliação semântica, e os decalques e deslizos linguísticos foram muito usados no processo de fazer a língua árabe mais apropriada para a discussão das ciências até então inexistentes entre eles.

NOTAS

- (1) Esse termo ilustra bem o princípio de economia. A mesma ideia poderia ser expressa em árabe por uma de duas frases: a. /sayr al-nawm/ (lit. "a perambulação do sono") b. /al-sayr khilāl al-nawm/ (lit. a perambulação durante o sono).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-QAHTANI, S. **Arabization in written discourse in Saudi Arabia**. Muncie/ID. 247 p. Dissertação (Graduate School). Ball State University, 2000.

ANDRADE, M. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUIERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2 ed. Campo Grande: Editora UFMS. 2001.

ARYAN, R. **Arabic roots**. Dominguez Hills, CA. 2001. 35 p. Dissertação (Teaching English as a Second Language). California State University Dominguez Hills. 2001.

AT-TARZI, I. **The Cairo Language Academy in its 50th anniversary**. Cairo: Cairo Language Academy Press, 1999.

BALĀSI, M. Anna□t fi alloġa al^carabiya [A composição lexical na língua árabe]. In: **Majalla Al-lisān al-^carabi**, 47 (1). p. 275-286. Rabat: Departamento de Coordenação Permanente, 1999.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. **Anais do II Simpósio Latino-Americano de Terminologia**. Brasília, 1990.

CABRÉ, M. T. **La terminología: teoria, metodologia, aplicaciones**. Barcelona: Antártica / Empúries, 1993.

CRYSTAL, D. **The Cambridge encyclopedia of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CHEJNE, A. **The arabic language**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1969.

DEMAI, F. M. **Um dicionário terminológico da área de ortopedia técnica: descrição e análise**. 390 p. Dissertação (Semiótica e

Lingüística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

EL-KHAFIFI, H. M. **The role of the Cairo academy in coining arabic scientific terminology:** an historical and linguistic evaluation. 215 p. Tese de doutoramento (Middle East Studies). University of Utah Graduate School. Utah, 1985.

EL-MOULOUDI, A. **Arabic language planning:** the case of lexical modernization. 321 p. Tese de doutoramento (Linguística). Graduate School, Georgetown University. Washington, D.C., 1986.

ESPOSITO, J. **The Oxford history of Islam.** New York: Oxford University Press, 1999.

FISHMAN, J. (org.) **Advances in language planning.** The Hague: Mouton, 1974.

HAUGEN, E. **Language conflict and language planning:** the case of modern Norwegian. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1966.

KENNEDY-DAY, K. **Books of definition in Islamic philosophy:** the limits of words. London: Routledge, 2003.

KHAMLOUSSY, A. **Commented translation of an excerpt from Hunayn Ibn Ishāq's epistle to his patron ʿali Ibn Yahyā on the translations of Galen.** 111 p. Dissertação (School of Translation and Interpretation). University of Ottawa. Ottawa, 1994.

NAHIR, M. The five aspects of language planning: a classification. **Language problems and language planning.** 1, n. 02, p. 107-112, 1977.

RUBIN, J.; JERNUDD, B. **Can a language be planned?** Sociolinguistics theory and practices for developing nations. Honolulu: University of Hawaii Press, 1971.

SAWAIE, M. Rifāʿah Rāfiʿ al-Tahtāwī and his contribution to the lexical development of modern literary Arabic. **International Journal of Middle East Studies,** Cambridge. 32, n. 3 (Aug., 2000), p. 395-410, 2000.

SCHIFFMAN, H. **Linguistic culture and language policy.** London: Routledge, 1996.

TARAZĪ, F. **Al-ichtiqāq.** Beirut: Librairie du Liban Publishers, 2005.

TOLLEFSON, J. **Planning language, planning inequality**: language policy in the community. New York: Longman, 1991.

VERSTEEGH, K. **Landmarks in linguistic thought III**: the arabic linguistic tradition. London: Routledge, 1997.

WEHR, H. **Dictionary of modern written Arabic**. Ithaca, NY: Spoken Language Services, 1979.

SISTEMA DE TRANSLITERAÇÃO ADOTADO NESSE ARTIGO:

Grafema Árabe	Corresponde nte na transliteração	Guia de equivalência fonética no português do Brasil
ا	ā	"a" longo (ah)
ب	b	"b" como em bota
ت	t	"t" como em tapete
ث	th	"th" como no inglês "thin"
ج	j	"j" como em jogo
ح	h	"h" do inglês sem aspiração
خ	□	"rr" como em carro no dialeto carioca
د	d	"d" como em delta
ذ	dh	"th" como no inglês "this"
ر	r	"r" como em careta
ز	z	"z" como em zabumba
س	s	"s" como em sapo
ش	ch	"ch" como em chave
ص	ṣ	som similar ao "s" em sapo, porém enfático
ض	ḍ	som de "d" em delta, porém enfático
ط	ṭ	som de "t" em tapete, porém enfático
ظ	ẓ	som similar ao "z" em zero, porém enfático
ع	c	som gutural sem equivalência em português

غ	gh	"r" como no francês parisiense "rat"
ف	f	"f" como em faca
ق	q	semelhante ao "k" porém mais gutural
ك	k	"c" como em copo
ل	l	"l" como em laranja
م	m	"m" como em marca
ن	n	"n" como em navio
ه	h	"h" como no inglês "hospital"
و	w / ū	"u" longo (uh)
ي	y / ī	"i" longo (ih)
ء	'	parada glotal

PARA UMA NOVA DATAÇÃO DE PALAVRAS SUFIXADAS EM – MENTO, NO PORTUGUÊS

Érica Santos Soares de FREITAS
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
ericafreitas@usp.br

RESUMO: Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais extensa, cujo objetivo principal é estudar, diacronicamente, a formação de palavras do português, com ênfase no processo de sufixação. Nosso trabalho é direcionado ao estudo morfológico diacrônico; nele, observaremos as palavras portuguesas formadas pelo sufixo derivacional *-mento* (do latim, *-men*, *-mentum*) e suas datações no Dicionário Houaiss da língua portuguesa, contrapondo-as com outras existentes em documentos do século XIII, analisados por Monteagudo e Boullón no livro “De verbo a verbo” (no prelo). Conforme Monteagudo (2009), seus estudos concentram-se em *“unha visión evolutiva da scripta galega do período de emerxencia, concentrando a nosa atención nos textos (e modalidades) propiamente transicionais, que en boa parte corresponden cos máis antigos da nosa colectánea, anteriores a 1250 [...] e tendo tamén en conta algúns documentos posteriores a aquela data”* (MONTEAGUDO, 2009). Nesses textos, Monteagudo indica que o sufixo *-mento* para formação de substantivos deverbais é um dos mais produtivos, entretanto não dá a eles um trato lexicográfico, tampouco indica sua existência em dicionários de galego ou de português. No estudo que iremos apresentar, concentrar-nos-emos nesses textos, que *“testemuñan un primeiro estadio de constitución dunha escrita romance autónoma”* (IBIDEM), a fim de apontar equívocos na datação de algumas palavras em Houaiss, o que fez com que retrocedêssemos algumas datas. Além disso, conseguimos identificar a ocorrência de palavras sem datação indicada neste mesmo dicionário. Assim, iremos propor um modelo para a indicação correta da datação dessas palavras. O setor de aplicação deste trabalho é o da educação superior pelo estudo da mudança gramatical e da história social do português, com organização simultânea de um *corpus* de análise.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia diacrônica; Linguística histórica; Filologia portuguesa; Datação de palavras.

INTRODUÇÃO

As palavras podem ser 'autônomas' (quando podem ocorrer isoladamente numa estrutura sintática — ex.: *casa, comer, simples*) ou 'não-autônomas' (quando apenas podem ocorrer associadas a outras palavras ou a afixos derivacionais — ex.: *agro-*, *-logo*, *-mento*). Nosso estudo é sobre a formação de palavras por meio do processo derivacional de sufixação; observaremos as palavras formadas pelo sufixo *-mento* (do latim, *-mentum*) em textos galego-portugueses do século XIII.

INTERESSE PELO TEMA

Fazemos parte de um grupo de pesquisa registrado do CNPQ⁽¹⁾, chamado Grupo de Morfologia Histórica do Português, coordenado pelo Professor Doutor Mário Eduardo Viaro⁽²⁾. O grupo tem como objetivo catalogar as palavras derivadas por sufixação do português atual para, em seguida, estabelecer critérios de classificação semânticos para definir a gama de significados presentes nos sufixos; descrever mecanismos de formação de palavras na língua portuguesa do ponto de vista diacrônico, sua produtividade e sua correlação com o significado; associar a produtividade da língua portuguesa ao longo da história, tendo em vista que esse idioma se insere no quadro das línguas românicas (análise da influência do latim vulgar, do latim medieval, do latim científico); datar com mais precisão fenômenos e acepções de palavras derivadas, com base em corpora bem sistematizados; discutir o papel do estrangeirismo (sobretudo do francês e do inglês) na criação de modelos de palavras derivadas por sufixação dentro do português; entender as diferenças de produtividade sufixal em todos os países lusófonos, bem como problemas nesse aspecto do ensino do português para estrangeiro; lançar bases para estudo de outros mecanismos de formação de palavras, como a prefixação, a composição e a derivação regressiva.

O setor de aplicação deste grupo é o da educação superior por meio do estudo da mudança gramatical e da história social do português brasileiro, com organização simultânea de um *corpus* de análise.

OBJETIVOS

Nosso trabalho é direcionado ao estudo morfológico diacrônico, entretanto não podemos nos limitar à morfologia; dependemos dos

estudos de outras ciências, como a Filologia, a Ecdótica, a Crítica Textual, a Lexicologia e a Lexicografia.

Não entraremos na discussão do saber o que é uma 'palavra'; utilizaremos, nesse trabalho, o termo significando 'palavra lexical', isto é, portadora de significado lexical e categorizável numa das categorias maiores da gramática (substantivo, adjetivo, verbo ou advérbio) com o intuito de observarmos sua formação e significado, assim como seu uso contextual (ou a falta dele, atualmente).

Nosso objetivo é identificar as palavras deverbais, formadas por um verbo unido ao sufixo *-mento*, e seus significados, para então podermos afirmar a hipótese de todas serem originadas de um verbo, formadas através do modelo verbo + sufixo *-mento*, com sentido de substantivo. Além disso, indicaremos datas mais exatas, a fim de se corrigirem algumas informadas no DHE⁽³⁾, além de sugerir verbetes para serem inseridos não só em sua macroestrutura, mas também nas obras lexicográficas pesquisadas.

CORPUS

Com o objetivo de pesquisarmos diacronicamente, como *corpus* adotamos os 55 textos (50 textos numerados e 5 nos apêndices) examinados por Boullón e Monteagudo em seu livro *De verbo a verbo*⁽⁴⁾, disponibilizado aos alunos do curso "A Emergência do Galego-Português: Análise da Produção Primitiva (1212ca.-60ca.)"⁽⁵⁾ para estudo e análise, o qual foi bastante profícuo, como veremos adiante.

A escolha do texto é devido ao seu caráter científico; os autores apresentam "*o complexo proceso de emerxencia da scripta galega a partir da scripta latino-galega medieval, centrándonos no estudo do rexistro notarial durante o período de transición*" (BOULLÓN; MONTEAGUDO, no prelo, p.10). Em seu conteúdo, há várias ocorrências de palavras sufixadas em *-mento*, tornando-o bastante frutífero para o nosso estudo diacrônico.

TEORIA EM QUE SE FUNDAMENTA

É bastante comum afirmar-se que as línguas naturais norteiam-se pela lei da economia, segundo diversos fenômenos; em sentido restrito, a economia ocorre devido ao sistema relativamente delimitado em termos de unidades operatórias e de regras de funcionamento pelas quais os falantes de uma língua são capazes de falar sobre todos os aspectos da realidade que os rodeia (factual ou ficcional, concreta ou abstrata). Qualquer língua tende para a

simplificação, pela eliminação de toda e qualquer informação que possa ser tida como redundante, o chamado princípio do menor esforço, muitas vezes por meio das relações paradigmáticas⁽⁶⁾.

O conhecimento linguístico compõe-se por várias unidades interligadas que permitem ao falante compreender e produzir enunciados na sua língua, conseqüentemente é frequente distinguirem-se os seguintes tipos de conhecimento: conhecimento fonológico – os sons que constituem fonemas da língua, os tipos de seqüências de sons permitidos e ainda as regras que determinam as variações que esses sons sofrem, em virtude do contexto em que se apresentam as regras fonológicas; conhecimento morfológico – o inventário dos morfemas da língua e as regras que permitem combinar esses morfemas às palavras, de modo a obter informação relativa a número, gênero, pessoa etc., isto é, as regras flexionais da língua, e também pelas regras que permitem combinar morfemas presos a palavras existentes ou combinar palavras entre si para dar origem a novas palavras, as regras derivacionais; conhecimento sintático – constituído pelas regras que permitem combinar as palavras das várias categorias, de modo a se produzirem frases gramaticais, bem como reconhecer seqüências agramaticais e corrigi-las.

Todos esses tipos de conhecimento têm em comum a particularidade de serem relativamente restritos do ponto de vista do conteúdo, e claramente regulares, ou seja, os fonemas e as regras fonológicas de uma língua são em número relativamente pequeno; seus afixos (flexionais e derivacionais) constituem praticamente séries fechadas e as regras morfológicas também são em número limitado; finalmente, o número de regras sintáticas de uma língua é também relativamente limitado.

Sobretudo ao nível dos componentes mencionados tornam-se mais evidentes as propriedades gerais da linguagem que contribuem para o princípio de economia da língua, a saber: – o caráter discreto – as unidades do sistema, em particular as suas unidades fonológicas, constituem-se por oposições contrastivas em pares mínimos – em que a substituição de uma unidade por outra altera o sentido global da palavra; – a criatividade – o fato de o conhecimento da língua implicar o ser capaz de produzir frases nunca antes ditas e compreender frases nunca antes ouvidas; – a recursividade – a partir de um número limitado de fonemas e de regras de combinação desses fonemas é possível criar uma infinidade de seqüências distintas; a partir de um número limitado de morfemas é possível criar um número ilimitado de palavras. O exemplo de Saussure, citado por Dubois (2001), mostra-nos que

[...] uma unidade só recebe significação da existência de outros termos da língua que a delimitam e a contradizem. O exemplo de F. de Saussure é *enseignement*. *Enseignement* está, do ponto de vista

do radical, em relação paradigmática com *enseigner, enseignons* etc.; do ponto de vista do sufixo, em relação paradigmática com *armement, changement* etc; do ponto de vista semântico, em relação paradigmática com *instruction, apprentissage, éducation* etc; do ponto de vista fônico, em relação paradigmática com os homeoteleutos *justement, clément* etc. (DUBOIS, 2001, p. 453)

Em nossa dissertação de mestrado (FREITAS, 2008), apresentamos uma norma feita por meio da observação dos fatos de alta frequência e distribuição regular do sufixo *-mento*, no português, com um objetivo: conhecer a frequência de uma palavra relativamente a um conjunto de outras palavras, pois é tão importante quanto conhecer os diferentes sentidos que pode obter nos contextos de que faz parte (GENOUVRIER; PEYTARD, 1974).

Estabelecemos um parâmetro (substantivos formados pelo acréscimo do sufixo *-mento* a um verbo) para fazermos uma relação hiponímica⁽⁷⁾ morfológica entre as palavras destacadas para o trabalho, em que os vários substantivos deverbais formados por verbo + *-mento* são co-hipônimos ao sufixo *-mento* (o qual possui alguns sentidos, sendo seu principal “ação de”), tendo como campo semântico do grupo dessas palavras os próprios substantivos deverbais que comportam no seu semantismo um elemento comum (DUBOIS, 2001, p. 533): o sufixo *-mento*.

METODOLOGIA

Em primeiro lugar, fizemos a recolha das palavras terminadas em *-mento* no texto indicado, por meio de seu glossário e encontramos 17 palavras – 16 palavras terminadas em *-mento* e uma palavra terminada em *-mentamos* (flexão verbal de *-mentar* < *-mento*), derivada de um verbo com origem parassintética num substantivo em *-mento* (ajuramentamos < ajuramentar < juramento). Em seguida, procedemos ao levantamento quantitativo dessas formas, já que possuem no glossário uma entrada com uma abonação, outras com mais de uma, outras há uma entrada para cada forma divergente⁽⁸⁾. Na análise, separamos as palavras encontradas no DHE das não encontradas, primeiramente apontando os principais usos daquelas, através de suas acepções no referido dicionário; em seguida, buscando estas em outros dicionários e vocabulários⁽⁹⁾, a fim de recuperarmos os verbetes inexistentes em DHE, confirmar-lhe a data ou as formas ortográficas, resgatando-lhes seus possíveis significados.

PLANO DE TRABALHO

Começamos nossa pesquisa procurando em DHE por todas as palavras encontradas nos textos para que, a partir de sua atual forma, pudéssemos analisá-las, caso necessário, em dicionários históricos e etimológicos, clareando e refinando os sentidos dados ao discurso, podendo dele retirar maiores possibilidades nas infinitas leituras a que se abre. Encontramos em sua macroestrutura 17 entradas⁽¹⁰⁾, algumas com datas que podiam se retroagir, já que os documentos analisados possuem-nas indicadas; três delas foram verificadas em outros dicionários, pois não há na macroestrutura de DHE: guarimento, penhoramento e remiemento.

Após a sistematização, será mais fácil inserir dados novos e atualizar os mais antigos, logo nossa preocupação foi levantar a história desses substantivos e verificar seu sentido etimológico, para demonstrarmos, antes de tudo, a datação das palavras, assim como a persistência do sentido do sufixo formador de substantivos que denotam uma ação, tentando verificar em quais contextos semânticos ele se insere.

DESENVOLVIMENTO

As palavras da língua portuguesa formadas por *X-mento* trazem um aspecto próprio: quase todas seguem, por mais opaca que possa estar a raiz, a forma verbo + *-mento*. Em uma pesquisa feita no DHE, buscando as palavras pela sua terminação (busca reversa), obtivemos 2.772 ocorrências. Destas, a mesma pesquisa aponta 2.763 palavras como substantivos, 8 adjetivos (os quais, na verdade, possuem o sufixo *-ento* + um radical terminado em m, como ciumento, asmento, não sendo prováveis palavras sufixadas em *-mento*, excluindo-se jumento⁽¹¹⁾, um substantivo que através de um processo de hipóstase, ou seja, uma derivação imprópria, pode ter sua acepção estendida para um adjetivo dependendo do contexto utilizado) e o próprio sufixo *-mento*.

As gramáticas do português em geral consideram a forma de substantivos em *-mento* como um processo de afixação; *-mento* seria, pois, um sufixo que se adiciona a verbos para formar substantivos que denotam ação.

Se entre os nomes com que a princípio se designava o ato foi posteriormente aplicado para denominar o meio ou o produto. Certos termos, como *documento*, *monumento*, vieram com sentido especializado do latim para o português, desamparados dos verbos que lhes deram origem e que se extinguíram com a língua-mãe.

Instrumento, aplicado a objetos concretos, usa-se em português como nas demais línguas românicas, como se não tivesse nenhuma conexão com *instruere*, *instruir*, de que se derivou *instrução* como nome abstrato. Só em linguagem jurídica é que o termo *instrumento* nos recorda ainda a significação primitiva (*público instrumento*, etc.). (SAID ALI, 1964, p. 240)

Ocorre, por exemplo, em acolhimento, ferimento, sufrimento, rompimento, lançamento; assim, de um verbo *letrar (ainda não dicionarizado, mas necessário para designar a ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e de escrita, para além do apenas ensinar a ler e a escrever, do alfabetizar), forma-se a palavra letramento: estado resultante da ação de letrar; a palavra traz o sufixo *-mento*, que forma substantivos de verbos, acrescentando a este o sentido de "estado resultante de uma ação".

Segundo Said Ali (1964), o português antigo criava com excepcional facilidade substantivos abstratos com o sufixo *-mento*; entretanto já a partir do século XVI isso ficou mais raro. De qualquer modo, o desaparecimento de inúmeros vocábulos com essa terminação – como é o caso de mostramento, repousamento, soltamento, satisfazimento e tantos outros que nos soam estranhos – não "impediu, contudo, que se continuasse a empregar muitos outros e que a eles se juntassem ainda várias criações novas." (*ibidem*, p. 241)

A obtenção do arquivo digital do livro utilizado para este trabalho facilitou nossa pesquisa, estendendo nosso escasso tempo a fim de que pudéssemos analisá-las com maior atenção; utilizando o programa Word⁽¹²⁾, buscamos todas as palavras terminadas em *-mento* no glossário do livro, o que resultou em 17 entradas, para que pudéssemos verificar as variantes ortográficas de algumas delas, já que "(...) na preparação de qualquer léxico medieval, um dos problemas maiores continua a ser trazido pela dificuldade de registrar de forma racional o patrimônio das variantes formais" (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p.118).

Dentre as palavras encontradas, todas parecem possuir a forma verbo + sufixo *-mento*; após sua identificação, buscamos todas, primeiramente, no DHE, todavia algumas não foram encontradas. Partimos, então, em busca de suas formações, com a finalidade de podemos comprovar a existência, produtividade e sentido do sufixo que as forma, assim como a sua origem. Utilizamos para análise alguns outros trabalhos de prestigiados lexicógrafos da língua portuguesa, dentre eles: o já indicado DHE, DCA, DPM, DRL, VHC, VEF e VPL.

EM BUSCA DAS PALAVRAS

Indicaremos as palavras e as pesquisas sobre elas em nosso estudo ordenando-as alfabeticamente. Para esse artigo, apontamos somente as 10 palavras encontradas no DHE que tiveram sua datação retroagida.

1) AJURAMENTAR

► “aiuramêtam(os) sobre sanctos auãgeos” Ap.E a.[1255/9/14]

O verbo ajuramentar aparece nos textos editados por Boullón e Monteagudo flexionado em 1ª. pessoa do plural, nós, com uma parte da desinência número-pessoal abreviada.

Em DHE, esse verbo está datado como 1261; no verbete da palavra que lhe originou por parassíntese, juramento, só há a indicação de ser do século XIII; embora não haja informação de uma data precisa, há coerência entre a datação do substantivo originário e a do verbo derivado. Há ainda outra forma concorrente, derivada de juramento por meio de sufixação: juramentar.

Em DCA, há o verbete indicando ser tomar juramento, fazer jurar, mas não há a indicação de a palavra derivar de juramento, assim como no DPM. No VHC, ao verificarmos a abonação, certificamos ser o verbo datado também no século XIII, sem indicação precisa de data. Em VPL, há a entrada de ajuramentar.

Assim, nossa proposta é somente em retroagir a datação do DHE em seis anos e informar sua formação morfológica.

Datação: 1255, cf. Boullón e Monteagudo.

Etimologia: a- + juramento + -ar.

2) AMPARAMENTO

► “e prestanta e ãparam(en)to u lis mister for” nº 10 a.1247/4/6

A maioria dos dicionários e vocabulários pesquisados trazem a acepção de “ato ou efeito de amparar” para a palavra amparamento. No texto pesquisado, a primeira nasal da palavra está indicada por meio do til acima da vogal a e o sufixo *-mento* está, como já observado em acordamento, abreviado; os autores indicaram a nasalidade apontada por meio da letra n: “anparamento”,

modernamente transcrita com a letra m, por uma questão ortográfica.

Não há a palavra no DPM, somente o verbo amparar, assim como no VPL somente há a cognata regressiva amparo.

Em DHE, a palavra possui entrada própria e está indicada como tendo entrado na língua em 1254, entretanto o texto editado que a possui é de 1247, ou seja, retroagimos sete anos sua datação.

Já no VHC, há a palavra indicada por meio de três formas, todas como século XIV.

Desse modo, indicaremos somente a retroação da data de DHE:

Datação: 1247, cf. Boullón e Monteagudo.

3) APARTAMENTO

► “qual me mando meu padre Meen Muniz in apartam(en)to de meus jrmaos” nº 44 a.1259/3/3

A palavra apartamento alterou-se no decorrer dos anos, conforme observamos, sofrendo desde sua primeira acepção transformações semânticas: de “ação de apartar”, passou a “local para se residir”, com sua base opacificada pelo tempo nesse segundo sentido. Logo, podemos confirmar a ideia de que a noção de lugar originou-se da ação de se separar, visto que o DHE indica ser o local (século XIX) posterior à ação (século XIV), e aquele sentido é o ressaltado na abonação verificada, conforme indicação dos autores.

Novamente observamos o desenvolvimento pelos autores da abreviação do sufixo *-mento*, como nas outras palavras deste trabalho.

Em DHE, há duas entradas para o verbete, com as duas acepções: uma com o sentido de local de residência (datação de 1895), outra com o sentido trazido pelo texto pesquisado: separação (datação do século XIV).

No DAG, há a entrada da palavra com indicação de “*Vivenda nun edificio de varias plantas, en particular, a de pequeno tamaño*”, ou seja, a acepção de local de residência.

Em VPL, também há o verbete apartamento com o sentido de separação, de se apartar de alguém ou de algum lugar.

O VHC também indica vários textos medievais que contêm a palavra, mas todos posteriores aos editados por Monteagudo e Boullón (século XIII).

Também há a palavra em DPM, somente com o sentido de separação, afastamento, inclusive divórcio.

Assim, nossa proposta é corrigir a datação indicada em DHE para a segunda entrada de apartamento, com sentido de ação de apartar:

Datação: 1259, cf. Boullón e Monteagudo.

4) EMPEZAMENTO

► **“a sa morte ficassẽ todas quitas ao moesteyro sã enpezamento de todo ome” nº 33 a.1257/4/26**

Monteagudo e Boullón indicam como entrada no glossário do livro pesquisado a palavra empezamento, forma original do manuscrito. Em VHC, há a entrada em português moderno, empeçamento, cuja grafia manteve-se desde a época medieval caso observadas as abonações, apontadas por A. G. Cunha: “[...] no periigo e empeçamento da queeda se aata e se aprende e na area semente e deita sua semente” e “ E que el seia liurado dos enpeçametos dos pecados que ssom ia passados [...].”

Também há a entrada empecimento, independente de empeçamento, com diversas abonações e várias formas gráficas. Já em DHE, não há a entrada, somente a forma em <i>, empecimento, com datação do século XIV.

No VLP não há a entrada, somente o verbo empeçar e o substantivo cognato empecilho. No DAG, há somente a entrada do verbo empecer. Já em VPL, há a entrada empecimento, com o sentido de se fazer mal a alguém.

No galego, a forma moderna indicada pelos autores é empecimento, ainda que a abonação seja com a forma enpezamento. O uso de ambas as formas (<ç> e <□>) era constante⁽¹³⁾, não havia um padrão: “Comprobamos aí que o uso de <ç> / <□> é relativamente frecuente, pois antes de 1256 rexístrase em Mélon-1231? (*conoçuda, raçon `ración`;* *façemos*) [...] Sevilla-1253 (*cono□uda, cola□õ*)” (MONTEAGUDO, 2008, p. 207).

A assimilação de /a/ para /e/ também é comum – empeçamento > empecimento; assim como o uso de <i>, em vez de <e> na pré-tônica – empecimento > empecimento: “Máis casos de alternancia gráfica <e> / <i> que poden responder a unha motivación fonética (elevación de [e] > [i] por asimilación” (MONTEAGUDO; BOULLÓN, no prelo, p. 20), tal qual os participios dos verbos de segunda conjugação, o que reforça nossa opinião de que a base para os substantivos deverbais em *-mento* são formados pela base participial do verbo que os originam, segundo expusemos em nossa dissertação de mestrado (FREITAS, 2008).

Além da análise fonética dos sons vocálicos, é mister indicar a informação contida na microestrutura do verbete em DHE, que faz remissão para o radical *ped(i)-*, de pé. Com isso, supomos que a palavra impedimento pode ser um alomorfe da palavra empecimento, mantendo a dental sonora /d/ do radical, com alteração do prefixo *em-* > *im-*.

Assim, sugerimos que seja retroagida a datação do verbete empecemento em DHE, cuja datação indicada é do século XIV, e que sejam incluídas as seguintes informações:

Datação: 1257, cf. Boullón e Monteagudo.

Sinônimo: impedimento.

Etimologia: *empecer* + *-mento*, com alteamento da vogal temática *-e->-i-*; f.hist. sXIII *enpezamento*, sXIV *enpeçamêtos*, *enpeesçemento*, *ëpeecimêto*, sXV *empeçamento*, *empeçimento*, *empecimento*, *empeeçimento*, *empeecymento*, *enpëecimento*, *enpeencimento*,.

5) ENPLAZAMENTO

► “fazemos *enplazamêto* cum Roderigo Nuniz” nº 45 a.1259/6/22

Na entrada enplazamento foi novamente utilizado o gramema n para indicar a nasalidade da palavra, mantendo a forma original do manuscrito: “fazemos *enplazamêto* cum Roderigo Nuniz”. Observamos que o sufixo *-mento* está desenvolvido, ou seja, não está abreviado, e com indicação de sua nasalidade por meio do til na letra e.

Percebemos na indicação do verbete emprazamento no glossário, como forma do galego moderno, o rotacismo bastante comum na passagem do latim para o galego-português, em que ocorre uma acomodação linguística, como em *flaccus* > *flaco* (esp.) > *fraco* (port.).

No DHE, há a entrada emprazamento, com datação indicada como século XIII; em sua microestrutura há a indicação da forma concorrente aprazamento.

Na entrada do radical praz-, há a indicação de placimento, provavelmente uma forma concorrente a emprazamento, com formação por meio do radical culto *plac-*; contudo, esta forma não está na macroestrutura do dicionário. Há, ainda, prazimento, em cuja etimologia há mais informação de sua origem, com indicação de placimento como forma arcaica.

Interessante observar que na microestrutura do radical *praz-* há a informação de cognatos formados em *plac-*, aplacamento, e *plei-*, pleiteamento, cujas formas confirmam a ditongação tão comum na passagem do latim para o português.

No VHC, há somente a entrada emprazamento, com muitas formas atestadas, inclusive com flexão de número. Já em VPL, há a entrada emprazamento. No DAG, não há o verbete, somente o verbo que lhe originou, emprazar.

No VLP, há também o verbete emprazamento em sua macroestrutura.

Logo, propomos a inclusão das formas encontradas na etimologia dos verbetes dos dicionários pesquisados, assim como a data mais precisa em DHE, que traz somente a informação de a palavra ser abonada no século XIII:

Datação: 1259, cf. Boullón e Monteagudo.

Sinônimos: prazimento, aprazimento, placimento

Etimologia: emprazar + -mento, com alteração da vogal temática na derivação verbal: *prazer* > *emprazar*; f.hist. sXIII aprazimento, emplazamento, enplazamento, emplazamêto, sXIV emprazamento, emprazamento, sXV aprazimento, aprazimento, aprazimento.

6) MUDAMENTO

► “octorgo la carta deste mudam(en)to deste aniuersario” nº 18 a.1254/9

Como em outras palavras sufixadas em *-mento* já observadas neste trabalho, mudamento também está, no manuscrito estudado, com o sufixo abreviado. Sua datação indica o ano de 1254 como origem da palavra em galego-português.

Em DHE, há a indicação de ser do século XIII, sem data exata de sua emergência. Já no VHC, há várias abonações da palavra mudamento, em três formas ortográficas: mudamento, mudameto e mudamêto.

Em DPM, há a remissão para mudança na microestrutura de mudamento. No DAG, não há ocorrência da palavra, somente de seu verbo cognato, mudar.

Visto que a palavra não foi encontrada em VLP, tampouco nas obras lexicográficas latinas, somente sua concorrente em *-tion*, *mutatïon*, supomos que deva ter sido formada no romance galego-português.

Nossa sugestão para alteração de sua microestrutura, portanto, é referente à indicação mais precisa de sua datação e as formas gráficas encontradas:

Datação: 1254, cf. Boullón e Monteagudo.

Etimologia: mudar + -mento. f.hist. sXIII mudamento, mudameto, sXIV mudamêto.

7) OCTORGAMENTO

► “abadesa de Sobrado, cõ octorgam(en)to das donas” nº 29 a.1256/3/1

Assim como o verbete anterior, a ocorrência da palavra outorgamento nos textos estudados indica uma data mais pontual, visto que o DHE informa ser do século XIII, e Monteagudo e Boullón, de 1256.

Interessante notar na abonação encontrada a forma culta da palavra, antes da ditongação em /ou/, o que nos remete a uma interpretação de uma escrita em romance latino. Também há nos textos a forma concorrente já ditongada, sufixada em *-cion*: “Migael Fernãdez, clerjgo, que scriujo ela *outorgacion* por si” nº 14 a.1251.

Em VPL, há a entrada outorgamento, com remissão para outorga.

No VHC, há a informação de haver 3 formas ortográficas medievais, a saber: outorgamemto, outorgamento e outorgamêto, entretanto não há abonação para o século XIII, somente XIV e XV.

Em DPM, há a entrada outorgamento, com remissão para a forma regressiva outorga. No DAG, há o verbete com acepção de “*Acción e efecto de outorgar*”.

Propomos, então, a informação de data mais acurada para o verbete nas obras pesquisadas, assim como a indicação das formas divergentes encontradas nos séculos apontados no DHC:

Datação: 1254, cf. Boullón e Monteagudo.

Etimologia: outorgar + *-mento*. f.hist. sXIII *octorgamento*, sXIV outorgamêto, outorgamemto.

8) PASSAMENTO

► “uiua cū suos filios e a seu *pasamêtu* siia quita a suos a suos filios” nº 5 a. 1237/4/17

Os autores do texto pesquisado indicaram a palavra na macroestrutura de seu glossário com a terminação *-mentu*, forma encontrada somente nos romances medievais.

Em DHE, a palavra está com a data indicada posteriormente, século XIV.

No VHC, também não há atestação de passamento antes do século XIV; hjá algumas formas ortográficas não indicadas em DHE.

A palavra consta na macroestrutura do VLP, como alguém em estado de agonia, de passagem para a morte.

Não há a palavra no DAG; há a entrada em DPM, entretanto não foi encontrada a palavra em nenhuma referência das obras lexicográficas latinas utilizadas para este trabalho. Deduzimos, portanto, que a indicação de ser formada no português está correta.

Logo, nossa proposta é inserir as formas encontradas no DHE, assim como retroagir a datação indicada para um século antes, conforme os autores pesquisados:

Datação: 1237, cf. Boullón e Monteagudo.

Etimologia: passar + *-mento*. f.hist. sXIII *pasamẽtu*, sXIV *pasamento*, *passamento*, *passamẽto*.

9) TESTAMENTO

► “mãdo que este meu *testamento* que seya firme e staujl” nº 26 1255

A palavra *testamento* está abonada com grafia idêntica à forma moderna; a abonação encontrada no livro pesquisado indica datação de 1255, já o DHE, como do século XIII.

No VHC, há a atestação da palavra em diversas formas, entre os séculos XII e XV.

Interessante observar a extensão do verbete testamento em VLP: três páginas e meia; por essa razão, não inserimos a imagem do dicionário informado. Também consta a entrada da palavra em DPM e DAG.

Portanto, indicamos a inserção das formas no vocabulário citado, além da datação exata da palavra no DHE e das formas abonadas:

Datação: 1255, cf. Boullón e Monteagudo.

Etimologia: do latim, *testamentum*, sVIII *testamento*, sIV *testamẽto*.

10) VENCIMENTO

► “toda cousa que el y fezesse ela lo outorgou, quer con *ujzimento*, quer cõ *posizõ*” nº 33 1257

Embora o verbete *vencimento* esteja indicado no glossário da obra pesquisada na letra *v*, causou-nos um pouco de dúvida, pois sua entrada está como conujzimento, ocasionando uma incerteza quanto à palavra abonada: *vencimento* ou *convencimento*.

Interpretando a abonação, concluímos de que era a primeira proposta, visto que os autores, inclusive, registraram-na na ordem alfabética. Observando a abonação, chegamos à palavra *vencimento*, por meio de uma adaptação moderna: “toda coisa que ele fizesse, ela lho outorgou, quer com *vencimento*, quer com *posição*”, percebendo a ideia de comparação/alternância indicada (quer com... quer com).

Em DHE, a palavra está datada como do século XIV.

No VHC, ainda que haja quinze formas diferentes para a grafia da palavra, não há nenhuma ocorrência no século XIII, somente XIV e XV.

Não há o verbete indicado em DGA, mas há sua entrada no DPM e no VPL.

Logo, indicamos a retroação da palavra para a indicação nas obras DHE e VHC, além inclusão das formas gráficas, conforme sugestão a seguir:

Datação: 1257, cf. Boullón e Monteagudo.

Etimologia: vencer + *-mento*, com com alteamento da vogal temática *-e->-i-*; f.hist. sXIII uj□zimento, sXIV vencimëto, sXV uencimento, uençimento, uencimëto, ujncimento, vëcimento, veëcimëto, vemçimento, . vemcimento, vemçimento, vemcymemto, vencimento, vencimento, vencymento, vincimento,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados finais nos motivaram a investigar mais profundamente as palavras formadas por verbo + *-mento*. Sabe-se que o sufixo *mentum*, em latim, é o desenvolvimento de *men*, "por meio de um alargamento da dental indoeuropeia *t" (MONTEIL, 1970:.154): *augmen*, *augmentum*, *segmen*, *segmentum*. Portanto, no latim, podemos supor que alguns verbos derivaram-se do substantivo, não o contrário: *augmen* – aumento, *augmentare* – aumentar e que, por algum fenômeno de irradiação (BRÉAL, 1992:44), ampliou-se o sentido e *men* > *mentum* tornou-se um sufixo que, acrescentado a um verbo, significaria a ação deste.

Observando as palavras encontradas no DHE, podemos afirmar que todas possuem sua origem num verbo e que lhes foi acrescentado o sufixo *-mento*, mesmo que opacificado pelo tempo, como aconteceu com a palavra cimento (*caedere* + *mentum*), ainda formada no latim, tendo seu sema ampliado e alterado de concreto para abstrato e vice-versa pelo uso em diversas épocas e contextos.

Embora não tenhamos conseguido resgatar o sentido estrito de todas as palavras e suas origem quanto à etimologia, ainda que tenhamos nos debruçado a fundo em busca de suas ocorrências, datações, significados e usos, prontificamos a não deixar de lado a pesquisa; pretendemos continuá-la, com muita obstinação, até que se esgotem todas as possibilidades, afinal, é esse o sentido da pesquisa.

LISTA DE ABREVIATURAS

Neste trabalho, com a finalidade de simplificarmos e tornar a leitura mais fluente, criamos algumas abreviaturas para os dicionários pesquisados, assim como para o *corpus* estudado, conforme informado em nota de rodapé, a saber:

DAG – DICIONÁRIO DA REAL ACADEMIA GALEGA

DCA - DICIONÁRIO CALDAS AULETE

DHE - DICIONÁRIO HOUISS ELETRÔNICO

DPM – DICCIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA

DRL – DICCIONARIO POR RAÍCES DEL LATÍN Y DE LAS VOCES DERIVADAS

GMHP – GRUPO DE MORFOLOGIA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS⁽¹⁴⁾

VEF – VOCABULÁRIO LATINO

VHC – VOCABULÁRIO HISTÓRICO-CRONOLÓGICO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL

VPL – VOCABULÁRIO PORTUGUÊS E LATINO

NOTAS

(1) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(2) Professor da área de Filologia e Língua Portuguesa do departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH-USP.

(3) Para consulta de abreviaturas utilizadas neste trabalho, vide listagem ao final deste.

(4) Por o livro ainda não estar publicado, indicá-lo-emos como “no prelo”.

(5) Disciplina ministrada em agosto de 2009 pela pós-graduação, cátedra de Galego, na FFLCH-USP.

(6) Conforme DUBOIS (2001, p.453), relações paradigmáticas são as relações virtuais existentes entre as diversas unidades da língua que pertencem a uma mesma classe morfossintática e/ou semântica.

(7) Conforme VILELA, 1979.

(8) Como as formas existentes da palavra herdamento:

(9) Segundo informado, ver lista de abreviaturas utilizadas ao fim deste trabalho.

(10) As palavras estão inseridas em subcapítulos, a partir de 2.1.1.

(11) Ainda que seja uma qualidade ou restrição de um substantivo, esta foi formada no latim através de jugo + *-mento*. Conforme DHE, “jug- antepositivo, do v. lat. *jungó, is, junxi, junctum, jungère* 'atrelar, ajoujar, pôr (animal) sob o jugo', conexo com as raízes de *jugum, i* 'jugo' e com a sua própria, *jungó*; a raiz indo-européia **yeug-/yug-* apresenta em lat. formas sem nasal infixada com vogal breve (tipo - *jux, -jugus*, pal. raiz; *jùgum, jùgis, jùges, jùgulum*) ou com vogal longa (tipo *júgera, júgis, júmentum*) e formas com nasal infixada (presente *jungó* e seus der.)”.

(12) Microsoft Office Professional: Word para Windows - versão 6.0, 1990-1993.

(13) No galego atual, o fonema que representa a letra z é diferente do que a representa em português, porém ambos são originários do “ç”, que possivelmente na idade média teria o som de /s/, como ainda hoje o é no português.

(14) O sítio oficial do grupo de pesquisa localiza-se em www.usp.br/gmhp.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1974.

BASSETTO, B. F. **Elementos de filologia românica**. São Paulo: Edusp, 2001.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BLUTEAU, R. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Collegio das Artes, 1712. Edição comemorativa dos 500 anos do Brasil, digitalizada pela UERJ e lançada em CD-ROM.

BOULLÓN A.; MONTEAGUDO, H. **De verbo a verbo**. (no prelo)

BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**. São Paulo: Educ / Pontes, 1992.

CÁCCAMO, C. A.; VALEIRO, M. J. H. **O continuum da escrita na Galiza: entre o espanhol e o português**. 1996. Disponível em: < <http://www.udc.es/dep/lx/cac/artigos/cac-mjhv1996.pdf> > Acesso em 10 out. 2009.

DICIONÁRIO DA REAL ACADEMIA GALEGA. Disponível em: < http://www.edu.xunta.es/diccionarios/index_rag.html > Acesso em 19 set.009.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Lingüística.** 8 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

FARIA, E. **Vocabulário latino-português.** Belo Horizonte: Garnier, 2001.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. **Linguística e ensino do português.** Coimbra: Almedina, 1974.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001a, CD-ROM.

Microsoft Office Professional: Word para Windows - versão 6.0, 1990-1993.

MONTEAGUDO, H. **Letras primeiras.** O foral de Caldelas, a emerxencia da escrita en galego e os primordios da lírica trobadoresca. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2008.

MONTEIL, P. **Eléments de phonétique et de morphologie du latin.** Paris: F. Nathan, 1970.

MORAES SILVA, A. **Dicionario de Lingua Portuguesa.** Fac-simile da segunda edição (1813). Edição comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense, 1922.

MUNGUÍA, S. S. **Dicionário por raíces del latín y de las voces derivadas.** Bilbao: Universidade de Deusto, 2007.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SPAGGIARI, B.; PERUGI, M. **Fundamentos da crítica textual.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

VOCABULÁRIO HISTÓRICO-CRONOLÓGICO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL. CUNHA, A. G. C. et al. (Coord.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006, CD-ROM.

TERMINOLOGIA E METÁFORA: ASPECTOS DISCURSIVOS

Luciana Pissolato de OLIVEIRA
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
pluciana@usp.br

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar as formações terminológicas neológicas, formadas via processos metafóricos, da disciplina Genética Molecular (área-objeto de nossa pesquisa) em diferentes gêneros textuais, quais sejam: o científico e o de divulgação científica, a fim de conhecer suas funções, particularidades e produtividade em ambos os veículos. Para desempenhar tal tarefa, discutiremos diferentes pontos de vista sobre a questão da motivação e sobre o percurso cognitivo da denominação terminológica. O motivo pelo qual privilegiamos as formações metafóricas se justifica por duas razões: a) por tais formações serem reconhecidas como o processo mais proeminente e característico da denominação motivada e b) por ser a neologia semântica um processo extremamente produtivo para as linguagens de especialidade. Além disso, levaremos em conta a funcionalidade desempenhada pelas metáforas nos dois diferentes ambientes de produção, já que cada gênero textual revela particularidades na veiculação do conhecimento especializado. Para tal análise, também combinaremos aspectos de diferentes disciplinas, como: a Análise do discurso, pois os gêneros textuais desempenham um papel cognitivo e social de extrema importância no monitoramento de aspectos linguísticos; a Linguística cognitiva, em virtude de tratarmos de processos de denominação; a Linguística de *corpus*, já que os dados são manipulados por meio de ferramentas computacionais de método semi-automático de análise; a Terminologia, haja vista nossa área-objeto ser uma área de especialidade, e a Pragmática, posto que lidamos com dados empíricos.

PALAVRAS-CHAVE: Denominação; Gêneros textuais; Metáfora; Neologia terminológica.

INTRODUÇÃO

Graças às exigências de uma comunicação especializada concisa e coerente, as criações neológicas motivadas são cada vez mais preponderantes nas terminologias; isso porque tais denominações têm a potencialidade de remeter ao próprio processo de conceptualização desses fatos técnico-científicos.

No presente artigo, mostraremos o funcionamento da neologia da Genética Molecular, sobretudo aquela de caráter semântico, em dois diferentes *corpora* de análise: científico e de divulgação científica, a fim de evidenciar as diferentes aplicações de tais formações vocabulares nos diferentes domínios discursivos.

A QUESTÃO DOS GÊNEROS

Para realizarmos tal tarefa, partiremos dos textos, uma vez que é o processo discursivo que atualiza os termos em contexto, lugar em que se desenvolvem fatores de estruturação textual que contribuem para a coesão discursiva e textual. São as relações entre as unidades terminológicas e as diferentes unidades do texto as responsáveis pela coerência discursiva e textual, além de responsáveis por sua estruturação semântica, o que revela a função cognitiva e comunicativa de uma linguagem de especialidade.

Segundo Kocourek (1991), é no texto que se manifesta a capacidade metalinguística definitória e redefinitória, o que permite novas delimitações semânticas dos termos, a criação de novos significantes além de designações para novos conceitos.

Além disso, o texto é o responsável pela fixação de um neologismo terminológico, a medida que ele vai se repetindo e se firmando como indispensável à uma determinada teoria. É no texto que o fenômeno da terminologização ocorre. Através do texto também podemos predizer o caráter atual de uma dada terminologia, posto que se trata de uma ciência dinâmica, totalmente dependente dos avanços técnicos e científicos.

Quando tratamos de confrontar dois discursos científicos de distinta finalidade – posto que um está voltado ao ambiente acadêmico e à difusão da pesquisa entre pares¹ e outro se presta à

divulgação geral, para o público pouco ou nada especializado² – encontramos uma série de questões a desvendar.

A primeira delas diz respeito à definição mesma dos gêneros.

Aquela que, a nosso ver, é a mais acertada define gênero textual como uma *forma verbal de ação social estabilizada e recorrente em textos situados em comunidades de práticas em domínios discursivos específicos* (CAROLYN MILLER, 1984, *apud* MARCUSCHI, 2008, p.149). Os gêneros são, então, entidades: dinâmicas, históricas, sociais, situadas, comunicativas, orientadas para fins específicos, ligadas a determinadas comunidades discursivas e a domínios discursivos, são recorrentes e estabilizadas em formas mais ou menos claras (MARCUSCHI, 2008).

Por todas essas características, por sua dinamicidade e complexidade, é difícil precisá-los e demarcá-los, o que faz com que os cientistas preocupem-se, atualmente, mais com sua explicação do que com seu 'encarceramento' em um ou outro gênero.

Exatamente por isso, na literatura, é comum uma não coincidência quanto ao que seja o gênero do discurso científico, doravante DC, e o de divulgação científica, DDC.

A fim de, ao menos, delimitar nosso campo de trabalho, nos apoiaremos nas considerações trazidas por Costa (2005), que recorre à pragmática para melhor delimitar um e outro gênero. De acordo com a autora, deve-se refletir sobre o estatuto dos interventores - autor e locutor -, bem como o contexto de produção e recepção.

Em nossa pesquisa existe claramente uma diferença entre os autores dos diferentes textos (DC - cientista X DDC - jornalista), assim como seu contexto de produção e recepção é outro (DC - acadêmico-academia X DDC - jornalismo-público geral.)

De qualquer maneira, nosso objetivo não é encontrar uma classificação para os textos com os quais trabalhamos, mas, a partir deles, poder explicar alguns fenômenos linguísticos interessantes à nossa pesquisa, como as metáforas por eles veiculadas.

O PAPEL DA METÁFORA NOS DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS

Partindo do princípio de que cada gênero textual deve ser entendido segundo suas condições pragmáticas de produção e recepção, também as motivações nas escolhas lexicais e nas denominações de conceitos científicos serão feitas de acordo com cada ambiente de produção e, ainda mais importante, de acordo com o público receptor dessa informação veiculada. Dessa maneira, as metáforas cumprem diferentes funções em cada um dos textos em que se inserem.

As ciências e as técnicas tradicionalmente entendiam a linguagem literal como a melhor representante da linguagem da ciência, por refletir mais objetiva e formalmente a realidade em que se enquadram. Por esse modelo, espera-se encontrar pouco, ou nenhum uso metafórico no DC, sendo um artifício típico da ornamentação e da estilística, relegando seu uso à função aristotélica da metáfora, portanto.

Porém, para dar conta dos novos conceitos provenientes de intensas atividades de pesquisa de tantas disciplinas científicas em evolução, os cientistas vêm utilizando-se fartamente da similaridade com conceitos pré-existentes na denominação de seus novos referentes, a exemplo de *código de barras molecular*, *DNA lixo*, *gene repórter*, *mapa genético*, *junção de vizinhos*, *mineração de dados*, *buraco*, *casamento*, *dicionário de códon*, todos denominando conceitos da Genética Molecular. De fato, em nosso *corpus* de pesquisa, deparamo-nos com 45% de formações nas quais ao menos um de seus constituintes apresenta carga metafórica.

A indagação que nos fazemos é, portanto, quais serão as particularidades desse uso em um e em outro veículo?

Sabemos que cada um dos gêneros discursivos apresenta uma organização textual peculiar, convencionada por sua comunidade de produtores e receptores e que determina as normas que devem ser seguidas para a manutenção de uma regularidade.

Veremos, nos subcapítulos seguintes, algumas características do DC e do DDC.

O DISCURSO CIENTÍFICO – DC

O DC caracteriza-se por utilizar-se de uma linguagem mais hermética, fechada ao olhar não especializado, principalmente porque os conceitos e terminologias elencados nestes textos fazem parte somente do espaço discursivo de leitores que comungam das regras acordadas em relação aos estudos em andamento na comunidade acadêmica e científica. Algumas das características desse discurso, destacadas com um sublinhado, são:

a) alto teor terminológico:

Os parâmetros de alinhamento múltiplo incluem penalidades de abertura de intervalos e de extensão de intervalos para o processo de alinhamento múltiplo - a serem usadas no ajuste fino dos alinhamentos - e um retardo máximo permitido, em termos de

tamanho da sequência, para o começo de sequências divergentes no início do alinhamento. (DB-2001)

- b) maior distanciamento de seu interlocutor, caracterizado pelo discurso em 3^a. pessoa ou por estruturas impessoais, como o uso do participípio:

Uma das heurísticas do ClustalW é que, no alinhamento de sequências de proteínas, são usadas matrizes de pontuação diferentes para cada alinhamento com base na distância evolutiva esperada. (DB-2001)

Enormes sequências de dados, dos quais se conhece a localização de apenas alguns poucos genes importantes, foram e ainda estão sendo geradas. (DB-2001)

- c) presença marcante de verbos ou perífrases verbais formais, como: *integrar, introduzir, retirar, modificar*:

Os vetores podem ou não integrar-se ao genoma da célula hospedeira, apresentando respectivamente maior ou menos estabilidade. Vetores são mais comumente encontrados em duas formas: na forma plasmidial, em que o gene de interesse é inserido em um plasmídeo de expressão eucariota, promovendo assim a síntese da proteína desejada nas células ou tecidos-alvo. (GM-2001)

- d) presença de elementos estrangeiros, como formas latinas:

Em primeiro lugar é importante definir se é mais apropriado introduzir o gene diretamente no organismo (in vivo) ou se, alternativamente, as células serão retiradas do indivíduo, modificadas e depois introduzidas (ex vivo). (GM-2001)

- e) maior grau de detalhamento do assunto:

"Os procedimentos para a realização de um protocolo para a terapia gênica envolvem a introdução do gene de interesse no organismo-alvo, de modo que o primeiro passo consiste no isolamento do gene e seus elementos reguladores. O segundo passo é a colocação desse gene em um vetor, sendo utilizadas para isso as ferramentas básicas da metodologia do DNA recombinante." (GM-2001)

O DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA – DDC

O texto de divulgação científica caracteriza-se, por sua vez, por utilizar padrões tanto do discurso científico quanto do discurso jornalístico – este mais explicitamente – e objetiva, ainda que controversamente, a transposição ou textualização da linguagem do primeiro para a do segundo, como forma de promover a divulgação da ciência. Alguns veículos, mais notoriamente que outros, apresentam uma formação discursiva embutida de conteúdo sedutor, é mais descontraída e sua redação é bastante fluida e de fácil compreensão – por vezes até muito espetacularizada – a fim de aproximar-se de seu público-alvo, cumprindo então determinações editoriais. Vejamos algumas de suas especificidades:

- a) baixo teor terminológico, e quando o apresenta, utiliza-se apenas de terminologia amplamente divulgada e/ou dicionarizada:

A descoberta do DNA recombinante, por meio do qual genes de micróbios nocivos podiam ser manipulados e inseridos em outros organismos, despertava o pesadelo de que monstros geneticamente "engenheirados" escapassem do laboratório. (FSP-12.4.10)

Pega-se um gene capaz de corrigir uma doença e coloca-se dentro de um vírus (...). (SI-edição150)

- b) aproximação de seu interlocutor por meio de marcadores metadiscursivos ou de expressões modalizadoras, o que confere maior informalidade ao texto, deixando-o com um aspecto de 'conversa informal':

Acontece que não é possível controlar em que parte do genoma o curativo vai aterrissar. (SI-edição150)

Há quem pense nos plasmídeos, que são fragmentos genéticos das bactérias. (SI-edição 150)

Realmente, não há nada mais apavorante do que perder o intelecto. É o que acontece na doença de Alzheimer, uma degeneração irreversível e progressiva do cérebro que destrói vagarosamente a memória e o raciocínio, geralmente iniciando-se após os 60 anos. (C&C-12.2.10)

c) presença de verbos ou perífrases verbais recorrentes, como:

Pega-se um gene capaz de corrigir uma doença e coloca-se dentro de um vírus, um especialista em invadir corpos alheios para infectá-los. (SI-edição150)

Embora especialistas venham misturando DNA humano e animal há anos - como substituir genes animais por genes humanos, ou fazer crescer órgãos humanos em animais - pesquisadores da Academia de Ciências Médicas querem garantir que o público tenha consciência do que ocorre nos laboratórios, antes de levar os estudos adiante. (ESP-10.11.09)

d) alto teor metafórico, ou de analogias, presentes nas escolhas lexicais e nas estruturas discursivas apresentadas – o que talvez seja a característica mais marcante desse tipo de discurso. As analogias conferem leveza e bom humor ao texto – além de uma carga notória de imprecisão. Afora a simplificação da linguagem, os jornalistas também lançam mão de artifícios que transportam o mundo da ciência, complexo e inacessível aos olhos leigos, para a realidade dos leitores. Nos casos apresentados a seguir, os processos genéticos se comparam a pragas, que fatalmente trazem moléstias. Vejamos:

Uma praga ressurge

Pedaços adormecidos de vírus podem disparar infecções.

Juntamente com o gene curativo, o vírus carrega um restinho dos genes originais, sem os quais ele não consegue se infiltrar na célula. (SI-edição150)

Há também analogias que refletem claramente a origem geográfica do produtor do texto, o Brasil. É o caso do futebol, em que funções celulares se comparam a características de jogadores de futebol:

Júnior Baiano e Ronaldinho Gaúcho juntos!

Conheça um tipo de célula recém-descoberta (sic) que tem a função de zagueiro e maestro do time. (CH-17.03.2006)

A analogia também pode apresentar-se em termos de guerra:

Mas o organismo encara o micróbio como inimigo e o ataca, abortando a terapia. Às vezes, o contra-ataque do corpo é tão exagerado que pode destruir células e órgãos, provocando até a morte do paciente. (SI-edição150)

Um inimigo dentro de nós?

Colunista discute os estranhos retrovírus endógenos, responsáveis por 8% do nosso genoma. (CH-12.10.07)

- e) uso de argumentos de autoridade ou discurso relatado: forma de discurso que se caracteriza por dissociar claramente as duas enunciações, o discurso citado e o discurso citante. São 'provas' de veracidade do exposto, algumas vezes ditadas pelo discurso direto, outras pelo discurso indireto ou ainda pela modalização em um segundo discurso. Por simular a restituição das falas citadas, confere um efeito de fidelidade ao que foi dito. No contexto da divulgação científica, o efeito que se tem é de "quem o diz é um cientista", o que, em princípio, conferiria maior "confiabilidade" ao que é relatado na reportagem veracidade daquilo que relata, além de isentar o jornalista de qualquer erro na transmissão da informação. É também uma maneira de distanciar a enunciação do jornalista da do cientista. Alguns exemplos são citados a seguir:

Os cientistas britânicos chegaram aos portadores da mutação com ajuda de colegas de Lahore (Paquistão), que descobriram a anomalia em um menino que se exibia nas ruas cometendo auto-agressão. "Ele fazia facas atravessarem seu braço e andava sobre carvão em brasa", relatam os pesquisadores em artigo na edição de hoje da revista "Nature". (FSP-14.12.06)

Para o pesquisador brasileiro Marcelo Nóbrega, da Universidade de Chicago, é bem provável que esse mecanismo revelado agora esteja presente em outros genes. "Essa forma de regulação, para mim, não seria uma surpresa", comenta. (FSP-25.1.07)

Cientistas americanos dizem ter desenvolvido a primeira célula controlada por um genoma sintético

Os especialistas do J. Craig Venter Institute, com sede nos Estados de Maryland e Califórnia, dizem esperar que a técnica possa criar bactérias programadas para resolver problemas ambientais e energéticos, entre outros fins. (ESP-20.5.10)

f) presença de sinonímia e paráfrases:

É possível obter dela cromossomos gigantes, politênicos [formados por material genético multiplicado e emendado, que não se separou por divisão da célula, como ocorreria normalmente], com dimensões excepcionais", diz Gorab. (FSP-31.1.10)

O pesquisador acredita que o sequenciamento do DNA de seres humanos individuais logo será uma operação barata e amplamente disponível, e que o principal obstáculo à frente serão os fenótipos - isso é, as características geradas pelos genes no organismo. (ESP-6.4.10)

Corroborando tais análises, apresentamos uma citação de Jacobi (1994, p.85), sobre as características fundamentais de um DDC:

La première souligne la prédilection du discours de vulgarisation pour des figures (au sens rhétorique) comme l'analogie, et la comparaison. Ce trait se marquerait par la prépondérance dans le discours de vulgarisation des métaphores [...] par des tournures comme le paradoxisme (image propre à surprendre le lecteur), l'exagération, l'hyperbole [...] En second lieu le souci d'éclairer le lecteur (et de lui faire comprendre le sens du message) se marque par une exacerbation de la dimension métalinguistique. Enfin les substitutions synonymiques et l'établissement d'équivalences entre les termes se retrouvent avec un va et vient d'un registre à l'autre, souligné par un jeu très apparent des signes de ponctuation (guillemets, parenthèse). Cette équivalence est toujours réversible et ne donne pas réellement lieu à l'acquisition d'une terminologie ou d'un vocabulaire spécialisé.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As análises das particularidades concernentes a ambos os discursos nos possibilita, ademais de compreender o *modus dicendi* de cada gênero discursivo e os recursos linguísticos que empregam, aproximar o olhar sobre as formações metafóricas, nosso objetivo neste trabalho.

A função de cada texto, o público a que se destina e sua autoria são fatores determinantes para a conformação de um gênero textual – corroborando a premissa de Costa (2005), citada no início do texto.

No DDC as metáforas e analogias são abundantes. Estão presentes neste tipo de texto em sua vertente aristotélica, ou seja, com função ornamental, prestando-se propriamente à estilística à medida que conferem graça e leveza ao texto – o que se justifica graças ao público leitor desse tipo veículo de comunicação; a adoção de uma postura contrária poderia impossibilitar a compreensão ou, até mesmo, desviar a atenção desses leitores, o que culminaria com seu insucesso editorial. Por outro lado, há que se considerar que tamanha preocupação editorial esbarra em uma questão que, do ponto de vista científico, pode ser preocupante: o fato de haver uma simplificação da temática, geralmente extremamente complexa.

Por outro lado, no DC, as metáforas estilísticas são praticamente inexistentes; de maneira abundante e revelando funções cognitivas, estão presentes propriamente nas denominações dos conceitos da área, através de associações, inéditas ou não³, a conceitos pré-existentes.

As metáforas vêm sendo amplamente empregadas na conformação das terminologias por uma questão de concisão e coerência denominacional, ainda que tradicionalmente não houvesse tal percepção sobre esse papel cognitivo tão importante desenvolvido pelas metáforas. Por ser uma figura de linguagem que remete ao próprio processo de conceptualização dos conceitos científicos, é capaz de levar de maneira mais sucinta à compreensão do conceito veiculado, o que dificilmente seria possível por meio de linguagem literal; além disso, consegue invocar imagens mentais sobre o que se está dizendo, facilitando o processo de entendimento e a retomada de informação.

A predominância de motivação denominativa em Terminologia é, portanto, uma de suas características essenciais, já que “a forma dos termos sugere por si só uma parcela de sua significação” (Guiraud, 1978, p. 98), conferindo uma “explicação racional do conceito que exprime” (Kocourek, 1991, p. 173), seja pela similaridade com a função desempenhada, com a forma apresentada etc.

Assim, a motivação para o uso das metáforas está relacionada sempre ao tipo de texto em que são empregadas. Em seu emprego tradicional ou em sua vertente cognitiva, são recurso importante e servem de facilitadoras da informação.

NOTAS

- (1) Trata-se de um *corpus* formado por dissertações e teses, artigos científicos publicados em revistas especializadas e materiais didáticos de nível superior, coletados entre os anos 2000 e 2010.
- (2) Trata-se de um *corpus* formado por artigos e reportagens veiculados pelas revistas SuperInteressante e Ciência Hoje online e pelos cadernos Ciência dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo coletados entre os anos 2000 e 2010.
- (3) Algumas relações já não são tidas como inovadoras porque muitas das metáforas utilizadas não são de cunho neológico; são metáforas já mortas ou catacreses, devido a sua recorrência de uso nas mais variadas áreas do conhecimento e, portanto, não mais reconhecidas como metáforas pelos usuários dessas linguagens de especialidade. É o caso de *esqueleto*, *família*, *pistola*, *ramo* e *tronco*. Fazendo-se uma busca em dicionários de língua geral, encontramos acepções (ainda que bastante generalistas) sobre a significação metafórica básica desses elementos, adotada por diversas teorias científicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. Neologia técnico-científica na imprensa brasileira contemporânea. In: **Atas de RITERM** – VII simpósio, 2002.

CONTENTE, M. Termes et textes: la construction du sens dans la terminologie médicale. In: **Septièmes Journées Scientifiques AUF-LTT «Mots, termes et contextes** ». Bruxelles, 8 a 10 sept, 2005. Disponível em: <<http://perso.univlyon2.fr/~thoiron/JS%20LTT%202005/programme.htm>>. Acesso em 25 jul. 2009.

COSTA, R. Texte, terme et contexte. In: **Septièmes Journées Scientifiques AUF-LTT «Mots, termes et contextes**». Bruxelles, 8 a 10 sept, 2005. Disponível em: <<http://perso.univlyon2.fr/~thoiron/JS%20LTT%202005/programme.htm>>. Acesso em 25 jul.2009.

GIBBS, Jr. R. W. **The poetics of mind: figurative thought, language and understanding**. New York: Cambridge University Press, 1994.

JACOBI, D. Lexique et reformulation intradiscursive dans les documents de vulgarization scientifique. In: **Français scientifique et technique et dictionnaire de langue**. Paris: Didier Érudition, 1994. p. 77-91.

KOCOUREK, R. Textes et Termes. **Méta**, Montréal. 36, n.1, mars, Numéro Spécial. La Terminologie dans le monde: orientations et recherches, p.71-76, 1991.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Trad. de Maria Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: A. M. KARWOSKI; B. GAYDECZKA; K. S. BRITO. (Orgs.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória: Kaygangue, 2005. p. 17-34.

TEMMERMAN, R. Sociocognitive terminology theory. In: **Terminología y cognición**. II Simpósio Internacional de Verano de Terminología, 13-16 de julio de 1999.

VAN DIJK, T. A. **Ideología y discurso**. Barcelona: Ariel, 2003.

REFLEXÕES INICIAIS PARA UM ESTUDO DESCRITIVO DO LÉXICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (1)

Márcio Sales SANTIAGO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Doutorando)
mssantiago12@gmail.com

RESUMO: Esta comunicação objetiva apresentar o projeto de tese cuja meta principal é identificar e descrever o léxico da Educação a Distância (EAD), com vistas a propor pressupostos teórico-metodológicos para a elaboração de uma base de dados que se oriente sob a perspectiva da Terminologia. A escolha da EAD como campo de investigação deve-se ao fato de ser uma subárea da Educação que vem crescendo de forma vertiginosa, o que pode ser comprovado pelo grande número de instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação, pós-graduação a distância. Apesar deste avanço, falta ainda um estudo de natureza científica que apresente a descrição linguística das unidades terminológicas deste léxico. Por sua vez, tal descrição fundamentará o desenvolvimento de princípios teóricos e metodológicos para uma base de dados terminológicos, ponto inicial na produção de glossários e dicionários técnico-científicos, monolíngues ou bilíngues. Além disso, uma base de dados fiável é ferramenta eficaz para os profissionais da tradução. Nessa medida, este é um produto terminológico de referência para uma área nova que necessita se instituir, como é o caso da EAD. Em relação ao *corpus* que será utilizado na pesquisa, *a priori* será constituído de livros especializados, artigos técnico-científicos, textos veiculados na Internet, boletins sobre a área delimitada, além da legislação que regulamenta a EAD no Brasil e de documentos oficiais do Ministério da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico especializado; Termo; Descrição e Análise Linguística; Educação a Distância.

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EAD2) é uma modalidade da Educação que vem incorporando e modificando conceitos e técnicas tradicionais de ensino/aprendizagem, especialmente a partir do final da década de 1970.

É sabido que, durante anos, a EAD foi extremamente discriminada, o que ainda acontece hoje, só que com menos

intensidade. No entanto, vale ressaltar que a EAD não é uma modalidade educacional menor ou de segunda categoria. Não deve ser também encarada como modismo ou cura de todas as mazelas educacionais acumuladas. Por isso, segundo Litwin (2001, p. 21):

O desafio permanente da educação a distância consiste em não perder de vista o sentido político original da oferta, em verificar se os suportes tecnológicos utilizados são os mais adequados para o desenvolvimento dos conteúdos, em identificar a proposta de ensino e a concepção de aprendizagem subjacente e em analisar de que maneira os desafios da 'distância' são tratados entre alunos e docentes e entre os próprios alunos. (...) O verdadeiro desafio continua sendo seu sentido democratizante, a qualidade da proposta pedagógica e de seus materiais.

Atualmente, devido o interesse que este tema desperta entre os profissionais de diversas áreas, a EAD vem sendo objeto de estudos por conta de sua importância no cenário educacional. Esse fato tem ocorrido pela busca de aperfeiçoamento das estratégias de educação a distância e pela evolução de tecnologias interativas da comunicação.

Todavia, devido à expansão, ao desenvolvimento e, principalmente, à interdisciplinaridade da EAD, bem como o aumento de uma literatura especializada, cada autor expõe conceitos usando, por vezes, uma linguagem livre, criando expressões e, involuntariamente, contribuindo para uma proliferação de termos.

A partir do exposto, propomos um estudo detalhado do léxico da EAD, correspondente aos níveis de descrição linguística, a saber, morfológico, sintático, semântico e pragmático³, com a proposição de estabelecer os fundamentos teóricos e metodológicos necessários, visando à elaboração de uma base de dados que cubra e sistematize o léxico e os conceitos da área. Esta sistematização poderá contribuir para melhorar as condições de informatividade dos profissionais e estudantes da área e, conseqüentemente, facilitar a comunicação socioprofissional.

Convém dizer que há trabalhos realizados no âmbito das linguagens especializadas voltados para o estudo, a descrição e o tratamento do léxico, os quais refletem a necessidade descrever e organizar áreas, objetos, técnicas e conceitos. Destacamos a título de exemplos, as teses de doutoramento de Pontes (1996), Farias (2001) e Dal Corno (2006) em que foram estudados, respectivamente, os termos da cultura do caju, da moda e da indústria moveleira.

Entre os motivos que justificam a realização desta pesquisa, destacamos o seu caráter inédito, visto que ainda não existem obras de natureza científica que apresentem um estudo linguístico e terminológico da EAD, de maneira sistêmica e organizada, voltada

especificamente para profissionais, gestores, tradutores e estudantes. Ao final, pretendemos contribuir com uma tentativa de fixação terminológica a partir do estudo que faremos do *corpus*, assim como com uma introdução aos estudos lexicológicos da referida área.

O TERMO NA EAD

Desde os primeiros trabalhos, o termo é visto como componente principal da Terminologia⁴. Dessa forma, esta unidade representa o objeto central, mas não único, do estudo terminológico⁵. Segundo Krieger (2001a, p. 62), “entender o termo é, de certa forma, entender o sentido maior desta área de conhecimento”.

Com a evolução da Terminologia, a ideia de Eugen Wüster de que o termo é considerado apenas uma unidade cognitiva foi dando espaço a uma nova concepção, que conferia a unidade terminológica um caráter linguístico, como bem ilustra Cabré (1993, p. 169):

Os termos, como as palavras do léxico geral, são unidades sígnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, que se apresentam de forma natural no discurso especializado. Possuem, pois, uma dimensão sistemática (formal, semântica e funcional) e manifestam também outra dimensão pragmática, uma vez que são unidades usadas na comunicação especializada para designar os ‘objetos’ de uma realidade pré-existente.

Dessa forma, ao ser considerado uma unidade linguística, o termo se comporta como qualquer unidade lexical da língua comum, podendo, por sua vez, ser passível de mudanças morfológicas, sintáticas, semântico, entre outras.

Como não existe comunicação especializada sem termos técnico-científicos, eles são, portanto, a base de trocas comunicacionais no âmbito das ciências e das tecnologias, entre tantos outros domínios de interesse da sociedade contemporânea. Daí a importância de desenvolver estudos que auxiliam a descrevê-los e identificá-los.

Vale dizer, em relação ao reconhecimento do termo, que, atualmente, este é o ponto mais importante e, sem dúvida, um dos mais árduos que os pesquisadores têm pela frente no estudo do léxico especializado. Por outro lado, a palavra é de fácil reconhecimento, pois, diferente do termo, seu uso não se condiciona a uma linguagem especializada. Isto significa que praticamente não há mais limite entre o léxico geral e o especializado.

Com efeito, o texto e o conhecimento de uma determinada área científica passaram a ter um papel preponderante dentro da Terminologia, na medida em que termos e palavras não se diferenciam enquanto itens lexicais, pois são as situações comunicativas que permitem a identificação dos mecanismos de ativação do valor especializado que as palavras adquirem nas linguagens especializadas.

No caso da EAD, os termos são complexos, já que possuem características peculiares, como, por exemplo, origens e formações diversas. Dessa forma, o reconhecimento é uma tarefa que só pode ser feita através de um cuidadoso exame do discurso especializado, em que se faz uma espécie de “eleição terminológica”, na qual são definidos os “candidatos a termo”. O comportamento desses itens é analisado dentro do contexto especializado e, somente depois de observados em tal situação comunicativa, é que se têm as condições necessárias para considerar o termo como sendo pertencente ao universo da EAD ou não.

Em relação ao plano denominativo, temos uma série de fenômenos linguísticos decorrentes da formação terminológica da EAD, os quais merecem um estudo detalhado. São exemplos disso os termos:

- *chat, feedback* (estrangeirismo);
- *cyberspace* > *ciberespaço* (empréstimo);
- *fórum, tutor* (terminologia mista);
- *EAD / EaD / Ead / ead* (variação gráfica da sigla);
- *ciberespaço / espaço virtual* (sinonímia e/ou variação);
- *sala de aula virtual* (termo da educação tradicional adaptado para a EAD).

A complexidade parece ainda mais gigantesca no plano conceitual que no plano linguístico. Peters (2004) afirma que muitos termos da EAD ainda não estão claros. Sobre o termo *espaço de aprendizagem*, ele diz:

O termo ‘espaço de aprendizagem’ ainda não foi descrito com precisão, e menos ainda definido. Na verdade isso é difícil porque ainda não está claro o que exatamente se quer dizer com ‘espaço’. Em geral, compreendemos isso como uma extensão tridimensional, uma área com altura, largura e comprimento na qual se encontram objetos com posições e orientações que podem ser alteradas. O significado do termo ainda não está claro. (PETERS, 2004, p. 129)

Outro caso de imprecisão no léxico da EAD diz exatamente respeito a dois termos-chave da área: *educação a distância* e *ensino a distância*. Apesar de diferentes conceitualmente, muitas pessoas os

utilizam indiscriminadamente para se referirem a um e a outro, embora na prática existam diferenças relevantes.

Segundo a Lei Francesa (1971), citada por Belloni (1999, p. 25), o termo *ensino a distância* está mais ligado às atividades de treinamento e instrução:

Ensino a distância é o ensino que não implica a presença física do professor indicado para ministrá-lo no lugar onde é recebido, ou no qual o professor está presente apenas em certas ocasiões ou para determinadas tarefas.

Por outro lado, o termo *educação a distância* refere-se à prática educativa e ao processo de ensino/aprendizagem que leva o aluno a aprender a aprender, a saber pensar, a criar, a inovar, a construir conhecimentos e a participar ativamente de seu próprio crescimento. Por sua vez, Perriault (1996) afirma que o próprio termo *educação a distância* é genérico, já que inclui um elenco de estratégias de ensino/aprendizagem". Dessa forma, a EAD se dá quando o processo de ensino/aprendizagem é exercido sem a frequência regular ao ambiente físico de uma escola, curso ou qualquer instituição educacional.

Uma outra característica da EAD, além da questão da frequência do estudante, é a presença física do professor. É bom que se frise que estamos falando de "presença física" e não da existência de um professor, já que por trás da estrutura de ensino/aprendizagem existem professores e técnicos em educação responsáveis pelo planejamento e execução dos cursos. Melhor dizendo: em qualquer tipo de curso a distância é necessária a existência de um profissional especialista em EAD que crie um conteúdo, divida as unidades de aprendizagem de forma lógica, planeje a execução e o processo de avaliação.

Diante desse breve quadro, percebemos que a EAD, assim como as diferentes áreas do conhecimento humano, tem em seus termos a expressão e a construção do saber técnico, científico e tecnológico, além de serem componentes da representação da realidade.

BASE DE DADOS

Uma base de dados pode ser caracterizada como um conjunto de informações coletadas que visa à produção e à elaboração de glossários e dicionários técnico-científicos. Este produto terminológico é igualmente um poderoso e confiável instrumento de auxílio no trabalho tradutório. Nos dias de hoje, as bases de dados são substitutos dos antigos acervos.

Atualmente, graças à popularização da informática e da Internet, é possível criar bases de dados para fins específicos. Os dados são armazenados nos computadores, que dispõem de *softwares* específicos para esse tipo de atividade. Antes, as bases eram enormes, auto-suficientes e isoladas, e a tarefa de construí-las era restrita a poucos especialistas, já que os recursos eletrônicos eram precários e difíceis de serem utilizados.

No entanto, apesar da disponibilidade de acesso a esse tipo de ferramenta e da facilidade no uso delas, a elaboração de um produto terminológico como uma base de dados é um trabalho de pesquisa que necessita adotar uma série de princípios teóricos e metodológicos, os quais explicitaremos a seguir.

ETAPAS DA PESQUISA

Rondeau (1984, p. 64) definiu a pesquisa em Terminologia como estando diretamente ligada “ao conjunto das operações de coleta, tratamento e divulgação dos dados terminológicos”. Resulta deste conceito ações de que tratam essencialmente da identificação e análise do léxico representativo de uma área, da delimitação de noções, do desenvolvimento dos enunciados definitórios e da organização dos dados tendo por finalidade a elaboração de um produto, seja um dicionário terminológico, um glossário técnico-científico, uma base de dados etc.

No caso de nosso estudo, as etapas metodológicas básicas previstas são:

- constituir o *corpus* de análise;
- delimitar a área e as subáreas através da árvore de domínio;
- determinar os critérios de tratamento e análise dos termos que deverão compor a nomenclatura da base de dados;
- identificar e organizar os termos técnicos empregados na área, relacionando-os aos respectivos conceitos adotados pela própria EAD;
- estabelecer os princípios teórico-metodológicos para a produção da base terminológica;
- projetar a estrutura informática organizacional da base de dados. Isto inclui:
 - definir o alcance dos termos a serem repertoriados;
 - estabelecer os critérios de composição das definições dos termos selecionados para graduar a linguagem ao nível dos usuários previstos.

A seguir, demonstraremos resumidamente os procedimentos metodológicos realizados até o momento.

Constituição do *corpus*

Com relação ao *corpus* que será utilizado para a descrição e o tratamento do léxico, bem como na elaboração da base de dados terminológica, este se constitui, *a priori*, de livros especializados, artigos científicos, artigos de divulgação científica, textos veiculados na Internet e boletins sobre a área delimitada. Observaremos também *sites* de instituições de ensino superior nacionais que adotam a EAD como método de ensino/aprendizagem nos fluxogramas de seus cursos de graduação e de pós-graduação.

Delimitação das subáreas

Diante da extensão do campo da EAD, é necessário que façamos através da árvore de domínio (DUBUC, 1978) a delimitação das subáreas que nos interessa pesquisar. Temos, assim, a grande área representada pela Educação. Importa-nos, todavia, a subárea Educação a Distância, de nível formativo superior, através da Internet. O léxico representativo para este estudo contemplará a terminologia utilizada para representar os *métodos e técnicas de ensino/aprendizagem a distância*, conforme está representado abaixo:

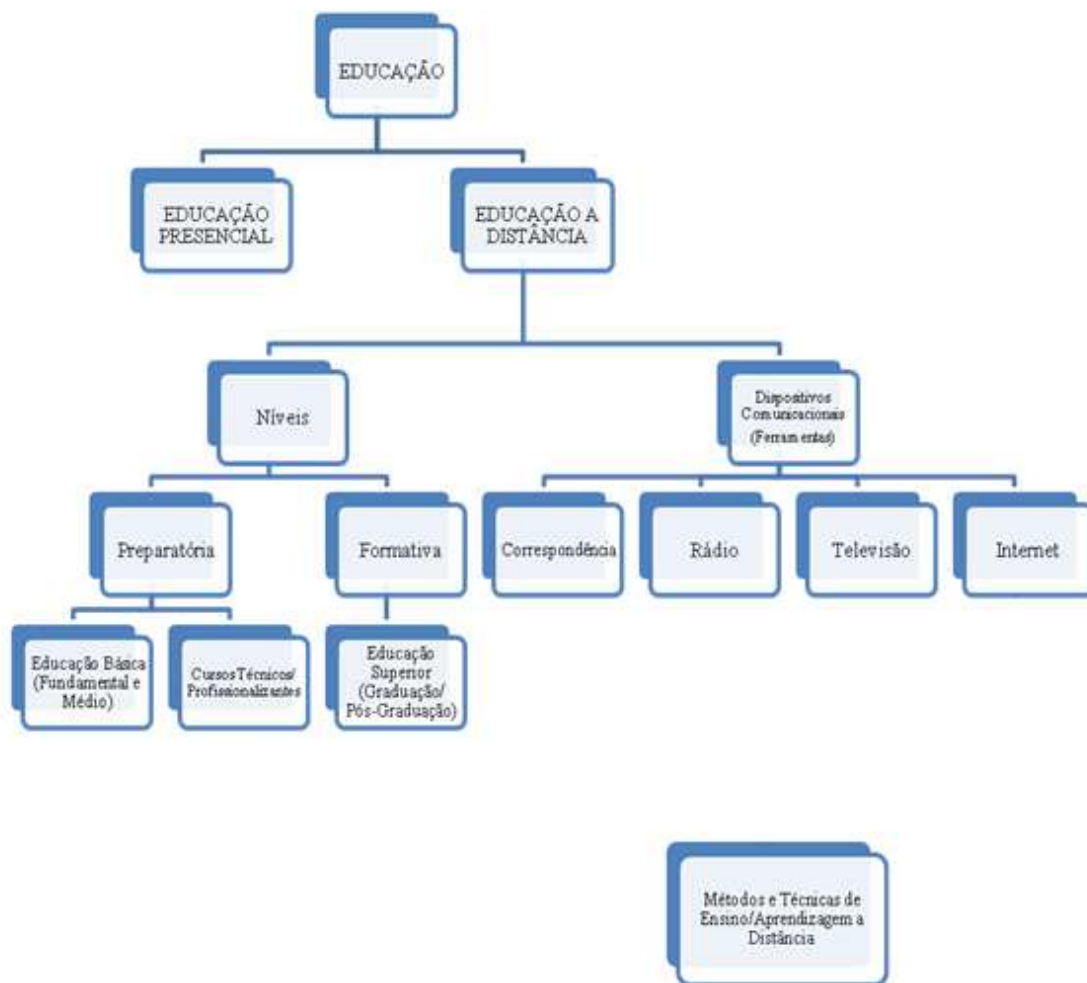


Figura 1. Árvore de domínio

Tratamento do léxico

A criação de fichas terminológicas é um passo indispensável para qualquer tarefa que envolva procedimentos relativos ao tratamento do léxico. A função primordial das fichas é o armazenamento das informações que posteriormente serão utilizadas na produção e na composição de um produto terminológico, neste caso, uma base de dados dos termos da EAD. Além disso, a importância de se registrar dados em fichas é que se tem uma compilação de informações representativas a respeito do termo como área temática, descrição dos níveis linguísticos, relação com outros termos, entre outras.

Com relação a esta pesquisa, o registro dos dados está sendo feito na ficha terminológica do projeto "Construção de um Banco de Dados da Língua Geral"⁶ (Instituto de Letras/UFRGS), elaboradas no *software Microsoft Access 2007*, a qual apresentamos na figura abaixo:

Início Criar Dados Externos Ferramentas de Banco de Dados Acrobat
 (01) Menu (04) Ficha Terminológica
BANCO DE DADOS LÍNGUA GERAL **UFRGS** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Ficha Terminológica Código: 1
 Data de criação: _____ Pesquisador responsável: _____
 Data 01: _____ Data 02: _____ Data 03: _____ Data 04: _____ Data 05: _____
 Pesquisador revisor: _____ Data de revisão: _____ Revisar Imprimir
 Data de publicação da web: _____ Responsável pela publicação: _____ Publicar na Web
 Unidade terminológica: _____
 Fonte documental: _____
Área temática
 Língua de especialidade Análise Organoléptica Subárea: _____ Ciências da Saúde Subárea: _____
 Ciências Econômicas Subárea: _____ Ciências Jurídicas Subárea: _____
 Comércio Exterior Subárea: _____ Ciências Biológicas Subárea: _____
 E-commerce Subárea: _____ Educação a Distância Subárea: _____
Classificação Semântica
 Sinônimo: _____ Variante: _____ Abreviatura: _____
 Definição: _____ Contexto: _____
Classificação Morfológica
 Termo fundamental: _____ Termo recente (neologismo) Tipo de lexia: _____ Formação da lexia simples: _____
 Formação da lexia complexa: _____ - _____ Processo de formação: _____ Derivação: _____ Composição: _____
 Presença de conectivo Tipo de conectivo: _____ Tipo de adjetivo: _____
 Tipo de arquivo: _____ Notas terminológicas: _____
 Prova textual: _____
Avaliação do termo
 Marca sociolinguística: _____ País: _____ Região: _____ Marca temporal: _____
 Marca de Frequência: _____
 Registro: 1 de 19 Sem Filtro Pesquisar
 Modo formulário

Figura 2: Ficha terminológica

Neste momento, é importante mencionar dois aspectos em relação ao trabalho. O primeiro diz respeito à análise dos termos, que já começou a ser realizada, mas que ainda apresenta resultados bastante prematuros. O segundo, relativo à metodologia propriamente dita, é que nem todos os passos foram estabelecidos, uma vez que se trata de um projeto, o que requer uma constante avaliação do desenvolvimento da pesquisa. Esta avaliação, por sua vez, necessita de reflexões mais apuradas e de tomadas de decisões conjuntas, envolvendo as orientadoras⁷ e especialistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão do que expomos, concluímos que o universo lexical da EAD suscita vários desafios quando o examinamos mais pormenorizadamente. É por este motivo que consideramos este um estudo necessário, pois, como vimos, é notório que há dúvidas até mesmo entre os especialistas, em vista do conflito de termos e de conceitos. Por tratar-se de uma área nova, em franca expansão nacional e internacional, é bastante usual que um termo expresse diferentes conceitos ou que diversos e diferentes termos expressem uma mesma ideia, incorrendo em fenômenos linguísticos como ambiguidades conceituais e denominativas. Vale lembrar que muitos conceitos não estão ainda muito claros, mesmo para os profissionais da área. Dessa forma, procuramos compreender a problemática em questão, em vista de já termos o entendimento de que os domínios especializados frequentemente se apresentam por meio de uma linguagem marcada por alta densidade terminológica.

Em consequência, a elaboração de uma base de dados a partir da descrição e análise linguística de unidades compreendidas na terminologia da EAD pode facilitar a produção de glossários e dicionários técnico-científicos. Estas obras são necessárias, seja para padronizar a comunicação entre profissionais da mesma área, seja para a redação de documentos oficiais, seja para a tradução, entre outras atividades pragmáticas, cuja linguagem não pode dispensar os usos de termos especializados.

Portanto, o estudo que propomos poderá se constituir como mais uma opção a ser utilizada no sentido de compreender o universo lexical da EAD, visto que somente através do entendimento de sua linguagem, de sua terminologia e de seus conceitos é que se terá condições favoráveis para uma comunicação eficaz.

NOTAS

(1) Este trabalho conta com o auxílio de uma bolsa de doutorado do CNPq.

(2) A sigla para Educação a Distância apresenta variação quanto à grafia. Assumimos, por enquanto, a forma EAD.

(3) Considerando que o *corpus* é escrito, o nível fonológico será tratado à medida que ser fizer presente na representação gráfica.

(4) Terminologia grafada com "T" maiúsculo se refere ao campo de estudo; grafada com "t" minúsculo se refere ao conjunto de termos (KRIEGER, 2001b).

(5) Vale dizer que, além do termo, a Terminologia possui outros objetos de estudo, os quais Krieger (2008) classifica como: i) objetos diretos, onde se inclui o próprio termo e unidades fraseológicas, sendo ambos os principais focos de investigação e análise dentro desse campo de conhecimento; ii) objetos indiretos, representados pela definição e texto especializado.

(6) Este projeto, coordenado pela Profa. Dra. Sabrina Pereira de Abreu, tem como principais objetivos: construir um banco de dados linguístico capaz de armazenar dois tipos de léxicos: o da língua comum e o das linguagens especializadas, que será disponibilizado virtualmente à comunidade interessada; descrever as propriedades dos termos e dos lexemas, comparativamente, em suas diferentes extensões, procurando delimitar as propriedades desses objetos.

(7) Profa. Dra. Sabrina Pereira de Abreu e Profa. Dra. Maria da Graça Krieger, orientadora e co-orientadora, respectivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

CABRÉ, M. T. **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

DAL CORNO, G. O. M. **Terminologia da indústria moveleira: um estudo descritivo**. 2006. 317 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. Québec: Linguatéc, 1978.

FARIAS, E. M. P. **A linguagem da moda no português contemporâneo**. 264 f. Tese (Doutorado em Letras). Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

KRIEGER, M. G. Terminologia e seus objetos de investigação. In: **X Simposio Iberoamericano de Terminología: "Terminología, conocimientos, sociedad y poder"**, 2008, Montevideo. Actas del X

Simposio Iberoamericano de Terminología: "Terminología, conocimientos, sociedad y poder". Montevideo, 2008. p. 1-8. 1 CD-ROM.

_____. O termo: questionamentos e configurações. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). In: **Temas de terminologia**. Porto Alegre: UFRGS; São Paulo: Humanitas, 2001a. p. 62-81.

_____. Terminologia técnico-científica: seu papel no Mercosul. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**. n. 24, fev. 2001b. Disponível em <<http://www.unb.br/abralin/index.php?id=8&boletim=24&tema=02>> Acesso em 23 mai. 2006.

LITWIN, E. Das tradições à virtualidade. In: LITWIN, E. (Org.). **Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 13-22.

PERRIAULT, J. **La communication du savoir à distance**. Paris: L'Harmattan, 1996.

PETERS, O. **A educação a distância em transição**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

PONTES, A. L. **Os termos da cultura e da industrialização do caju**. 224 f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis, 1996.

RONDEAU, G. **Introduction à la terminologie**. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

CONCORRÊNCIA ENTRE SUFIXOS, UMA VISÃO DIACRÔNICA

Nilsa AREÁN-GARCÍA
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
nilsa.garcia@usp.br

RESUMO: Desenvolvida na Universidade de São Paulo, esta pesquisa, que surgiu no âmbito das pesquisas do Grupo de Morfologia Histórica do Português, GMHP (<http://www.usp.br/gmhp>), visa a explorar alguns conceitos sobre a concorrência entre sufixos na formação de palavras tentando justificá-los com uma análise diacrônica e apresentando, a título de exemplificação, algumas ocorrências com os afixos tais como *-ista* e *-eiro(a)*. Ressalta-se, ainda, que o presente trabalho é uma pequena parte de um projeto maior que procura estudar os aspectos semânticos e funcionais de cada sufixo na língua portuguesa comparativamente a outras línguas, principalmente as românicas. Desta forma, o trabalho em questão mostra-se apenas como um viés das muitas linhas encontradas ao longo da pesquisa neste amplo projeto. Convém destacar que o desenvolvimento desta foi possível graças ao apoio financeiro recebido da FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Formação de palavras; Derivação; Sufixação; Concorrência sufixal.

Sabemos que dentro da regularidade na produção de palavras dada pelas RFPs – Regras de Formação de Palavras – há uma grande variedade de sufixos concorrentes, ou seja, vários sufixos com a mesma função morfológica e semântica que podem atuar sobre uma mesma base primária, promovendo uma certa irregularidade no processo. Neste caso, o trabalho aqui exposto segue uma linha inversa ao estudo das “invariantes nas variações”, proposto pelo estruturalista Roman Jakobson.

Quando dois signos dispõem de grande intersecção significado e significantes idênticos, dizemos que estamos diante de diferentes acepções. Quando os significantes são parcialmente parecidos, dizemos que estamos diante de variantes. Quando, porém, são totalmente diferentes, trata-se de sinônimos. No caso dos sufixos, os termos utilizados para os três casos são, normalmente, núcleos semânticos, alomorfes e concorrentes. Desse modo, esses fenômenos

normalmente não são associados nos modelos, mas formalmente fazem parte de um *continuum* que tem a ver pura e simplesmente com a questão do significante. [...] Do ponto de vista do sistema, *concorrentes* são dois sufixos com a mesma função. Isso ocorre, portanto, com os núcleos semânticos de um dado sufixo e não com o sufixo em sua integralidade. (VIARO, 2007, p. 60)

Assim, com o núcleo semântico que indica profissões temos, a título de ilustração, as palavras: *jornalista* e *jornaleiro*, *filologista* e *filólogo*, *pianista* e *planeiro*, nas quais os sufixos *-ista*, *-eiro* e *-logo*, são concorrentes na significação de profissões, embora designem semanticamente agentes diferentes, nestes exemplos apontados.

O significado será sempre parcial, pois, caso contrário, teríamos a mesma palavra ou sufixo empregados na mesma acepção, em outras palavras, duas ocorrências da mesma palavra ou sufixo. [...] Do mesmo modo que não existem sinônimos perfeitos entre palavras, não há, vendo o conjunto como um todo, sinônimos perfeitos de sufixos, de sorte que formas como *pianista* e *planeiro* significam coisas distintas. (VIARO, 2007, p. 60)

De fato, alguns autores afirmam que os eventuais problemas de sinonímia são resolvidos por restrições lexicais da língua, uma dessas formas é a chamada de bloqueio, ou seja, quando a ocorrência da formação de uma palavra é impedida pela existência de outra forma que já preenche o seu papel no léxico, nas palavras de Aronof (1976, p. 55): "Blocking prevents the listing of synonyms in a single stem. An affix which is productive with a given morphological class will thus block the attachment of rival affixes to that class"⁽¹⁾. Segundo Sandmann (1991, p. 75), neste caso "está-se frente a uma situação de conflito entre o sistema e o uso; o sistema permite mais de uma forma, o uso, porém, consagra e privilegia uma". Como no exemplo sugerido pelo autor, pelo fato de já existir a palavra *estudo* não se pode formar **estudagem* ou **estudamento*, pois são formas bloqueadas pela existência de *estudo*. Em relação aos bloqueios, Sandmann (1991, p. 78-80) faz duas ressalvas: "a especialização de sentido de uma palavra pode levar à anulação do bloqueio de formas com outros sufixos de função igual". De fato, as palavras *jornalista* e *jornaleiro* são formadas com a mesma base e com os sufixos *-ista* e *-eiro* que designam profissão, no entanto, a profissão designada por *jornalista* é diferente da designada por *jornaleiro*, cada qual assume uma especialização de sentido semântico. Além disso, o autor ressalta que "o despeito a determinados bloqueios de regras de formação de palavras pode assumir caráter estilístico", ou seja, em determinados casos o sufixo de formação das palavras indica o

gênero textual mais adequado para o seu emprego, ou ainda, por liberdade estilística o autor emprega determinada forma ainda que haja outra concorrente e muitas vezes mais usual, por exemplo, o uso de *severista* por Guimarães Rosa em sua liberdade criativa.

[...] a função de sufixos como *-ista* e *-ano*, formadores de nomes, que ocorrem em construções como *budista*, *maoísta*, *maometano* e *machadiano*. Do ponto de vista da competência lexical, *-ista* e *-ano* podem formar nomes a partir de nomes próprios, mas são as condições socioculturais que elevam certos nomes próprios à condição base possível para esse tipo de formação, uma vez satisfeita a condição de um mínimo de *status* sociocultural. (BASÍLIO, 1993, p. 370)

Não obstante as afirmações anteriores, encontramos no Dicionário HOUAISS (2001), como também em outros, dentre outras, as seguintes palavras como sinônimas e, portanto, com a mesma acepção: *abrilhantador* e *abrilhantadista*; *acalefologista* e *acalefólogo*; *babeiro*, *babador* e *babadouro* (*babadoiro*); *bolsista* e *bolseiro*; *caminhador* e *caminhante*; *camionista* e *caminhoneiro*; *dermatologista* e *dermatólogo*; *ecologista* e *ecólogo*; *fumante*, *fumador* e *fumista*; *gago* e *gaguejador*; *habitador* e *habitante*; *iconólogo* e *iconologista*; *jejuador* e *jejuante*; *kantiano* e *kantista*; *ladrilhador* e *ladrilheiro*; *manobrista* e *manobreiro*; *navegador* e *navegante*; *obrador* e *obreiro*; *padecedor* e *padecente*; *quarteador* e *quarteiro*; *rabequeiro* e *rabequista*; *sabido* e *sabedor*; *sacaneante* e *sacaneador*; *tabacólogo* e *tabacologista*; *ufólogo* e *ufologista*; *uivador* e *uivante*; *vanguardeiro* e *vanguardista*; *wagneriano* e *wagnerista*; *xilologista* e *xilólogo*; *zelador* e *zelante*; *zoadento* e *zoante*; *zoologista* e *zoólogo*. Desse modo, observamos que na língua portuguesa se encontram formas concorrentes derivadas de uma mesma base primária e com a mesma acepção semântica, fornecida pelo(s) dicionário(s). Ademais disto, segundo Vilela (1994, p. 76), o sufixo *-ista*, por ser muito frequente no português e abranger as mais variadas áreas da realidade extralinguística, sofre concorrência direta com os sufixos: *-eiro*, *-or*, *-nte* e *-logo* e, por vezes, a mesma designação agentiva é dada com mais de um sufixo diferente promovendo a sinonímia. No entanto, o autor também ressalta que, mantendo-se a base e alterando-se o sufixo, nem sempre se obtém a sinonímia e, muitas vezes, pode-se conseguir efeitos de diferença semântica, como por exemplo: *trabalhadora*, *trabalhadeira* e *trabalhista*. Já, de acordo com Miranda (1980, p. 84), os sufixos *-logo* e *-ista* não formam sinônimos no português, afirmando que as produções com *-logo* apresentam um caráter mais formal que as produzidas com *-ista*. Assim, de acordo com a autora, as palavras com *-logo*, por exemplo: *antropólogo* e *biólogo*, possuem um traço

semântico muito mais formal que as palavras derivadas com o sufixo *-ista*: *antropologista* e *biologista*.

Entretanto, ao observarmos o exemplo, *manobreiro(a)* e *manobrista* notamos que são palavras agentivas que designam a pessoa que manobra carros, sem que uma forma bloqueie a outra e sem que haja uma especificação ou diferenciação semântica ou estilística entre elas, mas sim, neste caso específico, uma diferença regional de uso no português do Rio de Janeiro e de São Paulo. Analogamente as palavras *dermatologista* e *dermatólogo(a)*, *fumante* e *fumador(a)*, *bolsista* e *bolseiro(a)*, dentre outras palavras derivadas cuja diferença sufixal pode refletir também a variedade regional entre falares, no caso dos exemplos supracitados, o falar do Brasil e o de Portugal, respectivamente. Detendo-nos especificamente no exemplo: *dermatologista* e *dermatólogo(a)*, dentre outros pares de exemplos formados com os sufixos *-ista* e *-logo*, que designam especialidades médicas, não encontramos a diferença relativa à formalidade, mas, sim, à regionalidade entre, novamente, o falar brasileiro e o lusitano.

Desse modo, até este ponto, podemos notar que a concorrência sufixal, para uma mesma base primária, pode, por um lado, promover a diferenciação semântica, como no exemplo já anteriormente citado: *trabalhadora*, *trabalhadeira* e *trabalhista*; pode, ainda, promover a especialização semântica atuando no mesmo núcleo de significação, por exemplo, no núcleo de profissão, *jornaleiro* e *jornalista*. Por outro lado, pode, a concorrência entre sufixos, pontuar diferenças estilísticas promovidas por escritores para realçar determinado aspecto de sua obra, e como exemplo, nada melhor que as criações morfossemânticas de Guimarães Rosa; e, finalmente, a concorrência pode promover ainda diferenças regionais, de formalidade, de *status*, de pejoratividade, dentre outros aspectos.

Um exemplo bem ilustrativo é a concorrência entre as formas: *fumante*, *fumador* e *fumista*, no português e no galego, são agentivos que designam a pessoa que fuma; mas sabe-se que *fumante* é a forma mais usada no Brasil, ao passo que *fumador* é a forma mais usada na Galiza e em Portugal, e *fumista* é uma forma que pode ser encontrada em textos sobre tabagismo e também em alguns textos literários das três regiões, no entanto é pouco usada no Brasil, em Portugal e na Galiza. (AREÁN-GARCÍA, 2007, p. 138)

Dada a grande gama de casos observada na concorrência sufixal, resolveu-se tratar, neste trabalho, de algumas peculiaridades na concorrência encontradas em formações com os sufixos *-eiro* e *-ista*. Em relação à concorrência dos dois sufixos, Basílio (2006, p. 74) afirma que a maioria dos processos de formação de *nomina agentis* a partir de substantivos, no português, ocorrem com os sufixos: *-eiro* e

-ista, considerando-os, portanto, como concorrentes funcionais. De maneira similar, Vilela (1994, p. 75) sustenta que *-eiro* é o principal e mais antigo sufixo formador de nomes agentivos na língua portuguesa, sofrendo grande concorrência do sufixo *-ista*. Já, Conforme Miranda (1980, p. 84), a formação de agentivos denominais com traço [+humano] pela derivação com o sufixo *-eiro* apresenta uma característica semântica, segundo a autora, “nitidamente informal” e, ao comparar as formações do sufixos *-ista* e *-eiro*, Miranda (1980, p. 86-87) afirma que: “as atividades de maior prestígio seriam designadas por agentivos em *-ista*; enquanto os ofícios de menor prestígio ou marginalizados seriam expressos por agentivos em *-eiro*.” A autora, portanto, conclui que: “as regras X-*ista* e X-*eiro*, resultariam, pois, como definidoras de *status*” e ilustra com os seguintes exemplos com o sufixo *-ista*: *cardiologista, novelista, ensaísta, projetista, paisagista, jornalista, cartazista*; e, porém não mantendo a mesma base, os exemplos com *-eiro*: *lixeiro, quitandeiro, borracheiro, verdureiro, jornaleiro, cartazeiro*. Segundo a autora, sua hipótese de definição de *status* se tem mostrado um processo produtivo na língua, ainda que haja as formas *engenheiro* e *balconista* como contra-exemplos.

Atendo-nos ao par de palavras, *jornalista* e *jornaleiro*, formado pela mesma base e verificando as acepções no Dicionário Houaiss (2001), encontramos:

Jornaleiro: “Trabalhador a quem se paga jornal; XIII. Vendedor ou entregador de jornais; 1899. M.q. *jornalista* (pejorativo PE); XX”.

Jornalista: “Pessoa que trabalha como redator, repórter, colunista ou diretor em órgão da imprensa, ou programa jornalístico no rádio ou na televisão; 1881; (fr. *journaliste* 1704)”.

De fato, na língua portuguesa, *jornalista* possui um *status* superior ao de *jornaleiro*, notado, ainda, pelo matiz pejorativo da última palavra adquirido no português europeu, segundo as acepções do dicionário consultado. Entretanto, destacamos que a palavra *jornaleiro* está datada do século XIII, ao passo que *jornalista* data do século XIX, por influência do francês, língua de prestígio e de veiculação cultural da época.

Retornando à comparação de formações com os sufixos *-ista* e *-eiro*, Miranda (1980, p. 88) observa que o uso do sufixo *-eiro*, em lugar de *-ista*, traz um sentido pejorativo para certas formações, por exemplo: *noveleiro, flauteiro* e *batuqueiro*. Em seguida, Miranda (1980, p. 88-89), apresenta uma segunda hipótese, na qual as formações com *-ista* teriam uma agentividade com um traço semântico mais intelectual e poderiam ter como paráfrase “especialista em X”. Já as formações com *-eiro* teriam, segundo a autora, uma agentividade com um traço menos intelectual e

poderiam ter como paráfrase “quem faz algo em relação a X”. Dessa maneira, Miranda (1980, p. 88-89) conclui que: “a divisão de formalidade e o sentido pejorativo seriam decorrência da divisão inicial de sentidos, combinados com o padrão social geral, que atribui maior valor às atividades intelectuais”. Entretanto, segundo Vilela (1994, p. 76), além da sinonímia entre as formações com os dois sufixos, por exemplo: *trompeteiro* e *trompetista*; ocorrem também convergências derivativas em que um dos derivados pode assumir valor desfavorável, por exemplo: *cançoneteiro* e *cançonetista*; ou podem lexicalizar entidades totalmente diferentes, por exemplo: *jornaleiro* e *jornalista*, *grosseiro* e *grossista*. Assim, o autor conclui que não há como fazer generalizações semânticas diante de sufixos como o *-ista* e o *-eiro*, devido à vastidão semântica que abrangem.

Convém lembrar que Miranda (1980) e Vilela (1994) não levam em consideração o ingresso de palavras por influência de línguas estrangeiras e tampouco, em seus estudos, analisam os fatores diacrônicos, etimológicos, históricos ou simplesmente as datações das palavras derivadas com os sufixos concorrentes. Assim, considerando-se pelo viés diacrônico, sabemos que o sufixo *-ero* (*-eiro*, em português), de acordo com Pharies (2002, p. 229), é proveniente do sufixo latino denominal formador de adjetivos *-arius*, o qual, no latim, já passa a formar substantivos e um de seus campos semânticos é a formação de *nomina agentis*. Sabemos, ainda, que com essa função foi herdado pelas emergentes línguas românicas e tornou-se muito produtivo no português e no galego. Segundo as datações provenientes do dicionário Houaiss (2001), sua produção denominal na língua portuguesa data já do século XI, nominalizando o agente de uma ação sobre ou com um objeto, ou seja, seguindo a regra: N + *-eiro* = “que V N” (pratica uma ação com/sobre N).

X] *eiro/a* passa a indicar substantivos e a relação estabelecida é a profissão já no período tardio do latim e início da Idade Média, tendo aumentado sobremaneira sua produtividade no século XVI, quando começou a concorrer outros agentivos, sobretudo com *-ista* de origem grega. (VIARO, 2006, p. 1450)

Por outro lado, com relação ao sufixo *-ista*, para Casevitz (1985, p. 69) a terminação grega *-ιστής* era usada para formar nomes de agentes a partir de verbos terminados em *-ζω* no dialeto jônico-ático e acabou sendo incorporado à *koiné* a partir do século III a.C. Posteriormente passou a se associar também à terminação grega *-ισμός*, denotando os agentes para a mesma base. Segundo o autor, com essa conotação semântica foi importado para o latim sob a forma *-istēs*, e, com o processo de expansão do Império Romano, totalmente incorporado às línguas românicas. De acordo com Pharies (2002, p. 358), o sufixo culto *-ista* é proveniente da terminação

deverbal grega *nomina agentis* -ιστής, que era aplicada a verbos com objeto direto, tendo sido incorporado ao latim como *-istés* em palavras cultas de origem grega. Já, para Said Ali ^(1930, p. 20), *-ista* está associado ao sufixo *-ismo* – cuja produtividade no português, segundo o autor, se dá a partir do século XVIII – sua primeira conotação semântica surge para designar os partidários de doutrinas e sistemas formados pelo sufixo ao qual se associa, perdurando tal uso até a atualidade na língua portuguesa e, na modernidade, continua a criar nomes ou os importá-los do estrangeiro para designar pessoas com ocupação relacionada ao objeto que serve como base da derivação. Em outras palavras, segue a regra: N + *-ista* = “que V N” (pratica uma ação com/sobre N), de forma similar ao sufixo *-eiro* e constata-se a concorrência funcional entre ambos.

Assim, segundo os autores citados, a produtividade do sufixo *-eiro* é verificada a partir do século XI, ao passo que a do *-ista* é do século XVIII. Entretanto, segundo as datações provenientes do dicionário Houaiss (2001), podemos constatar que já há o uso de palavras com o sufixo *-ista* desde o século XV, não apenas no âmbito religioso, mas também em outros âmbitos como o artístico, por exemplo: *organista* (século XV) e *citarista* (século XV). Especificamente, dentro do âmbito artístico-musical, as palavras formadas com *-ista* que designa “músico que toca o instrumento X” :

[...] é uma categoria que apresenta várias formações com *-ista*, muitas das quais foram importadas, principalmente do italiano e do francês, e apesar de já ser antiga na sua produção semântica ainda hoje tem se mostrado produtiva. Por exemplo: *violista* é uma formação que já havia no provençal por volta de 1180, mas também no italiano, por volta do mesmo período; *tubista* (tuba) é uma palavra proveniente também do italiano por volta do ano 1320; de origem italiana também são as palavras *violinista* (datado de 1565) e *violoncelista* (datado de 1812). Entretanto, apesar da forte influência italiana sobre a nomenclatura musical, a palavra *vihuelista* (datado de 1250) provém do castelhano; *trompetista* (datado de 1280) provém do francês e *virginalista* (datado de 1530) é proveniente do inglês. O que se sabe é que tais músicos atuavam nas cortes para entreter a nobreza, daí naturalmente que essas formações com *-ista* tenham se espalhado por toda a Europa, ao passo que localmente, os músicos populares tenham sido nomeados com os sufixos formadores de agentivos característicos de cada região nesse período. Por exemplo, no Brasil e em Portugal um instrumento popular no século XVI foi a viola, por isso o músico que a toca chama-se *violeiro*, formação com o sufixo *-eiro*. No entanto, se houvesse uma apresentação de música para a corte portuguesa com o instrumento clássico viola, haveria um *violista*,

pois provavelmente seria um músico estrangeiro (ou não), mas dedicado a tocar o instrumento em várias cortes, e daí o nome internacionalmente conhecido. Convém notar que muitos dos instrumentos clássicos que se utilizam hoje em uma orquestra são do século XIX e a nomenclatura do músico que os toca, na maioria das vezes, é proveniente do francês ou do italiano, por exemplo: *oboísta* (datado de 1834) é proveniente do francês, *violoncelista* (datado de 1812) é proveniente do italiano. Ainda hoje, essa designação do sufixo é produtiva, por exemplo: *tecladista* e *baterista*; e ao passo que há as formas mais antigas no português e no galego com o sufixo *-eiro* para músicos dos instrumentos populares, para as quais atualmente também pode haver formas concorrentes com o sufixo *-ista*, por exemplo, em português: *sanfonista* é uma forma concorrente com *sanfoneiro*, e, analogamente em galego: *gaitista* e *gaiteiro*. Esse fato não é exclusivo do português e do galego, por exemplo, no leste europeu o violino é um instrumento popular, por isso em russo e em polonês existe a forma para o músico que toca violino com o sufixo agentivo do idioma, mas também existe a forma associada com o sufixo *-ist* (*-istka*), não tão freqüente, mas usada para o músico que atua numa grande orquestra (AREÁN-GARCÍA 2007, p. 265-266).

Desse modo, a título de exemplificação, nos seguintes pares de palavras encontrados no dicionário Houaiss (2001): *trompeiro*, datada do século XIV, e *trompista* (sem datação) como designações de quem toca trompa; *gaiteiro*, datada do século XIV, e *gaitista* (sem datação) como designações de quem toca gaita; *violeiro*, datada de 1721, e *violista* (sem datação) como designações de quem toca viola; podemos, de fato, observar que o sufixo *-eiro* designa o músico popular, ao passo que o sufixo *-ista* designa o músico internacional e erudito.

Não obstante, considerando-se como exemplo o par de palavras *pianeiro* e *pianista*, temos as seguintes acepções fornecidas pelo dicionário Houaiss (2001):

Pianeiro - Pianista em cinemas e festas familiares; início XX. Mau pianista (pejorativo).

Pianista - Pessoa que toca piano; 1858; (it. *pianista* 1826).

Sabemos, neste caso, que, embora exista o piano de cauda e o piano do tipo armário, não há um piano popular, então, *pianeiro* e *pianista*, conforme as acepções dadas pelo dicionário, diferenciam-se pela primeira, formada com o sufixo *-eiro*, possuir um matiz pejorativo em oposição à segunda, formada com o sufixo *-ista*. A

nossa teoria é que o desgaste do sufixo *-eiro*, por ser mais antigo na sua produtividade, com relação ao *-ista*, implique no matiz semântico pejorativo quando comparadas as formações de mesma base primária produzidas com o seu concorrente.

De acordo com Guilbert (1975), em seu capítulo de neologismos, um neologismo, grosso modo, tem uma trajetória marcada com começo meio e fim, o que poderíamos chamar de "vida útil" ou processo de vida. No processo de vida dos neologismos, o autor explica algumas fases, das quais destacamos cinco: criação, aceitação, estabilização, rejeição e arcaísmo. Assim, segundo o autor, após o processo de criação do neologismo, se houver uma grande frequência de uso da palavra com a nova acepção, então há o processo de aceitação, caso contrário, não há a consolidação do neologismo. A fase na qual a frequência de uso se estabiliza e deixa de crescer é considerada por alguns autores como a "desneologização", ou seja, a nova acepção já é considerada normal pelos falantes. A partir de então, inicia-se o processo de rejeição da acepção com a queda na frequência de uso e choque de gerações de falantes, terminando com o processo de arcaísmo da acepção e o fim de sua compreensão semântica pelos falantes. Considerando-se que os sufixos são morfemas providos de significação semântica, ousamos propor uma curva gaussiana para cada núcleo de significação de um sufixo, baseada nas cinco fases descritas por Guilbert (1975), mas transpostas aos sufixos, ou seja, o tempo terá que ser medido em séculos (e não em gerações de falantes), assim como trataremos de produtividade e não de frequência, como também, de desgaste e não "desneologização", conforme o gráfico a seguir.

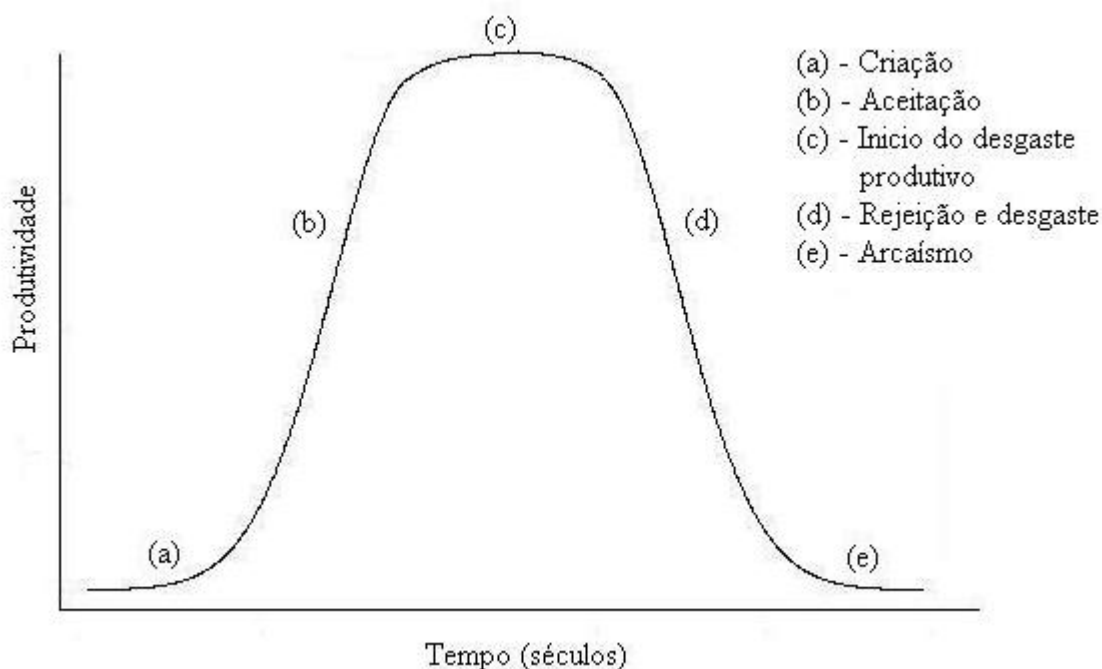


Gráfico 1. Modelo de curva gaussiana da trajetória de um núcleo de significação de um sufixo.

Por exemplo, se considerarmos o sufixo *-udo*, detalhado em Santos (2006), na formação de participípios da língua portuguesa, podemos identificar as fases (a), (b), (c), (d) e (e) e montar uma curva total da trajetória do sufixo, uma vez que já não é mais produtivo, e seguirá o modelo do Gráfico 1, condicionado à identificação dos parâmetros definidores da gaussiana associada aos dados da formação de participípios com o sufixo, principalmente quanto à datação. Já, o Gráfico 2, a critério de exemplificação, podemos assumir que representa a concorrência entre o sufixo *-udo* e *-ido*, na formação participial, de tal sorte que a curva (a) pode identificar a trajetória do sufixo *-udo* e a curva (b), que não está terminada e apresenta um tramo tracejado, pode representar a trajetória do sufixo *-ido*, pois atualmente ainda é produtivo na formação de participípios na língua portuguesa.

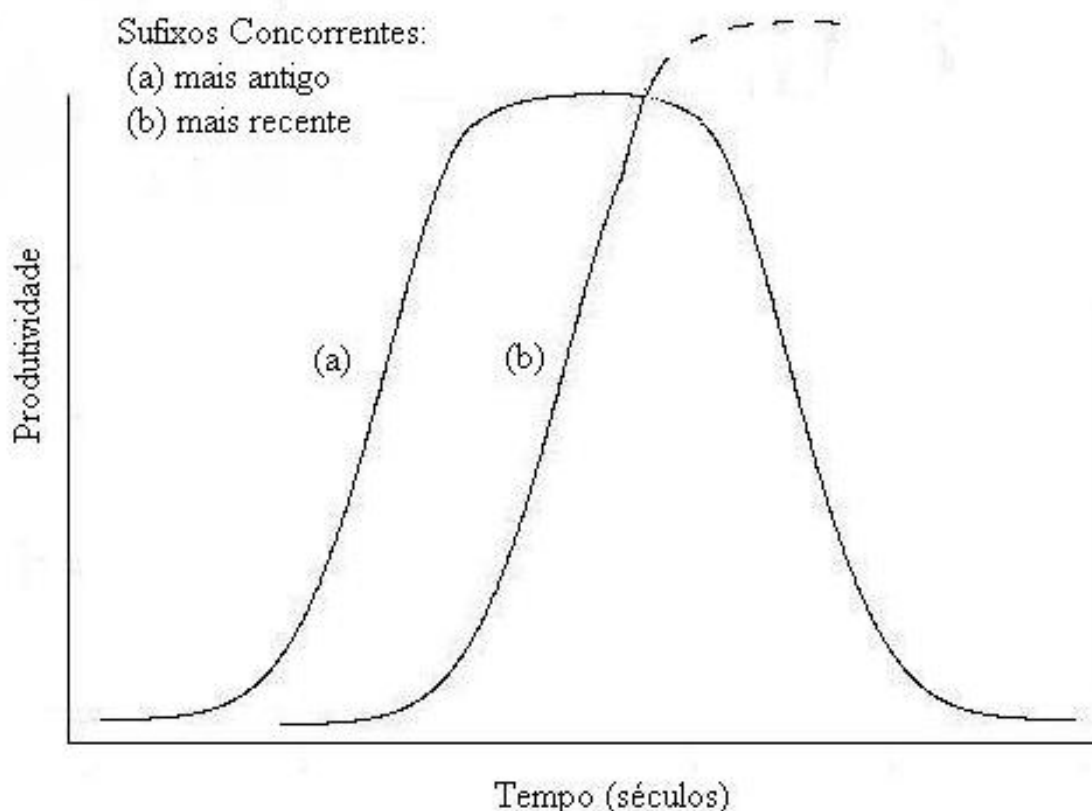


Gráfico 2. Modelo de curvas gaussianas de trajetórias de dois sufixos concorrentes, um já não mais produtivo, para o mesmo núcleo de significação.

Considerando-se os sufixos *-eiro* e *-ista*, sabemos que, ainda que o primeiro seja mais antigo na produtividade de nomes de

profissionais, ainda continua sendo produtivo na língua portuguesa, embora os dados obtidos das datações provenientes do dicionário Houaiss (2001) apontem para uma queda nessa produção. Com relação ao seu concorrente, o sufixo *-ista*, mostra-se, utilizando-se o mesmo critério (as datações provenientes do dicionário consultado), em curva de ascensão, ou seja, no processo de plena aceitação de suas formações e no pleno crescimento de sua produtividade. Assim, propomos como representação de suas trajetórias, o Gráfico 3, a seguir.

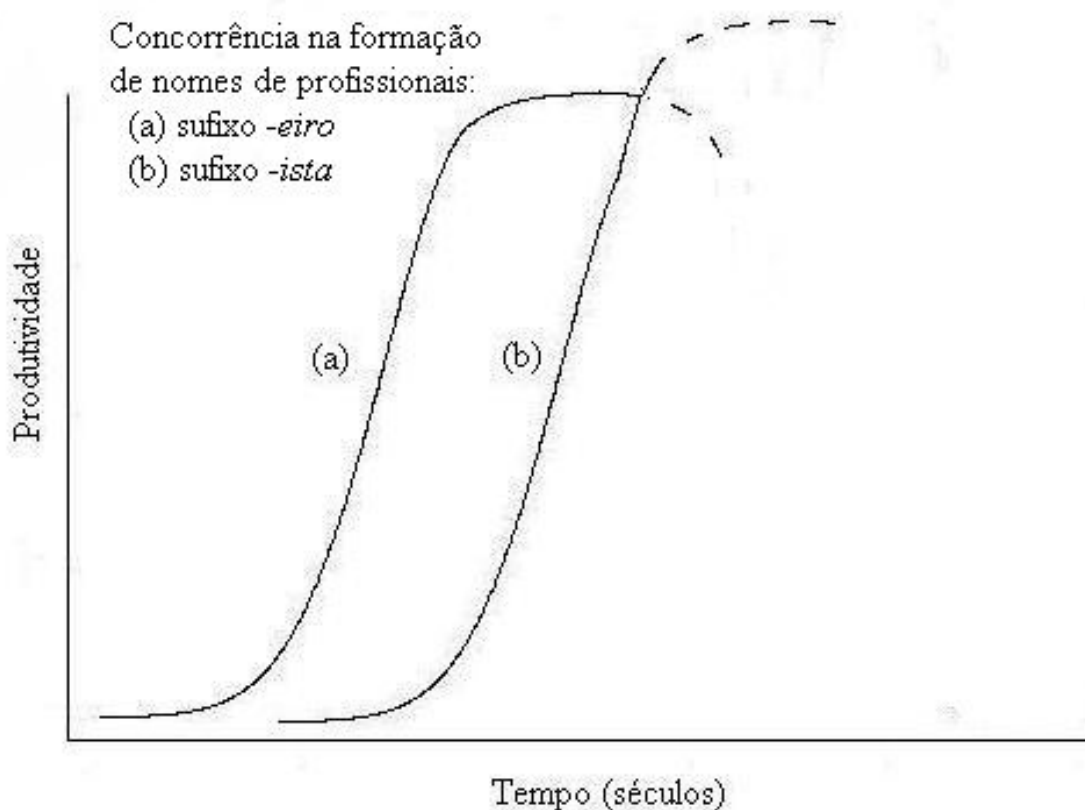


Gráfico 3. Modelo de curvas gaussianas de trajetórias de dois sufixos concorrentes ainda produtivos (*-eiro* e *-ista*), para o mesmo núcleo de significação (nomes de profissionais).

Convém destacar que os gráficos anteriormente expostos são hipotéticos, apenas usados como uma ferramenta para melhor ilustrar a proposição de uma curva gaussiana representando a trajetória produtiva dos sufixos em determinado núcleo de significação. Para a produção de um gráfico que seja um reflexo mais próximo da curva trajetória produtiva de um sufixo é necessária a datação correta de todas as suas produções com um dado núcleo de significação, bem como um mecanismo de interpolação dos dados assim obtidos e, desse modo, identificar os possíveis parâmetros das gaussianas.

Por outro lado, utilizando como *corpus* a datação, quando existentes, de todas as palavras sufixadas com *-eiro* e com *-ista*, no dicionário Houaiss (2001) da Língua Portuguesa, independente do seu núcleo de significação, obteve-se o Gráfico 4⁽²⁾. Em sua observação, nota-se que, até o século XVIII, o sufixo *-eiro* era o mais produtivo no português, em relação ao *-ista*, mas sua produtividade vinha em crescente declive. Durante a idade média o sufixo *-ista* era quase improdutivo, mas sua produtividade vinha crescendo e no século XVIII, devido às influências dos intelectuais franceses, a sua produtividade passou a crescer mais rapidamente. Já em meados do século XIX, a produtividade do sufixo *-ista*, em crescente auge, ultrapassou a produtividade decrescente do sufixo *-eiro*. E, no século XX, segundo o Gráfico 4, o sufixo *-ista* mostra-se muito mais produtivo que o sufixo *-eiro*.

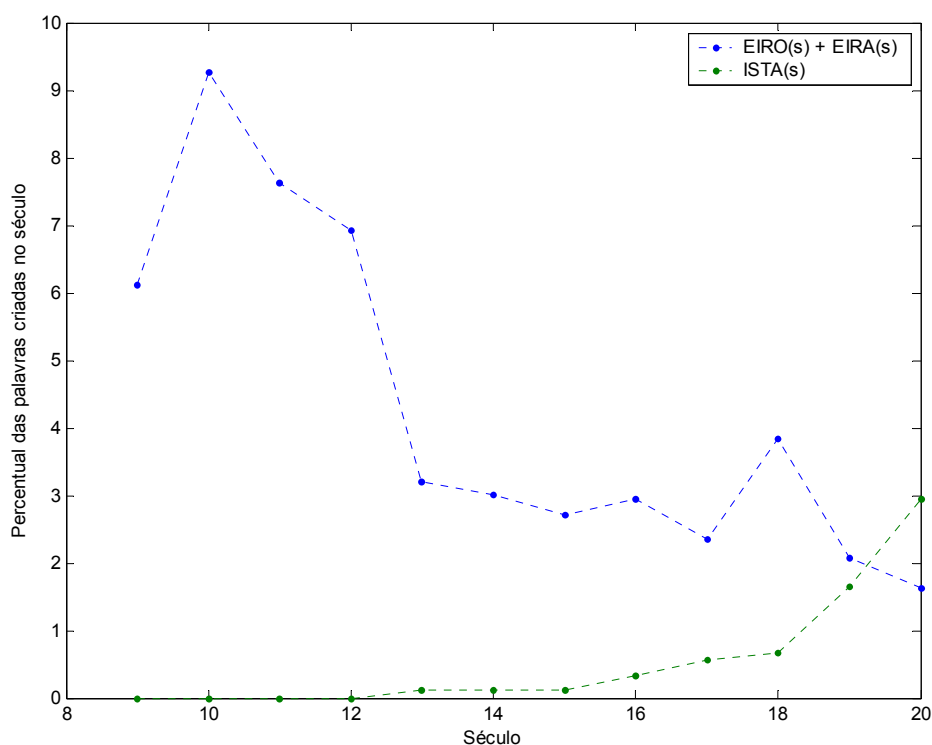


Gráfico 4. Produtividade dos sufixos *-eiro* e *-ista*, de acordo com o século. Gráfico elaborado pelo Prof. Dr. Zwinglio O. Guimarães-Filho, pesquisador do GMHP.

Dessa maneira, a comparação que pode ser feita entre os dois sufixos, tendo como apoio o Gráfico 4, que indica a produtividade de ambos de acordo com o século e sua análise, é tão somente que o sufixo *-eiro* tem uma grande produtividade como formador de agentivos desde o século XIII, sofrendo um natural desgaste devido ao seu grande uso, abrangência e polissemia. Já, o sufixo *-ista*, passou a ter produtividade significativa a partir do século XIX, não tendo, até então, sofrido um desgaste tão intenso no uso em relação

ao tempo quanto o sufixo *-eiro*, na língua portuguesa. Mas não há indicativo algum sobre o matiz de pejoratividade explorado no exemplo *pianista* e *planeiro*. Então, lançaremos mão de mais uma hipótese, desta vez relacionada com a pejoratividade.

Para tanto, tomamos como base teórica Ullmann (1977, p. 481-486) que considera os desenvolvimentos pejorativos muito comuns na linguagem e muito mais frequentes que os desenvolvimentos ameliorativos, citando em seu texto alguns autores que se debruçam especificamente sobre o tema por considerarem-no como uma tendência fundamental da linguagem humana:

H. Schereuder, *Pejorative Sense-Development in English*, I, Groningen, 1929, e K. Jaberg, "Pejorative Bedeutungsentwicklung im Französischen", *Zeitschrift für Romanische Philologie*, XXV (1901), p. 561-601; XXVII (1903), p. 25-71; XXIX (1905), p. 57-71. Cf. Também Nyrop, *Sémantique*, livro III; Huguët, *L'Évolution du sens de mot*, cap. 4; Gamillscheg, *Französische Bedeutungslehre*, p. 94-115; G. Gougenheim, "Adjectifs laudatifs et adjectifs dépréciatifs", *Le Français Moderne*, XXVI (1958), p. 3-15 (ULLMANN, 1977, p. 481).

Desse modo, considerando-se que os desenvolvimentos pejorativos são muito mais comuns que os ameliorativos e que, conforme foi visto anteriormente, os neologismos sofrem rejeição ao longo do tempo, provocando que tais palavras, ao serem rejeitadas, tenham um matiz não muito favorável, seja por qual motivo for, começarão a ser avaliadas negativamente e, conforme Ullmann (1977, p. 482-484), a associação a uma acepção desfavorável implica em uma grande probabilidade de generalização em direção à pejoratividade, ao longo do tempo. Assim sendo, no caso dos sufixos, já que são morfemas com vários núcleos de significação, terão grande probabilidade de serem associados à noções desfavoráveis, as quais, ao sofrerem desgaste e rejeição ao longo do tempo, acrescerão de sobremaneira qualquer probabilidade de desenvolvimento pejorativo. Como consequência, o matiz de pejoratividade expresso por um sufixo tenderá a ser maior, quanto maior tiver sido: a sua abrangência semântica, a sua produtividade e o seu tempo de atuação na língua. Por exemplo, o sufixo *-udo*, conforme anteriormente exposto, já não é mais produtivo na formação de participípios, e, portanto, expressa um matiz de pejoratividade maior que o sufixo *-ido*, como se nota nas palavras *conheçudo* (participípio medieval do verbo conhecer) e *conhecido* (forma atual do participípio). Para Santos (2006), tal matiz de pejoratividade, por associação e desgaste, está presente também em outros núcleos semânticos do sufixo *-udo*, que ainda são produtivos no português, por exemplo na formação de nomes adjetivos com a acepção "que tem X grande",

“que tem muito X” e “que é muito X”, como nas palavras: *narigudo* e *pançudo*. Ainda que a base seja ameliorativa, a noção pejorativa do sufixo *-udo* é tão forte que a acepção final da palavra torna-se não muito favorável, segundo a autora, é o caso da palavra **boazuda*.

No caso dos sufixos *-eiro* e *-ista*, levando em consideração que o matiz de pejoratividade será tanto maior, quanto tiver sido: a abrangência semântica, a produtividade e o tempo de atuação na língua; então, para um mesmo núcleo semântico, por exemplo, a formação de nomes de profissionais, o sufixo *-eiro* tende a apresentar um matiz mais pejorativo que o sufixo *-ista*; segue daí a pejoratividade na primeira palavra do par: *planeiro* e *pianista*, proposto anteriormente.

Seguindo a mesma linha, a título de ilustração, ao estudar um novo par de nomes de profissionais formados com os sufixos *-eiro* e *-ista*, *cozinheiro* e *culinarista*, encontramos a seguinte acepção no Dicionário Houaiss (2001), para *cozinheiro*: “Indivíduo que cozinha, que sabe fazer pratos triviais ou refinados; Especialista que desenvolve profissionalmente esse conhecimento; Pessoa com grande habilidade na cozinha, capaz de cozinhar os mais diferentes e saborosos pratos.” com datação de 1326 dada por A.G. Cunha em seu *Vocabulário do Português Medieval*, apud Houaiss (2001). Porém nenhuma acepção foi encontrada para a palavra *culinarista*. Ao procurar pela acepção da palavra *culinarista* na *internet*, deparamo-nos com as mais variadas definições:

Ortega propone que se reconozca la figura del “Culinarista” que a diferencia de un *chef* o cocinero, establece una relación con la comida totalmente diferente. La obra del culinarista parte de una intención diferente ya que no tiene como finalidad una función alimenticia o de degustación sino una intención creativa, y de expresión⁽³⁾ (ORTEGA, 2008).

Hoje o *personal chef* está na moda, sobre isso tem uma outra matéria com esse título mesmo, mas o professor de culinária pessoal, o culinarista, é bem mais raro. O aluno escolhe o que quer aprender e eu vou até a casa ou o espaço que lhe for melhor e dou a aula, com o tema que o aluno escolheu (ROSSI, 2008).

Culinarista é um especialista em culinária, um monitor dessa arte ou, ainda, mestre-cuca (cozinheiro) de forno e fogão. É um profissional experiente, que, além de divulgar ingredientes para doces e salgados, cria novas receitas. É diferente do nutricionista e do chefe de cozinha que têm formação acadêmica (PASTORELO, 2005).

Também, por um lado, encontramos as seguintes significações: “é quem ensina a arte da culinária” (CARVALHO, 2007); “é quem desenvolve receitas e sabe que alguém as estará refazendo e muitas vezes nos superando e recriando através delas” (PEREIRA DE DEUS, 2004). Já, Andréa Petz Parrole (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2000), dá a entender que culinária é quem se forma em cursos de aperfeiçoamento para profissionais da culinária, assim como, Cecília Pastorelo (idem) afirma que o culinária é o profissional que atua “ministrando aulas, demonstrando um produto, fazendo produções ou inovando na culinária, mas sempre voltado para as receitas”. Por outro lado, para a pergunta: “o que é culinária?”, encontramos em Yahoo Respostas (2008) as três seguintes: a) “culinária desenvolve receitas e sabe que alguém as estará refazendo e muitas vezes nos superando e recriando através dela.” (40% de votos); b) “é quem trabalha com culinária. Não é o mesmo que o nutricionista, pois o culinária não se preocupa muito com calorias ou gorduras, mas com combinações de alimentos que dão prazer à mesa. É o cara que faz as receitas de culinária.” (20% de votos); c) “culinária é uma pessoa que tem especialidade em culinária” (0% de votos).

Assim, considerando-se a acepção da palavra *cozinheiro*, como o especialista que desenvolve profissionalmente o conhecimento em culinária, ou seja, em cozinhar os mais diferentes e saborosos pratos, triviais ou refinados (HOUAISS, 2001); podemos notar que algumas das acepções encontradas para a palavra *culinária* são-lhe sinônimas, ao passo que outras, divergem totalmente, tais como: artista de obra criativa e expressiva, professor de culinária, profissional que se forma em cursos de culinária, demonstrador de produtos culinários etc. Acreditamos, então, que, ao passo que a acepção da palavra *cozinheiro* já está bem consolidada desde o século XIV na língua portuguesa, a acepção da palavra *culinária* ainda está em fase de consolidação, pois seu uso é bastante recente no português, de forma que só está dicionarizada na última edição do Dicionário da Língua Portuguesa publicado pela Melhoramentos como: “um especialista em culinária, um monitor dessa arte ou, ainda, mestre-cuca (cozinheiro) de forno e fogão” (PASTORELO, 2005), e as referências de suas definições partem do ano 2000, embora já tenhamos referências do uso da palavra *culinária* na década de 90, no português brasileiro.

Outrossim, dada a recente incorporação da palavra *culinária* à língua portuguesa, procuramos identificar em alguns idiomas o uso da palavra e contrastá-lo ao português. Utilizando como *corpus* a *web*, e como ferramenta de busca o Google, notamos que a palavra *culinária* aparece 2 vezes no galego referindo-se a profissionais brasileiros; *culinariste* ocorre 9 vezes no francês como referência a profissionais brasileiros; analogamente *culinaristă* ocorre 9 vezes no romeno, como referência a profissionais brasileiros; *culinária* ocorre no italiano 249 vezes e no castelhano 434 vezes, muitas delas,

tanto no italiano como no castelhano, são referências a profissionais brasileiros e outras a profissionais da culinária; a palavra *culinarist* aparece 668 vezes no holandês, *Kulinarist(in)* aparece 1778 vezes no alemão e *culinarist* aparece 12400 vezes no inglês como referências a profissionais da culinária; em contrapartida, no português, a palavra *culinarista* aparece 65500 vezes, das quais 1090 são ocorrências em páginas de Portugal e muitas delas, porém não todas, referem-se a profissionais brasileiros. Com tais dados, podemos inferir que, ainda que muitas das palavras que designam profissionais formadas com o sufixo *-ista* tenham sido importadas de outros idiomas, sobretudo do francês e/ou do inglês, a disseminação da palavra *culinarista*, inclusive em outros idiomas, é um processo em curso e que parte principalmente do português brasileiro.

Analogamente, ao que ocorre com outros nomes de profissionais, tal como o par *costureiro* e *estilista*; acreditamos que, atualmente a sociedade brasileira necessita valorizar as profissões, dada a concorrência acirrada para a obtenção de postos de trabalho. Tal valorização surge com cursos, cada vez mais especializados; com o atendimento, cada vez mais personalizado; mas também a valorização se dá pela alteração do nome do profissional por um nome que, as vezes nem se sabe ao certo como definir, mas que dará ao profissional a valorização e o reconhecimento desejado. Desse modo, o antigo nome *cozinheiro*, desgastou-se por estar em uso desde o século XIV, e para se formar um novo nome de profissional no século XX, o mais natural é que se utilize o sufixo *-ista*, já que atualmente é mais produtivo que o seu concorrente *-eiro*, neste núcleo semântico, além de ser um sufixo culto, conferido pela sua origem grega e sua manutenção no âmbito religioso durante muitos séculos. Ademais, uma base culta como a da palavra *culinarista*, provoca um maior impacto ao nome profissional formado com *-ista*, ainda que *culīna,ae* signifique *cozinha* em latim.

Assim, cremos que determinados estudos não devam levar em conta apenas os fatos sincrônicos, mas aliá-los também à diacronia, conforme aponta Rio-Torto (1998, p. 134) ao realçar a importância da "atitude de complementaridade entre análise histórica e sincrônica", observando-se o valor de estudos históricos e etimológicos, e verificando-se as datações, na busca de mapeamentos de aspectos semânticos dos sufixos nas formações derivacionais, bem como a importância de considerar os mais variados fatores e condições que podem interferir no processo de formação de palavras, de acordo com Basílio (2001, p 80), "a formação de palavras pode ter uma função exclusivamente cognitiva, como categorização. Mas, em termos de comunicação, a palavra se forma também em função do enunciado". Ou seja, as funções não estão isoladas e exclusivas na formação da palavra diante da comunicação, assim, não há apenas uma função semântica ou morfológica, mas um misto de funções que associa os mais variados fatores ao enunciado e à expressão.

NOTAS

(1) Tradução (livre): O bloqueio impede a formação de uma lista de sinônimos em derivações. Pois, um afixo produtivo para a formação de uma dada classe morfológica bloqueará a atuação de afixos concorrentes para a formação desta mesma classe.

(2) Gráfico elaborado pelos pesquisadores Dr. Zwinglio de Oliveira Guimarães Filho e Leandro Mariano, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo e membros do GMHP - Grupo de Morfologia Histórica do Português (<http://www.usp.br/gmhp>), sob coordenação do Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro.

(3) Tradução (livre): Ortega propõe que se reconheça a figura do 'Culinarista', que, diferentemente de um *chef* ou de um cozinheiro, estabelece uma relação com a refeição totalmente distinta. A obra do culinaria parte de uma intenção diferente, já que não apresenta como finalidade uma função alimentícia ou de degustação, mas uma intenção criativa e expressiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Neologismo. Criação Lexical**. São Paulo: Ática, 1990.

AREÁN-GARCÍA, N. **Estudo comparativo de aspectos semânticos do sufixo -ista no português e no galego**. 2007. 462 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/publ/AreD.zip>>. Acesso em 28 mar. 2010.

ARONOFF, M. **Word formation in generative grammar**. Massachusetts: MIT. Cambridge, 1976.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **46ª Sessão Solene em Comemoração do "Dia do Culinarista"**. São Paulo, 8 dez. 2000. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra_sessao/046aSS001208.htm>. Acesso em 26 mar. 2010.

BASILIO, M. O estudo da morfologia no português falado: condições de produtividade e condições de produção. In: CASTILHO, A. T. **Gramática do português falado**. v. III: as abordagens. Campinas: Unicamp, 1993. p. 364 - 372.

_____. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Formação de classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

CARVALHO, W. Culinarista ensina com a mão na massa. **Jornal da cidade de Bauru - jcnnet**, Bauru, 9 dez 2007. Disponível em: <http://www.jcnnet.com.br/busca/busca_detalhe2007.php?codigo=119417>. Acesso em 26 mar. 2010.

CASEVITZ, M. **Le vocabulaire de la colonisation en grec ancien**. Paris: Klincksieck, 1985.

GMHP – Grupo de Morfologia Histórica do Português. Coordenação: Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/>>. Acesso em 09 set. 2010.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

HOUAISS, A. (Ed). **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 24 ed. São Paulo: Cultrix, 2007. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/20538927/Linguistica-e-Comunicacao-Roman-Jakobson>>. Acesso em 26 mar. 2010.

MIRANDA, N. S. **Agentivos denominais e deverbais: um estudo da produtividade lexical em português**. 1980. 103 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1980.

ORTEGA, C. **Estilista de Alimentos.com**, Barcelona, 26 set 2008. Disponível em: <http://www.estilistadealimentos.com/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=25&Itemid=102>. Acesso em 26 mar. 2010.

PASTORELO, C. B. Feira abriga congresso anual de culinaristas. **HotelNews, a Revista da Hospedagem e Gastronomia**, edição 328, São Paulo, set./out. 2005. Disponível em: <<http://www.revistahotelnews.com.br/2006/ssHome/index.php?id=6&subId=46&edicao=328&meio=../ssEdicoesAnteriores/meioEdicao.php&y=2005>>. Acesso em 26 mar.2010.

PEREIRA DE DEUS, R. Missão e função da culinária que trabalha com alimentos funcionais. **Guia Vegano**, Florianópolis, 28 fev. 2004. Disponível em:

<<http://www.guiavegano.com/vegan/culinaria/missao-e-funcao-da-culinarista-que-trabalha-com-alimentos-funcionais>>. Acesso em 26 mar. 2010.

PHARIES, D. **Diccionario Etimológico de los sufijos españoles**. Madrid: Gredos, 2002.

RIO-TORTO, G. M. **Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português**. Porto: Porto Editora, 1998.

ROSSI, R. O culinaria. **Blog do Rossi**, São Paulo, 16 dez. 2008. Disponível em: <http://ronaldorossi.com.br/blog/?page_id=55>. Acesso em 26 mar. 2010.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1930.

SANDMANN, A. J. **Competência lexical**. Produtividade, restrições e bloqueio. Curitiba: UFPR. 1991.

SANTOS, A. P. Genealogia do sufixo *-udo*. XVII Fórum Acadêmico de Letras - FALE, 2006, São Paulo. **Cadernos de Pesquisa na Graduação em Letras**. São Paulo: Paulistana, 2006. v. 1, p. 61-68.

ULLMANN, S. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. Trad. de J. A. Osório Mateus. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1977.

VIARO, M. E. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos *-eiro/-eira* na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis et alii (Org.). **Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Série Trilhas linguísticas n. 12, p. 45-84, 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/publ/Via33.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2010.

_____. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. **Estudos Lingüísticos** v. 35, p. 1443-1452. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/publ/Via30.pdf>> e <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/1213.pdf>>. Acesso em 09 set. 2010.

VILELA, M. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

YAHOO RESPOSTAS. **O que é culinaria?** 12 out. 2008. Disponível em: <<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20081012112907AAVxPsZ>>. Acesso em 26 mar. 2010.

ANÁLISE DOS AMÁLGAMAS NA OBRA EM PROSA DE ARIANO SUASSUNA

Solange Peixe Pinheiro de CARVALHO
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
solangepinheiro@usp.br

RESUMO: As duas obras em prosa de Ariano Suassuna, o *Romance d'A Pedra do Reino* e a *História d'O Rei Degolado* contêm inúmeros exemplos de criações lexicais, desenvolvidos a partir de praticamente todos os processos possíveis na língua portuguesa. Durante o processo de recolha dos neologismos, constatamos que os amálgamas, embora não sejam encontrados em tão grande número quanto as composições ou as criações sufixais, demonstram o domínio que Suassuna tem da língua portuguesa e sua facilidade para juntar referências populares e eruditas para com isso criar palavras inusitadas, que prendem a atenção do leitor e oferecem um bom material para a análise estilística. Segundo atesta Martins, os amálgamas consistem “na fusão de duas palavras que têm alguns fonemas comuns, os quais propiciam a soldagem. A sua formação revela criatividade, espírito, e sua força expressiva resulta da síntese de significados e do inesperado da combinação” (2000, p. 123-4), em sua criação existe a combinação de sutileza, de conhecimento da língua e de complexidade; por meio deles o autor sugere uma visão de mundo capaz de conciliar elementos aparentemente pertencentes a campos semânticos muito distantes para criar palavras expressivas, por vezes com um toque de humor. A análise dos amálgamas da obra de Suassuna tem por objetivo verificar o efeito estilístico que eles causam nos leitores dos dois romances, bem como salientar a profunda ligação que alguns deles têm com as ideias do autor sobre a cultura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Ariano Suassuna; Estilística; Neologismos; Literatura Brasileira.

Estilo, visto pela maioria dos seres humanos como o jeito de a pessoa agir e pensar, dando-lhe a marca de sua originalidade e individualidade, é associado, na literatura, aos traços que caracterizam cada autor, tornando seu texto inconfundível, e fazendo com que leitores manifestem sentimentos opostos de simpatia e de discordância em relação ao modo como determinados textos foram escritos. A definição desses traços, contudo, é controversa:

caracterizamos o *estilo* exclusivamente por meio da escolha lexical de cada autor, ou levamos também em consideração o modo como ele organiza seu texto, a sintaxe, ou pela escolha de um determinado gênero ou subgênero literário que o autor utilizou ou introduziu em sua narrativa?

A questão do estilo na literatura torna-se ainda mais complexa se pensarmos que a língua escrita é essencialmente diferente da língua falada: nesta, normalmente há uma maior flexibilidade e uma menor atenção às regras e convenções que regem o “falar bem” a língua portuguesa; a língua escrita, por sua vez, se prende mais às questões da norma e, para muitas pessoas, perde grande parte da naturalidade associada à expressão oral. O texto escrito, além do mais, favorece um tipo de interação emissor > destinatário da mensagem que não existe no contexto da língua falada, pois obras compostas séculos atrás podem ser lidas ainda hoje, permitindo que leitores entrem em contato com vocabulário e estruturas atualmente já em desuso, enquanto a língua escrita é efêmera, e muitas vezes esquecemos o que nos foi dito poucos minutos depois de as palavras terem sido pronunciadas. Então, o relacionamento leitor/texto escrito permite a existência de milhares de interlocutores distantes no tempo e no espaço reagindo de modo singular ao texto impresso, situação que favorece diferentes interpretações para um conto, poema ou romance, segundo a bagagem cultural de cada leitor e a época em que ele leu um determinado texto literário.

Guiraud (1969, p. 11) observou que a palavra *estilo*, “reduzida à sua definição básica, nada mais [é] que uma maneira de exprimir o pensamento por meio da linguagem”. Contudo, no caso da linguagem escrita literária, o autor escreve a partir de pontos de vista diferentes, os de cada personagem. Nesse caso, supomos que ele precise usar os diversos recursos oferecidos pela língua portuguesa para transformar as personagens literárias em seres que pareçam *reais* para os leitores, cada qual com sua individualidade e seu modo de pensar. Entre esses recursos, a escolha lexical é, sem dúvida, um dos mais ricos, pois as inúmeras possibilidades de flexão e de criação de novas palavras proporcionam ao escritor um grande campo de atuação, cuja flexibilidade permite a criação de personagens singulares e, em inúmeros casos, inesquecíveis para os leitores.

Os estudos da Estilística voltados para o texto literário tentam compreender a criação de uma obra, o que a torna *única* aos olhos dos leitores e pesquisadores, e os efeitos que ela causa nas mais diferentes pessoas ao longo dos tempos, destacando os recursos expressivos de cada texto. Entre esses recursos, destacaremos neste trabalho os neologismos literários, pois neles percebemos de maneira evidente como os escritores usam os recursos da língua portuguesa para dar vida a personagens, mostrando a visão de mundo de cada uma delas.

Assim como acontece com a palavra *estilo*, a tentativa de definir o *neologismo* apresenta algumas dificuldades para estudiosos

e pesquisadores. Boulanger (*apud* Cano, 2007, p. 138) define neologismo como “uma unidade do léxico, palavra, lexia ou sintagma, cuja forma significante ou a relação significante/significado não estava realizada no estágio imediatamente anterior de um determinado sistema”. Entretanto, essa definição deixa sem resposta imediata uma questão controversa: se o neologismo é sempre visto como a *relação significante/significado ainda não realizada anteriormente no sistema*, qualquer uso pouco corriqueiro de uma palavra é um neologismo? Ou essa classificação depende do contexto, da tentativa por parte de um autor de mostrar uma nova visão de mundo, de causar efeito sobre os leitores do texto, ou mesmo da expressividade conferida ao texto pelo uso de determinada palavra? E como definir o que é neologismo se as criações da língua oral muitas vezes não chegam sequer ao conhecimento de grande parte da população de um país, e o autor pode usar uma palavra acreditando tê-la criado, mas ela ser de uso relativamente corriqueiro em outra região do país, sem ele saber de tal fato?

Alves (2000, p. 109), cita Rey e sua definição de neologismos: estes resultam “de radicais e de afixos já disponíveis no sistema, que são relacionados de uma maneira até então não-observada”, definição que permite basicamente o mesmo tipo de questionamento exposto acima. Seria possível definir o neologismo literário como uma palavra que surge para, em uma narrativa de ficção ou em um poema, tomar o lugar de outra que já existe na língua e perdeu parte de sua expressividade por ser demasiadamente comum?

OS ESTUDOS ESTILÍSTICOS RELACIONADOS À OBRA DE SUASSUNA

Na literatura, muitas vezes a criatividade de um escritor aparece de modo mais evidente sob a forma de criações lexicais, rompendo as expectativas do leitor quanto a um suposto uso convencional do léxico, preso a normas e regras do “escrever bem”, mostrando como a língua é um instrumento vivo do qual geralmente nos servimos sem prestar atenção a suas potencialidades. Em relação à obra em prosa de Suassuna, duas questões são fundamentais para sua análise estilística: intertextualidade e afetividade das palavras. Embora possam ser consideradas básicas no estudo de todos os textos literários, elas são nas obras do escritor paraibano o ponto de partida para a elaboração da análise dos neologismos, já que a criação lexical de Suassuna baseia-se em grande parte na visão de mundo do narrador do *Romance d'A Pedra do Reino*, Quaderna; essa visão de mundo é direcionada por seu imaginário pessoal, nutrido e desenvolvido pelas leituras das novelas de cavalaria e do *Romanceiro Popular do Nordeste*.

Para Mikhail Bakhtin, o dialogismo remete a um diálogo interno do discurso, seja ele escrito ou oral. Conforme ele demonstrou, a linguagem é dialógica e polifônica, e o texto literário remete a obras publicadas anteriormente a ele, assim como poderá influenciar obras futuras, estabelecendo conexões entre gêneros e subgêneros literários, bem como entre escritores das mais diversas épocas. O peso representado pela intertextualidade ou pelo dialogismo depende em grande parte do contexto do leitor do texto literário, pois a percepção das possíveis referências feitas pelo autor depende do leitor; este percebê-las ou não influencia a interpretação da obra tanto em um plano reduzido (uma determinada situação) quanto em um plano mais geral (estrutura da obra). Se uma dada obra literária dificilmente é compreendida em sua amplitude fora das relações com outros textos, explorar as redes de intertextualidade estabelecidas por Suassuna auxilia a compreensão dos efeitos estilísticos por ele criados.

Em relação à afetividade das palavras, observamos que, para o ser humano de maneira geral, a *afetividade* é somente a expressão de amor ou de carinho, estando sentimentos considerados negativos (como ódio, raiva, mágoa, rancor) excluídos dessa acepção. Entretanto, nos estudos estilísticos, quando pensamos na questão da afetividade, nos referimos às observações feitas por Ullmann (1964, p. 245, ff.) a respeito das palavras: para ele, elas têm caráter genérico, ou seja, "designam, não entidades singulares, mas classes de coisas ou de acontecimentos ligados por qualquer elemento comum; tampouco são homogêneas, pois todas elas "têm um certo número de facetas diferentes que dependem do contexto e da situação em que são usadas, e também da personalidade da pessoas que ao falar as usa"; não contemplam a falta de fronteiras bem definidas no mundo não-linguístico; e não têm familiaridade com as coisas que representam. Se considerarmos que as palavras não têm relação concreta e fixa com as coisas a que nomeiam, seu uso dependendo das circunstâncias nas quais são proferidas e da personalidade de quem as usa, e no que Bally definiu como o acervo particular do léxico adquirido pelos seres humanos (palavras adquiridas nos mais variados níveis de interação social, os considerados próprios ou impróprios em determinadas situações sociais ou conversacionais), podemos definir a *afetividade* não como carinho ou expressão do amor, mas sim sentimentos de amor ou de repulsa originados do imaginário de cada pessoa, tanto o coletivo quanto, de maneira mais significativa, o individual – poderíamos dizer que a afetividade é a importância que determinadas palavras assumem na vida dos falantes por diversas circunstâncias ao longo de suas vidas.

Se a análise do *estilo* do autor está ligada às escolhas feitas por ele, justamente essas palavras que têm uma carga positiva ou negativa a elas relacionadas pela personagem vão determinar em grande parte o *estilo* do texto e do autor e conferir originalidade aos

neologismos de uma obra. Em relação à obra de Suassuna, vemos nela uma escolha consciente do léxico recorrente na narrativa, ligado sobretudo às novelas de cavalaria e ao imaginário cavaleiresco, pois a criação do *Romance d'A Pedra do Reino* se insere em um projeto literário, cultural e artístico baseado nas ideias do autor a respeito da cultura brasileira; por isso, a escolha lexical que é a base da criação dos neologismos é consciente, com o intuito não apenas de despertar emoções no leitor, mas também de apresentar como as mais variadas personagens compreendem o mundo onde vivem e as relações estabelecidas por elas entre passado e presente, tradição e modernidade, regional e universal.

O léxico usado por Quaderna revela elementos da cultura popular da região nordeste do Brasil, do dialeto considerado culto da língua portuguesa (aproximando-se daquilo que se convencionou chamar a 'norma padrão' da língua), bem como uma notável influência das novelas de cavalaria e do *Romanceiro Popular do Nordeste*, pois "Tais folhetos e romances, bem como os temas carolíngios, compõem o imaginário cavaleiresco de Quaderna, condicionando sua visão de mundo" (BRITO, 2004, p. 58). Esse imaginário, transposto para sua fala, é apresentado para o leitor em neologismos literários criativos e sofisticados: no *Romance d'A Pedra do Reino*, a intertextualidade e o dialogismo se manifestam não apenas nas ocasiões em que o narrador cita obras que ele considera fundamentais para a o desenvolvimento e compreensão da cultura brasileira, mas também na presença dos neologismos ao longo de sua narrativa: desse modo, na escolha das palavras vemos a fusão do dialogismo e da afetividade. E se "A língua não é apenas um veículo de comunicação: é também um meio de despertar emoções e de as fazer surgir nos outros" (ULLMANN, 1964, p. 265), consideramos encontrar nessa afirmação uma das chaves para a interpretação e análise da obra em prosa de Suassuna: que emoções seus neologismos despertam nos leitores? A questão da afetividade das palavras, como é percebida?

Ariano Suassuna é um dos grandes criadores da língua portuguesa, tendo desenvolvido ao longo de sua carreira como escritor um estilo inconfundível, que chama a atenção dos leitores pela presença do humor, bem como uma profunda reflexão sobre a cultura brasileira. Em sua obra, encontramos neologismos criados a partir de praticamente todos os processos permitidos pela língua portuguesa, sendo os mais produtivos, tanto pela quantidade, quanto pela originalidade, as derivações sufixais e as composições. Entretanto, é nos amálgamas que encontramos de maneira bastante evidente a questão da fusão entre o erudito e o popular que caracterizam o pensamento e a obra do escritor paraibano e mostram como ele soube conciliar aspectos aparentemente tão distantes um do outro para criar neologismos sugestivos, que chamam a atenção do leitor.

AMÁLGAMAS

Os amálgamas, também chamados de palavras-entrecruzadas, *port-manteau words* (termo cunhado por Lewis Carrol), *mots-valise* (para os teóricos franceses), são um processo de formação de palavras em que o autor consegue unir elementos às vezes díspares, com a perda parcial de partes de cada um deles, condensando-os em uma única palavra, que traz em si as referências dos campos semânticos de seus formadores, ao contrário das composições, que mantêm claramente cada palavra formadora do novo composto. Dado o aspecto inusitado dos amálgamas (perda parcial de elementos constitutivos das palavras), muitas vezes eles favorecem a percepção, por parte do leitor, da intenção existente por trás de sua criação, o que nem sempre é tão claro nos compostos. Se pegarmos um exemplo bastante conhecido na língua portuguesa, o amálgama *lixeratura*, percebemos que ele sinaliza para o leitor, de forma mais evidente que *literatura-lixo*, ou *lixo-literatura*, a opinião que seu criador tinha a respeito de determinado gênero de publicação do campo literário.

Os estudiosos da Estilística parecem concordar que os amálgamas são muito criativos e menos comuns na língua portuguesa que a composição; e nem todos se dedicam a seu estudo com o mesmo nível de detalhes dedicado às composições. Em seu livro *Estilística da Língua Portuguesa*, Lapa não menciona os amálgamas, dedicando-se apenas às composições; Barbosa (1981) analisa diversos tipos de formação por composição, classificando-os segundo o grau de coesão de seus componentes, apresentando entre seus exemplos, tirados de Guimarães Rosa, *pensamor* e *tumultroada* (op. cit., p. 286), nos quais consideramos ver os amálgamas de *pensar + amor* e *tumultuada + trovada*. Khedi (1997, p. 36), ao analisar os tipos de composição, divide-os, segundo “a fusão mais ou menos íntima das palavras componentes”, em composições e aglutinações, salientando que nestas “os vocábulos se fundem num todo fonético, com um único acento, e o primeiro perde alguns elementos fonéticos”. Porém, verificamos que nos amálgamas, embora haja essa *fusão de dois vocábulos em um todo fonético*, ambos perdem parte de seus elementos, não apenas o primeiro; Bechara (2000) também divide os processos de formação entre composição e aglutinação. Martins observou que os amálgamas, a partir do Modernismo, marcaram presença na literatura, acrescentando que eles consistem

na fusão de duas palavras que têm alguns fonemas comuns, os quais propiciam a soldagem. A sua formação revela criatividade, espírito, e sua força

expressiva resulta da síntese de significados e do inesperado da combinação. (2000, p. 123-124)

Os amálgamas não são o processo mais produtivo de criação neológica encontrado na obra de Suassuna, entretanto, por meio deles o autor revela grande criatividade, bem como conhecimento da língua portuguesa, mesclando elementos da história mundial, da história literária e da cultura nacional, fazendo com que o leitor perceba a própria fusão de ideias e de culturas característica do pensamento do escritor paraibano, assim como a crítica ou a ironia embutidas na criação. Nas duas obras estudadas foram encontrados apenas cinco exemplos de criações lexicais por meio de amálgamas: *Caisalamão*, *Sertaneida*, *Nordestiada*, *Brasiléia*, e *Mijurético*, os quais serão analisados a seguir:

1. Caisalamão

Meteram-se nela um tal de Togo do Japão, o **Caisalamão**, Antônio Silvino, os Pereiras, Dom Sebastião, Carlos Magno, os Viriatos, esse pessoal guerreiro todo! Digo isso porque, naquele tempo, eu perguntei a seu Pai: "Justino, sabe me dizer se a Paraíba está metida nessa guerra que está havendo por aí?" Ele respondeu: "Filipa, a Paraíba é do Brasil, e o Brasil está!" Aí, eu perguntei: - "A favor ou contra a Alemanha?" Aí ele disse: - "Contra o **Caisalamão**!" Eu perguntei, de novo: - "Contra o quê?" Seu Pai disse: "Contra a Alemanha! O **Caisalamão** é o Rei da Alemanha!" (2000, p. 94)

No exemplo citado, temos uma alteração gráfica, *Caisalamão*, para escrever o amálgama substantivo + adjetivo, *Kaiser+alemão*, com a perda do *er* em *Kaiser* e a alteração *e > a* em *alemão*. *Caisalamão* é a forma usada por Justino Quaderna para se referir ao Kaiser da Alemanha. Justino, pessoa simples que vivia no Nordeste brasileiro e certamente não conhecia a língua alemã, ouviu a palavra *Kaiser*, sabia que ela se referia à pessoa que governava a Alemanha, mas a referência ao *Kaiser alemão*, como não fazia parte da sua cultura e da sua vida cotidiana, era um pouco difícil de ser compreendida. Então, quando quer se referir ao imperador dos alemães, Justino tenta reproduzir as palavras que ouvira alguém pronunciar, sem saber qual era a ortografia adequada segundo a norma culta da língua. Podemos pensar também que, para Justino, *Caisalamão* é um substantivo que designa um chefe de governo, sendo necessário acrescentar a explicação "O Caisalamão é o Rei da Alemanha!" para sua irmã Filipa Quaderna compreender a quem ele se refere.

2. Sertaneida, Nordestiada, Brasiléia

Em torno da Torre em que o velho Rei fora degolado e tendo como alicerce as duas outras torres da Pedra do Reino, eu ergueria meu Castelo, fazendo, de "folheto em romance e de romance em folheto", uma espécie de **Sertaneida, Nordestíada** ou **Brasiléia**, parecida com a do Senador Augusto Meira. (p. 240-241)

As três formações são sugestivas, pois com elas Quaderna dá ao juiz uma descrição precisa do que ele gostaria que sua obra fosse: *Sertaneida* é o amálgama *Sertão+Eneida*, com a perda da vogal *o* e a desnasalização do *a* em *sertão*, e perda da vogal *e* em *Eneida*. O poema épico *A Eneida*, obra do poeta latino Virgílio, narra as viagens de Enéas, herói que conseguiu escapar à destruição de Tróia, e o estabelecimento dele com seus companheiros no território da atual Itália, bem como a fundação de Roma, futura capital do Império Romano. *Nordestíada* é um amálgama de *Nordeste+Ilíada*, com a queda do *e* final em *Nordeste* e das letras iniciais *il* em *Ilíada*. A *Ilíada* é um poema épico que relata parte do cerco de Tróia pelos gregos e contém vários episódios em que grandes heróis de ambos os lados, como Heitor, Aquiles, Ajax, Ulisses e Enéas, mostram sua coragem e bravura. Finalmente, temos *Brasiléia*, amálgama de *Brasil+Odisséia*, com a perda de *Odiss-*. A *Odisséia* também é um poema épico que narra a longa viagem cheia de aventuras de Ulisses, herói grego, de volta para sua casa após a Guerra de Tróia. Observamos que nas três criações temos a fusão de uma referência ao cânone da literatura ocidental com um elemento da cultura brasileira, mais especificamente, nordestina, com o intuito de causar uma impressão definida nos leitores / ouvintes do depoimento de Quaderna. Se a pretensão deste é escrever uma obra que seja uma *Sertaneida*, uma *Nordestíada* e uma *Brasiléia*, vemos que as denominações por ele escolhidas dão uma idéia de gradação e de especificação: ela vai narrar fatos ocorridos no Brasil, mas não no país inteiro, e sim no Nordeste, mais especificamente no sertão. Se a obra é uma *Sertaneida*, ela vai relatar a fundação de um reino (ou futuro reino) no sertão brasileiro, por um grande herói, que participará de uma batalha épica, a Guerra do Reino (referência à *Ilíada*) e terá de empreender uma longa viagem cheia de aventuras antes de poder criar seu reino (referência à *Odisséia*). Ao mesmo tempo, essas denominações mostram que a obra de Quaderna vai contar o que ocorreu com um herói, mas não um herói qualquer, e sim alguém cujos feitos possam se equiparar aos de Enéas, Ulisses e de todos que participaram do cerco de Tróia, cujas façanhas são lembradas até os dias de hoje; contudo, esse herói será brasileiro e sertanejo. Se Quaderna pretende escrever uma Obra que faça jus ao povo brasileiro e seja ao mesmo tempo uma *Sertaneida*, uma *Nordestíada* e uma *Brasiléia*, ela terá proporções muito mais épicas e será muito mais importante que os três grandes poemas épicos juntos, e

enfatizará o valor e a importância do povo brasileiro e sertanejo na literatura mundial. Essas três criações também exemplificam claramente o posicionamento de Suassuna a respeito da cultura popular brasileira: se, em sua visão, nossa cultura é herdeira direta da tradição ibérica (que, por sua vez, é herdeira da tradição clássica), a fusão de elementos eruditos com a cultura típica do Nordeste, como pode ser visto nos exemplos acima, pode ser considerada a síntese da visão do escritor paraibano.

3. Mijurético

Imediatamente, o coro dos desocupados começou a acompanhá-lo em surriada: "Eusébio **Mijurético!** Purgante de Onça! Cagão de Maracajá!" (2007, p. 418)

Na formação acima existe um amálgama *mijo* + *diurético*, duas palavras que têm relação entre si, pois *diurético* é o remédio ou a substância que estimula o organismo humano a produzir urina, e *mijo* é uma forma popular e informal de se referir à urina. Para formar o amálgama, houve a perda da vogal final -o em *mijo*, e da sílaba inicial *di-* em *diurético*. A criação é muito interessante, pois mostra uma associação de ideias na cabeça das pessoas presentes quando Eusébio Monteiro tirou a onça da casa de Dona Nanu arrastando-a pelo rabo. Como a onça era velha e medrosa, ficou amedrontada e, "o que foi a parte pior, mijou-se e cagou-se toda!" (2007, p. 418) Com isso, já esquecidos da coragem demonstrada por Eusébio ao se oferecer para enfrentar a onça, sem saber que ela não era perigosa, os presentes começaram a caçoar dele dizendo "Dom Eusébio Monturo é tão brabo que faz Onça se mijar!" (*idem*), a associação entre *mijo* e *diurético* fazendo um dos presentes criar a forma *Mijurético* como uma alcunha para Eusébio Monteiro.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS NEOLOGISMOS LITERÁRIOS

Com poucos exemplos encontrados no romance escolhido como corpus para a pesquisa, o amálgama, contudo, é o processo de criação que deu origem a alguns dos neologismos mais significativos da obra de Suassuna. *Caisalamão* mostra para o leitor o distanciamento entre a realidade de Justino Quaderna e a dos alemães, pois ele possivelmente ouviu a referência ao Kaiser alemão por causa da guerra (1914-18) e, sem ter conhecimento da língua alemã, considerou *Caisalamão* como um sinônimo de rei – neste caso, *Caisalamão* responderia a uma necessidade sua de compreender aquilo que é estrangeiro, estranho à sua realidade

diária, por intermédio de algo presente em sua cultura e em sua vivência, o *rei*.

Em *Sertaneida*, *Nordestiada* e *Brasiléia* vemos como o autor colocou em prática sua própria concepção do que é a cultura brasileira, misturando elementos aparentemente inconciliáveis, como as referências à literatura canônica européia, *Eneida*, *Ilíada* e *Odisséia*, com referências geográficas do Brasil: o Sertão, a região Nordeste do país, e o próprio Brasil. Podemos ver também nesses amálgamas outro aspecto das concepções de Suassuna a respeito da cultura: as três obras são epopéias, um dos gêneros de que Quaderna pretende se apropriar para escrever sua obra monumental; os amálgamas então representam também a mistura da epopéia com a realidade brasileira, uma junção bastante original e sugestiva.

Finalmente, em *Mijurético* aponta para um tipo de mistura erudito + popular, neste caso representada por um substantivo oriundo da língua de especialidade (*diurético*) com um de extração popular (*mijo*), que pode ser visto até mesmo um pouco vulgar, distanciando-se do domínio da norma culta da língua portuguesa. Essa mistura indica também como alguns termos das línguas de especialidade passam para o domínio popular, sendo incorporados à linguagem cotidiana das pessoas de maneira bastante natural. Esse amálgama mostra de modo bastante claro como Suassuna soube aproveitar essa passagem para criar um neologismo que confere bastante humor e expressividade ao texto, salientando o ponto de vista da população de Taperoá em relação a uma personagem específica, Dom Eusébio Monturo. Observamos que os cinco amálgamas condensam as idéias de Suassuna sobre a cultura popular brasileira (união do erudito com o popular), transmitindo para o leitor de suas obras a visão de mundo das personagens de seu romance de uma forma original e sofisticada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Neologismo. Criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, M. A. **Língua e discurso**: contribuição aos estudos semântico-sintáticos. São Paulo: Global, 1981.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BRITO, S. M. P. R. **A refiguração do mito sebastianista no Romance d'A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna**. Tese apresentada para obtenção do título em doutor em Letras na área literária no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

CANO, W. M. Tentativa de caracterização do neologismo: alguns critérios. In: ISQUERDO, A. N., ALVES, I. M. (Orgs.). **As ciências do léxico**, v. III. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

GRILLO, S. V. C.; FERRAZ, F. S. M. A divulgação científica: uma abordagem dialógica do enunciado. In: GIL, Beatriz Daruj; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDE, Valéria Gil (Orgs.): **Modelos de análise estilística**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

GUIRAUD, P. **A Estilística**. Trad. de Miguel Maillet. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

KEHDI, V. **Formação de palavras em português**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.

LAPA, M. R. **Estilística da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MARTINS, N. S. **Introdução à Estilística**. 3 ed. revista e aumentada. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2000.

MARTINS, W. O romanceiro da pedra e do sonho. **ARIANO SUASSUNA. Cadernos de Literatura Brasileira 10**. Rio de Janeiro: Ed. Instituto Moreira Salles S.A., 2000.

MICHELETTI, G. **Na confluência das formas**: o discurso polifônico de Quaderna/Suassuna. São Paulo: Clíper Editora, 1997.

SUASSUNA, A. **Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta**. 10 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

_____. **Seleta em prosa e verso**. In: SANTIAGO, S. (Org.). 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

TAXIONOMIA DOS TOPÔNIMOS E ANTROPÔNIMOS NO LÉXICO DE GUIMARÃES ROSA: O ENCANTAMENTO DOS NOMES

Vanice Ribeiro Dias LATORRE
Universidade de São Paulo (Mestranda)
vanicelatorre@uol.com.br

RESUMO: Pesquisamos a ocorrência de alguns dos muitos topônimos e antropônimos no léxico de Guimarães Rosa, analisando os traços de etnia e etnicidade que caracterizam o homem e o ambiente, inseridos na paisagem do sertão, através do semantismo das unidades lexicais escolhidas. Fizemos parte do corpus "*O léxico de Guimarães Rosa*", de Nilce Sant'Anna Martins, e a obra "*Grande sertão: veredas*", de Guimarães Rosa, das quais retiramos algumas das unidades lexicais encontradas que designam nomes de lugares ou pessoas. Quisemos demonstrar a atração tão significativa exercida pelo nome na produção Roseana, que se realiza em extensas listas que nomeiam elementos da fauna, flora, lugares e pessoas. Tão extenso e rico acervo nos dá a medida exata do encantamento de Rosa pelo nome. Concluímos que a realidade do homem do sertão, e a constituição dos aspectos geográficos em que ele habita são convertidas em signos lexicais densos, de traços semânticos, que revelam sua etnia e etnicidade.

Palavras-chave: Designações; Denominações; Semantismo; Etnia; Etnicidade.

INTRODUÇÃO

Examinaremos a ocorrência de alguns topônimos e antropônimos no léxico de Guimarães Rosa, procurando analisar os traços de etnia e etnicidade que caracterizem o ambiente e o homem inseridos na paisagem geográfica do sertão, e retratados no semantismo das unidades lexicais escolhidas.

Pesquisaremos algumas unidades lexicais que designem nomes de lugares ou pessoas, encontradas no minucioso trabalho de Nilce Sant'Anna Martins, "*O léxico de Guimarães Rosa*", e na obra "*Grande sertão: veredas*", de João Guimarães Rosa.

A classificação dos topônimos e antropônimos encontrados nos dois grandes campos semânticos, taxionomias de natureza física e taxionomias de natureza antropocultural e suas subdivisões, de autoria de Maria Vicentina do Amaral Dick, demonstrará a atração tão

significativa exercida pelo nome na produção roseana, que se presentifica em extensas listas que nomeiam elementos da fauna, flora, lugares e pessoas. Separando os lexemas nos grupos lexicais taxionômicos e caracterizando-os através dos semas que os identificam, poderemos verificar a riqueza do conteúdo semântico das denominações e a sedução exercida pelas denominações na obra de Rosa.

No livro "Guimarães Rosa, Correspondência com seu Tradutor Italiano" em carta datada de 06/10/1963, Edoardo Bizarri registra o abismo que subjaz ao entendimento da realidade fenomênica pelos diversos grupos humanos, ou mesmo entre indivíduos. Processada conceptualmente de modos diversos, cada realidade resulta em diferentes modelos que refletem a axiologia própria de cada grupo ou indivíduo.

O tradutor italiano quer saber o significado que tem para Rosa uma palavra que não faz parte do seu universo lexical: o denominativo vereda, termo recorrente em inúmeras e inúmeras passagens em sua obra, como por exemplo, Vereda-Frango-D'água, Vereda-da-Vaca-Mansa-De-Santa Rita, Vereda do Vitorino. Empregada como unidade nominal em função locativa por um grupo específico do sertão dos gerais, os termos específicos descritivos ou associativos que lhe são acrescentados, projetam linguisticamente, conforme entende, Sapir (1911), o ambiente geográfico e social, como mais adiante teremos oportunidade de observar.

Assim explicou-se Bizarri:

Enfim (não fique admirado, mas todo tradutor tem sua cisma), gostaria de ter sua definição de 'vereda'; com quase certeza, não vou traduzir a palavra para o italiano, aliás, procurarei introduzi-la na minha língua, como indicativa de uma realidade típica e intransponível, mas, justamente por isso, preciso ter confirmada a imagem que me formei daquela realidade. (BIZARRI, 2003, p.36)

A resposta rápida do escritor mineiro, datada em 11/08/63, veio com a descrição da paisagem geográfica, as inúmeras designações do ambiente de feições variadas, que caracterizam o sertão dos "Gerais", assim como com alguma explicação sobre o homem que a habita:

Pelo Oeste da Bahia, e Goiás (onde a palavra vira feminina: as gerais), até ao Piauí e ao Maranhão. O que caracteriza esses Gerais são as chapadas (planaltos, amplas elevações de terreno, chatas, às vezes serras mais ou menos tabulares) e os chapadões (grandes, imensas chapadas, às vezes séries de chapadas)[...]

[...] Mas, por entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as veredas. São vales no chão argiloso ou turfo-argiloso, onde aflora a água absorvida. Nas veredas, há sempre o buriti. De longe, a gente avista os buritis, e já sabe: lá se encontra água. A vereda é um oásis. Em relação às chapadas, elas são, as veredas, de belo verde-claro, aprazível, macio. O capim é verdinho-clarinho, bom. As veredas são férteis. Cheias de animais, de pássaros [...]

Em geral, os moradores dos “gerais” ocupam as veredas, onde podem plantar roça e criar bois. São os veredeiros. Outros moram mesmo no alto das chapadas, perto das veredinhas ou veredas altas, que, como disse, também há nas chapadas: estes são os “geralistas” propriamente ditos (com relação aos veredeiros, isto é, em oposição aos veredeiros). Mas o nome de geralista abrange, igualmente, a todos: os veredeiros e os geralistas propriamente ditos. Quem mora nos gerais seja em vereda ou chapada, é geralista[...] (J. GUIMARÃES ROSA, 2003, p.40)

Nos trechos transcritos da resposta de Rosa observamos a correlação entre o ambiente físico e social e o uso que os moradores das veredas fazem da terra. É possível também listarmos algumas denominações importantes como campos gerais, gerais, veredas, buriti, veredeiros, geralistas, que apresentam contornos semânticos muito próprios e característicos do grupo linguístico que habita a região.

O AUTOR E O ENCANTAMENTO DO NOME: A RELEVÂNCIA DO PROCESSO DE NOMEAÇÃO

Guimarães Rosa reverenciava a palavra. Seus livros aí estão a nos enredar nos labirintos semânticos que nos incitam a refletir sobre o uso que faz do léxico que o seduzia.

Como sabemos, o escritor mineiro, com seu estilo próprio e prodigioso, foi um construtor de palavras. Detinha uma conceptualização própria do mundo, resultado de sua vivência multicultural. Refletia, criteriosamente, conforme declarou, a respeito de cada palavra que utilizava que só se materializava em seu texto após um longo processo de investigação, análise e estudo. Como poucos autores embrenhou-se no mundo das palavras sem se limitar às estruturas linguísticas tradicionais, nem mesmo da sua própria língua. Revelou em entrevista a Günter Lorenz, que aprendeu várias outras línguas para melhor entender a sua.

Nunca me contento com alguma coisa... estou buscando o impossível, o infinito. E, além disso, quero escrever livros que depois de amanhã não deixem de ser legíveis. Por isso acrescentei à síntese existente a minha própria síntese, isto é, incluí em minha linguagem muitos outros elementos, para ter ainda mais possibilidade de expressão. (MARTINS, 2008)

A sua conceptualização do universo funde-se a uma visão, por assim dizer, já estabelecida no antropocultural. Fundem-se seu entendimento geral, acessível à maioria dos indivíduos da mesma cultura, e sua visão de mundo particular, mineirada no mundo multicultural. É pela linguagem que Rosa projeta essa conceptualização plural, transplantada para o sertão mineiro, amalgamada à linguagem comum, à linguagem do sertanejo do imo do seu estado e àquela linguagem do idioma clássico-arcaico que aprendeu em sua infância.

A realidade específica do sertão mineiro que particularmente o seduz obriga-nos a dimensionar o termo etnia e os elementos intrínsecos a ele, como a localização espacial do sertão mineiro, o grupo humano nele inserido, as práticas sociais e culturais do grupo e, sobretudo, o conteúdo e a forma do "corpus" linguístico enquanto manifestação de etnicidade.

Rosa promove, enfim, novas conceptualizações junto aos seus leitores e interlocutores, contribuindo para recriar e enriquecer suas visões de mundo e suas experiências com a linguagem.

Ao denominarmos, uma nova realidade é concebida. De acordo com Maria Aparecida Barbosa, a denominação é considerada um dos processos que se desenvolve no percurso gerativo da enunciação de decodificação.

O indivíduo ou um grupo percebe um referente, real ou imaginário, passível de conceptualização e representação. A seguir, um signo é constituído a partir de uma escolha. Este pode ser assim descrito: referente (real ou imaginário, conceptualização (representação), escolha de um signo (adequação relativa). Segundo Pottier (1992, p. 48-49), a primeira operação repousa em uma aptidão do sujeito falante-ouvinte, a de representar para si mesmo o 'referente' (percepção-concepção). A segunda operação consiste em procurar o nível de adequação desejado. Nesse percurso, há diferentes tipos de escolha. Assim, para todos os 'referentes' usuais de uma cultura, a língua dispõe de um nome que surge imediatamente à mente dos membros de uma comunidade. (1)

No artigo "O nome próprio: significação e referência", Maria Vicentina de P.. do A. Dick reflete sobre a dificuldade em que se constitui a sistematização do estatuto linguístico dos nomes dos indivíduos e dos objetos espaciais, pois se incluem em dois sistemas de classificação: o do léxico genérico, modificando-se estruturalmente como os demais lexemas, e naquele específico da ciência onomástica. Ainda acrescenta:

Porque se referem a experiências de outros domínios, sujeitam-se a reformulações conceituais, não apenas intracódigo como extracódigo. É neste ângulo que se revela, de modo mais explícito, a forma pela qual o grupo gerador do designativo manifesta seu entendimento quanto à percepção e à qualidade do dado recebido, garantindo ao mesmo tempo a simultaneidade da geração dos processos gramaticais e da elaboração dos sociofatos. (DICK, 1998)

Devemos, portanto, considerar os fenômenos culturais que ocorrem na atribuição dos nomes tanto dos indivíduos quanto dos lugares. Quer seja por questões de devoção religiosa, ou ligadas à profissão, ou lugar de nascimento, ou características físicas e morais (quando atribuídos por terceiros) e finalmente, ligados a características peculiares de, por exemplo, um acidente geográfico qualquer, ou a fatos históricos ou não, ocorridos em determinado lugar, o referente e a entidade referencializada são validados pelo grupo social e mesmo revalidados, quando outro sentido é atribuído a eles.

Para completar, Dick precisa o imbricamento referente / referencial: "Espaço e nome, (e acrescentamos também indivíduo e nome), configuram, sempre, uma unidade inseparável, tornando-se difícil, por vezes, recuperar as distâncias entre a expressão e o objeto representado".

Vários estudiosos abordaram as relações entre língua e visão de mundo dos falantes, diretamente ligadas à competência linguística do indivíduo, às modalidades e dialetos regionais. Podemos citar, por exemplo, Maria T. de C. Biderman que neste trecho clássico corrobora Dick:

Podemos afirmar que, ao nomear, o indivíduo se apropria do real como simbolicamente sugere o relato da criação do mundo na Bíblia, em que Deus incumbiu ao primeiro homem de dar nome a toda criação e dominá-la. A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos lingüísticos: as palavras. (BIDERMAN, 2001, p. 13)

Finalmente, Dick nos reaproxima de Guimarães Rosa em seu artigo "Etnia e etnicidade: um outro modo de nomear". "Assim como os indivíduos, os lugares tornam-se entidades capazes de significar e transmitir significação: 'nome' e 'lugar' se unem a partir daí, constituindo uma mesma identidade, referencializada e referenciável".

Riobaldo, em "Grande sertão: veredas" dá seu testemunho poético sobre a importância do nome

Perto de lá tem vila grande - que se chamou 'Alegres'- o senhor vá ver. Hoje, mudou de nome, mudaram. Todos os nomes eles vão alterando. É em senhas. São Romão todo não se chamou de primeiro Vila Risonha? O Cedro e o Bagre não perderam o ser? Como é que podem remover uns nomes assim? O senhor concorda? Nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado. (ROSA, 2006, p. 42).

A reflexão de Riobaldo e a teoria que embasa a concepção dos signos linguísticos nos levam a ponderar que a semiótica própria de um grupo etnolinguístico específico não poderia admitir, "a priori", a interferência posterior nas denominações, fruto do "batismo" atribuído na seleção dos traços caracterizadores do fato natural, a não ser pela evolução natural da língua.

Com essas considerações, esperamos ter delineado os limites e a relação intrínseca entre língua, indivíduo e meio social, enquanto componentes de um grupo étnico e a percepção e ousadia do homem capaz de se apropriar e utilizar a língua em todas as suas potencialidades. Guimarães Rosa, no caso, muitas vezes ultrapassou as próprias regras do sistema, nos surpreendendo no campo das virtualidades com formulações inéditas, quer lexicais, morfossintáticas ou fonológicas.

A REGIÃO GEOGRÁFICA E A CONSTITUIÇÃO ETNO-SOCIAL: OS TOPÔNIMOS E ANTROPÔNIMOS EM ROSA

A realidade está delimitada no espaço por Goiás e Bahia, nos fundos do sertão mineiro, encravado no centro do Brasil; o homem que habita os Gerais é o sertanejo de Minas. Das veredas do sistema, da norma, da fala, brotam as denominações que ora identificam lugares, acidentes geográficos, o menor elemento da fauna ou da flora, ou homenageiam gente, personagens importantes ou míticas, tribos indígenas, e mesmo localidades do mundo, no sertão. A profusão de designações, para todos os elementos do cenário

geográfico físico e cultural, ao mesmo tempo em que faz explodir os limites do sertão, isola-o através do léxico único.

Ainda em "Etnia e Etnicidade: um outro modo de nomear", transcrevemos Dick, para melhor nos explicar: "O traço espacial qualquer ou o próprio sujeito ganham existência pelo recorte da linguagem, que só tem significância, neste caso, por definir realidades concretas e materializáveis.

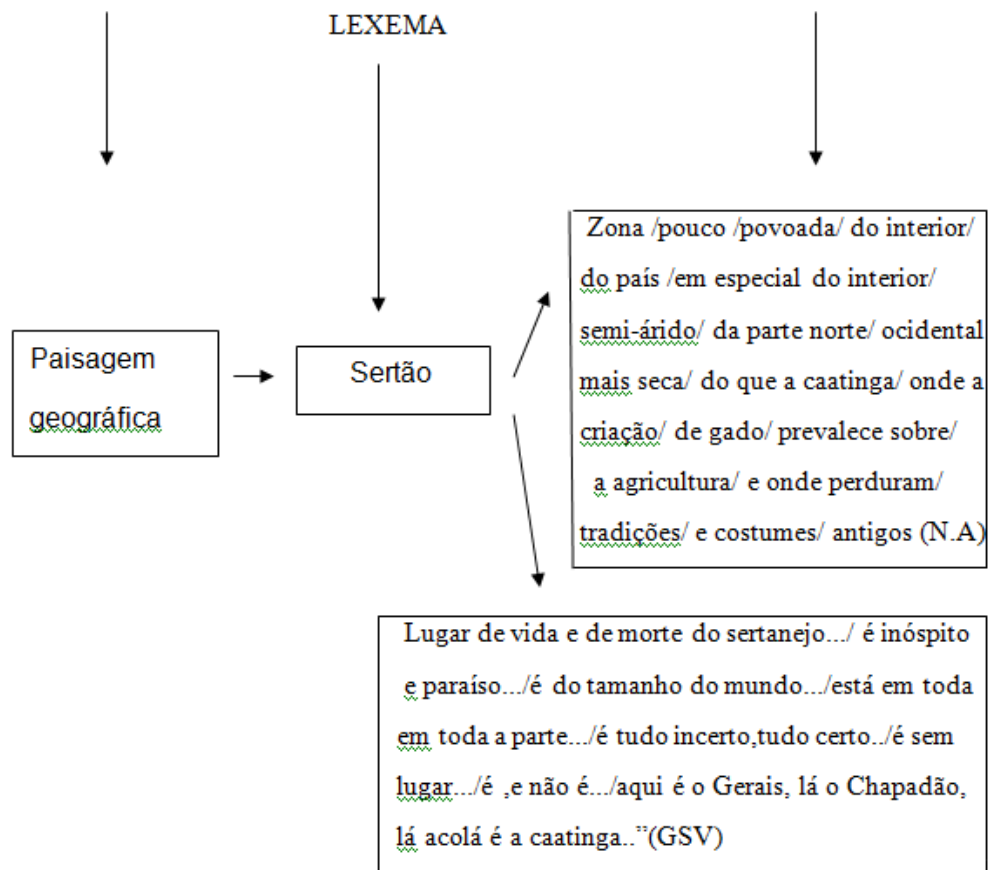
O BRASIL NO SERTÃO: A PREVALÊNCIA DOS NOMES

Identificamos inúmeros topônimos para designar todos os elementos do espaço geográfico, físico e cultural, do domínio do cerrado, localizado no centro-oeste do Brasil, de relevo com planaltos, depressões, morros e serras, assim nomeados: 1) rios: Urucuia, São Francisco, Carirãha, Peruassu, Piratininga, Claro, Bora, Paracacatu, São Dominginhos; 2) córregos: Catolé, Córrego do Quebra-Quináu, Traçadal; 3) lagoas: Sussuarana; 4) veredas: Vereda-do-Frango-D'água, Vereda-da-Vaca-Mansa-de-Santa Rita, Vereda-do-Buriti Pardo, Vereda do Vitorino; 5) cachoeiras: Cachoeira-dos-Bois; 6) povoados: Campo-Redondo, Alto Jequitaí, São Domingos Branco, Vargem-da-Cria, Serra Nova de Domingos Branco, Porto das Onças; 7) cidades: Corinto, Curvelo, Sete Lagoas, Extrema de Santa Maria, Acari; 8) serras: Serra-das-Araras, Serra do Pau D'Arco, Serra do Tatu, Serra do Roncador, Serra dos Alegres, Serra do Estrondo, Serra das Maravilhas; 9) fazendas: O Limãozinho, Boi-Preto, Santa Catarina; 10) chapadão: Do Urucuia, Das Vertentes, Chapada do Covão, Chapada.

Selecionamos o campo lexical "paisagem geográfica", e o lexema sertão, no qual observamos seus semas genéricos e específicos.

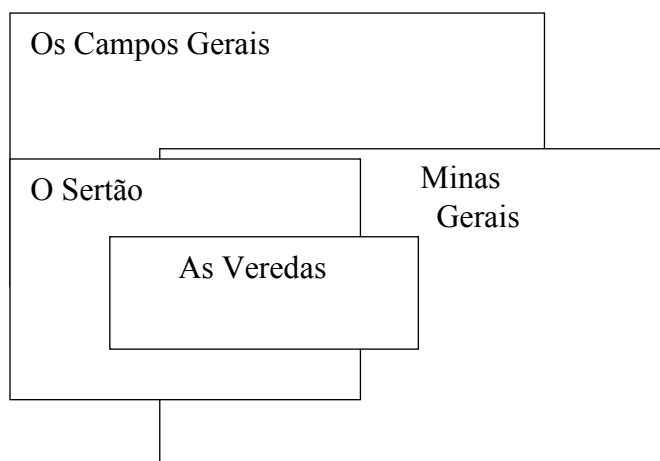
CAMPO LEXICAL

SEMAS



O ESPAÇO GEOGRÁFICO

A realização semântica reflete a constituição étnica do sertanejo e os aspectos geográficos da região que ele habita.



O sertão está em toda parte; desde grande parte de Minas Gerais (Oeste e sobretudo Noroeste), aparecem os "campos gerais" paisagem geográfica que se estende, pelo Oeste da Bahia, e Goiás (onde a palavra vira feminina: "as gerais"), até ao Piauí e ao Maranhão"; "por entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as veredas (ROSA, 2003, p. 40-42).

TOPÔNIMOS E ANTROPÔNIMOS NO LÉXICO DE GUIMARÃES ROSA

Escolhemos, para nossa análise, na obra de Nilce Sant'Anna "O léxico de Guimarães Rosa", algumas unidades lexicais, topônimos do nosso conhecimento, usados por Rosa como unidades lexicais comuns, cujos lexemas pertencem aos seguintes campos lexicais: "acidentes geográficos", ou "paisagem geográfica", e referem os seguintes domínios: terra, água, aves, vegetais, ser humano, personagem mítica, origem, atribuindo conotação valorativa à natureza ou ao homem, ou simplesmente descrevendo-os.

No campo lexical das taxionomias de natureza física, os geomorfotopônimos descrevem as formas topográficas encontradas na natureza, caracterizados pelos seguintes lexemas: alegres, araxá, bengo, gerais, guapira, himalaia(s), itaipava, itambé, noruega, sorocaba, aos quais pertencem os seguintes sememas: formação de terra/ de pedra/ sobre pedra/ no planalto/ no planalto escarpado; os hidrotopônimos, que descrevem acidentes hidrográficos encontrados na natureza, são caracterizados pelos seguintes lexemas: angra, ipueira, maceió, mesopotâmia, paraíba, polinésia, tremembé, urucuia(s), aos quais pertencem os seguintes sememas: característica do relevo/ com margens/ com formações de água salgada/ com formações de água doce/ em leito de terra; os zootopônimos são caracterizados pelos seguintes lexemas, que descrevem aves encontradas na natureza, araçariguama, araraquara(s), maracanã, aos quais pertencem os seguintes sememas: espécie de ave/ lugar/ onde se encontra/ determinada espécie/ de ave; os fitotopônimos são caracterizados pelos seguintes lexemas que se referem aos vegetais encontrados na natureza: barbacena, buritama, catanduva, crissiúma, itapicuru, jaraguá, taquari, aos quais pertencem os seguintes sememas: espécie de vegetal/ vegetal rasteiro/ gramíneas/ espécie de árvores; os etnotopônimos, designativos de tribos, grupos humanos, países, são caracterizados pelos seguintes lexemas: abaeté, abaúna, acroá(acrá), alemanhã, babilônia, egiptos, holanda, noruega, polinésia, puri,

tebas, Uruguai, cujos sememas são atributivos de valor positivo ou negativo.

No campo lexical das taxionomias de natureza antropocultural os mitotopônimos, relativos a personagens ou entidades mitológicas são caracterizados pelos seguintes lexemas: adâmico, anhãga, dedalino, junoniano, moema, sansão, zeródes, com sememas com conotação valorativa ou não, usados por Rosa para qualificar o homem do seu sertão; os antropotopônimos, lexemas que unidos por uma expressão se compõem de sememas que qualificam, por metonímia, pejorativamente, os indivíduos aos quais Rosa se dirige são luiz-e-silva, coisa-e-sousa, mesa com teresa, calcanhar-do-judas que assim são transformados em unidades lexicais comuns; os antropotopônimos, nomes próprios ou comuns, caracterizados pelos seguintes lexemas: albuquerque(s), andó,Fabrício, isabel, José, lázaro, portando cada um semas específicos pelos quais são reconhecidos, e que são generalizados para outros indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos a examinar algumas ocorrências dos topônimos e antropônimos atualizados no léxico de Guimarães Rosa, considerando sua constituição de acordo com a taxionomia de Maria Vicentina do Amaral Dick, em suas duas subdivisões: de natureza física e de natureza antropocultural.

Verificamos o quanto é significativa a preocupação do autor com o nome. A realidade do sertão e do homem do sertão é convertida em signos lexicais densos de traços importantes, que revelam sua etnicidade. Assim, vimos que através de diferentes denominações, o sertanejo, geralista ou veredeiro, renasce no sertão dos Gerais, no imo de uma paisagem geográfica única, onde o espaço físico, humano e cultural são elementos constitutivos dos topônimos e antropônimos.

A voz da língua que Rosa aprendeu na infância e o emprego linguístico diferenciado, fruto de estudo, pesquisa, observação e conhecimento profundo do autor ultrapassam os limites geográficos do seu sertão, na explosão dos saberes de outras geografias do mundo em seu próprio universo.

Parafraseando Rosa e muitos outros autores, seu sertão rompe os limites do sertão mineiro, e sua linguagem os limites da criação possível. Como afirma Riobaldo "O sertão é o mundo", em sua geografia e especificidade etnolingüística.

NOTA

(1) BARBOSA, Maria Aparecida. Simpósio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. A. Riqueza e diversidade lexical das etnias. **Resumos da 59ª Reunião da SBPC**. Publicação Eletrônica. Belém: SBPC.

BARBOSA, M. A. **Aspectos conceituais, terminológicos e políticos das denominações: discurso científico e discurso político.**

Ahttp://www.blocosonline.com.br/literatura/prosa/artigos/art49.

http://manuelzão.ufmg.br/jornal/suplemento/rosa.htm

http://portal.matiascardoso.mg.gov.br

mhtml://file/simpósio/Maria Aparecida Barbosa /

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2 ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

BIZARRI, Edoardo. **João Guimarães Rosa, correspondência com seu tradutor italiano**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2003.

Dick, M. V. P. A. **Etnia e etnicidade: um outro modo de nomear**. Projeto ATESP.

_____. Significação hiperonímica e hiponímica na prática onomástica. **Anais do I Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Anpoll**. Recife: Faculdade de Letras-UFPE, 1998. p.41-46.

MARTINS, N. S. **O léxico de Guimarães Rosa**. São Paulo: Edusp, 2008.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.

SAPIR, E. **Language and environment**. Selected Writings. Conferência proferida na American Anthropologist Association, em 28/12/1911.

